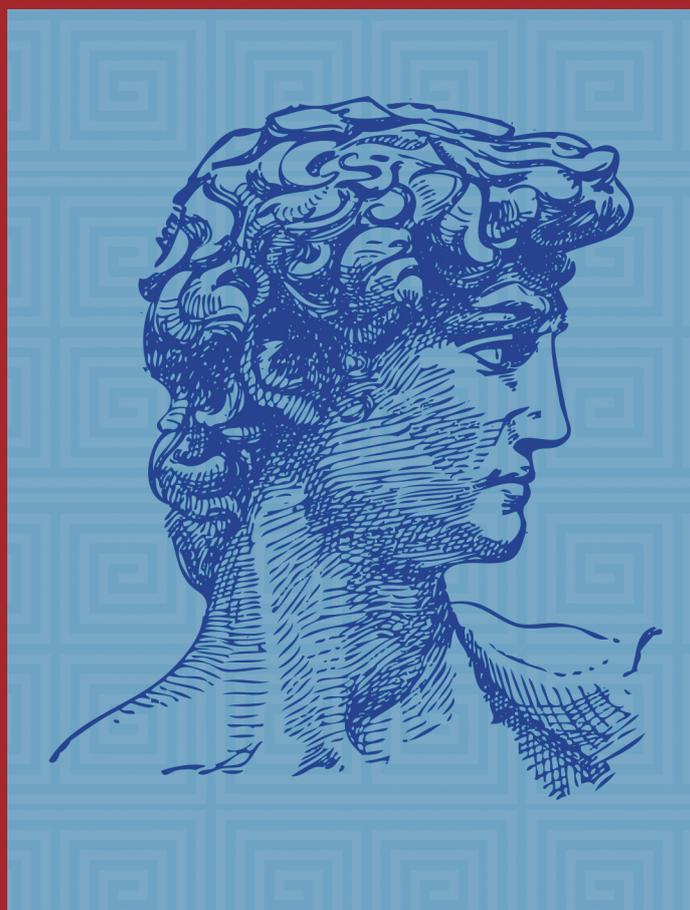


PROLEGÔMENOS AO ESTUDO DO LATIM



MIGUEL AFONSO LINHARES



MICUELA FONSE LINHARES

PROLEGÔMENOS
AO ESTUDO DO LATIM

NATAL
2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro
Ministro da Educação
Abraham Weintraub
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Ariosto Antunes Culau



Reitor
Wyllys Abel Farkatt Tabosa
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Márcio Adriano de Azevedo
Coordenadora da Editora IFRN
Kadydja Karla Nascimento Chagas

Conselho Editorial

Albino Oliveira Nunes	Genoveva Vargas Solar	Márcio Adriano de Azevedo
Ana Paula Borba Costa	Jose Geraldo Bezerra Galvão Junior	Nadir Arruda Skeete
Anderson Luiz Pinheiro de Oliveira	José Augusto Pacheco	Paulo de Macedo Caldas Neto
Anisia Karla de Lima Galvão	José Everaldo Pereira	Ramon Evangelista dos Anjos Paiva
Carla Katarina de Monteiro Marques	Jozilene de Souza	Regia Lúcia Lopes
Cláudia Battestin	Jussara Benvindo Neri	Rejane Bezerra Barros
Emiliana Souza Soares Fernandes	Kadydja Karla Nascimento Chagas	Rodrigo Luiz Silva Pessoa
Fabírcia Abrantes Figueredo da Rocha	Lenina Lopes Soares Silva	Sílvia Regina Pereira de Mendonça
Francinaide de Lima Silva Nascimento	Luciana Maria Araújo Rabelo	Wyllys Abel Farkatt Tabosa
Fábio Alexandre Araújo dos Santos	Maria da Conceição de Almeida	

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa
Charles Bamam Medeiros de Souza

Revisão Linguística
Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Prefixo editorial: 94137
Linha Editorial: Apoio didático-pedagógico
Disponível para *download* em:
<http://memoria.ifrn.edu.br>
Imagem da capa: Freepik

Coordenação de Revisão Textual
Rodrigo Luiz Silva Pessoa



Contato
Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300, Natal-RN.
Fone: (84) 4005-0763 | E-mail: editora@ifrn.edu.br



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores. É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Linhares, Miguel Afonso.
L755p Prolegômenos ao estudo do latim/Miguel Afonso; projeto gráfico, diagramação e capa Charles Bamam Medeiros de Souza; revisão linguística Rodrigo Luiz Silva Pessoa; Coordenação da revisão Rodrigo Luiz Silva Pessoa. – Natal: IFRN, 2019.
129 p. : il.

ISBN: 978-85-94137-67-8

1. Gramática – Latim. 2. Gramática – História. 3. Gramática – Estudo e ensino. I. Linhares, Miguel Afonso. II. Título.

CDU 81'36

Catálogo da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Patrícia da Silva Souza Martins – CRB: 15/502

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	4
O ESTUDO DO LATIM.....	6
A HISTÓRIA DE ROMA E DA LÍNGUA LATINA	12
A PRONÚNCIA E O ALFABETO	35
INTRODUÇÃO À DECLINAÇÃO.....	45
O TEMA NOMINAL	51
A DESINÊNCIA NÚMERO-CASUAL	59
A DECLINAÇÃO DOS ADJETIVOS	63
A DECLINAÇÃO DOS PRONOMES	70
OS NUMERAIS.....	78
INTRODUÇÃO À CONJUGAÇÃO.....	84
AS DESINÊNCIAS VERBAIS	93
A VOZ PASSIVA	100
AS FORMAS VERBAIS IMPESSOAIS	105
OS VOCÁBULOS INFLEXIONÁVEIS.....	114
EPÍLOGO	124
BIBLIOGRAFIA.....	125

À minha avó, Madalena, por ter guardado o seu *Adoremus* pré-conciliar, que foram os meus prolegômenos ao latim.

À minha mãe, pai e tia, Lúcia, Wilson e Regina, pelo apoio à formação e escolhas profissionais de que resulta este livro.

Aos meus alunos, a quem devo todos os melhoramentos de uma obra elaborada e reelaborada pelo exercício docente.

PRÓLOGO

Estes prolegômenos decorrem de dez anos dedicados à docência da linguística histórica e diacrônica para a formação de professores de língua espanhola: as filologias românica e hispânica em cursos de Letras, as quais requerem estudo prévio da língua latina. Ao mesmo tempo, durante esse período, procurei ensinar o latim a partir do que aprendera para ensinar tanto o português como o espanhol, mas havia um problema aí: o latim nem é vernáculo nem língua estrangeira moderna.

A resolução desse problema começou a tomar forma após a leitura de uma obra cujo ilustrativo título ia ao encontro do que eu procurava: *Uma estranha língua?*. Nela, Alceu Dias Lima mostra o lugar do latim na didática das línguas: houve uma vez um povo que pensou, falou e agiu nesse idioma, mas hoje não mais. Em outras palavras, o latim foi uma língua como qualquer outra, por isso ensiná-lo não deveria diferir tanto de uma língua estrangeira moderna. A chave da diferença é entender o tempo passado dos verbos: a comunicação do aprendiz com o falante nativo e tudo mais (usos, variação, cultura etc.) dependem dos textos que os romanos legaram e os pósteros conservaram. Neste sentido, o Professor Alceu elude, de maneira muito perspicaz, a qualificação tradicional de *língua morta* pela instigante de *língua viva do passado*.

Assentados os princípios teóricos, uma representativa seleção de textos da literatura latina serviu a compor uma gramática básica. O foco na gramática é justificado pelo público ao qual se destinam primordialmente estes prolegômenos: estudantes, professores e pesquisadores em Letras e Linguística. É que nesse meio, certo domínio de metalinguagem é requerido tanto pelo perfil de ingresso como pelo de egresso. Em especial, uma base metalinguística de latim é necessária ao estudo histórico-diacrônico de uma ou mais línguas românicas, ainda que incipiente.

Não obstante, a mesma experiência aplicada à produção e revisão deste livro permite-me afirmar que o perfil do ingresso no curso de Letras mudou à medida que se democratizou o acesso ao ensino superior, processo que se tem estendido precisamente ao longo do último decênio: em geral, os elitizados vestibulares selecionavam jovens de classe média, recém-egressos de uma educação básica que lhes propiciara letramentos razoáveis; paulatinamente, a democratização do acesso aportou heterogeneidade, em meio à qual se têm achado com frequência alunos a quem faltam requisitos que a conclusão do ensino médio deveria ter garantido.

De um lado, é lamentável que a diversificação de graduandos escancare tamanha imbricação da classe social na qualidade da educação básica. De outro, não cabe fraquejar perante o desafio. Mais que isso: ao latinista e romanista cabe reafirmar a necessidade de estudos histórico-diacrônicos mínimos no curso de Letras para uma formação que mereça a qualificação de integral. Concretamente, deixei de defender a aprendizagem do latim como uma fundamentação epistemológica geral e vaga, passando a focá-la como componente específico em combinação com as filologias hispânica e românica. Isso ensejou que se tornasse perfeitamente plausível um aprendiz de latim mais experimentado, por ter alcançado a metade do curso, em contraste com o que a maioria dos currículos tornara comum: a introdução ao estudo do latim do recém-ingresso.

Tudo isso conferiu dois sentidos ao método. O primeiro é que, à diferença da tradição, a tradução para o vernáculo não é o ponto de chegada, mas o de partida. Em outras palavras, antes de se estudar o latim, revisa-se como o mecanismo gramatical abordado funciona em português. O segundo é corolário, pois se a tradução não é o fim, o método dispensa a decoração do quer que seja, por se voltar à compreensão da estrutura e funcionamento da língua. Um e o outro permitiram afastar-me do método tradicional: o conteúdo fragmentado através de frases artificiais deu lugar ao conteúdo integrado através de textos autênticos.

Assim, cada capítulo ocupado pelo estudo de um mecanismo gramatical foi elaborado de forma bastante semelhante. Para começar, há uma atividade de aquecimento, consistente numa reflexão sobre um tema abordado no texto latino sobre o qual o capítulo está alicerçado. Esse texto é apresentado primeiramente em tradução para o português. Seguem-se-lhe considerações acerca do autor, da obra e do texto citado, após as quais se desenvolve a reflexão gramatical, primeiro com base no texto em português e depois com base no original latino. Com efeito, os contrastes entre o passado e o presente no campo da história e entre o latim e o português no campo da gramática são a coluna vertebral do método. Depois, o capítulo é finalizado por um exercício, que consiste em perceber os mecanismos gramaticais estudados até então em outro texto latino. O

objetivo geral é que o aprendiz alcance o último capítulo reconhecendo todos os componentes de um texto latino, requisito para decodificá-lo e lê-lo. É claro que um texto latino composto de construções estudadas, pois há várias minúcias que não cabem num manual introdutório.

A primeira versão deste livro ficou pronta em 2012. Desde então, preservei o seu plano geral, mas em constante autoavaliação da aplicação, vim revendo vários pormenores. Apesar de aplicado presencialmente, todo o livro foi elaborado de modo a permitir e incentivar o autodidatismo. Na verdade, o estudante não necessita nem mesmo consultar ou adquirir uma gramática ou um dicionário de latim (costumeiramente obras raras e caras), algo comum no ensino tradicional dessa língua, embora obras de referência que o estudante de latim não pode deixar de ter e usar são uma boa gramática e um bom dicionário de português, não só pelo que argui sobre domínio de metalinguagem, mas também porque, estudando textos de um passado distante, mesmo mediante tradução, é bastante provável deparar-se com palavras desconhecidas.

O ESTUDO DO LATIM

AQUECIMENTO

Antes de ler este capítulo preliminar, será muito proveitoso que você pense, a partir da sua vivência até aqui, por que convém estudar o latim e o que espera de tal estudo.

Feito isso, leia o capítulo, procurando confrontar o que você disse com o que está dito nele. Sugiro-lhe que anote os argumentos que lhe chamarem a atenção, independentemente de você os ter compreendido bem ou não. Isso o ajudará a cumprir a tarefa que será pedida após a leitura.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Como tudo que fazemos, ainda mais quando se trata de trabalho que demandará a dedicação de quantidade considerável do nosso tempo, sempre escasso nos dias de hoje, cumpre, antes de mais nada, perguntar-nos por que o fazemos. Quando não se faz essa pergunta, o risco de comprometer o desempenho do trabalho é grande, pois pomos um pé na via de cumprir uma obrigação por ela mesma. Seguindo essa via, em vez de alcançarmos um aprendizado que acrescente algo de bom à nossa vida, a vivência será daquelas em que se esquadrinha algo de bom numa experiência ruim. Para que, então, estudar o latim?

O ensino do latim fez parte da educação básica no Brasil desde a instalação das primeiras escolas no começo da colônia até surtirem os efeitos da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a de n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Antes, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), estudava-se o latim nos quatro anos do ciclo ginásial e nos três anos do curso clássico do ciclo colegial. Depois, o estabelecimento das disciplinas foi compartilhado pelos conselhos federal e estaduais de educação. No fim da década de sessenta, sustentava-se o latim apenas no tradicionalíssimo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Continuou-se a estudá-lo obrigatoriamente nos cursos de graduação em Letras, mas mesmo aí o ensino dessa língua sofreu o golpe de misericórdia em 1996, dado pela nova LDBEN (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro), após a qual a sua inclusão nos currículos desses cursos se tornou optativa.

É certo que há relação entre as mudanças de como se concebe a escolarização e essa redução da presença do latim no sistema educacional brasileiro. Das leis orgânicas da Era Vargas à LDBEN de 1971 (Lei n.º 5.692, de 11 de agosto), vê-se que a concepção da formação escolar transitou do humanismo ao tecnicismo, o qual ainda não foi superado, apesar da orientação para a cidadania que emana da LDBEN de 1996. O ensino de línguas estrangeiras tornou-se um caso ilustrativo: acrescentar conhecimento de inglês ao *curriculum vitae* faz subir a nota de um candidato a emprego, assim como a falta desse conhecimento faz descer a de outro. Contudo, é possível que tal conhecimento jamais venha ser decisivo na carreira do trabalhador selecionado pela nota mais alta, assim como é possível que outro conhecimento que tem o candidato não selecionado venha sim sê-lo. Em outras palavras, o conhecimento de uma língua estrangeira não é valorizado como elemento de formação crítica em linguagens, especialmente da sua dimensão sociopolítica, como sugerem as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular; valoriza-se o conhecimento do inglês — antes de qualquer outra língua — em virtude do seu cabedal simbólico, que resulta do poderio econômico, científico, bélico e cultural dos Estados Unidos da América. Em outras palavras, é um conhecimento oco.

Num ensino de línguas estrangeiras concebido assim, é claro que não cabe o latim, precisamente porque essa língua perdeu muito do imenso cabedal simbólico que possuiu outrora. Neste sentido, estudar o latim não serve para nada, a não ser para ser professor de latim... Não obstante, o caso do latim foi agravado pelo fazer dos professores. Enquanto os professores de línguas estrangeiras modernas foram aperfeiçoando o seu trabalho com as pesquisas linguísticas nessa área, nomeadamente as da linguística aplicada, os professores de línguas clássicas mantiveram o seu trabalho atado ao mesmo aparelho teórico-metodológico.

Passados mais de vinte anos, o progresso da didática das línguas clássicas continua muito lento em relação à das línguas estrangeiras modernas e até mesmo à da língua materna. Em várias graduações em Letras, cursar a disciplina de Latim continua a ser mero rito, comparável a um rito de iniciação violento e doloroso, pelo qual a maioria passa a duras penas porque, como a disciplina é obrigatória, o preço de negar submeter-se é alto demais, pois implica em desistir do curso inteiro. Uma minoria percebe as regras do jogo, amolda-se a elas e passa com certa facilidade. Uns poucos, bem poucos, sentem-se atraídos de alguma maneira pelos estudos clássicos: são os que vêm especializar-se na área.

UMA LÍNGUA MORTA?

Felizmente, as posições de professor e aprendiz de latim são privilegiadas para refletir sobre o ensino de línguas. De entrada, ensinar e aprender o latim demanda refletir sobre o que é uma língua, pois, como se sabe, o latim é uma “língua morta”.

Como ensina a linguística desde a publicação do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand de Saussure, em 1916, a língua é um sistema de signos que se estabelece e funciona mediante oposições de valores. Eugenio Coseriu (1979, p. 11-113) examinou a dicotomia saussuriana fundamental, que opõe a *língua* e a *fala*, e encontrou uma incoerência: segundo a exposição do *Curso*, Saussure entendia que a *língua* consiste no sistema de signos, abstrato e social, enquanto a *fala* é a concreção individual desse sistema; no entanto, há fenômenos que são sociais, mas não comportam oposição de valores. Por exemplo, as realizações de uma palavra como *porta* no português brasileiro ou como *calle* em espanhol são sociais (são comunidades inteiras que dizem [ˈpɔ.ɾtɐ] ou [ˈpɔɦtɐ], [ˈkaje] ou [ˈkaʒe]), mas essas realizações (do /R/ de *porta* como [ɾ] e [h], do /L/ de *calle* como [j] e [ʒ]) não opõem valores, não constituem fonemas (não há par mínimo em português em que se oponham [ɾ] e [h], nem em espanhol em que se oponham [j] e [ʒ]). Para suprir essa deficiência, Coseriu propôs acrescentar-se um terceiro elemento à dicotomia saussuriana, ao qual chamou *norma*.

Resumindo a proposta desse linguista, falar uma língua implica em se valer de um conjunto fechado de possibilidades, que é o sistema: por exemplo, em português pode-se escolher [ɾ] ou [h] em *porta* e em espanhol [j] ou [ʒ] em *calle*. Também implica em obedecer a uma fixação dessas possibilidades pela comunidade, que é a norma: por exemplo, quem identifica a sua fala com o dialeto do português falado em Goiás diz [ˈpɔ.ɾtɐ] e quem a identifica com o falado no Rio Grande do Norte diz [ˈpɔɦtɐ]; igualmente, quem identifica a sua fala com o dialeto do espanhol falado em Cuba diz [ˈkaje] e quem a identifica com o falado em Córdoba (Argentina) diz [ˈkaʒe]; isso ocorre de tal modo que dizer [ˈpɔ.ɾtɐ] no Rio Grande do Norte e [ˈpɔɦtɐ] em Goiás ou [ˈkaje] em Córdoba e [ˈkaʒe] em Cuba é “anormal”, no sentido em que desobedece à norma de um lugar e do outro (a norma é plural: há várias normas). Enfim, implica em exercer certa liberdade, que é a fala: por exemplo, se alguém num recinto mantém a porta fechada e alguém sai sem a fechar, essa pessoa pode dizer “*A pooorta!*”, com um [ɔ] alongado, que exerce uma função naquele momento (chamar a atenção a quem não fechou a porta).

Quem, pois, forma o sistema de possibilidades, estabelece a norma de obrigações e goza da fala de liberdades? As pessoas, as pessoas fazem tudo isso. Assumindo uma visão de linguagem que vai mais longe: o homem constitui e é constituído pela linguagem. A identidade de cada um, as relações de uns com os outros e a própria criação do mundo são construídas pela linguagem.

O latim não é mais a língua materna de ninguém. Não há povo que forme o sistema de possibilidades, estabeleça a norma de obrigações e goze da fala de liberdades do latim. Do latim, nós possuímos um *corpus* muito vasto, pelo qual podemos conhecer parcialmente o seu sistema, parcialmente porque é um conhecimento fundado quase todo numa só norma — a literária —, na qual quase todo o *corpus* está lavrado.

Assim, é relativamente fácil traduzir um texto do latim para o português, para o espanhol ou qualquer outra língua do presente. No caso do português, nós mesmos somos os juízes da tradução, de se há ou não nela algo que pareça absurdo na nossa língua ou algo que podemos até aceitar, mas fica estranho, ou, em outras palavras, algo que desobedece respectivamente ao sistema ou à norma, por abuso da liberdade na fala. Em espanhol ou outra língua do presente, basta, igualmente, consultar um falante nativo para emitir o mesmo

juízo. Em contrapartida, é impossível traduzir um texto do português ou espanhol (ou outra língua do presente) para o latim, porque falta, precisamente, juiz a essa tradução.

Por exemplo, pode-se perfeitamente traduzir a sentença *Etiam capillus unus habet umbram suam*, de Publílio Siro, como ‘Até um cabelo tem a sua própria sombra’, e comentar, com base em estudos, que significa até quem ou o que parece insignificante tem a sua importância, e pode (re)agir. Por outro lado, não se pode traduzir para o latim um ditado nosso tão singelo e comezinho como *Quem vê cara não vê coração*. Alguém pode afirmar que ficaria *Quī uultum uidet cordem non uidet*, mas vejam-se os problemas: primeiro, outra pessoa pode preferir *Quī faciē uidet cordem non uidet*, e outra, *Quī ōrem uidet cordem non uidet*, porque tanto *uultus* como *faciēs*, e também *ōs*, significam ‘cara’, ‘face’, ‘rosto’; segundo, outra pessoa poderia preferir também *Quī uultum non uidet animum non uidet*, ou *Quī faciē non uidet animum non uidet*, ou *Quī ōrem non uidet animum non uidet*, porque *anīmus*, assim como *cor*, também tem o sentido de sede dos sentimentos; terceiro, outra pessoa pode preferir ainda *specit a uidet*, ou mesmo o seu derivado *spectat*, porque *specēre* e *spectāre* significam ‘olhar’, ‘fitar’, ‘observar’. Ao todo, considerando essas possibilidades, pode haver dezoito combinações! Cada um poderia esgrimir argumentos igualmente defensíveis e respeitáveis, perante os quais teríamos de aceitar a justeza de todas as “traduções”.

Não obstante, perceba que em línguas modernas pode acontecer, em princípio, o mesmo. Por exemplo, em espanhol poder-se-ia traduzir *cara* como *cara*, *rostro* ou *haz*; *coração* como *corazón* ou *alma*; *ver* como *ver*, *mirar*, *observar*. Contudo, numa língua do presente há uma diferença decisiva: por mais que *Quien ve cara no ve corazón* seja uma sentença bem construída do ponto de vista gramatical, se o seu tradutor apelar ao juízo de um falante nativo, ouvirá dele que ela soa esquisita como ditado, porque o que os hispanófonos usam é *Caras vemos, corazones no sabemos*.

É razoável preferir uma construção que estranha o falante nativo àquela que ele costuma usar? Nós procuramos falar uma língua estrangeira como os seus falantes nativos a falam e, no caso do latim, tudo que nos resta dessa fala são os textos que os nativos escreveram e remanescem. Assim, quando muito podemos ir buscar no *corpus* do latim algo que um nativo tenha deixado escrito, como *Dēcipit frōns p̄ima multōs*, de Fedro (4, 2, 6), ou *Frontī nūlla fidēs*, de Juvenal (*Satīrae*, 2, 8), que significam respectivamente ‘A primeira impressão engana muitos’ e ‘Nenhuma confiança na cara’.

Compreender que o latim não é mais falado é fundamental, pois estabelece um encaminhamento muito claro. Se queremos estudar o latim que era a língua do povo romano, então o nosso estudo deve ser desenvolvido com base nos textos que os romanos nos legaram e se conservam.

Com efeito, há uma contradição no ensino tradicional do latim. De um lado, essa língua é tratada como mero código, decifrado numa porção de quadros com dezenas de peças e listas de regras cheias de exceções, aprendidas por memorização; ou seja, mata-se a língua naquele sentido em que é com ela que nós nos tornamos quem somos e fazemos existir o que cremos existir. Em outras palavras, é uma língua morta — matada — porque é ensinada e aprendida como se nunca tivesse sido a língua de um povo. Do outro lado, para ilustrar a decifração, o próprio professor, seja o que ministra a aula seja o que elaborou o livro-texto adotado, produz sentenças e até pequenos textos nesse código, como se não fosse uma língua morta — obsoleta —, mas ainda a língua de um povo.

Precisamente, para evitar a ambiguidade da expressão *língua morta*, Lima contorna-a chamando ao latim *língua viva do passado*, e acrescenta: “portanto, só em relação a esse passado cabem as providências que diferenciam o seu ensino do de qualquer língua estrangeira do presente” (1995, p. 19). Ainda menos ambíguo seria chamar-lhe simplesmente *língua do passado*, com o que se acabaria por eludir qualquer menção à língua como se fosse um ser vivo que nasce, cresce e morre.

NEM VIVA NEM MORTA: UMA LÍNGUA

Ainda que o autor citado exponha, no mesmo lugar, a necessidade de distinguir o ensino de uma língua do passado e o de uma do presente, mais adiante acaba, porém, reconhecendo que um não deve distanciar-se demais do outro. De fato, o ganho mais relevante da abordagem comunicativa no ensino de línguas foi o entendimento de que não se deve estudar a língua como um fim em si mesma, pois as pessoas a usam para

fazer coisas. Neste sentido, o estudo é concebido como capacitação à comunicação cotidiana na língua que se ensina e aprende. Para tanto, o trabalho é desenvolvido pela interação dos sujeitos envolvidos com base em textos, autênticos sempre que possível (ou seja, que não tenham sido produzidos expressamente com fins didáticos), de forma que a gramática é evidenciada de modo indutivo, a partir das atividades comunicativas.

No caso do latim, não há nenhuma razão para repudiar essa concepção de ensino, como tem feito a prática tradicional. O latim foi uma língua como qualquer outra, e a chave de uma abordagem comunicativa do seu ensino está exatamente na consideração desse “foi”: ensinar e aprender o latim requer tão somente uma adaptação dessa abordagem às condições históricas que vieram restringir o estudo dessa língua à leitura. Entendida a leitura como negociação de sentido, ler não é habilidade meramente passiva, mas interativa. Ainda que tenha sido produzido há séculos e mantenha a mesma materialidade, o texto do escritor latino atualiza-se como evento comunicativo cada vez que é recebido de novo.

Pensando, precisamente, no papel da língua materna no ensino de língua estrangeira, assumir a abordagem comunicativa não implica em rejeitar cabalmente a abordagem da gramática-tradução, na qual se pauta o estudo tradicional do latim. Efetivamente, a tradução continua a ser estratégia necessária e proveitosa no ensino dessa língua. Na verdade, por mais que a abordagem comunicativa dê ênfase à estratégia de imersão na língua estrangeira, a língua materna é irremediavelmente o ponto de partida do aprendiz, de modo que o traduzir é inevitável.

Em geral, as escolhas com as quais um tradutor se depara demandam a integração de competências e habilidades que costumam estar cindidas nos livros-texto de orientação comunicativa; ao traduzir um texto, é preciso levar em conta não só a redação, mas também a adequação ao gênero textual, à variedade linguística, ao contexto discursivo e ao atravessamento ideológico. É razoável arguir que a necessidade de conjugar essas competências e habilidades torna a leitura destinada à tradução mais atenta do que outra que não tem esse fim. Essa necessidade também acaba favorecendo uma percepção mais sensível de matizes léxico-gramaticais e discursivo-pragmáticos envolvendo os usos de uma língua e da outra.

Em particular, como no caso do latim não é possível aplicar a estratégia de imersão, que induz a aprendizagem paulatina da gramática e do léxico, necessária ao mais básico, que é a codificação-decodificação, a tradução vem supri-la. É traduzindo que o aprendiz iniciante de latim decodifica os textos que são o que resta da fala dos usuários nativos dessa língua. À sua vez, a decodificação permite-lhe ir além: interpretar esses textos, o que implica em negociação de sentido e comporta a atualização deles. Portanto, não se trata de uso da tradução como na tradição, pois a interpretação exige a compreensão não só da materialidade do texto (o cotexto), mas também do seu contexto. Por outro lado, cabe acrescentar que não se há de cobrar uma tradução literária, isto é, especialmente atenta à dimensão poética do texto; trata-se antes de tradução palavra por palavra, uma tradução de trabalho, que favoreça a percepção da estrutura do sistema linguístico.

PARA QUE ESTUDAR O LATIM?

De entrada, convém vigiar o deslumbramento com uma resposta que pareça definitiva e universal. Por não haver receita, creio que a resposta à pergunta “por que estudar o latim?” tem de ser local, isto é, ser dada a partir do lugar onde se estuda o latim, no sentido de que deve considerar o meio em que acontece.

Parecem-me mais que razoáveis as respostas quase uníssonas de vários autores que se ocuparam da questão (BRUNO, 1992, p. 166; PRADO, 1992, p. 155; LIMA, 1995, p. 87; LONGO, 2006, p. 17; MIOTTI, 2006, p. 11; TEIXEIRA, 2009, p. 92; FERNANDES, 2010, p. 220; FORTES, 2010, p. 67): estuda-se o latim para se ter acesso aos textos que os falantes nativos escreveram, nomeadamente os textos literários, e, dentre estes, os clássicos, que remanesceram até nós, nos quais está testemunhada a sua vivência. Com “vivência” refiro-me a tudo que o povo romano pensou e fez. Mas por que nos interessa conhecer a vivência dos romanos? Poderia debulhar um rosário de coisas que fazem parte da nossa vivência atual as quais têm origem na Antiguidade greco-romana, mas Fiorin (1991, p. 516-517) dá uma resposta mais engenhosa, concisa e convincente: o estudo do latim permite-nos fazer um movimento aparentemente contraditório, porque por um lado é olhar-se no espelho, é conhecer a si mesmo, é compreender a nós mesmos, pois não só pertencemos à civilização ocidental, que é a continuadora da Roma antiga, como também falamos uma língua

românica, que é continuadora do latim; por outro lado é olhar para o outro, é conhecê-lo, é compreender a sua diferença, pois apesar da continuação, não somos romanos nem falamos latim. Um trabalho que fomenta ao mesmo tempo o senso crítico em face da identidade e o respeito à alteridade não nos faz senão homens e mulheres melhores.

Na experiência do IFRN, o primeiro projeto pedagógico do curso (PPC) de licenciatura em Letras com habilitação em Espanhol, aprovado pela Resolução n.º 23/2005-CD/CEFET-RN, não destinou nenhum componente curricular ao estudo do latim. Não obstante, estabeleceu uma disciplina de História da Língua Espanhola, com duração de sessenta horas, situada no terceiro período, integrada ao bloco de formação em literatura e cultura espanhola e hispano-americana, que tinha entre os seus objetivos “dar uma visão da evolução histórica da língua espanhola, tanto no que se refere à sua dimensão externa quanto às mudanças que, ao longo do tempo, cederam lugar ao sistema linguístico atual” (CEFET-RN, 2005, p. 19). Especificamente, a disciplina ganhou a ementa seguinte: “Enfoque panorâmico dos principais momentos na formação do sistema da língua espanhola: a evolução histórica do espanhol, partindo do latim até os dias de hoje [...]” (CEFET-RN, 2005, p. 25).

No entanto, quando se pôs o curso em funcionamento e as ofertas da disciplina de História da Língua Espanhola foram sucedendo-se, logo se percebeu que é quimérico abordar a evolução do espanhol partindo do latim sem o estudo deste, pois para que tivesse êxito seria preciso que o graduando trouxesse esse conhecimento da educação básica, o que simplesmente inexistente. Neste sentido, é ao próprio curso de graduação que cabe fornecer o conhecimento básico necessário ao ensino de conteúdo julgado relevante para o perfil do egresso. Assim, o segundo PPC, aprovado pela Resolução n.º 12/2012-CONSUP/IFRN, incluiu uma disciplina de Latim I, com duração de sessenta horas, no segundo período, a qual foi integrada ao núcleo epistemológico, “relativo a disciplinas de fundamentos históricos, filosóficos e científicos, que abrangem o conhecimento necessário à compreensão dos conteúdos específicos” (IFRN, 2012, p. 14). A ementa que recebeu é a seguinte: “Compreensão da língua latina numa perspectiva linguística e sociocultural, levando-se em consideração uma abordagem crítica da história e literatura latinas” (IFRN, 2012, p. 68).

O fato de o estudo do latim ter sido localizado no segundo período junto a disciplinas do dito núcleo epistemológico é bastante revelador da concepção que norteou a sua inserção nesse currículo, que nada mais é que a concepção dominante nos currículos das graduações em Letras: o conhecimento do latim como meio que viabiliza o saber a língua românica que é o objeto da formação. Dessa maneira, por mais que o estudo se pautasse sobre uma perspectiva comunicativa, intercultural e emancipatória, não sairá do círculo vicioso de não se aprender a língua românica por não se saber o latim e fracassar nisso por não se saber a língua românica.

Enfim, o terceiro PPC, aprovado pela Deliberação n.º 45/2014-CONSEPEX/IFRN, arrojou-se à inovação: as disciplinas de História da Língua Espanhola e Latim II foram renomeadas respectivamente como Filologia Hispânica e Filologia Românica, para nome e ementa se coadunarem melhor. A Filologia Românica permaneceu como optativa, enquanto a Filologia Hispânica foi deslocada do segundo ao sétimo período. Consequentemente, a disciplina de Latim I, agora Língua Latina, foi ressituada no sexto período. Além disso, entre as competências que compõem o perfil de conclusão adicionou-se “analisar a léxico-gramática da língua espanhola a partir de uma visão dialética desta com o uso, tanto do ponto de vista diacrônico como do sincrônico” (IFRN, 2014, p. 12).

Assim, se de um lado o estudo do latim continua a constituir o subsídio sem o qual os estudos das filologias hispânica e românica se tornam inviáveis (seria mesmo desonestidade fazer crer que em sessenta horas alguém será capaz de ler os textos dos autores latinos clássicos), de outro o sucesso ou fracasso do ensino do conteúdo restante do curso deixa de depender do latim, entendido como fundamento para se saber quase tudo. Liberado desse encargo hercúleo, o conhecimento do latim, sinergicamente com o da história do espanhol e complementarmente com o da história das línguas românicas, pode servir ao propósito mais humilde de contribuir com uma formação que não só procura ser a mais integral possível, mas também aproveitar as possibilidades do legado romano de contribuições com uma formação comunicativa, intercultural e emancipatória.

APROFUNDANDO A REFLEXÃO

Agora que você leu o capítulo, o que está dito nele se aproxima ao que você pensou na atividade de aquecimento? Ou, ao contrário, diverge bastante? O que aproxima e o que diverge? Se você cumpriu a recomendação de anotar os argumentos do texto, esta é a hora de usar essa anotação.

A HISTÓRIA DE ROMA E DA LÍNGUA LATINA

AQUECIMENTO

Neste capítulo, começamos a percorrer a história de Roma e da língua latina. Observe esta imagem:



Figura 1

Você já a tinha visto? Sabe ao que alude?

O REINO

Essa escultura é conhecida como *Loba Capitolina*. Foi esculpida provavelmente no século XIII (os meninos foram acrescentados no século XV). Está guardada nos Museus Capitolinos, em Roma. Chamam-se capitolinos porque se acham no Capitólio, uma das colinas sobre as quais foi edificada essa cidade e onde ficava o templo de Júpiter Ótimo Máximo, o deus tutelar do Estado romano, e por isso um lugar muito solene.

A *Loba Capitolina* representa a lenda da fundação de Roma. A seguir você conhecerá essa lenda segundo a narração de Tito Lívio, um historiador romano que nasceu em Patávio, província da Gália Cisalpina (hoje Pádua, Itália), em 59 ou 64 a.C., e morreu em 17 d.C. O relato faz parte da obra *Ab Urbe conditā*, isto é, ‘Desde a fundação da Cidade’ (literalmente ‘Desde fundada a Cidade’).

Essa obra compunha-se de 142 livros, dos quais remanesce mais ou menos um quarto: do I ao X (desde o exílio de Eneias até 293 a.C.) e do XXI ao XLV (desde 218 até 167 a.C.), além de resumos, chamados “períocas”, de quase todos, um compêndio similar de alguns poucos e mais de oitenta fragmentos. Salvo o primeiro livro, que abrange toda a história antes do estabelecimento da República, cada livro é preenchido com os acontecimentos de um ano (que era a duração dos mandatos das magistraturas). O conjunto é ordenado em seções de cinco livros, ou “pêntalas”.

A FUNDAÇÃO LENDÁRIA

No primeiro capítulo, Lívio narra a saída de Antenor e Eneias de Troia, a quem os aqueus pouparam as vidas após conquistar a cidade. Antenor, junto com uma multidão de ênetos (um povo que habitava a Paflagônia, na atual Turquia) aportou nos confins do mar Adriático, onde deu origem ao povo vêneto. Eneias, após passar pela Macedônia e Sicília, entrevistou-se com Latino, rei da cidade de Laurento, com cuja filha, Lavínia, se casou e em cuja homenagem fundou a cidade de Lavínio.

No segundo capítulo, conta que Turno, rei dos rútuos, a quem Lavínia estava prometida antes da chegada de Eneias, sentindo-se ofendido, declarou guerra a este e Latino. Eneias e Latino venceram a guerra, mas à custa da morte deste. Turno aliou-se, então, a Mezêncio, rei dos etruscos. Perante tamanha ameaça,

Eneias uniu a sua gente e a de Latino sob o nome de latinos, que assim conseguiram defender-se, vitória que foi o derradeiro ato de Eneias.

No terceiro capítulo, é relatado que Ascânio, filho de Eneias, como Lavínio crescera muito, fundou uma colônia que se prolongava pelo monte Albano, daí o seu nome: Alba Longa. Doze gerações de reis sucederam-se aí até que Numitor foi destronado por seu irmão Amúlio, quem extinguiu todos os seus herdeiros varões e obrigou sua filha, Reia Sílvia, a tornar-se vestal, ou seja, sacerdotisa de Vesta, a deusa do lar. Como as vestais deviam manter-se castas, a descendência de Numitor seria aniquilada.

Eis, pois, o quarto capítulo em tradução para o português do texto latino de Lívio:

Mas, a meu parecer, deveram-se ao fado a origem de tamanha cidade e o começo do maior poder após o poderio dos deuses. Tomada à força, a Vestal, como tivera um parto de gêmeos, ou crida assim ou porque um deus era um autor mais honroso da falta, declara Marte o pai da incerta cepa. Mas nem os deuses nem os homens poupam da crueldade real ou a ela ou a cepa: a sacerdotisa é dada amarrada à prisão; manda que os meninos sejam arremessados em água corrente. De certa maneira por um acaso vindo dos deuses, o Tibre, derramado sobre as margens em remansos suaves, de algum modo não podia chegar-se ao curso da corrente certa e dava esperança aos que levam as crianças de que podiam afogar-se na água mesmo que esmorecida. Assim, como se estivessem quites com o mandado do rei, abandonam os meninos no alagamento mais próximo, onde agora está a figueira Ruminal — contam que chamada Romular —. Havia então vastas solidões nesses lugares. O rumor sustenta que, como a água rasa deixara no seco a cuba boiante em que os meninos tinham sido abandonados, uma loba sedenta tomou o rumo dos montes que há ao redor para o berro meninil, ofereceu tão dócil as tetas abaixadas às crianças que um maioral do rebanho real — contam que tinha o nome de Fáustulo — a terá achado lambendo com a língua os meninos, dados por ele à esposa Larência para ser educados junto às estrebarias. Há quem considere que Larência, de corpo devassado, era chamada loba entre os pastores, daí dado lugar à lenda e ao milagre. Assim gerados e assim educados, tão logo aumentou a idade, não ficam vadios nem nas estrebarias nem junto aos rebanhos, mas percorrem os bosques caçando. Ganho daí vigor para os corpos e para as almas, já não afrontam apenas feras, mas fazem assaltos a ladrões carregados de presa e dividem os roubos com os pastores, e crescendo de dia em dia a grei de jovens, celebram com eles jogos e coisas sérias.

Esse texto trata da lenda de Rômulo e Remo. Lívio acaba de contá-la nos três capítulos seguintes. No quinto, conta que os ladrões tomaram Remo e o entregaram a Amúlio sob a acusação de desrespeitar as propriedades de Numitor, a quem foi encaminhado. Com medo, Fáustulo revelou a Rômulo a sua origem, enquanto Numitor, desconfiado, quase reconheceu o neto preso. Rômulo levantou, então, uma revolta contra Amúlio, a quem matou.

No sexto capítulo, Numitor convocou a assembleia, perante a qual denunciou os crimes de seu irmão e reconheceu seus netos, e esta lhe devolveu a dignidade de rei. Rômulo e Remo desejaram, então, fundar uma cidade no lugar onde tinham sido abandonados e educados, mas como eram gêmeos, surgiu o impasse de quem deveria dar nome à nova cidade e regê-la. Rômulo subiu ao monte Palatino e Remo ao Aventino para tomar os agouros dos deuses.

*Perceba que embora Lívio impute as origens de Roma ao fado (em latim *fatum*, mas no texto de Lívio *fata*, no plural, quase aludindo às Parcas, as três divindades que cuidam do destino), semeia a dúvida quanto ao episódio da amamentação dos meninos por uma loba, dado que a palavra *lupa*, 'loba' em latim, também significa 'prostituta' (tanto que um dos sinônimos de prostíbulo é *lupanar*). Seja como for, a loba, quer o bicho quer a prostituta, foi divinizada sob o nome de Luperca.*

No começo do sétimo capítulo, o agouro veio primeiro para Remo: seis abutres, mas a Rômulo apareceu o dobro de aves, de modo que cada multidão saudou um como rei. Travada uma discussão, desatou a matança, na qual Remo foi morto. Todavia, segundo Lívio, estava mais divulgada a versão de que Rômulo matou Remo porque este, desdenhoso, trespassou os muros da nova cidade, que foi chamada, então, com o nome do seu fundador.

Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), ‘o homem mais erudito dos romanos’ (“*uīr Rōmānōrum eruditissimus*”), segundo o biógrafo Suetônio (70 d.C.-126), precisou que Roma foi fundada em 21 de abril do ano que, pela nossa contagem, foi 753 a.C.

A PESQUISA HISTÓRICA

Na verdade, podem-se interpretar as lendas sobre a fundação de Roma como uma metáfora de um processo que durou por todo o tempo durante o qual a cidade-Estado foi reino e no começo da República. Efetivamente, Roma deve ter surgido de um amontoado de aldeias erguidas por pastores sobre cerros em meio a brejos pestilentos. Os alagadiços foram drenados no reinado de Tarquínio Prisco (616-579 a.C.), quando se construiu, entre outros edifícios de alvenaria, a Cloaca Máxima, o que permitiu a pavimentação do Fórum, a praça onde se encontravam os cidadãos, a qual tinha esse nome porque ficava fora da cidadela. Para se defenderem de inimigos mais poderosos, as aldeias tinham formado uma liga. Sérvio Túlio (579-535 a.C.) levantou a muralha de pedra que as cingiu, além de ter reformado o ordenamento do povo e do exército.

Contudo, muito antes de fundar Roma, a gente que veio ser, em parte, os latinos — o povo ao qual os romanos pertenciam — empreendeu uma longa migração até se estabelecerem no território que veio ser a Itália. Cumpre lembrar que o latim faz parte da família de línguas à qual se conveio chamar *indo-europeia*, pelo fato de se entender, na sua existência histórica, da Índia à Europa, convenção que também se deve ao fato de a língua da qual derivam as línguas indo-europeias não estar atestada por nenhum documento, de modo que não se sabe qual nome lhe dava o povo que a falava, nem qual nome dava a si mesmo.

Hipotético também é o lugar donde partiram os indo-europeus para alcançar as terras que vieram ocupar ao aparecerem na história. Desde meados do século passado, a hipótese mais aceita é a proposta pela arqueóloga lituana Marija Gimbutas, que identifica os indo-europeus com o povo que construiu os *kurgans*, túmulos grandes em forma de montes. Segundo a sua pesquisa, os *kurgans* mais antigos estendem-se pelas estepes entre os rios Volga e Dnieper, nas atuais Rússia e Ucrânia, e remontam a 4500 a.C.

Na atual Itália, os sinais de indo-europeização mais antigos remontam a cerca de 1200 a.C. Seis séculos depois, no princípio da história de Roma, a península apresentava uma composição multiétnica. Ao nordeste viviam os vênets, cuja língua — indo-europeia — é aparentada com a dos ilírios, que habitavam a península dos Balcãs junto ao mar Adriático; ilírica também é a língua falada no sudeste: o messápico. No noroeste habitavam os lígures, de origem desconhecida; desconhecida também é uma língua atestada em quatro inscrições ao norte do Piceno. No vale do rio Pó, assentaram-se gauleses vindos de além-Alpes durante o século VI a.C. Ao norte do rio Tibre até os montes Apeninos e além em direção ao nordeste até o Pó, habitavam os etruscos, de origem desconhecida. Em toda a costa meridional e nas costas da Sicília, havia as colônias helênicas que compunham a Magna Grécia. O povo latino vivia no território que lhe dava nome: o Lácio (em latim, *Latium*, daí *latīnus*), a planície entre o rio Tibre e o monte Circeu. Os seus parentes, falantes das línguas umbra e osca, habitavam os montes Apeninos.

*Diz a lenda que Roma foi construída sobre sete colinas (em latim, *mōntēs*): o Aventino, o Capitólio, o Célio, o Esquilino, o Palatino, o Quirinal e o Viminal. Daí o nome da liga: *Septimōntium*. No entanto, as aldeias que deram origem a Roma estavam sobre o Palatino, o Germallo, o Vélia, o Esquilino, o Ópio, o Cispio, o Fagutal e o Célio, e depois é que a cidade se estendeu sobre os outros morros, o que contradiz a conta de sete colinas. É que o elemento *septi-* não deve corresponder ao número *septem* ‘sete’, mas à palavra *sēptum*, que significa ‘paliçada’. Perceba que a palavra *sebe* em português significa ‘cerca viva’, e vem precisamente da palavra latina *sēpēs*.*

A longuíssima história das conquistas de Roma começou pelo assenhoreamento do próprio povo ao qual os romanos pertenciam: os latinos, que se federaram a Roma no começo do século V a.C. Também desde as origens houve lides contra os etruscos; na verdade, mais do que enfrentamento, houve uma forte influência etrusca na formação de Roma: os próprios reis não lendários tinham origem etrusca. Com efeito, tem a mesma origem o ordenamento na forma de cidade-Estado onde a constituição era fundada em laços de parentesco que favoreciam os homens mais ricos, os quais se articulavam em assembleias que escolhiam o rei e intervinham no governo, assim como têm a mesma origem os símbolos do poder, alguns dos quais se usam até hoje, como a toga, o cetro e os feixes de lictor. A crença na adivinhação, não só pelo auspício (observação das aves) mas também pelo haruspício (observação das entranhas de animais sacrificados), tão forte na religião romana, deveu-se igualmente à influência etrusca. Algo que parece hoje tão romano como os combates de gladiador também foi importado da Etrúria.

Diz a lenda que a conquista de Alba Longa, durante o reinado de Tulo Hostílio, não aconteceu por mor da guerra, mas por um trato que os dois lados convieram: um combate até a morte entre três campeões albanos e três romanos. Por Alba Longa escolheram-se os irmãos Curiácios e por Roma, os irmãos Horácios. Ao primeiro embate, dois Horácios tombaram, o que deixou o campeão romano sobrevivente em forte desvantagem, mas ele percebeu que dois Curiácios estavam feridos. Fingiu, então, fugir; os Curiácios foram persegui-lo, mas os ferimentos deixaram-nos descontraídos. De repente, o Horácio parou de correr e golpeou o primeiro Curiácio; não foi difícil matar o segundo, mais cansado pela dor, muito menos o terceiro, que o alcançou já esgotado. Cumprindo o trato, Alba Longa submeteu-se a Roma.

OS DOCUMENTOS MAIS ANTIGOS EM LATIM

Os documentos remanescentes mais antigos em latim remontam ao século da fundação de Roma. Trata-se de uma inscrição sobre um cipo, conhecido como *Lapis Niger* ‘Pedra Negra’, encontrado junto ao túmulo de um rei enterrado na baixa do Fórum nos primeiros tempos da Cidade. Outra foi feita sobre um vaso triplo, chamado de *Duenos*, pois o vaso (isto é, a inscrição) diz que foi feito por um *Duenos*, que pode ser uma forma arcaica de *bonus* ‘bom’. Nem uma nem a outra são fáceis de entender, porque há palavras que desapareceram no latim literário e outras cujo sentido mudou. Seja como for, o Estado romano demandou o uso da escrita desde cedo: o pontífice máximo relatava o que acontecera de mais importante durante o ano nos *Annālēs* ‘Anais’; o direito foi compilado pela primeira vez em 451 e 450 a.C., compilação conhecida como as Leis das Doze Tábuas (*Duodēcim Tabulārum Lēgēs*); escritos também eram os tratados com outros povos. Infelizmente, pouco ou nada desses textos chegou até nós.

APROFUNDANDO A REFLEXÃO

1. O relato de Lívio se assemelha ou difere de um livro hodierno de história? Em que se assemelha e/ou em que difere?
2. Como você crê que um historiador deva posicionar-se perante o seu objeto de estudo? Lívio cumpre ou descumpre o que você espera de um historiador? Por quê?
3. Será que Lívio não distinguia lenda e história? Leia o que disse no prólogo de *Ab Vrbe condītā*:

Quae ante condītam condendamue Vrbe poētīcis magis decōra fābūlis quam incorruptīs rērum gestārum monumentīs trāduntur, ea nec affirmāre nec refellēre in animō est. Datur haec uenīa antiqūtātī ut miscendō hūmāna dīuinīs primōrdiā ūrbīum augustiōra faciāt.

As honras que são contadas antes de fundada ou quando fundada a Cidade, mais com lendas poéticas do que com documentos incorruptos de coisas feitas, não tenho em mente nem afirmá-las nem refutá-las. Dá-se licença à antiguidade para que, misturando as coisas humanas às divinas, faça mais veneráveis esses primórdios das cidades.

4. Você acha que há muita diferença entre a lenda e a historiografia? Por quê?

5. Observe essa outra imagem:



Figura 2

É muito provável que você já tenha visto essa imagem em algum livro-texto de História do Brasil, pois é uma pintura muito famosa de Pedro Américo (1843-1905), guardada hoje no Museu Paulista, em São Paulo. Foi pintada em 1888 e alude à Independência do Brasil. Vários ‘documentos incorruptos de coisas feitas’ (*“incorrupta rerum gestarum monumenta”*), como disse Lívio, atestam que o evento que está retratado nesse quadro aconteceu mesmo, mas você acha que aconteceu com toda essa grandeza que aparece aí? Ou será que Pedro Américo tomou essa ‘licença para fazer mais veneráveis os primórdios das cidades’ (*“ueniã ut primordia urbium augustiora faciat”*)?

A REPÚBLICA

AQUECIMENTO

A expressão *rēs pūblica* ‘coisa pública’ forma a palavra latina mais estendida por todo o mundo, seja apenas acomodada aos sons de outras línguas, como *respublika* em russo, *Republik* em alemão ou *riphabhuliki* em zulu, seja traduzida a outras visões de mundo, como *gònghéguó* (literalmente ‘Estado todo harmônico’) em chinês, *gaṇarājya* (literalmente ‘governo coletivo’) em híndi ou *jumhūriyya* (literalmente ‘coletividade’) em árabe. E você, o que entende por “república”? Sabe o que significa essa palavra? Na sua vivência, esse significado é real, acontece mesmo?

Começada essa reflexão, continuemos o nosso estudo sobre a história de Roma e da língua latina.

A CONQUISTA DA ITÁLIA

Banido o rei Tarquínio o Soberbo, o governo passou a ser exercido por vários magistrados numa hierarquia encimada por dois cônsules com mandato de um ano. É a constituição à qual se conveio chamar *República romana*.

Continuando a sua expansão, os romanos toparam montanha acima com os seus parentes mais distantes de língua osca e umbra. Um deles esteve envolvido com os romanos desde as origens da cidade: os sabinos. Os demais foram vencidos paulatinamente até 290 a.C., fim da Terceira Guerra Samnita.

Após a conquista dos povos montanheses, para o lado do sul restou a faixa costeira entre a serra e o mar, sob o domínio das cidades que compunham a Magna Grécia. Roma subjugou-as em 275 a.C., quando foi derrotado Pirro, rei do Epiro (região ao noroeste da Grécia), que atravessara o mar Jônico a pedido de Tarento, a mais poderosa dessas cidades. Isso não só estendeu o domínio romano a toda a península Itálica, mas também comportou consequências enormes sobre a cultura romana. A cultura grega já produzira então a filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles, a física de Hipócrates, a história de Heródoto e Xenofonte, a oratória de Péricles, a poesia de Simonides, o teatro de Ésquilo e Sófocles. O conhecimento das obras desses homens infundiu nos romanos a vontade de fazer arte à imitação deles.

O COMEÇO DA LITERATURA LATINA

Na verdade, ainda que já houvesse uma literatura oral em latim, como demonstram os cantos que certos sacerdotes entoavam de geração em geração (como o *Carmen Aruāle*, dos irmãos Arvais, e o *Carmen Saliāre*, dos sacerdotes sálios, que são conhecidos por transmissão indireta) a ponto de se terem perdido os significados das palavras, a literatura latina culta teve início sob a influência helênica: o primeiro escritor latino, Lívio Andronico (c. 284-204 a.C.), nasceu provavelmente em Tarento e a sua obra, cuja maior parte se perdeu, foi em grande medida tradução dos clássicos gregos, entre eles a *Odusīa*, tradução da *Odisseia*. Outros escritores da chamada era antiga da literatura latina foram:

Névio (c. 275-201 a.C.), autor de tragédias e comédias e introdutor do gênero épico na literatura latina com o *Bellum Poenīcum* ‘Guerra Púnica’;

Plauto (254-184 a.C.), que escreveu ao menos vinte e uma comédias, das quais a mais famosa é *Pseudōlus*;

Ênio (239-169 a.C.), que se dedicou a vários gêneros, tendo criado a sátira, o primeiro gênero genuinamente latino, tornou-se famoso com os *Annālēs* ‘Anais’;

Catão (c. 234-149 a.C.), que percorreu todo o *cursus honōrum*, a carreira pública romana, é autor de várias orações, do tratado histórico *Orīgēnēs* ‘Origens’, dos educativos *Ad Marcum filiūm* ‘A meu filho Marco’, entre os quais está o *Dē agrī cultūrā* ‘Sobre o cultivo do campo’ e o *Carmen dē morībus* ‘Canto sobre os costumes’;

Terêncio (c. 195/185-159 a.C.), que se dedicou, como Plauto, à comédia, tendo escrito seis que remanesceram íntegras.

Diz a lenda que os homens de Roma estavam fora guerreando contra os rútulos. Sexto Tarquínio, filho de Tarquínio o Soberbo, e Tarquínio Colatino, seu sobrinho, entabularam uma conversa em que um elogiava mais a sua esposa em detrimento da alheia. A conversa esquentou e os dois decidiram sair para averiguar o que fazia cada mulher. Enquanto Lucrecia, a esposa de Colatino, se dedicava a fiar, a de Sexto entregava-se à esbórnia. Vexado, Sexto voltou no outro dia à casa de Lucrecia, que o hospedou, mas enquanto todos dormiam, ele entrou no quarto dela e estuprou-a. De manhã, ela mandou chamar o marido, diante do qual denunciou o crime de Sexto e se matou golpeando o coração com um punhal. Lúcio Júnio Bruto, parente de Lucrecia, inflamou o povo contra o Soberbo, que antes de entrar na cidade foi declarado banido junto com a sua família. Os comícios elegeram, então, Bruto e Colatino os primeiros cônsules da República romana.

POTÊNCIA DO MEDITERRÂNEO

Os escritores da idade antiga da literatura latina foram contemporâneos das Guerras Púnicas. Capturada a Magna Grécia, as fronteiras de Roma foram os Apeninos setentrionais e o mar, mas este tinha dono a essas alturas. No fim do século IX a.C., os destros mercadores fenícios fundaram uma colônia perto de onde fica hoje a cidade de Túnis, no norte da África. Chamaram-lhe *Cartago* e ela veio gozar da hegemonia no comércio no Mediterrâneo ocidental. As Guerras Púnicas foram, pois, a luta por essa hegemonia entre Roma, a potência emergente, e Cartago, a potência consolidada (*poenīcus* ou *pūnīcus* em latim quer dizer ‘cartaginês’, do grego *phoínikas*, que significa ‘fenício’).

A Primeira Guerra Púnica aconteceu entre 264 e 241 a.C. e o seu resultado foi a instalação da primeira província romana na ilha da Sicília, governada por um magistrado romano, nomeado pelo Senado. A Segunda Guerra Púnica ocorreu entre 218 e 201 a.C., mas antes os romanos já tinham incrementado o seu poder em 238 e 237 a.C., quando as ilhas da Sardenha e da Córsega foram feitas província. Durante essa guerra, a cidade de Roma chegou a ser ameaçada pelo general cartaginês Aníbal Barca, quem, não obstante, foi vencido pelo general romano Públio Cornélio Cipião na Batalha de Zama. Roma senhoreou-se, então, de toda a costa mediterrânea da Hispânia, repartida em duas províncias (Citerior e Ulterior) em 197 a.C. A

Terceira Guerra Púnica, entre 149 e 146 a.C., foi, na verdade, a destruição de Cartago, que se tornou a província da África.

Destruída Cartago, não houve mais povo à beira do mar Mediterrâneo, nem no ocidente nem no oriente, capaz de resistir ao jugo romano. Já antes, em 168 a.C., houvera as conquistas da Macedônia (com a Grécia desde 146 a.C.) e da Ilíria. Seguidamente, reduziram-se a províncias:

- o reino de Pérgamo com o nome de Ásia em 132 a.C., com a Bitínia desde 74 a.C.;
- a Gália Transalpina, depois chamada Gália Narbonense, em 121 a.C.;
- a Gália Cisalpina no começo do século I a.C. após uma ocupação secular;
- a Cilícia em 101 ou 100 a.C., com a ilha de Chipre desde 58 a.C.;
- a Cirenaica em 74 a.C., com a ilha de Creta desde 67 a.C.;
- a Síria em 64 a.C.;
- o Ponto em 63 a.C.

AS GUERRAS CIVIS

Ao longo do século I a.C., Roma sofreu disputas sangrentas pelo poder, que levaram à constituição de uma nova monarquia. Na verdade, a República foi um regime atravessado por conflitos sociais desde o início. Embora os homens plebeus também fossem cidadãos, apenas os patrícios — descendentes dos *patrēs* ‘pais’ que geriram a sociedade romana desde a fundação da Cidade e donos das maiores propriedades agrícolas — regiam o Estado. Assim, somente os patrícios podiam propor candidatos às magistraturas, os senadores plebeus não tinham o direito de votar e patrícios e plebeus não podiam sequer casar-se entre eles. Além disso, permitia-se que um pai vendesse um filho como escravo e que um homem livre endividado entregasse a sua própria liberdade ao credor, formas de escravidão que afligiam sobretudo os plebeus, a cada geração mais empobrecidos pela partilha da propriedade agrícola.

Em 494 a.C., após uma secessão, quando a plebe se retirou da cidade, criou-se o tribunado da plebe: dois tribunos (depois dez) invioláveis passaram a representar os interesses da plebe. Em 445 a.C., a Lei Canuleia aboliu a proibição de patrícios e plebeus se casarem. Por volta de 443 a.C., deve ter começado a vigorar o novo ordenamento do povo em classes: o cidadão era adscrito a certa classe de acordo com a sua riqueza, o que deu lugar à ascensão dos plebeus mais ricos. Em 387 a.C., as Leis Licínias Séxtias impediram que um cidadão arrendasse mais de quinhentas jearas de terras públicas, suprimiram parcialmente a escravidão por dívida (definitivamente em 326 a.C. pela Lei Petália Papíria) e permitiram que um plebeu pudesse eleger-se um dos cônsules. Em 300 a.C., a Lei Ogúlnia abriu os colégios sacerdotais aos plebeus. Enfim, em 287 a.C., a Lei Hortênsia equiparou os *plēbiscīta*, as decisões das assembleias dos plebeus (*concīlia plēbis*), às leis.

Essa última medida aponta que no começo do século III a.C. os interesses do patriciado e da plebe convergiam mais do que divergiam. Isso não pressupõe que a sociedade romana se tivesse tornado mais “igualitária”. O que mudou é que a nobreza deixou de ser uma nobreza apenas de sangue. Em outras palavras, a República passou de uma aristocracia para uma oligarquia. A ordem senatória continuou a deter o poder, já não composta apenas pela nobreza, mas também estava aberta, ao menos formalmente, aos “homens novos” (*homīnēs nouī*). A riqueza que borbotava das conquistas incessantes foi partilhada com os homens de negócio, que foram adscrevendo-se à cavalaria do exército, daí terem formado a ordem equestre, tão endinheirada que formaram as sociedades de publicanos para prestar serviços ao Estado por arrendamento. O número dos proletários aumentou, pois a eles se somaram os camponeses: não tivesse bastado terem sido arruinados pelas campanhas de Aníbal, continuaram a ser recrutados para o exército e tiveram de concorrer com a mão de obra escrava, abundante e barata.

Em 107 a.C., Gaio Mário, um “homem novo”, foi eleito cônsul e reformou o recrutamento do exército, admitindo também os proletários, aos quais equipou e prometeu um lote de terra para se assentarem depois de cumprirem o serviço militar. De 104 a 100 a.C., Mário voltou a exercer o consulado, primeiro passo rumo a uma autocracia. Em 88 a.C., o cônsul Lúcio Cornélio Sila foi encarregado pelo Senado de comandar a guerra contra Mitridates, rei do Ponto, mas Mário conseguiu contornar essa decisão por

intermédio do tribuno da plebe Públio Sulpício Rufo; pela primeira vez um general romano marchou contra Roma: Sila fez Mário fugir da Cidade e retomou o comando da guerra. Aproveitando o seu afastamento para o oriente, Mário assaltou-a e obteve o sétimo mandato consular em 86 a.C. e, embora tenha morrido poucos dias depois, o governo continuou nas mãos dos seus partidários. Em 83 a.C., Sila retornou e aniquilou-os. Em 81 a.C., fez-se nomear ditador para organizar a República por tempo indeterminado, e ainda que tenha vindo renunciar ao cargo em 79 a.C., após reforçar tremendamente o poder do Senado, a sua própria ditadura desrespeitou os princípios republicanos fundamentais: a elegibilidade e a colegialidade.

Em 63 a.C., Gneu Pompeu venceu Mitridates do Ponto, tornando-se o mais triunfante general romano e Gaio Júlio César, já bastante popular, elegeu-se pontífice máximo. Em 60 a.C., César, Pompeu e Marco Licínio Crasso, que era o homem mais rico de Roma, firmaram um pacto secreto visando a benefícios mútuos, conhecido como Primeiro Triunvirato. César exerceu o consulado no ano seguinte e em 58 a.C. assumiu o governo das Gálias. Em sete anos, subjuguou todos os gauleses livres ao oeste do rio Reno, aquinhoando-se um poderio imenso. Entrementes, Crasso morreu e Pompeu aproximou-se do Senado.

Tendo expirado o seu mandato na Gália em 50 a.C. e tendo sido rejeitada a sua candidatura a um consulado imediato, o Senado pediu a César que dispensasse o seu exército e viesse a Roma, mas ele sabia que se tratava de uma cilada, e quando, no começo de 49 a.C., atravessou com a Legião XIII o riacho Rubicão — fronteira entre a Gália Cisalpina e a Itália —, deu lugar a uma nova guerra civil. Como Pompeu fugiu, César foi nomeado ditador com um mandato de um ano e ganhou o consulado em 48 a.C. Nesse mesmo ano derrotou Pompeu, que foi assassinado logo depois em Alexandria, onde César interveio contra o faraó Ptolomeu XIII a pedido da irmã deste, Cleópatra Filópator, com quem teve um romance e um filho, conhecido como Cesário. Após a estadia no Egito, César assegurou o domínio romano sobre o Ponto em 47 a.C. e conquistou a Numídia em 46 a.C.

O governo de César foi atravessado por reformas que abrangeram desde o calendário (o chamado Calendário Juliano) até a composição do Senado. Este, que Sila ampliara de trezentos a seiscentos membros, ganhou mais trezentos membros, sobretudo de extrações sociais diferentes dos nobres. Também aumentou o número de magistrados, passando a nomear metade e indicar os candidatos da outra metade. Diminuiu os mandatos dos governadores de província, dilatou o perímetro de Roma e aperfeiçoou o censo, construiu a Basílica Júlia e o Fórum Júlio, este com um templo a Vênus Genetriz, de quem descenderia, e favoreceu a colonização fora da Itália, ao mesmo tempo, com medidas que freavam uma emigração massiva.

César continuou a ser nomeado ditador e a ser eleito cônsul ano a ano, até que em fevereiro de 44 a.C. o Senado o nomeou ditador perpétuo. Não se sabe até onde ele queria chegar, mas havia muitos rumores acerca de vir ser rei. A constituição republicana estava pouco menos que desmantelada, mas o título de rei de Roma era um tabu: por mais que uma oligarquia detivesse o poder, os romanos acreditavam que a sua República era o melhor modo de governo, pois obstava a tirania. Dessa crença, entende-se a ousadia tremenda daqueles senadores e pretores, encabeçados por Gaio Cássio Longino e Marco Júnio Bruto, que, nos idos de março, profanaram o Senado, onde cercaram e apunhalaram César até a morte, quem, além do mais, estava investido da inviolabilidade tribunicia.



Figura 3 – Busto de César.



Figura 4 – Morte de César, de Vincenzo Camuccini (1804-1805).

O cônsul colega de César em 44 a.C. era Marco Antônio, que almejava apropriar-se do seu legado. Mas César adotara em segredo seu sobrinho-neto Gaio Otávio Turino, então com dezoito anos, e fizera-o seu herdeiro. Num primeiro momento, Otaviano (Gaio Júlio César Otaviano, nome que assumira em virtude da adoção; chamado *César* pelos seus contemporâneos) e o Senado aproximaram-se para afugentar Antônio. O Senado reconheceu a herança de Otaviano, nomeou-o senador e legitimou o seu comando militar. Porém, Otaviano deu-se conta de que Antônio era forte demais, de modo que concertou uma aliança com ele e Marco Emílio Lépido, pontífice máximo e governador da Gália Narbonense. A Lei Tícia, de novembro de 43 a.C., oficializou essa aliança, conhecida como Segundo Triunvirato, com mandato de cinco anos.

Juntos, levaram a cabo um expurgo de todos aqueles que os contrariavam. Cássio e Bruto foram vencidos por Antônio e Otaviano em outubro de 42 a.C.: César não só foi vingado, mas também deificado pelo Senado com o nome de Divo Júlio. Dois anos depois, os triúmviros repartiram o domínio romano entre si: Lépido ficou com a África, Otaviano com o Ocidente e Antônio com o Oriente, onde encetou um romance com Cleópatra. Em 34 a.C., Antônio abandonou a sua esposa Otávia — irmã de Otaviano —, declarou Cesário herdeiro de César e doou a este, a Cleópatra e aos três filhos que teve dela domínios romanos orientais e a Armênia, que acabara de conquistar. Em 32 a.C., Otaviano apropriou-se e delatou o testamento de Antônio, que continha disposições semelhantes às ditas doações, ao que o Senado respondeu declarando guerra a Cleópatra. No ano seguinte, Otaviano derrotou ambos na Batalha de Áccio, e perseguiu-os até Alexandria, onde um e a outra se suicidaram e Cesário foi executado. O Egito tornou-se província romana.



Figura 5 – *A morte de Cleópatra*, de Reginald Arthur (1892).

A ERA ÁUREA DA LITERATURA LATINA

Curiosamente, o tempo mais alvoroçado da história de Roma até então foi também a idade de ouro da literatura latina. Com efeito, Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) e César (101-44 a.C.), não foram apenas hábeis homens de Estado, mas doutos homens de letras. A obra de Cícero é considerada o cume da língua latina, a que está lavrada no estilo mais prestigioso, o modelo a ser imitado pelos pósteros. Ele foi o primeiro romano que compôs obras filosóficas, entre as quais sobressaem *Dē officiīs* ‘Sobre os deveres’ e *Dē lēgibus* ‘Sobre as leis’. Também escreveu sobre a retórica, do que destaca *Dē orātōre* ‘Sobre o orador’. Além disso, chegaram-nos 58 orações suas, das quais as mais famosas são as quatro que pronunciou contra o conjurador Lúcio Sérgio Catilina (*In Catilīnam*), e cerca de 860 epístolas. Quanto a César, sabe-se por fontes indiretas que investigou questões de astrologia, língua latina e religião romana, mas a nós chegaram apenas os seus relatos da conquista da Gália, *Dē Bellō Gallicō*, e da Guerra Civil, *Dē Bellō Cīvilī*.

Mais velho que ambos foi Varrão (116-27 a.C.), um dos escritores mais fecundos da literatura latina. Escreveu sobre muitos e variados assuntos. O seu principal mérito é ser o autor do primeiro tratado sobre a língua latina, *Dē linguā latīnā* ‘Sobre a língua latina’, em 25 livros, dos quais nos chegaram seis. Outros escritores de monta foram:

- Lucrécio (98/96-55/53 a.C.), autor de *Dē rērum nātūrā* ‘Sobre a natureza das coisas’, um poema filosófico em que reflete sobre a natureza de uma perspectiva epicurista;
- Salústio (86-34 a.C.), que introduziu a historiografia por episódios na literatura latina e cuja obra mais importante é *Dē coniūratiōne Catilīnae* ‘Sobre a conjuração de Catilina’;
- Catulo (84-54 a.C.), o primeiro grande poeta lírico em língua latina, de quem nos chegou um *Līber* ‘Livro’ com 116 poemas;
- Virgílio (70-19 a.C.), considerado o maior de todos os poetas latinos, autor das *Bucólicas* e das *Geórgicas*, obras-primas líricas, e da epopeia do povo romano: a *Eneida*;

Horácio (65-8 a.C.), outro grande poeta lírico, cujas obras mais importantes são *Lambi* ‘Epodos’, *Sermōnēs* ‘Sátiras’, *Carmīna* ‘Odes’ e *Epistōlae* ‘Epístolas’;

Tito Lívio, de quem já tratei;

Propércio (47-14 a.C.), poeta lírico notável pelas suas elegias;

Ovídio (43 a.C.-17 d.C.), cuja obra-prima são as *Metamorfoses*, poema épico que narra vários mitos greco-romanos, mas também escreveu elegias (*Amōrēs* ‘Amores’ e *Tristīa* ‘Tristes’), epístolas (*Hērōidēs* ‘Heroínas’, nas quais o *eu* lírico são heroínas de mitos greco-romanos) e um tratado no qual ensina o jogo do amor: *Ars amātōriā* ‘Arte de amar’.

APROFUNDANDO A REFLEXÃO

1. Vejamos se a sua leitura deste capítulo foi mesmo atenta. Três guerras civis minaram os alicerces da República romana ao longo do século I a.C. Quando aconteceram e que personagens se enfrentaram nelas?
2. O fundamento da República romana era o exercício do poder por magistrados, cujos mandatos se assentavam sobre dois princípios: a elegibilidade e a colegialidade. O que significam esses princípios?
3. As magistraturas da República romana estavam ordenadas numa hierarquia chamada *cursus honōrum*, ou seja, ‘carreira das honras’. Pesquise qual era a idade mínima para assumir cada cargo e quais eram as suas funções durante a República. Os cargos eram os seguintes:
 - a) Questor (*quaestor*);
 - b) Edil (*aedilis*);
 - c) Pretor (*praetor*);
 - d) Cônsul (*cōnsul*);
 - e) Censor (*cēnsor*);
 - f) Tribuno da plebe (*tribūnus plēbis*).
4. Que semelhanças e diferenças você vê entre a República romana e uma república contemporânea?

O IMPÉRIO

AQUECIMENTO

Ainda que o povo romano contasse mais de setecentos anos de história quando a República foi sendo transformada em monarquia, a Roma antiga permaneceu na nossa memória mormente na forma do Império romano. Comprovemos isto: o que lhe vem à mente quando se fala em Roma?

Pensou? Retomemos, então, o fio de meada.

UMA NOVA MONARQUIA

Após a Guerra Civil, Otaviano foi pouco a pouco concentrando o poder na sua pessoa. Desde 42 a.C., usava o agnome *Dīuī Filīus*, ou seja, ‘Filho do Divó’. Em 38 a.C., trocou os seus prenome e nome pelo agnome que o Senado concedera a César em 45 a.C.: *Imperātor*, pelo que passou a chamar-se *Imperātor Caesar Dīuī Filīus*. No entanto, a desdita de César ensinou a Otaviano que era perigoso agredir as instituições republicanas. Assim, quando o Senado lhe ofereceu o título de *Rōmūlus* ‘Rômulo’, esquivando a polémica palavra *rēx* ‘rei’, recusou-o porque a figura de Rômulo estava ligada demais à monarquia. Em contrapartida, aceitou, em



Figura 6 – Augusto como *im-perātor*.

28 a.C., o título de *princeps* ‘príncipe’, o qual já existia na forma do *princeps Senātūs* ‘príncipe do Senado’: um senador escolhido pelos censores entre aqueles que tinham desempenhado a censura para presidir o Senado. Aceitou também, no ano seguinte, o cognome de *Augustus*, uma palavra não fácil de traduzir — ‘sagrado’, ‘venerável’ — que acrescentou ao seu nome, a partir de então *Imperātor Caesar Dīū Fīlius Augustus*. O caráter religioso desse cognome foi a base do culto imperial, que se desenvolveu desde então.

Todos esses títulos conferiam *dignitās*, ou seja, ‘dignidade’, a Augusto, mas para reger o Estado, ele também precisava de *auctoritās*, isto é, ‘autoridade’. Foi reeleito cônsul seguidamente até 23 a.C., quando o Senado lhe outorgou um *imperium prōcōsulāre maius et īnfīnītum*, o que o tornou comandante supremo e vitalício do exército, e também o poder tribunicio, com o qual inteirou o seu domínio sobre o Senado, pois desde então não só o presidia, mas também podia vetá-lo e expedir atos equivalentes à lei, além de gozar da inviolabilidade dos tribunos da plebe. Para acabar, assumiu o cargo de pontífice máximo em 12 a.C. e ganhou o título de *Pater Patriāe*, ou seja, ‘Pai da Pátria’, em 2 a.C.

Augusto não só preservou o *cursus honōrum* (além de ter instituído outro para o exército), mas o reformou de modo que se esvaziou de poder sem deixar de ser uma honraria para as camadas mais favorecidas da sociedade. O próprio consulado foi mantido e alargado, não mais como o posto mais poderoso do governo, mas como a mais alta honra a que um senador podia aspirar. Designou, ainda, funcionários à margem do *cursus honōrum* para cuidar de certos negócios. Ao fim e ao cabo, Augusto instaurou um novo regime monárquico sob a aparência de restaurar a República.

Augusto terminou os edifícios que César começara, a Cúria Júlia e o Teatro de Marcelo, e em honra sua levantou o Templo do Divo Júlio, assim como, junto a um novo fórum, o Templo de Marte Ultor (‘Vingador’), além de outros templos. Com o seu beneplácito, foram construídos o Panteão (templo de todos os deuses), bem como os *Sēpta Iūlia* (recinto destinado à votação dos cidadãos), dois aquedutos (*Aqua Iūlia* e *Aqua Virgō*) e as primeiras termas públicas de Roma. Em 9 a.C., o Senado mandou edificar no Campo de Marte a *Ara Pācis Augustae* ‘Altar da Paz Augusta’, um monumento cuja harmonia, com elementos gregos clássicos, helenísticos e romanos tradicionais, e cuja decoração, com alegorias em relevo que recordam as origens lendárias de Roma e exaltam uma natureza farta, resumem bem a ideologia da era augustana.

O APOGEU

Dias antes de receber o cognome de *Augustus*, Otaviano ensaiou devolver ao Senado o *imperium* (comando militar), mas este lho revigorou por dez anos sobre as províncias mais hostis. Daí surgiu a diferença entre províncias públicas, que continuaram a ser governadas por um procônsul ou propretor nomeado pelo Senado e cuja arrecadação ia parar ao erário, a caixa do Estado, e províncias de César, que eram governadas

*As palavras **imperium** e **imperator** eram tão ou mais velhas que a própria República romana. Traduções possíveis dos seus sentidos originais são ‘comando’ e ‘comandante’. Muito antes dos imperadores, o **imperium** era um poder de natureza militar que permitia a um cidadão comandar outros cidadãos, com que estavam investidas as magistraturas de cônsul e pretor. Quanto ao título de **imperator**, era outorgado a um general após uma grande vitória por aclamação dos seus homens, um rito necessário para celebrar o seu triunfo, durante o qual mantinha o título e após o qual o entregava. O que Augusto mudou é que **imperator** deixou de ser um título para se tornar um prenome, de modo que ele e os seus sucessores se chamaram **Imperator Caesar Augustus**. Portanto, as expressões **Império Romano** e **imperador romano** são convenções historiográficas. O sentido atual da palavra **imperador** não vem do tempo dos imperadores romanos, mas tem origem medieval, e foi cunhado primeiramente em grego. A tradução de **Imperator Caesar Augustus** para essa língua é **Autokrator Kaisar Sebastos**, mas em 629 Heráclio trocou essa forma de nomeação pelo título de **basileús**, palavra que até então significava ‘rei’, mas que desde então teve o sentido que se dá hoje à palavra **imperador**. Assim, à imitação do **basileús**, Carlos Magno assumiu, em 800, o título de **Imperator Rōmānōrum** ‘Imperador dos Romanos’, completando a mudança semântica do termo.*

por um legado ou prefeito nomeado pelo imperador e cuja arrecadação ia parar ao fisco, a caixa do imperador. Isso lhe permitiu conduzir as novas conquistas:

- sob Augusto,
 - a Méxia em 29 a.C.,
 - a Galácia em 25 a.C.,
 - os povos ásture e cântabro em 19 a.C. (remate da conquista da Hispânia),
 - a Récia em 15 a.C.,
 - os Alpes ocidentais em 14 a.C.,
 - a Panônia em 9 a.C.
 - e a Judeia em 6 d.C.;
- sob Tibério, a Capadócia em 17;
- sob Calígula, a Mauretânia em 40;
- sob Cláudio,
 - a Britânia e a Lícia em 43,
 - a Trácia em 46
 - e o Nórico em 50;
- sob Trajano,
 - a Arábia Petreia e a Dácia em 106,
 - a Armênia em 114,
 - a Mesopotâmia e a Assíria em 116.

Adriano abandonou a Armênia, a Mesopotâmia e a Assíria e, em 271, Aureliano fez o mesmo na Dácia, de modo que na maior parte do tempo as fronteiras do Império foram:

- os rios Reno e Danúbio no continente europeu;
- o rio Eufrates e o deserto da Arábia no continente asiático
- e o deserto do Saara no continente africano.

Ao contrário do que aconteceu durante a República, quando os povos itálicos tiveram de travar uma guerra (a chamada Guerra Social) pela igualdade de direitos, ou seja, pela concessão da cidadania romana em 89 a.C. (Lei Plúcia Papíria), ao longo dos dois primeiros séculos do Império houve uma integração progressiva das sociedades provinciais à sociedade romana. As melhorias infraestruturais que beneficiavam a cidade de Roma foram levadas às províncias, onde vinham fundando-se inúmeras colônias e aonde se chegava por estradas pavimentadas. No oriente do Império, sempre houve muitas cidades. Em contrapartida, no ocidente cada nova cidade — seja município seja colônia, quer com cidadania romana quer com cidadania de direito latino — era uma pequena Roma que atraía a população local para a identidade romana. Pouco a pouco, os povos ocidentais foram romanizando-se, em contraposição aos orientais, que permaneceram fiéis à cultura e língua gregas.

Fora de Roma, os homens mais ricos formaram uma oligarquia em cada cidade: a ordem dos curiais. Os curiais mais bem-sucedidos ascendiam à ordem equestre, que já no tempo da dinastia Flávia (69-96) tinha mais membros provinciais que itálicos. No fim desse mesmo século, reinou o primeiro imperador nascido numa província: Trajano, natural de Itálica, na Hispânia Bética. Não muito tempo depois, no reinado de Marco Aurélio (161-180), os provinciais alcançaram a maioria no próprio Senado.

*Quando o costume de destruir uma cidade conquistada e levar a sua gente para Roma se tornou insustentável, por razões óbvias, os romanos vale-ram-se de dois meios para sujeitar o povo vencido: converter a cidade em município (*municipium*) e fundar colônias (*coloniae*). A diferença entre o município e a colônia consistia no fato de que a população daquele, ainda que sujeita ao domínio romano, podia manter um ordenamento próprio, enquanto a população desta não obedecia senão à lei romana, sendo que havia municípios e colônias onde os homens livres eram cidadãos romanos e outras onde eram cidadãos de direito latino. Como o nome sugere, o direito latino fora concedido originalmente às cidades do Lácio; diferia da cidadania romana por se restringir ao casamento (*iūs conubii*), ao comércio (*iūs commercii*) e à migração (*iūs migrandi*). O jogo entre as condições de estrangeiro (*peregrinitas*), de cidadão de direito latino (*latinitas*) e de cidadão romano (*románitas*) constituiu um instrumento eficiente de romanização, pois ser romano se apresentava como um privilégio. Esse processo foi coroado em 212 pela Constituição Antoniniana, do imperador Caracala, que estendeu a cidadania romana a todos os homens livres do império.*

A ERA ARGÊNTEA DA LITERATURA LATINA

Apesar do progresso durante os dois primeiros séculos do Império, julga-se que os escritores que viveram nesse tempo produziram a idade de prata da literatura latina. Com efeito, as obras dos escritores do século I a.C. foram revestidas de tal prestígio que a norma literária estacionou aí: é a variedade da língua à qual se costuma chamar *latim clássico*, cujos exemplos supremos são Virgílio na poesia e Cícero na prosa. Assim, mais que inovar, os autores da era argêntea consolidaram um legado. Os principais foram:

Fedro (c. 20 a.C.-c. 50 d.C.), que introduziu a fábula na literatura latina, traduzindo Esopo, fabulista grego, e acrescentando outras fábulas da sua autoria;

Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), filósofo adepto do estoicismo, do qual é considerado o maior autor em latim, sendo as suas obras mais importantes os *Diálogos*, consistentes em nove tratados filosóficos, e as *Cartas a Lucílio*, de conteúdo também filosófico;

Petrônio (27-66), autor do primeiro romance da literatura latina, o *Satiricon*, do qual restam apenas fragmentos;

Plínio o Velho (23-79), que escreveu uma enciclopédia, a *Nātūrālis historīa* ‘História natural’, usada como fonte de conhecimento sobre muitos assuntos durante toda a Idade Média;

Quintiliano (35/40-96), que escreveu o tratado mais completo sobre a arte retórica, a *Īnstitūtīō ōrātōria* ‘A formação do orador’;

Marcial (40-104), o maior cultor do gênero do epigrama;

Tácito (55-120), provavelmente o historiador latino de maior qualidade literária, aproveitou o melhor que a historiografia romana produzira até o seu tempo;

Juvenal (55/60-c. 127), que se dedicou à sátira, gênero no qual espelhou todos os vícios da sociedade romana do seu tempo;

Suetônio (70-126), o grande biógrafo da literatura latina, tendo historiado a vida de César e dos onze primeiros imperadores em *Dē uītā Caesārū*, conhecido como ‘As vidas dos doze césares’ (literalmente ‘Sobre a vida dos césares’);

Apuleio (125-170), autor do único romance latino que nos chegou íntegro, o *Asīnus aurēus* ‘O asno de ouro’, precursor, como o *Satiricon*, do romance picaresco.



Figura 7 – Anfiteatro Flávio, mais conhecido como Coliseu (ano de 80).

Na idade de prata, a influência helênica atingiu o auge, infiltrando-se mesmo na sintaxe do latim. O próprio imperador Marco Aurélio teria sido autor notável da literatura latina se não tivesse escrito em grego *Tà eis heautón*, conhecidos como *Meditações* (literalmente ‘Coisas para si mesmo’).

O DECLÍNIO

Até o governo de Marco Aurélio, Roma foi um Estado que assentava o seu desenvolvimento sobre a sujeição, muito bem-sucedida, de outros povos, que lhe aportavam escravos, terras, grãos, metais e dinheiro. Depois dele, o Estado procurou manter a expansão que alcançara, cada vez com menos sucesso, até que sucumbiu.

Quando a mão de obra escrava começou a escassear, foi sendo trocada por colonos, que desfalcaram as pequenas e médias propriedades em favorecimento das grandes. Mas ao contrário do que possa parecer à primeira vista, o decréscimo do trabalho escravo não comportou o crescimento do trabalho livre, mas a convergência de ambos para o trabalho compulsivo. Em outras palavras, perdeu-se muito da diferença entre homens livres ou libertos e escravos, de modo que toda a camada mais baixa da população veio padecer de condições de vida muito ruins. Além disso, as propriedades médias pertenciam sobretudo aos curiais, que

foram perdendo o poder de fazer os investimentos que costumavam e deviam nas cidades. Por conseguinte, estas começaram a definhar.

Esse estado de coisas foi agravado por se dar num momento em que as fronteiras estavam sendo ameaçadas pelos bárbaros, o que aumentou sobremaneira o valor dos exércitos que as defendiam. Depois do reinado de Cômodo (180-192), a traiçoeira morte do imperador e a imposição de um novo por um conchavo de parentes seus, da guarda pretoriana e/ou do exército, tornaram-se acontecimentos absolutamente comezinhos.

À medida que o cabedal político do exército foi aumentando, o Senado foi ficando cada vez mais relegado, mas como o ordenamento do Estado se subverteria, não foi a ordem senatória que desapareceu, mas a ordem equestre que, segundo a riqueza de cada um, se dissolveu para cima, fundindo-se na ordem senatória, e para baixo, nos curiais. Estes, e com muito mais dureza as camadas mais baixas do povo, eram brutalmente oprimidos pelo Estado para que o sustentassem.

Durante os quase três séculos do longo ocaso do Império romano, houve pouco menos de dois momentos em que se conseguiu recobrar a estabilidade: os reinados de Diocleciano (284-305) e de Constantino (306-337), dois dos poucos imperadores que não morreram assassinados nesse tempo.

AS REFORMAS DE DIOCLECIANO E CONSTANTINO

Desde 286, Diocleciano partilhou o governo com o seu amigo Maximiano, a quem deu o título de augusto e confiou a metade ocidental do Império. Não era uma medida propriamente nova, pois desde Marco Aurélio se tornara comum o imperador nomear um parente ou alguém de confiança César a modo de herdeiro aparente e coimperador. A novidade foi que, em 293, Diocleciano escolheu um César e Maximiano, outro, respectivamente Galério e Constâncio. Ao cabo de vinte anos, os Césares deviam tomar os lugares dos augustos e nomear novos Césares.

Ao mesmo tempo, o ordenamento territorial foi reformado: as províncias foram agrupadas em doze dioceses, à frente das quais estava um vicário. Cada augusto e cada César governava o território de três dioceses.

Com esse novo sistema de governo e sucessão, chamado *Tetrarquia*, Diocleciano esperava remediar a instabilidade política e ineficiência administrativa, mas quando chegou o momento de os Césares ascenderem a augustos e escolherem outros Césares, uns e outros se desavieram, e o sistema salvou-se porque Diocleciano interveio. Assim sendo, estava claro que o sucesso da Tetrarquia dependia da autoridade do seu criador, de modo que desapareceu após a morte dele.

Constantino, filho de Constâncio, começou o seu governo enleado em lutas contra os sucessores da Tetrarquia e usurpadores (ele mesmo era um). Venceu todos até 324 e desde então foi o único imperador romano. Trocou a Tetrarquia por uma nova divisão do Império em quatro prefeituras, cujos prefeitos — sem comando militar — respondiam apenas a ele. Reformou também a administração imperial e o exército, no sentido de espargir o poder sobre várias pessoas, de modo que o seu próprio ficasse fortalecido.

Não obstante, a maior obra de Constantino foi ter fundado, em 330, uma nova capital. Construída sobre a cidade de Bizâncio, a Nova Roma ou Constantinopla (em grego *Kōnstantinoúpolis*, ou seja, ‘Cidade de Constantino’, latinizado como *Cōnstantīnopolis*, hoje Istambul, Turquia) estava numa posição privilegiadíssima: às margens do Bósforo, o estreito que separa a Ásia e a Europa, a meio caminho da fronteira oriental e da fronteira danubiana, e longe do bulício de Roma. Em Constantinopla, instalou-se não só a administração imperial, mas também um Senado. Estavam, pois, plantadas as condições para a partição definitiva do Império em 395, após a morte do imperador Teodósio, que legou o Oriente a seu filho Arcádio e o Ocidente a seu outro filho Honório.



Figura 8 – Cabeça de Constantino.

O CRISTIANISMO

Diocleciano e Constantino sobressaem também na história de Roma por terem reagido de maneiras opostas ao crescimento da fé cristã. Desde Septímio Severo (193-211), os imperadores intitularam-se *domīnī* ‘senhores’ e, por vezes, *deī* ‘deuses’. Isso representou uma mudança ideológica bastante relevante, pois *domīnus* era, dentre outros usos, o dono do escravo (a própria palavra *dono* vem de *domīnus*). Ademais, embora seja verdade que o cognome *Augustus* elevava, de uma perspectiva religiosa, o imperador acima dos demais homens, de acordo com a tradição augustana, a apoteose ocorria somente após a morte. Trocando em miúdos, antes, por mais que o imperador possuísse um poder absoluto e sacrossanto, ele era oficialmente o primeiro entre os iguais, e não era um deus, mas um homem venerando; depois, ele assumiu de vez a sua condição de monarca divino, de modo que se ainda restava algo da fachada republicana que Augusto procurara preservar, ela acabou de ruir.

Que desdobramento religioso se seguiu disto? É que não ruía apenas a fachada do regime, mas todo o edifício das tradições romanas. Se se levar em conta que até o começo do século I a.C. o exército romano se compunha de cidadãos que se armavam às suas próprias expensas a serviço da *Rēs Pūblica* e que ultimamente os militares matavam o imperador que não só deixasse de pagar os seus soldos, mas também a peita pelo seu apoio, tem-se uma boa ideia do quanto se tinham perdido as tradições. As mudanças foram, pois, cavando um vazio ideológico, que em tempos de míngua e insegurança foi preenchido por crenças que satisfiziam mais do que as necessidades civis.



Figura 9 – *A última oração dos mártires cristãos*, de Jean-Léon Gérôme (1863-1883).

Na verdade, os romanos sempre foram abertos ao sincretismo. A sua religião misturara-se em grande medida primeiro com a dos etruscos e logo com a dos gregos. Já em meados do século I a.C., erguera-se um templo aos deuses egípcios Ísis e Serápis em Roma. Desde 274, quando reinava Aureliano, os próprios imperadores cultuaram o Sol Invicto, uma divindade de origem também oriental. A diferença do cristianismo é que a promessa de vida eterna num reino que não é deste mundo num mundo atravessado pela miséria e truculência consolava quase todas as camadas da população. Mas quando os imperadores se intitularam senhores e deuses, os cristãos, que creem num Deus e Senhor, foram de encontro ao Estado. É preciso entender que se para um cristão render culto aos deuses romanos era ato de apostasia, para um romano não cristão negar-se a isso era ato de deslealdade ao Estado.

A primeira reação, a de Diocleciano, foi revivescer a tradição. Com efeito, ele e o seu César assumiram o agnome de Jóvio, e Maximiano e o seu César, o de Hércúleo, isto é, estavam associados respectivamente a Júpiter e Hércules. É certo que houve perseguições dos cristãos desde ao menos o incêndio de Roma em 64, ocasião em que, segundo a tradição, foram martirizados os apóstolos Pedro e Paulo. Mas até o reinado de Décio (249-251), houve mais tolerância que perseguição. De todo modo, foi durante a Tetrarquia, mais precisamente desde 303, que os cristãos foram julgados claramente uma ameaça ao Estado. Mártires muito estimados nas igrejas cristãs que dispõem a veneração dos santos — Sebastião, Cosme e Damião, Luzia, Inês etc. — pereceram nessa Grande Perseguição.

A segunda reação, a de Constantino, foi acomodar-se ao soçobro das tradições junto com a difusão da fé cristã. A Grande Perseguição acabou em 311, quando foi promulgado um edito de tolerância pelo imperador Galério, o qual foi ratificado em 313 por outro edito dos imperadores Constantino e Licínio em

Mediolano (daí conhecido como Edito de Milão). Constantino outorgou poder de juiz aos bispos, isentou a Igreja de impostos e reconheceu-a como pessoa jurídica. Apoiou a edificação de grandes basílicas, como a de São João de Latrão — catedral de Roma — e a de São Pedro, sobre o túmulo do apóstolo na colina do Vaticano, além da basílica do Santo Sepulcro em Jerusalém e da igreja de Santa Irene em Constantinopla. Convocou e presidiu o primeiro concílio ecumênico, celebrado em Niceia, província da Bitínia (hoje İznik, Turquia), em 325, feito enormemente importante, pois foi estabelecida uma compreensão oficial da doutrina cristã, ou, em outras palavras, semearam-se as noções de ortodoxia e heresia. Efetivamente, um cristianismo conflituoso não servia aos interesses do Império.

Embora a tradição situe a conversão de Constantino à crença cristã na Batalha da Ponte Mílvia em 312, quando venceu o usurpador Maxêncio, fato é que só recebeu o batismo no leito de morte. Na verdade, apesar de todo o favorecimento que dispendeu em pró do cristianismo, Constantino manteve uma posição ambígua em face da sua própria fé. A decoração do arco alusivo ao triunfo sobre Maxêncio, erguido em 315, é puramente tradicional. A disposição de que o *diēs Sōlis* ‘dia do Sol’ fosse feriado reconhecia o costume cristão do *diēs Dominicus* ‘dia do Senhor’ (daí *domingo*), mas o nome do dia permitia entendê-lo também como uma consagração ao Sol Invicto. A fundação de Constantinopla também seguiu o rito romano tradicional e, no meio do fórum, ergueu-se uma coluna em cujo cimo repousava uma estátua de Constantino como deus-sol. Enfim, Constantino continuou a ser pontífice máximo, portanto chefe da religião romana, durante todo o seu império.

Seja como for, após Constantino, o cristianismo foi cada vez mais a religião majoritária do Império romano. Os cristãos, que tinham padecido e perecido sob a intolerância dos não cristãos, trocaram de papel com eles e começaram a perseguir os agora chamados pagãos. O imperador Graciano foi o derradeiro pontífice máximo, titulação que assumiram os bispos, especialmente o bispo de Roma, ou seja, o papa. Em 380, ele, Valentiniano e Teodósio promulgaram um edito — o Edito de Tessalônica — em que exprimiram a vontade de que todos os povos que regiam se convertessem à doutrina nicena com o nome de cristãos católicos, o que tem sido interpretado como a oficialização do cristianismo. Em 391, Valentiniano e Teodósio dispuseram que não se podia entrar nos templos pagãos, tampouco andar perto deles, nem mesmo olhar para eles ou para as estátuas dos deuses. A reboque dessa disposição, muitos templos pagãos foram destruídos, como o Serapeu de Alexandria, onde presumivelmente se conservava parte da grande biblioteca fundada em 288 a.C. Em 392, Teodósio vedou também o culto pagão doméstico. Em 394, extinguiu os Jogos Olímpicos. A primeira Olimpíada fora celebrada, segundo a tradição, em 776 a.C.!

A LITERATURA LATINA CRISTÃ

Na verdade, a cristandade cruzou o caminho da língua latina muito tempo antes de ascender ao poder. Como se expandiu a partir da Judeia, assentou-se primeiro na parte oriental do Império, onde a língua dominante era o grego. Em grego escreveram-se os livros do Novo Testamento e compuseram as suas obras os Padres da Igreja nascidos nessa parte do Império, como Atanásio de Alexandria (295-373), Basílio Magno (239-378), Gregório Nazianzeno (329-390) e João Crisóstomo (344/354-407). Mas quando a pregação cristã alcançou o Ocidente, foi preciso empregar a língua comum aí: o latim. Efetivamente, as gerações de escritores que se seguiram à idade de prata não renovaram o fazer literário, permanecendo à sombra da literatura clássica. Os autores que aportaram novidades à literatura latina do século III em diante foram os cristãos, não só por engenho, mas também por necessidade, pois a divergência de visão de mundo entre as crenças tradicionais e as cristãs demandou mudanças especialmente lexicais. O primeiro grande escritor cristão em latim foi Tertuliano (c. 155-c. 230), em cujas obras está a atestação mais antiga de alguns dos termos latinos cristãos. Seguiram-se-lhe:

Cipriano, bispo de Cartago (210-258), província da África, que pereceu na perseguição do imperador Valeriano;

Lactâncio (c. 250-c. 327), chamado “Cícero cristão”, que confrontou a doutrina cristã e as escolas filosóficas helenísticas;

Vitorino (250-304), bispo de Petóvio, província da Panônia (hoje Ptuj, Eslovênia), o primeiro exegeta cristão latino;

Hilário (315-367), bispo de Pictávio, província da Aquitânia (hoje Poitiers, França), autor do *Dē trīnitāte* ‘Sobre a trindade’, o primeiro grande tratado teológico em latim;

Ambrósio (339-397), bispo de Mediolano (hoje Milão, Itália), além de grande escritor, gozou de grande respeito da parte dos imperadores Graciano e Teodósio, em cuja política religiosa interveio;

Jerônimo de Estridão (347-419/420), que, por encargo do papa Dâmaso I, elaborou, a partir de 382, a versão da Bíblia em latim conhecida como *Vulgata* (de *uulgāta editiō* ‘edição popular’), composta em parte pela revisão de traduções latinas anteriores e em parte por traduções novas do hebraico e grego;

Agostinho (354-430), bispo de Hipona, província da Numídia (hoje ‘Annābah, Argélia), cuja obra vastíssima — cume da literatura latina cristã e da qual sobressaem os *Cōfessiōnum librī* ‘Livros das confissões’, a sua autobiografia, e *Dē cīuitāte Deī contrā pāgānōs* ‘Sobre a cidade de Deus contra os pagãos’, o primeiro tratado de filosofia da História — influenciou enormemente toda a filosofia ocidental posterior.

O FIM DO IMPÉRIO NO OCIDENTE

O empoderamento do cristianismo acabou engrossando o fervedouro em que Roma estava mergulhada. Mais que isso: o Estado hostilizou a própria camada mais alta da sociedade, os senadores, que se julgavam os guardiães das tradições romanas. Chegou-se, assim, a um estado em que qualquer ninharia aticava uma revolta. Havia uma tremenda violência por toda a parte, o que se voltava contra o próprio Estado, pois empurrava ainda mais os pobres a procurar a proteção dos ricos ou, pior, para o crime.

Ao fim e ao cabo, o Estado, que não se segurava mais que pela força do seu aparelho repressor, o qual, à sua vez, dependia dos próprios cidadãos que fustigava, teve de pactuar com os bárbaros, não tréguas, mas alianças, como fizera em priscas eras, quando não passava de uma pequena cidade-Estado do Lácio. Contudo, se naquele tempo esse recurso lhe deu margem para manobrar a sua expansão, nesse momento veio apenas preparar o golpe que o destroçou de vez. O próprio comando dos exércitos romanos foi entregue a generais de origem bárbara, em cujas mãos alguns imperadores não passavam de títeres.

Em 410, Alarico, rei dos visigodos, invadiu e saqueou Roma, algo que acontecera por uma única vez em 390 a.C. Apesar de ter comovido profundamente os contemporâneos, o acontecimento repetiu-se em 455: dessa vez foram os vândalos de Genserico. Enfim, em 476 o chefe germânico Odoacro depôs Rômulo Augústulo, o último imperador romano no Ocidente, ironicamente homônimo do fundador da Cidade. Em vez de escolher mais um imperador-fantoches, Odoacro mandou entregar as insígnias imperiais a Zenão, imperador romano no Oriente, e assumiu o título de rei, primeiro da sua gente e depois da Itália.

A parte oriental do Império, que sempre foi mais populosa, urbanizada e produtiva, aguentou-se e, atravessando momentos de prosperidade e reveses, durou mais um milênio. Embora tenha continuado a ter o nome de România e os seus próprios cidadãos se identificassem como romanos, para evitar confusões, os historiadores modernos convieram chamar-lhe *Império bizantino*, do gentílico da antiga cidade sobre a qual se levantou Constantinopla: Bizâncio. Aí o latim seguiu sendo língua oficial até 620, quando o imperador Heráclio o trocou pelo grego, língua majoritária da população desde antes da conquista romana.

A HISPÂNIA NA HISTÓRIA DE ROMA

A *Hispania* é a porção da Europa que recebe hoje o nome de *península Ibérica* e é compartilhada por três Estados soberanos — Andorra, Espanha e Portugal —, além de Gibraltar, que é território britânico de ultramar. A razão de se recorrer à denominação de origem helênica (*Ibēriā*, donde *Ibéria*) é que ao longo da Idade Moderna o termo *Espanha* perdeu a sua referência primitiva, acabando por se restringir ao Estado que

tomou tal nome. Ainda em 1572, Luís de Camões cantava que os portugueses eram “ũa gente fortíssima de Espanha” (*Os lusíadas*, I, 32).

A Hispânia foi a terceira província romana. Tendo em conta que a primeira foi a Sicília e a segunda, a Sardenha e Córsega, foi também o primeiro território que os romanos conquistaram além da Itália hodierna. Por outro lado, foi o que mais custaram a conquistar: quase duas centúrias, mais precisamente de 218 a 19 a.C. Isso explica a romanização precoce dos hispanos, como testemunhado por Estrabão na passagem de um século I para o outro: “No entanto, os turdetanos, sobretudo aqueles às margens do Bétis, voltaram-se inteiramente ao costume dos romanos, já não lembrados da própria linguagem” (*Geōgraphiká*, III, 2, 15; tradução minha). Mas igualmente explica a preservação da única língua anterior à conquista romana na parte ocidental do continente europeu: o basco.

Com efeito, a primeira colônia de direito latino fora da Itália foi fundada na Hispânia: a cidade de Itálica, hoje Santiponce, em 205 a.C. Houve outras 28, quinze das quais também ficavam na Bética, cujo nome deriva do mencionado rio *Baetis*, hoje Guadalquivir. De fato, quando Augusto reformou a administração territorial, essa província foi uma das poucas ocidentais que permaneceram sob a autoridade do Senado (*prōuincīae Popŭlī Rōmānī*), e sempre que a oligarquia itálica se abriu à participação provincial, hispanos nascidos aí foram os precursores: o primeiro côsul e o primeiro imperador de origem extraitálica, respectivamente Lúcio Cornélio Balbo em 40 a.C. e Marco Úlpio Trajano de 98 a 117, em cujo império Roma alcançou o apogeu. A Trajano sucedeu outro hispano, Adriano (117-138), e mais tarde, de 379 a 395, um terceiro hispano foi o derradeiro a governar o império antes de se partir definitivamente em Oriente e Ocidente: Teodósio o Grande.

Na seara literária, dos escritores que aludi até aqui pelo seu destaque nas letras latinas, três eram hispanos: Sêneca, Quintiliano e Marcial. Além destes, merecem alusão o geógrafo Pompônio Mela (séc. I), que descreveu o mundo conhecido no tratado *Dē chōrographiā* ou *Dē sitū orbis* ‘Sobre a descrição do mundo’; o agrônomo Columela (4-c. 70), cujas obras, *Dē rē rŭsticā* ‘Sobre o negócio do campo’ e *Dē arboribus* ‘Sobre as árvores’, formam o repertório remanescente mais completo sobre a agricultura romana; o poeta Lucano (39-65), cuja *Pharsālīa* ‘Farsália’ (referente à Batalha de Farsalo) narra a guerra civil entre César e Pompeu; Prudêncio (348-c. 410), que foi um dos maiores poetas cristãos da Antiguidade, conhecido como *Cantor dos Mártires*; o historiador Paulo Orósio (c. 383-c. 420), cujas *Historiæ aduersus pāgānōs* ‘Histórias contra os pagãos’ permaneceram como uma das principais fontes sobre a história do mundo antigo durante todo o Medievo.

Mesmo após o fim do Império no Ocidente, um dos bastiões da latinidade era hispano: Isidoro de Sevilha (c. 560-636), que escreveu os *Orīgīnum sīue etymologiārum librī* ‘Livros das origens ou das etimologias’, uma enciclopédia na qual procurou coligir todo o conhecimento do seu tempo. Já no Renascimento Carolíngio, sobressai Teodulfo (c. 755-818), nascido provavelmente em Saragoça, nomeado bispo de Orleães por Carlos Magno, onde fundou escolas e se dedicou à teologia, ecdótica da Vulgata e poesia. Mais adiante, Antonio de Nebrija (1441-1522) não foi apenas o humanista que escreveu a primeira gramática do castelhano — a primeira impressa de uma língua românica —, mas também um notável latinista, tanto que o seu intuito era aprimorar a preparação ao estudo da gramática latina, exatamente como o princípio destes prolegômenos — o vernáculo como ponto de partida —, tanto que é também o autor dos primeiros dicionários modernos latim-espanhol e espanhol-latim.

APROFUNDANDO A REFLEXÃO

1. Foi durante o Império que Roma alcançou a sua expansão máxima. Na verdade, ao estudar a civilização greco-romana, deparamo-nos amiúde com nomes de lugares que já não achamos nos mapas de hoje. O quadro a seguir contém o rol das províncias romanas até o tempo do imperador Nerva (96-98). Pesquise em que país atual fica cada uma.

província	localização atual	província	localização atual
Achāia (Acaia)		Germānia (Germânia)	
Aegyptus (Egito)		Hispania Baetica (Hispania Bética)	
Africa (África)		Hispania Tarracōnēnsis (Hispania Tarraconense)	
Aquitānia (Aquitânia)		Iūdaea (Judeia)	
Arabia Petraea (Arábia Petreia)		Lycia et Pamphylia (Lícia e Panfília)	
Asia (Ásia)		Lusitania (Lusitânia)	
Bithynia et Pontus (Bitínia e Ponto)		Macedonia (Macedônia)	
Britannia (Britânia)		Maurētania Caesariēnsis (Mauretânia Cesariense)	
Cappadocia (Capadócia)		Maurētania Tingitana (Mauretânia Tingitana)	
Cilicia et Cyprus (Cilícia e Chipre)		Moesia (Mésia)	
Crete et Cyrenē (Creta e Cirene)		Noricum (Nórico)	
Dacia (Dácia)		Numidia (Numídia)	
Dalmatia (Dalmácia)		Pannonia (Panônia)	
Epirus (Epiro)		Rhaetia (Récia)	
Galatia (Galácia)		Sardinia et Corsica (Sardenha e Córsega)	
Gallia Belgica (Gália Bélgica)		Sicilia (Sicília)	
Gallia Lugdunēnsis (Gália Lugdunense)		Syria (Síria)	
Gallia Narbonēnsis (Gália Narbonense)		Thracia (Trácia)	

2. A seguir você encontrará os nomes de acampamentos, colônias e cidades romanas que hoje são grandes cidades da Europa. Informe o nome atual de cada uma em português ou a forma mais usual no Brasil.

nome latino	nome atual	nome latino	nome atual
Augusta Taurinōrum		Lugdunum	
Barcinō		Lūtētia Parisiōrum	
Barium		Malāca	
Bononia		Massilia	
Caesaraugusta		Mediolanum	
Colonia Agrippina		Neapōlis	
Corduba		Nicaea	
Flōrentia		Olisipō	
Genua		Panormus	
Hispalis		Tolosa	
Londinium		Valentia	
Lūcentum		Vindobona	

3. Ordene cronologicamente os acontecimentos seguintes, que levaram à queda do Império romano no Ocidente:

alianças com os povos bárbaros	desfalque de mão de obra nas propriedades médias
ascensão dos bárbaros à chefia do exército	diminuição dos investimentos nas cidades
busca dos pobres pela proteção dos ricos	escassez de mão de obra escrava
decadência dos curiais	opressão do Estado para manter-se
deposição do imperador Rômulo Augústulo	uso da mão de obra dos colonos

4. Pesquise as vidas de ao menos dois mártires cristãos que tenham perecido durante a Grande Perseguição empreendida pelo imperador Diocleciano. Pesquise também as conclusões do Concílio de Niceia, convocado pelo imperador Constantino. Escreva, então, um texto resumindo a sua pesquisa e respondendo à pergunta seguinte: como os martírios desses cristãos e o Concílio de Niceia influenciaram na evolução do cristianismo? Lembre-se de que o escopo desta atividade não é defender certa visão teológica desses acontecimentos, mas compreendê-los de uma perspectiva não doutrinária.

O LATIM APÓS O FIM DO IMPÉRIO

AQUECIMENTO

Imagine que você está assistindo a uma palestra numa universidade e o palestrante usa expressões como *Bellum omnium contra omnes* ('Uma guerra de todos contra todos'), *Cogitō ergō sum* ('Penso, logo existo'), *Hypothesēs non fingō* ('Não moldo hipóteses') ou *Nātūra non facit saltūs* ('A natureza não dá saltos'), com a propriedade de quem as conhece. Como você reagiria? Que juízo faria dessa pessoa? Por quê?

Pensou? Pois acabemos o nosso percurso pela história da língua latina.

Quando, ao longo do século VI, as escolas desapareceram porque os municípios não podiam pagar os mestres, foi a Igreja que guardou o estudo da língua latina. Fundaram-se escolas junto às igrejas e aos mosteiros, onde não se lia a *Eneida*, de Virgílio, mas a Bíblia. Com efeito, somente os clérigos tinham acesso às fontes do conhecimento escolar, embora esse conhecimento tenha decaído de tal maneira que a língua grega, tão prezada pelos romanos, foi esquecida. O latim continuou, pois, a ser a língua escrita e culta da cristandade ocidental. A literatura não cessou, tanto que ainda se contam grandes escritores, como:

Boécio (475-525), que firmou a vitória da fé cristã entre os romanos, tanto pela sua linhagem nobre como por se ter dedicado à filosofia grega clássica;

Venâncio Fortunato (c. 530-609), bispo de Poitiers, hagiógrafo em verso e prosa, mas sobretudo fecundo poeta de panegíricos e hinos, dos quais dois, o *Pange lingua* 'Canta, língua' e o *Vexilla rēgis* 'Os estandartes do rei', estão incorporados na liturgia romana;

Gregório de Tours (c. 538-594), autor da *Historia Francōrum* 'História dos francos';

o papa **Gregório Magno** (c. 540-604), quem, ao mesmo tempo que foi escritor notável, repudiou a literatura não cristã;

Portanto, a história da língua latina não acabou com o Império romano no Ocidente. No que diz respeito ao seu uso, não houve nenhuma quebra. O que houve foi uma infiltração paulatina de elementos da língua falada — o chamado latim vulgar — na escrita, que, de resto, começara a aparecer nos autores romanos tardios.

Na verdade, formas do latim vulgar estão espalhadas por todo o *corpus* do latim, mas na literatura elas se amudaram muito mais nas obras desses escritores tardios. Como o padrão do latim é a norma literária do século I a.C., esse latim impregnado da fala ordinária pareceu bárbaro aos pósteros, tanto que em 782, Carlos Magno, rei dos francos, convidou o monge Alcuíno de York a ensinar na escola da sua corte. O trabalho de Alcuíno foi decisivo na reaproximação do latim então escrito ao latim clássico, o que, na verdade,

fez parte de um quadro mais amplo de valorização da Antiguidade clássica e de expansão da escolarização, chamado Renascimento Carolíngio. Convém lembrar que Carlos Magno foi coroado imperador dos romanos (*Imperātor Rōmānōrum*) pelo papa Leão III no Natal do ano 800 em Roma, origem do Sacro Império Romano-Germânico, que perdurou até 1806.

Contudo, a reforma encabeçada por Alcuíno produziu um efeito colateral contrário ao que se almejava: o divórcio cabal entre a língua falada e a escrita. Quando se procurou restaurar esta à imagem do latim clássico, a distância agigantara-se após tantos séculos. As pessoas começaram, então, a julgar que a língua que falavam era outra diferente do latim, nome da língua que escreviam. Como essas pessoas ainda se identificavam como romanos, enquanto descendentes dos antigos romanos, começaram a chamar *romance* à língua falada. A palavra *romance* vem da forma adverbial do adjetivo *rōmānicus* (sinônimo de *rōmānus* ‘romano’), ou seja, *rōmānicē* ‘à romana’. Esse romance não era senão o português, o espanhol, o francês, o italiano etc. quando ainda não tinham esses nomes específicos. Aliás, é por isso que são classificados como *linguas românicas*.

O testemunho mais antigo desse novo estado de coisas é o artigo 17 dos cânones do Concílio de Tours, no qual se ordenou que os pregadores traduzissem as suas homilias ‘para a língua romana rústica ou a tudesca’ (“*in rústicam Rōmānam linguam aut Thiotiscam*”), para que todos pudessem entender mais facilmente o que se dizia. Desde então, pode-se dizer que o latim se tornou uma língua morta, ou, trocando em miúdos, uma língua que não é a vernáculo de nenhum povo, uma língua de ninguém, mas que todos continuaram a escrever. É claro que a expressão *língua morta* é uma metáfora, dado que as línguas nem nascem nem morrem como se fossem seres vivos: não houve uma noite em que as pessoas foram dormir falando latim e despertaram falando romance... Em outras palavras, a transformação do latim nas línguas românicas foi uma mudança ideológica, de percepção: as pessoas foram deixando de perceber o latim como a língua que falavam.

Durante o resto da Idade Média, o latim — ou melhor, o latim medieval, para diferenciá-lo do latim como língua do povo romano — continuou a ser dominante nos âmbitos de uso mais formais. Após o Renascimento dos séculos XV e XVI, outra revalorização da Antiguidade clássica, dessa vez mais vasta e mais profunda que a carolíngia, o uso de línguas vernáculas crescera consideravelmente: tinham acumulado certo patrimônio literário, empregavam-se no governo e começavam a ser codificadas. Por conseguinte, o latim — ao qual agora convém chamar *latim renascentista* e, depois do Renascimento, *neolatim* (não confunda com as línguas neolatinas, outro nome para as línguas românicas) — tornou-se ainda mais artificial, restringindo-se à diplomacia, ciência, educação e religião.

Na diplomacia, ainda que bilíngue (francês-latim), o Tratado de Viena, assinado pela França e pelo Sacro Império Romano-Germânico entre 1735 e 1738, foi o primeiro redigido em língua vernácula. Mas, em data tão recente quanto 1844, o latim ainda era a língua oficial do reino da Hungria. Quanto à ciência, o último grande cientista que empregou o latim foi Carlos Lineu (1707-1778), que estabeleceu a nomenclatura científica dos seres vivos nessa língua. Antes dele, homens do talhe de Giambattista Vico, Gottfried Leibniz, Isaac Newton, Bento de Espinosa, René Descartes, Thomas Hobbes, Johannes Kepler, Galileu Galilei e Francis Bacon compuseram ao menos parte da sua obra em latim. No tocante à educação, em Portugal e nas suas colônias ensinou-se em latim até 1759, quando o rei Dom José I, secretariado por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, expulsou os jesuítas e reformou o ensino, que passou a ser ministrado em português. Não obstante, os candidatos ao doutorado em Letras da Sorbona (Universidade de Paris) tinham de apresentar uma tese complementar em latim até 1903! E até hoje nas universidades inglesas de Cambridge e Oxford e nas norte-americanas de Harvard e Princeton há cerimônias em que se pronuncia um discurso em latim.

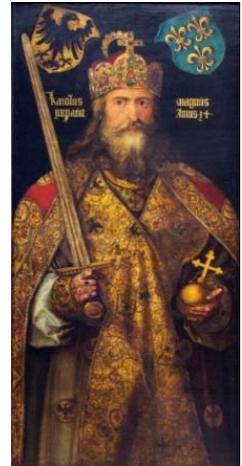


Figura 10 – O Imperador Carlos Magno, de Albrecht Dürer (1512).

O uso religioso do latim merece um esclarecimento à parte. O latim é a língua dos ritos ocidentais da Igreja Católica, mas foi trocada quase em toda a parte por línguas vernáculas quando se permitiu o emprego destas em 1963, no bojo do Concílio Vaticano II. Também foi, como ainda é, a língua oficial da Santa Sé, isto é, a sé da diocese de Roma, cujo bispo é o papa, que governa a Igreja Católica. Isso não quer dizer que se fale latim no Vaticano. Ainda que se diga amiúde *Vaticano* quando a referência é, na verdade, a Santa Sé, são entidades diferentes. O Estado da Cidade do Vaticano foi constituído para garantir a independência e soberania da Santa Sé. As leis do Vaticano são escritas em italiano e é essa a língua que emprega a sua administração. A bem da verdade, a Santa Sé é hoje mais plurilíngue com o predomínio do italiano do que bilíngue em latim e italiano. Portanto, apesar de haver uma Pontifícia Academia da Latinidade no Vaticano, o latim eclesiástico é tão artificial quanto o neolatim científico-acadêmico, e o seu uso aí não passa de tradição litúrgica e obrigação protocolar.

Ao fim e ao cabo, essas relíquias contemporâneas são, precisamente por estarem tão longe do latim enquanto língua dos romanos, prova da transcendência ímpar dessa língua na história da civilização ocidental. Em outras palavras, a língua latina possui um poder simbólico tão grande que, mesmo depois da sua vigência histórica, se forjaram formas artificiais suas para fazer crer que se mantinha a língua de Roma.

APROFUNDANDO A REFLEXÃO

1. O lema de Andorra é *Virtūs unīta fortior* ('A força unida é mais forte'), o do Canadá é *Ā marī usque ad mare* ('De um mar até outro mar'), o da Espanha é *Plūs ultrā* ('Mais além'), o dos Estados Unidos é *Ē plūrībus unum* ('De vários, um') e o da Suíça é *Vnus prō omnībus, omnēs prō unō* ('Um por todos, todos por um'). Por que será que esses países abriram mão das suas próprias línguas pelo uso do latim?



Figura 13 – Brasão da UFC.

2. Como estudamos neste capítulo, uma das instituições mais apegadas ao uso do latim é a universidade. Você já percebeu que a maioria dos lemas das universidades brasileiras não está em português, mas em latim? Por exemplo, o da Universidade Federal do Ceará (UFC) é exatamente o mesmo de Andorra: *Virtūs unīta fortior*. Pesquise e cite um lema em latim de universidade brasileira. Uma dica: acesse o sítio da universidade na Internet e observe o brasão dela, pois o lema geralmente é gravado nele.

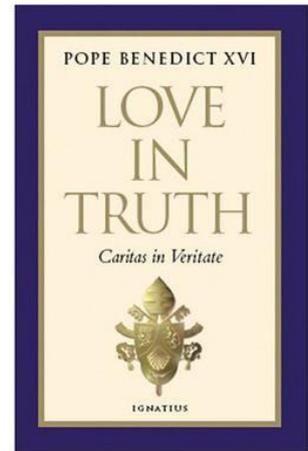


Figura 11 – Terceira carta encíclica do papa Bento XVI (2009). Perceba que o título está em latim, mas o texto é difundido nas línguas mais faladas pela cristandade, como o próprio português.



Figura 12 – Brasão de Andorra.

RESUMO DA HISTÓRIA DE ROMA E DA LÍNGUA LATINA

A história de Roma pode ser repartida muito claramente em três períodos: o Reino, a República e o Império.

O Reino é um tempo meio mítico meio histórico, começando com a fundação da Cidade, segundo a lenda por Rômulo, filho de uma vestal violada por Marte e neto do rei de Alba Longa, irmão gêmeo de Remo, a quem matou. Sucederam-lhe os reis Numa Pompílio, Tulo Hostílio, Anco Márcio, Tarquínio Prisco, Sêrvio Túlio e Tarquínio o Soberbo. A eles atribui-se o assentamento dos alicerces de diferentes instituições romanas.

A República é o tempo em que Roma deixou de ser uma modesta cidade-Estado do Lácio para se converter na incontestável potência do mar Mediterrâneo. Começou com o banimento do último rei por tirania, foi atravessado por graves conflitos, primeiro entre os patrícios e plebeus, depois entre os oligarcas que defendiam a conservação da constituição de cidade-Estado, favorável à classe senatorial, e os que defendiam a sua adaptação ao imenso Estado em que Roma se tornara, consoante as demandas do resto da sociedade, e chegou ao fim após as guerras civis que levaram Júlio César ao poder quase monárquico e travaram os seus herdeiros depois do seu assassinato.

O Império é o tempo em que Roma atingiu o poderio máximo e aquele em que se arrastou o seu lento declínio. Começou quando Augusto, herdeiro legal de César, se tornou, sob a aparência de restaurar a República, efetivamente um monarca. Até o reinado de Marco Aurélio, Roma foi um Estado cada vez mais pujante. Mas o crescimento do Estado romano sempre dependeu das conquistas, de modo que quando estas cessaram, uma cadeia de consequências acabou minando a sustentação desse Estado no Ocidente.

A história da língua latina não é senão reflexo da história da sociedade romana. Assim, o período do Reino corresponde ao início do uso escrito do latim, quando se produziram os documentos mais antigos. O período da República foi quando, após o contato com a cultura grega no sul da Itália, se desenvolveu a literatura latina, que alcançou o apogeu no século I a.C. O prestígio que as gerações pósteras conferiram aos autores dessa época, mormente a Cícero e Virgílio, foi tão grande que a norma literária parou aí, deixando de acompanhar as mudanças da língua: é o chamado latim clássico.

Desde então, já fora dos limites temporais do Império romano no Ocidente, não só a distância entre a língua falada e a escrita aumentara consideravelmente em relação ao século I a.C., mas também elementos distintivos daquela “vazavam” cada vez mais nesta, até que Carlos Magno promoveu uma reforma que reaproximou a língua escrita ao latim clássico, o que surtiu o efeito colateral de patentear definitivamente o divórcio entre esta e a língua falada, que mais ou menos desde então passou a ser vista como outra língua, o romance, mais tarde como outras línguas: as línguas românicas.

APRONÚNCIA E O ALFABETO

Neste capítulo, encetamos a nossa caminhada pela aprendizagem da língua latina. Começamos aprendendo o conhecimento pelo qual se costuma iniciar o estudo de uma língua adicional: o sistema fonológico e a sua realização. Assim, o objetivo do capítulo é dispor os fundamentos da pronúncia do latim.

A relação entre o som e a escrita comporta uma vantagem aos aprendizes do latim em detrimento daqueles que aprendem línguas do presente: como o alfabeto latino foi desenvolvido para escrever especificamente a língua latina, a cada letra corresponde um único som, com a exceção das vogais, estudaremos por quê.

Contudo, antes de empreender esse estudo, uma pergunta impõe-se: se o latim é uma língua do passado, cujos falantes nativos estão mortos há séculos, como se pode saber como pronunciá-lo? A resposta tem duas facetas. De um lado, chegaram-nos descrições fonético-fonológicas dos próprios gramáticos latinos. Estudando-as em confronto com as variações gráficas no próprio *corpus* mais as mudanças das continuações do latim — as línguas românicas — é possível alcançar um conhecimento considerável de como soava essa língua. De outro, por mais que esse conhecimento esteja assentado sobre bases seguras, é preciso sermos humildes e reconhecermos que não passa de uma aproximação. Com efeito, embora os gramáticos se ativessem à norma culta do período clássico, eles viveram depois, quando já tinham acontecido várias mudanças fonético-fonológicas. Além disso, não dispunham de uma teoria e terminologia que permitissem descrições precisas. Enfim, não há quem ouça e avalie a nossa reprodução do que, em última análise, é uma reconstrução da fonética da norma culta clássica.

A FONOLOGIA DO PORTUGUÊS

O português é uma das línguas românicas em que melhor se veem as mudanças fônicas pelas quais passou o latim vulgar. Por isso, é verdadeiramente uma vantagem revisar a fonologia da nossa língua a modo de preparação ao estudo da pronúncia latina.

De entrada, convém recordar que o campo da fonética é menos extenso que o da fonologia. A fonética estuda os sons da fala, enquanto a fonologia investiga o sistema de fonemas de certa língua. A fonética tem mais de uma abordagem, como a acústica e perceptiva, mas é a perspectiva articulatória que mais interessa à fonologia, pois a articulação dos sons é que define os fonemas. O fonema não é um som concreto, mas uma unidade abstrata, definida pelo seu valor distintivo.

Assim, as vogais distinguem-se pelo ponto de articulação e grau de abertura. O português possui sete orais e cinco nasais. Das orais, há uma aberta central, /a/, como em *pás*; dois pares de médias, sendo um anterior, composto da aberta /ɛ/, como em *pés*, e da fechada /e/, como em *pez*, e o outro posterior, composto da aberta /ɔ/, como em *pós*, e da fechada /o/, como em *pôs*; duas fechadas, sendo também uma anterior, /i/, como *PIS*, e a outra posterior, /u/, como em *pus*. Nas nasais, os pares de médias neutralizam-se, assim como as orais em posição átona, de modo que ficam uma semiaberta central, /ẽ/, como em *manto* (compare com *mato*); duas médias, uma anterior, /ẽ/, como em *menta* (cf. *meta*), e a outra posterior, /õ/, como em *monto* (cf. *moto*); duas fechadas, também uma anterior, /ĩ/, como em *mino* (cf. *mito*) e a outra posterior, /ũ/, como em *mundo* (cf. *mudo*).

Quanto à ditongação, o português permite todas as combinações das vogais orais com as semivogais /i/ e /u/ e das nasais com /i/ (com /ẽ/ apenas /u/) para formar ditongos decrescentes: /ei/, /ɛi/, /ai/, /ɔi/, /oi/, /ui/, /iu/, /eu/, /ɛu/, /au/, /ɔu/, /ou/, /uu/, /ẽĩ/, /ẽĩ/, /õĩ/, /ũĩ/, /ẽũ/, p. ex. *reis*, *réis*, *mais*, *sóis*, *sois*, *Rui*, *cio*, *seu*, *céu*, *maus*, *sol*, *sou*, *sul*, *cem*, *mães*, *põe*, *muito*, *mãos*. Por outro lado, é discutível a existência de ditongos crescentes na fonologia do português, dado que a ocorrência das semivogais [j] e [w] pode alternar com o hiato e se pode considerar [w] mais /k/ e /g/ como labialização, ou seja, /k^w/ e /g^w/.

As consoantes distinguem-se igualmente pelo ponto de articulação, mas o outro aspecto que completa a sua classificação é o modo de articulação: a oclusão do trato vocal; a nasalização do ar ocluído; a fricção do ar por um estreitamento do trato vocal; a vibração da língua ou da úvula; a espiração do ar sem chegar a constituir uma fricção. Além disso, a maioria das consoantes do português forma pares, sendo uma surda e a outra

sonora. Assim, das oclusivas há duas bilabiais, /p/ e /b/, como em *pato* e *bato*; duas alveolares, /t/ e /d/, como em *tato* e *dado*; duas velares, /k/ e /g/, como em *cato* e *gato*. Das nasais, uma bilabial, /m/, como em *mato* ou *somo*; outra alveolar, /n/, como em *nato* ou *sono*; uma terceira palatal, /ɲ/, como em *sonho*. Das fricativas, duas labiodentais, /f/ e /v/, como em *faca* e *vaca*; duas alveolares, /s/ e /z/, como em *saga* e *zaga*; duas palatais, /ʃ/ e /ʒ/, como *chato* e *jato*. Das vibrantes, uma simples, /r/, como em *caro*, e outra que apresenta notável variação, /R/, como em *carro* e *parto*. Das espirantes, duas laterais, sendo uma alveolar, /l/, como em *talo*, e a outra palatal, /ʎ/, como em *talho*.

É claro que a fonologia do português é bem mais complexa do que cabe em três parágrafos, mas um resumo basta como ponto de partida para uma exposição da pronúncia latina de uma perspectiva linguística.

A PRONÚNCIA DO LATIM

AS VOGAIS

Opostos por traços segmentais, no latim clássico há cinco fonemas vocálicos: uma vogal aberta central, /a/; duas médias, sendo uma anterior, /e/, e a outra posterior, /o/; duas fechadas, sendo também uma anterior, /i/, e a outra posterior, /u/.

Há, ainda, outra oposição por um traço suprasegmental: cada vogal pode ser breve ou longa, o que dobra o número dos fonemas vocálicos a dez. As vogais breves são produzidas com duração comparável à articulação normal das vogais em português. As longas duram o dobro, mais ou menos como a articulação enfática de uma vogal em português. Mas ao contrário do que acontece na nossa língua, a distinção entre vogais breves e longas é fonológica: *mālum* /'malu^m/, com /a/ breve, significa '(o) mal', e *mālum* /'ma:lu^m/, com /a:/ longo, significa 'maçã'; *pōpūlus* /'populus/, com /o/ breve, quer dizer 'povo', e *pōpūlus* /'po:pu- lus/, com /o:/ longo, quer dizer 'choupo', uma espécie de árvore.

Na escrita, os romanos não notavam a duração das vogais, se bem que no período clássico se usou o ápice, diacrítico semelhante ao acento agudo. As letras *a*, *e*, *i*, *o*, *u* distinguem apenas os traços segmentais. É claro que enquanto a oposição entre vogais breves e longas vigorou, os falantes nativos do latim não necessitaram de que isso transparecesse por escrito, pois todos sabiam quais vogais eram breves e quais longas. Nós, em contrapartida, sentimos tal necessidade, em virtude da qual nos textos que se destinam ao ensino do latim, como este livro, costuma-se colocar um semicírculo voltado para cima (˘), chamado *braquia*, sobre a letra da vogal para assinalar que é breve, e um traço horizontal (¯), chamado *macro*, para assinalar que é longa.

Em suma, pode-se ilustrar o sistema vocálico do latim clássico assim:

ı̄ /i/, ī /i:/	ũ /u/, ū /u:/
ě /e/, ē /e:/	ö /o/, ō /o:/
ǎ /a/, ā /a:/	

Não obstante, as descrições dos gramáticos latinos junto com a evolução do latim para as línguas românicas permitem depreender que à oposição pela duração se acrescenta outra pelo grau de abertura da vogal. Assim, as vogais breves tendem a ser mais abertas que as longas, com a exceção do par /a/ e /a:/, cuja breve não pode ser mais aberta, por já estar no grau máximo de abertura, de modo que se pode configurar a realização fonética do sistema vocálico do latim clássico da maneira seguinte:

ı̄ [i:]	ũ [u:]
ı̄ [ɪ]	ũ [ʊ]
ē [e:]	ō [o:]
ě [ɛ]	ö [ɔ]
ǎ [a], ā [a:]	

Em outras palavras, o /i/ e /u/ breves soam como o [ɪ] e [ʊ] finais das palavras *teme* e *temo*, enquanto o /e/ e /o/ breves têm os sons do [ɛ] e [ɔ] abertos das palavras *pé* e *pó*. O /a/, breve ou longo, é sempre

aberto, como na palavra *pá*. Deste modo, a transcrição fonética das palavras *pōpūlus* e *pōpūlus*, que citei acima, é [ˈpɔpulus] e [ˈpo:pulus].

Quanto aos ditongos, há três, escritos *au*, *ae* e *oe*. O primeiro pronuncia-se como sugere a sua notação, p. ex. *aurum* ‘ouro’: /'auru^m/. Em contrapartida, os dois outros, ainda que se grafem *e* no latim clássico, articulam-se /i/, p. ex. *aedēs* ‘templo’, *foedus* ‘aliança’: /'aide:s/, /'foidus/. Não obstante, desde a Idade Média, há o costume de escrever os ditongos *ae* e *oe* ligados: *Æ*, *æ* e *Œ*, *œ*. Isso se deve à mudança na pronúncia, que evoluiu respectivamente para /ɛ/ e /e/. Como o nosso escopo é o estudo do latim dos romanos, que escreviam *AE* e *OE* desde o período clássico, essas ligaduras não são usadas neste livro.

AS CONSOANTES

A série das consoantes oclusivas compõe-se de três pares, sendo uma surda e a outra sonora. Há, pois, um par de bilabiais, outro de dentais e o terceiro de velares: /p/ e /b/, /t/ e /d/, /k/ e /g/, representados pelas letras *p*, *b*, *t*, *d*, *c* e *g*.

Não obstante, no período arcaico costumava-se escrever a letra *c* antes das vogais anteriores (*e* e *i*), *k* antes da central (*a*) e *q* antes das posteriores (*o* e *u*), o que sugere que se percebiam as realizações palatal, velar e uvular (cujos símbolos no AFI são, precisamente, [ç], [k] e [q]) do fonema /k/. Seja como for, a letra *k* caiu em desuso depois, permanecendo apenas em algumas abreviaturas, p. ex. *Kal.*, de *Calendae* ‘primeiro dia do mês’, e o *q* foi usado somente antes do *u* mais outra vogal.

Na verdade, os gramáticos latinos também não consideravam que esse *u* mais outra vogal formassem um ditongo. Ele era sentido como parte da própria consoante /k/. Em outras palavras, o *qu* representa uma oclusiva velar surda labializada, o mesmo som que articulamos numa palavra como *quando* em português, p. ex. *quis* ‘quem, qual, o quê’, *quattuor* ‘quatro’: /'k^wis/, /'k^wat:uor/. O correspondente sonoro dessa velar labializada escreve-se *gu*, p. ex. *unguis* ‘unha’, *unguere* ‘untar’: /'ung^wis/, /'ung^were/.

Por conseguinte, as letras *c* e *g* representam os fonemas /k/ e /g/ antes de todas as vogais, p. ex. *cinis* ‘cinza’, *centum* ‘cem’, *gignere* ‘engendrar’, *genus* ‘raça’: /'kinis/, /'kentu^m/, /'gignere/, /'genus/.

A profusão de consoantes oclusivas não se reflete na série das fricativas, que são poucas, apenas três surdas, sem as correspondentes sonoras: a labiodental /f/, a alveolar /s/ e a glotal /h/, representadas pelas letras *f*, *s* e *h*, p. ex. *frāter* ‘irmão’, *facere* ‘fazer’, *fornus* ‘forno’; *scribere* ‘escrever’, *rosa* ‘rosa’, *est* ‘é’; *hiems* ‘inverno’, *homō* ‘homem’, *uehere* ‘transportar’: /'fra:ter/, /'fakere/, /'fornus/, /'skri:bere/, /'rosa/, /est/, /'hiemps/, /'homo:/, /'wehere/.

De consoantes africadas, há apenas uma velar-alveolar, /ks/, representada pela letra *x*, como em *dixi* ‘disse’, *uxor* ‘esposa’: /'di:ksi:/, /'uksor/.

As consoantes nasais são duas, uma bilabial e outra dental: /m/ e /n/, representadas pelas letras *m* e *n*. Como as observações dos gramáticos latinos não permitem interpretar que haja uma nasalização que assimile inteiramente a consoante nasal final de sílaba à vogal anterior, como acontece em português, é razoável supor que o fonema nasal nessa posição se realize no ponto de articulação da consoante posterior, p. ex. *tempus* ‘tempo’, *ambō* ‘ambos’, *cantus* ‘canto’, *mandāre* ‘entregar, mandar’, *quīnque* ‘cinco’, *fungus* ‘cogumelo’, *nōmen* ‘nome’: [ˈtempus], [ˈambo:], [ˈkantus], [manˈda:ɾe], [ˈkwi:ŋk^wɛ], [ˈfungus], [ˈno:mɛn]. Os gramáticos latinos indicam uma nasalização sensível somente nos casos da nasal antes de oclusiva e do /m/ final de palavra, ambos com o alongamento da vogal, p. ex. *īnfer* ‘que está embaixo’, *cōnsul* ‘cônsul’, *decem* ‘dez’: [ˈi:fɛr], [ˈkō:sɔt̪], [ˈdekɛ:].

Dois também são as consoantes líquidas, uma vibrante alveolar e outra lateral alveolar: /r/ e /l/, representadas pelas letras *r* e *l*, p. ex. *rēx* ‘rei’, *mortūus* ‘morto’, *calcar* ‘espora’, *lēx* ‘lei’, *albus* ‘branco’, *sōl* ‘sol’: /re:ks/, /'mortuus/, /'kalkar/, /'le:ks/, /'albus/, /so:l/. Não obstante, algumas observações dos gramáticos latinos dão azo a interpretar que o /l/ final de sílaba tem uma realização velarizada, como no português europeu ou em inglês, de modo que a transcrição fonética de *albus*, *calcar* e *sōl* é [ˈaɫbus], [ˈkaɫkar] e [so:t̪].

Há, ainda, duas semiconsoantes, uma palatal e outra labiovelar: /j/ e /w/, representadas pelas letras *i* e *u*. Por conseguinte, abstraindo a oposição entre vogais breves e longas, o *i* e *u* são praticamente os únicos

casos de letras que têm dois valores no latim clássico, pois cada uma delas pode assinalar uma vogal (na verdade, duas) ou uma consoante (na verdade, uma semiconsoante): o *i* pode representar /i/ ou /i:/ e /j/; o *u*, /u/ ou /u:/ e /w/. Representam as semiconsoantes quando antecedem uma vogal sem que anteceda a elas mesmas uma consoante (a não ser que seja uma líquida no caso do /w/), p. ex. *iugum* ‘jugo’, *iecur* ‘fígado’, *ouis* ‘ovelha’, *uīuus* ‘vivo’, *seruus* ‘escravo’, *silua* ‘selva’: /'jugu^m/, /'jekur/, /'wi:wus/, /'owis/, /'serwus/, /'silwa/.

Enfim, as letras importadas *y* e *z* conservam os sons que representam na coiné. A primeira é uma vogal anterior fechada arredondada e a segunda uma consoante fricativa alveolar sonora: /y/ e /z/, p. ex. *būtȳrum* ‘manteiga’, *hyacinthus* ‘jacinto’, *zōdiācus* ‘zodíaco’, *zōna* ‘cintura, zona’: /bu:'ty:ru^m/, /hya'kint^hus/, /zo:'diakus/, /'zo:na/. O mesmo vale para a pronúncia no latim clássico das consoantes oclusivas surdas aspiradas gregas, representadas pelas letras *ρ* (rô), *φ* (fi), *θ* (teta) e *χ* (qui), transcritas como *rh*, *ph*, *th* e *ch*, p. ex. *rhētor* ‘rétor’, *philosōphus* ‘filósofo’, *thēsaurus* ‘tesouro’, *chorda* ‘corda (de instrumento musical)’: /'rē:tor/, /p^hi'losop^hus/, /t^he'saurus/, /'k^horda/. Contudo, como sons efetivamente estranhos à fonologia latina, é probabilíssimo que apenas os romanos cultos, educados em grego, os reproduzissem tal como nessa língua.

Por último, assim como as vogais podem ser breves ou longas, existe uma oposição semelhante entre as consoantes: elas podem ser simples ou duplas. Comparem-se os pares mínimos seguintes: de um lado, *anus* /'anus/, com /a/ breve, opõe-se a *ānus* /'a:nus/, com /a/ longo; *anus* significa ‘(mulher) velha’ e *ānus* significa ‘anel’ (e daí *ānus*). De outro lado, *anus* /'anus/, com /n/ simples, opõe-se a *annus* /'an:us/, com /n:/ duplo; *anus*, como se disse, significa ‘(mulher) velha’ e *annus* significa ‘ano’.

Se a articulação de uma vogal longa equivale à de duas vogais breves, igualmente a articulação de uma consoante dupla equivale à de duas consoantes simples. Uma dica para treinar essa especificidade da fonologia latina, que deixou de existir no português, é dizer uma palavra com consoante dupla, deter-se alguns segundos nessa consoante e logo soltar o resto da palavra, p. ex., por *annus* dizer *an...* (1, 2, 3 segundos) *...nus*.

Como assinala o exemplo, na escrita, a oposição entre consoantes simples e duplas aparece na forma da repetição por duas vezes das duplas, p. ex. *stuppa* ‘estopa’, *sabbātum* ‘sábado’, *gutta* ‘gota’, *addūcere* ‘aduzir’, *uacca* ‘vaca’, *agger* ‘amontoação’, *officīna* ‘oficina’, *passus* ‘passo’, *flamma* ‘chama’, *pannus* ‘pano’, *terra* ‘terra’, *capillus* ‘cabelo’: /'stup:a/, /'sab:atu^m/, /'gut:a/, /a'd:u:kere/, /'wak:a/, /'ag:er/, /of:i'ki:na/, /'pas:us/, /'flam:a/, /'pan:us/, /'ter:a/, /ka'pil:us/. A única exceção a essa regra é a letra *i*, que entre vogais representa uma consoante dupla, apesar de não ser escrita repetida, por exemplo *maius* ‘maio’: /'maj:us/.

O ACENTO

No latim clássico, a oposição entre vogais breves e longas estende-se à sílaba: distinguem-se sílabas breves e longas, e é sobre essa distinção que se assenta o estabelecimento da sílaba tônica da palavra.

Para que uma sílaba se constitua, é necessário que tenha ao menos um núcleo formado por uma vogal ou um ditongo, p. ex. /.a./ ou /.au./. O ataque da sílaba, ou seja, o elemento que antecede ao núcleo, pode ficar vazio ou ser formado por uma ou duas consoantes, p. ex. /.a./, /.pa./, /.pra./. A coda da sílaba, ou seja, o elemento que sucede ao núcleo, também pode ficar vazio ou ser formado por uma ou duas consoantes, por exemplo /.a./, /.ap./, /.aps./. A estrutura silábica do latim clássico pode, pois, ser representada pela fórmula seguinte (C = consoante, V = vogal, D = ditongo):

$$(C(C))V/D(C(C))$$

À sílaba que tem a coda vazia, (C(C))V/D, chama-se *sílaba aberta*, e àquela que tem a coda formada por uma consoante, (C(C))V/DC(C), chama-se *sílaba fechada*.

Assim, a sílaba será breve se tiver uma vogal breve no núcleo e for aberta, e longa se uma vogal longa ou um ditongo no núcleo ou for fechada independentemente de vogal breve ou longa no núcleo. Usando a fórmula acima, a estrutura de cada tipo de sílaba pode ser representada deste modo (Vb = vogal breve, Vl = vogal longa):

$$\begin{aligned} \text{Sílaba breve} &= (C(C))Vb \\ \text{Sílaba longa} &= (C(C))Vl/D \text{ ou } (C(C))V(C(C)) \end{aligned}$$

Entendida essa diferenciação, o estabelecimento da sílaba tônica da palavra no latim clássico dá-se a partir de regras muito simples:

1. O acento tônico nunca recai sobre a última sílaba, não importa se ela for breve ou longa. Portanto, uma palavra dissílaba é sempre paroxítona. As raras exceções devem-se a paragoges e sínopes (*illīce* > *illīc* ‘ali’, *audīuit* > *audīt* ‘ouviu’);
2. Uma palavra trissílaba ou polissílaba pode ser paroxítona ou proparoxítona:
 - 2.1. Paroxítona se a penúltima sílaba for longa;
 - 2.2. Proparoxítona se a penúltima sílaba for breve.

Examinemos alguns exemplos.

Como não há oxítonos, as palavras *octō* ‘oito’, *nūgae* ‘frivolidades’, *caput* ‘cabeça’, *princeps* ‘o primeiro’, *iūdex* ‘juiz’, *mīles* ‘soldado’, *bellum* ‘guerra’, *dolor* ‘dor’ são paroxítonos, independentemente de como é constituída a última sílaba, portanto *óc.tō*, *nūgae*, *cá.put*, *prín.ceps*, *iū.dex*, *mī.les*, *bél.lum*, *dó.lor*.

As palavras *formīca* ‘formiga’, *crūdēlis* ‘cruel’, *piscātor* ‘pescador’, *persōna* ‘máscara’, *mātūrus* ‘maduro’, *ballaena* ‘baleia’, *magīster* ‘mestre’, *argentum* ‘prata’, *caballus* ‘pangaré’, *oportet* ‘é preciso’, *columbus* ‘pombo’ são paroxítonas, porque a penúltima sílaba é longa, portanto *for.mī.ca*, *crū.dē.lis*, *pis.cā.tor*, *per.sō.na*, *mā.tū.rus*, *bal.lae.na*, *ma.gīs.ter*, *ar.gén.tum*, *ca.bál.lus*, *o.pór.tet*, *co.lúm.bus*.

Os vocábulos *dīuītīae* ‘riqueza’, *anīmal* ‘ser vivo’, *iuuēnis* ‘jovem’, *cerāsum* ‘cereja’, *incōla* ‘morador’, *ocūlus* ‘olho’ são proparoxítonos, porque a penúltima sílaba é breve, portanto *dī.uí.tī.ae*, *á.nī.mal*, *iú.uē.nis*, *cé.rā.sum*, *ín.cō.la*, *ó.cū.lus*.

Nos livros-texto, gramáticas e dicionários de latim, nem sempre se encontra um uso coerente da braquia e do macro. Neste livro, coloco o macro sobre toda vogal longa, visando não só ao reconhecimento da sílaba tônica, mas também à observação da pronúncia. Quanto à braquia, coloco-a apenas sobre a vogal breve da penúltima sílaba de palavras trissílabas ou polissílabas, para indicar que são proparoxítonas. Todos os vocábulos latinos citados até aqui podem ser exemplos dessa convenção.

AS PRONÚNCIAS VERNACULIZADAS

Convém repetir que a pronúncia do latim exposta acima é uma reconstrução, por mais que esteja alicerçada nos testemunhos relativos à fonética da norma culta durante o período clássico. Essa reconstrução é substancial para se compreender a história interna das línguas românicas, por isso foi operada pela própria pesquisa diacrônica do século XIX para cá. Na verdade, mesmo nas faculdades de Letras a difusão dessa pronúncia foi bastante demorada, pois os latinistas custaram a renunciar às pronúncias vernaculizadas dos seus mestres.

Com efeito, como disse na seção sobre o latim após o fim do Império no Ocidente, a dissolução política não acarretou ruptura linguística. Para os falantes nativos do latim, nunca houve uma pronúncia exemplar intemporal. O que as Renascenças promoveram foram reaproximações ao padrão léxico-gramatical clássico, deixando via livre para o surgimento de pronúncias regionais à medida que fomentavam a própria fragmentação linguística em decorrência do afastamento entre a escrita e a fala. Em outras palavras, desde a latinização da Galécia até o Portugal contemporâneo, as pessoas sempre pronunciaram o latim como a sua língua vernácula, de modo que se formou uma pronúncia “aportuguesada” do latim. O mesmo aconteceu no resto da Europa ocidental.

As palavras *caelum* ‘céu’, *uīginti* ‘vinte’ e *scientīa* ‘conhecimento’ são exemplos ilustrativos das diferenças que há de uma pronúncia vernaculizada para outra. Na pronúncia clássica restituída diz-se /'kailu^m/, /wi:'ginti:/, /ski'entia/, mas na pronúncia portuguesa do latim /'selũ/, /vi'zĩti/, /si'ẽsia/. Na pronúncia espanhola fica /'θelum/, /bi'xinti/, /θi'entia/ e na pronúncia italiana, /'tʃelum/, /vi'dzinti/, /ʃi'entsia/.

Em particular, a pronúncia italiana foi recomendada pela Igreja Católica no começo do século passado para o uso eclesiástico do latim. Assim, a escolha de como pronunciar essa língua depende hoje das suas variedades diacrônica e diafásica: para um estudo acadêmico com base em textos clássicos, é razoável a

pronúncia restituída, mas para o canto de uma composição litúrgica fica mais apropriada a pronúncia eclesiástica, assim como a pronúncia portuguesa para a citação de um aforismo por um advogado, promotor ou juiz.

Como o escopo deste livro é o latim como língua dos romanos, não aprofundaremos o estudo de pronúncias vernaculizadas.

EXERCÍCIO

A melhor maneira de aprender a fazer algo é fazendo; portanto, a pronunciar, pronunciando. Neste exercício, tudo que você terá de fazer, em princípio, é pronunciar as palavras e os textos a seguir. Veja que a dificuldade nele cresce em quatro graus: do vocábulo incompleto a um dístico.

Não obstante, o professor necessita avaliar o seu desempenho neste exercício, o que demanda uma segunda tarefa de você, depois de pronunciar essas palavras e textos. Essa segunda tarefa você cumprirá fazendo a transcrição fonemática dessas palavras. Essa transcrição você pode fazer no próprio editor de textos usando as extensões IPA do recurso *Símbolos* ou pode fazê-la à mão.

Todas as palavras e textos foram retirados de textos usados neste livro, os quais, portanto, você encontrará nos próximos capítulos. Ei-los:

a)

palavra	transcrição	palavra	transcrição
actiō ‘ação’	/’akti__/	iugŭlus ‘pescoço’	/’__ugulus/
argentum ‘prata’	/ar’__entu ^m /	nihil ‘nada’	/’ni__il/
decem ‘dez’	/’de__e ^m /	periculŏsus ‘perigoso’	/peri:ku’lo:__us/
exigit ‘cobra’	/’e__igit/	quaerit ‘busca’	/’k ^w __rit/
foenerātor ‘usureiro’	/f__ne’ra:tor/	seruus ‘escravo’	/’ser__us/

b)

palavra	transcrição	palavra	transcrição
accipit ‘aceita’	/_____/	proeliŭm ‘luta’	/_____/
cēna ‘ceia’	/_____/	prouincia ‘província’	/_____/
cīuis ‘cidadão’	/_____/	quīndĕcim ‘quinze’	/_____/
diffĕrit ‘difere’	/_____/	reliqūi ‘os demais’	/_____/
Ōceānus ‘oceano’	/_____/	ŭsus ‘uso’	/_____/

c) Obsequiŭm nuptae citŏ fit odiŭm pĕllicis. ‘O recato da casada torna-se rapidamente o ódio da manceba.’

d) Cum tibi uel sociŭm uel fidum quaeris amīcum, / non tibi fortuna est homīnis sed uīta petenda. ‘Quando buscares um companheiro ou um amigo fiel para ti, não leves em conta a fortuna do homem, mas a vida que deve ser mirada.’

O ALFABETO LATINO

A origem mais remota do alfabeto latino é a escrita fenícia. Entre os séculos XX e XVIII a.C., um povo de língua semítica habitava a península do Sinai, hoje território egípcio. Lá desenvolveu uma escrita nova em que cada sinal representava uma consoante. Os vizinhos egípcios já usavam uma escrita em princípio ideográfica, isto é, em que cada sinal, chamado *hieróglifo*, representava uma ideia. Esse povo do Sinai tomou, então, alguns hieróglifos e convencionou que o primeiro som da palavra que exprimia a ideia de cada hieróglifo na sua língua fosse representado por ele. Em outras palavras, o hieróglifo foi transformado em letra.

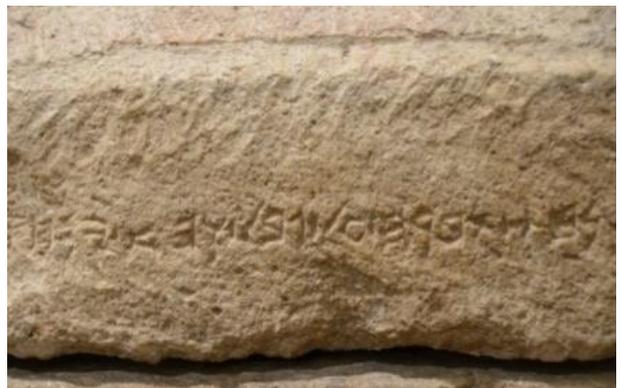


Figura 14 – Inscrição fenícia sobre o sarcófago do rei Airão de Biblos (século X a.C.).

Essa escrita estendeu-se à terra de Canaã, onde se simplificaram os desenhos das letras, dando lugar, desde o século XI a.C., à escrita fenícia. Os fenícios eram um povo de mercadores que singravam o mar Mediterrâneo e consigo levavam a sua escrita, que os gregos importaram no começo do século VIII a.C. No entanto, o grego não é uma língua semítica como o fenício, mas indo-europeia, o que demandou ajustes que o acomodassem melhor a essa escrita. Com efeito, as línguas semíticas — família linguística à qual pertencem, além do fenício (extinto), o árabe, o aramaico e o hebraico — têm uma estrutura que dispensa a notação de vogais, mas o mesmo não acontece às línguas indo-europeias. Engenhosamente, os gregos usaram algumas letras cujos sons não existiam na sua língua para representá-las.

Mas os próprios gregos também eram um povo de navegadores. Fundaram várias colônias à beira do mar, dentre as quais sobressaem as que ficavam no sul da península Itálica e na Sicília: a Magna Grécia. Aí os gregos comerciavam com os etruscos, um povo de mineradores que lhes vendiam sobretudo ferro e que se apropriaram do alfabeto grego, mais precisamente da variedade que era usada na cidade de Cumas, para escrever a sua própria língua. Por volta do século VII a.C., os latinos — povo do qual os romanos faziam parte — tomaram o alfabeto etrusco e adaptaram-no à sua língua: o latim.

A evolução da primeira letra do alfabeto é exemplo ilustrativo do que acabo de expor. O hieróglifo Ⲁ (*ka*), como o próprio desenho sugere, representa a ideia de ‘boi’. Na escrita sináitica, esse hieróglifo passou a representar a consoante oclusiva glotal [ʔ], que é o primeiro som da palavra semítica que significa ‘boi’: *ʾalp*. Com o tempo, o desenho desse sinal mudou até assumir a forma Ⲁ no alfabeto fenício. No uso grego, esse desenho evoluiu para a forma Α com o nome de *álpha*, palavra que não quer dizer nada em grego a não ser o nome mesmo da letra. Todavia, nessa língua não há o som [ʔ], de modo que o sinal passou a representar a vogal aberta anterior não arredondada [a]. Com a mesma forma e o mesmo valor, essa letra encabeçou o alfabeto etrusco, e a partir dele, o latino.

Originalmente, o alfabeto latino tinha vinte e uma letras, a saber:

A B C D E F I H I K L M N O P Q R S T V X

Como a fricativa alveolar sonora [z] desaparecera do latim no século IV a.C., a letra I (zê, diferente do l), que a representava, foi suprimida, segundo a tradição, pelo censor Cláudio Ápio Ceco em 312 a.C. Por outro lado, a letra C representava tanto a oclusiva velar surda [k] como a sonora [g]. Por exemplo, no *Lapis Niger* está escrito RECEI ‘ao rei’ e no vaso de Duenos, VIRCO ‘virgem’, palavras que devem ser lidas como /'re:gei/ e /'wirgo:/. Também segundo a tradição, foi Espúrio Carvílio Ruga quem inventou a letra G em 293 a.C., acrescentando uma haste à ponta inferior do C. Essa letra nova foi posta, então, no lugar do I.

Em virtude da influência crescente do helenismo em Roma, introduziram-se as letras gregas Y e Z para transcrever palavras dessa língua que contêm a vogal fechada anterior arredondada [y] e a consoante fricativa alveolar sonora [z], as quais foram colocadas no fim do alfabeto, completando, então, o alfabeto latino clássico:

A B C D E F G H I K L M N O P Q R S T V X Y Z

Em princípio, escrevia-se tanto da direita para a esquerda como da esquerda para a direita, e combinando ambas as direções, combinação denominada *bustrofedon* (palavra grega que significa ‘à maneira da volta do boi’, que cava um sulco numa direção e torna cavando outro na direção contrária). Depois, fixou-se a ordem da esquerda para a direita.

Até o século III d.C., as letras latinas tinham uma só figura, à qual chamamos hoje *maiúscula*. Usavam-se dois desenhos: a letra capital e a cursiva. Depois, a cursiva evoluiu para a letra uncial, mais arredondada. Ao mesmo tempo, surgiu uma cursiva nova, que hoje denominamos *minúscula*. Na alta Idade Média,



Figura 15 – Inscrição grega sobre o chamado vaso de *Dípylon* (século VIII a.C.).



Figura 16 – Inscrição latina sobre o chamado *Lapis Niger* ‘Pedra Negra’ (século VI a.C.).

desenvolveram-se diferentes estilos regionais de uncial e minúscula: a escrita insular (das ilhas Britânicas), a lombarda (do norte da Itália), a beneventana (do sul da Itália), a merovíngia (da França), a visigótica (da península Ibérica). Como uma das consequências do seu ideal de universalidade e aproximação à Antiguidade clássica, durante o reinado de Carlos Magno surgiu outro estilo de letra: a carolina, que se sobrepôs aos estilos regionais, dando origem à minúscula moderna.

Perceba, ainda, que não havia as letras *j*, *u* e *w*. O *w* foi inventado a partir da necessidade de grafar a semiconsoante labiovelar sonora [w] das línguas germânicas, para o que se usaram dois *v*, que acabaram ligando-se (*vv*). Quanto ao *j* e *u*, primitivamente eram variações do *i* e *v* minúsculos. Apenas desde o século XVI é que se estendeu o costume de usar o *i* e *u* para representar vogais e o *j* e *v* para consoantes. A partir de então, tornou-se comum editar textos, mesmo em latim, empregando essas letras novas, em vez do *i* e *u* na função de consoantes. Até hoje muitos dicionários seguem essa convenção, de modo que uma palavra como *iuuēnis* ‘jovem’ aparece escrita nessas publicações como *juvēnis*. Ainda que prática, por diferenciar bem o *i* e *u* como consoantes, a verdade é que os romanos não conheceram tal mecanismo, de modo que se o objeto de estudo é o latim como língua dos romanos, não parece ser apropriado escrever *juvēnis*, o que, além do mais, induz o aprendiz a pronúncias divergentes do padrão clássico restituído. Assim, neste livro escrevo sempre *V* como figura maiúscula e *u* como minúscula, tenha valor vocálico ou consonântico.

Diferentemente dos gregos, os latinos não mantiveram os nomes semíticos das letras (*alfa*, *beta*, *gama*...). Nomearam-nas de três maneiras:

As letras das vogais chamam-se pelos seus sons alongados: *ā*, *ē*, *ī*, *ō*, *ū*.

As das consoantes oclusivas, pelos seus sons seguidos da vogal longa *ē*: *bē*, *cē*, *dē*, *gē*, *pē*, *tē*, se bem que as letras K e Q têm os nomes de *kā* e *qū*.

As das consoantes fricativas, nasais e líquidas, pelos seus sons antecidos da vogal breve *e*: *ef*, *el*, *em*, *en*, *er*, *es*, *ex*,

do que se excetua a letra H, chamada *hā*;

o X representa propriamente uma consoante africada e pode chamar-se também *ix*.

As letras importadas Y e Z conservam os seus nomes gregos: *hȳ* e *zēta*.

Em suma:

A	B	C	D	E	F	G	H	I	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	V	X	Y	Z
ā	bē	cē	dē	ē	ef	gē	hā	ī	kā	el	em	en	ō	pē	qū	er	es	tē	ū	ex	hȳ	zēta

EXERCÍCIO

1. Observe as letras fenícias a seguir. Cada uma deu origem a certa letra do alfabeto latino. Qual?

letra sinaítica	letra fenícia	significado do nome fenício da letra	letra latina?
𐤓	𐤌	‘palma da mão’	
𐤎	𐤏	‘água’	
𐤑	𐤒	‘serpente’	
𐤅	𐤆	‘olho’	
𐤈	𐤉	‘sinal’	

2. As línguas europeias são escritas hoje em três alfabetos: o grego, o latino e o cirílico. Este surgiu no século X e é usado hoje para escrever algumas línguas eslavas (bielorrusso, búlgaro, macedônio, russo e ucraniano) e algumas outras de povos que estiveram ou estão sob o domínio russo. A seguir, observe esses três alfabetos e responda:

- O alfabeto cirílico deriva do grego ou do latino? Em que se fundamenta a sua observação?
- Que divergências há entre as letras gregas e as latinas?

grego

letra	A	B	Γ	Δ	E	Z	H	Θ	I	K	Λ	M
som	/a/, /a:/	/b/	/g/	/d/	/e/	/zd/	/ε:/	/tʰ/	/i/, /i:/	/k/	/l/	/m/
letra	N	Ξ	O	Π	P	Σ	T	Υ	Φ	Χ	Ψ	Ω
som	/n/	/ks/	/o/	/p/	/r/	/s/	/t/	/y/, /y:/	/pʰ/	/kʰ/	/ps/	/ɔ:/

latino

letra	A	B	C	D	E	F	G	H	I	K	L	M
som	/a/, /a:/	/b/	/k/	/d/	/e/, /e:/	/f/	/g/	/h/	/i/, /i:/, /j/	/k/	/l/	/m/
letra	N	O	P	Q	R	S	T	V	X	Y	Z	
som	/n/	/o/, /o:/	/p/	/kʷ/	/r/	/s/	/t/	/u/, /u:/, /w/	/ks/	/y/, /y:/	/z/	

cirílico

letra	A	Б	В	Г	Д	Е	Ж	З	И	Й	К	Л	М	Н	
som	/a/	/b/	/v/	/g/	/d/	/je/	/ʒ/	/z/	/i/	/j/	/k/	/l/	/m/	/n/	
letra	О	П	Р	С	Т	У	Ф	Х	Ц	Ч	Ш	Щ	Ь	Ю	Я
som	/o/	/p/	/r/	/s/	/t/	/u/	/f/	/x/	/ts/	/tʃ/	/ʃ/	/ʃtʃ/	/j/	/ju/	/ja/

3. As palavras no quadro a seguir são nomes de cidades europeias cuja língua é escrita no alfabeto latino. Perceba que em cada um há ao menos um diacrítico, isto é, um sinal acrescentado a uma letra latina, o qual muda o som originário dela. Reflita: por que terá sido necessário acrescentar esses diacríticos?

país	cidade	pronúncia	país	cidade	pronúncia
Noruega	Ås	[os]	Finlândia	Jyväskylä	[ˈjyvæskylæ]
França	Besançon	[bɛzɑ̃ˈsɔ̃]	Dinamarca	København	[kʰøb̥mˈhaʊˀn]
Moldávia	Chişinău	[kiʃiˈnəu]	Espanha	Logroño	[loˈɣroɲo]
Portugal	Covilhã	[kuvĩˈɐ̃]	Islândia	Norðurþing	[ˈnɔɾðyrθiŋk]
Croácia	Đurđevac	[ˈdʒu:rdʒɛvats]	Lituânia	Panevėžys	[paniˈævieˈʒi:s]
Alemanha	Düsseldorf	[ˈdʏslɔɐ̯f]	República Tcheca	Plzeň	[ˈplzɛɲ]
Hungria	Győr	[jø:r]	Polônia	Świętochłowice	[ɕfjɛntɔxwɔˈvitɕɛ]

RESUMO DA PRONÚNCIA DO LATIM

Nas ortografias das línguas românicas, é comum que uma mesma letra represente mais de um som. Por exemplo, em todas elas, a letra *c* tem o valor de um fonema oclusivo velar surdo, /k/, antes das letras *a*, *o* e *u*: *cor* /koh/ em português, *color* /ko'lor/ em espanhol, *couleur* /kulœʁ/ em francês, *colore* /ko'lore/ em italiano; mas antes das letras *e* e *i* assume outros valores: *cereja* /se'reʒɐ/, *cereza* /θe'reθa/, *cerise* /səʁiːz/, *ciliegia* /tʃi'ljɛdʒːa/. Isto acontece porque essas línguas são escritas num alfabeto que não dá conta de toda a variedade dos seus sistemas fonológicos.

Em latim, há apenas dois casos em que isso ocorre: cada uma das letras que representam os fonemas vocálicos tem os valores de uma vogal breve e outra longa; além disso, as letras *i* e *u* têm também dois valores consonânticos: /j/ e /w/. Cada uma das demais letras latinas assinala um só fonema:

p e *b*, *t* e *d*, *c* e *g*, *qu* e *gu*, as oclusivas /p/ e /b/, /t/ e /d/, /k/ e /g/, /k^w/ e /g^w/;
m e *n*, as nasais /m/ e /n/;
f, *s* e *h*, as fricativas /f/, /s/ e /h/;
x, a africada /ks/;
r e *l*, as líquidas /r/ e /l/.

Além disso, usam-se as letras *y* e *z* e os dígrafos *ph*, *th*, *ch* e *rh* para escrever sons próprios da língua grega em palavras tomadas dessa língua: /y/, /z/, /p^h/, /t^h/, /k^h/ e /r/.

Quanto à acentuação, a posição do acento tônico varia segundo a estrutura silábica da palavra. Se a palavra for dissílaba, será sempre paroxítona. Se for trissílaba ou polissílaba, poderá ser paroxítona ou proparoxítona. Será paroxítona quando a penúltima sílaba for longa (é fechada ou contém uma vogal longa ou um ditongo) e será proparoxítona quando a penúltima sílaba for breve (é aberta).

INTRODUÇÃO À DECLINAÇÃO

De agora em diante passaremos a percorrer a gramática latina. Todo o percurso será fundamentado sobre textos latinos autênticos, isto é, textos produzidos por usuários do latim quando era a língua do povo romano, mas começaremos sempre o estudo de cada parte do percurso a partir do que já sabemos, ou seja, a nossa língua portuguesa.

Em particular, este capítulo e os seguintes estão dedicados ao mecanismo gramatical chamado *declinação*. Ao longo dos tempos, a declinação tem sido encarada como um verdadeiro bicho-papão que assombra os anseios mais puros de aprender o latim, tornando-os um pesadelo horrível. O pior é que quem tem pagado o pato é o próprio latim, por ser língua terrivelmente difícil... quando, na verdade, os únicos responsáveis são os mestres que o têm ensinado, que transformaram o seu ensino na mera decoração das chamadas “declinações”.

O nosso objetivo neste capítulo é enfrentar esse pretense bicho-papão, constatando que ele não existe. Deveremos, pois, alcançar o fim do capítulo não sofrendo por decorar “terminações”, mas esforçando-nos por compreender como funciona o mecanismo da declinação nas classes de vocábulos em que estava presente: substantivos, adjetivos e pronomes.

AQUECIMENTO

O que os romanos costumavam comer? Quantas refeições costumavam fazer? O que costumavam consumir em cada uma? Pesquise e escreva um texto respondendo a essas perguntas.

Leia o texto a seguir:

Porquanto já não sou chamado para a ceia por um preço como antes, por que não é dada a mim a mesma ceia que a ti? Tu tomas ostras engordadas no lago Lucrino, por mim, com a boca cortada, um mexilhão é chupado; tens boletos, eu tomo cogumelos de porcos; para ti há algo com um rodovalho, mas para mim com uma brema. Enche-te uma rola dourada com ancas desmesuradas, para mim é posta uma pega morta na gaiola. Por que ceio sem ti quando ceio contigo, Pôntico? Que seja proveitoso não haver mais a cestinha: comamos o mesmo.

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto é um epigrama de Marcial. Como dito no capítulo anterior, Marco Valério Marcial (40-104) é um autor notável da era argêntea da literatura latina. Nasceu e morreu em BÍlbilis, na Hispânia Tarraconense, mas foi em Roma onde começou a sua carreira de escritor e onde desenvolveu a verve mordaz que ficou atada ao seu nome.

Quanto ao epigrama, é um gênero literário antiquíssimo. De origem grega, era primitivamente uma inscrição votiva, mas no período helenístico, embora tenha mantido a forma concisa, teve o seu conteúdo diversificado. Na literatura latina, o epigrama cruzou com a tradição satírica itálica, e foi precisamente o epigrama escarninho que Marcial compôs com perfeição e aquele ao qual conferiu grande prestígio.

O texto acima é, pois, tradução em prosa do sexagésimo epigrama do terceiro livro de Marcial. Trata do patronato, uma instituição social que existia desde a fundação de Roma, pela qual dois cidadãos com diferentes cabedais firmavam um laço de confiança (*fidēs*), visando ao recebimento de benefícios mútuos: o mais poderoso era o patrono (*patrōnus*) e o mais fraco, o cliente



Figura 17 – Venda de pão retratada num afresco em Pompeia.

(*cliēns*). O texto alude a um velho costume: o patrono devia convidar o cliente para jantar, o que não tinha somente um valor material, mas também simbólico. Com o tempo, tomou o lugar desse costume a doação de uma porção de víveres numa cestinha (*sportūla*), a qual também acabou sendo trocada pela entrega de uma quantia em dinheiro. Contudo, o imperador Domiciano (81-96) quis restaurar o antigo costume, do que se seguiram convites a jantares nos quais se serviam comidas diferentes ao patrono e ao cliente: as melhores àquele e as piores a este. Nesse texto, Marcial, que assumiu o eu do cliente, escarnece da mesquinha dos patronos, representados por Pôntico.

GRAMÁTICA

Que observações gramaticais se podem tecer a partir desse texto? Observe os termos grifados nas sentenças seguintes, colocadas na ordem não marcada:

- 1.a. **Tu** tomas ostras engordadas no lago Lucrino.
- 2.a. Uma rola dourada com ancas desmesuradas **enche-te**.
- 3.a. A ceia é dada a **ti**.
- 4.a. Por que ceio sem ti quando ceio **contigo**?

As palavras *tu*, *te*, *ti*, *contigo* têm o mesmo significado de ‘segunda pessoa do singular’, mas têm formas diferentes porque desempenham funções sintáticas diferentes: em 1, *tu* é o sujeito do verbo *tomas*; em 2, *te* é o objeto direto do verbo *enche*; em 3, (*a*) *ti* é o objeto indireto do verbo *é dada*; em 4, (*sem*) *ti* e *contigo* são adjuntos adverbiais do verbo *ceio*. Acrescentemos mais exemplos contidos no texto:

- 5.a. **Eu** como cogumelos de porcos.
- 6.a. A mesma ceia não é dada a **mim**.

Igualmente, *eu* e *mim* têm o mesmo significado de ‘primeira pessoa do singular’, mas em 5, *eu* desempenha a função de sujeito do verbo *como*, e em 6, (*a*) *mim*, a de objeto indireto do verbo *é dada*.

Com efeito, nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa, diz-se que os pronomes pessoais apresentam formas retas, como *tu*, e formas oblíquas, como *te*, *ti* e *contigo*. As formas retas são empregadas como sujeito do verbo e as oblíquas, como objeto ou adjunto tanto do verbo quanto do nome. À sua vez, a variação das formas oblíquas é causada por condições fonéticas: umas, como *te*, são átonas, e as outras, como *ti* e *contigo*, são tônicas, usadas estas unicamente em sintagma preposicional, como *a ti*.

Tecidas estas observações, e fazendo abstração das formas *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco*, *convosco* e *consigo*, que são específicas do sintagma nucleado pela preposição *com*, pode-se desenhar o seguinte quadro dos pronomes pessoais em português:

pronomes pessoais em português								
núm.	pess.	casos						
		reto		oblíquo				
				formas átonas			formas tônicas	
singular	1. ^a	eu		me			mim	
	2. ^a	tu		te			ti	
	3. ^a	masculino	feminino	objeto direto		objeto indireto	masculino	feminino
		ele	ela	o	a		lhe	ele
plural	1. ^a	nós		nos			nós	
	2. ^a	vós		vos			vós	
	3. ^a	masculino	feminino	objeto direto		objeto indireto	masculino	feminino
		eles	elas	os	as		lhes	eles

É claro que esse quadro resume o sistema pronominal do português de uma perspectiva tradicional, que no momento é a mais útil ao nosso propósito. Sabe-se que no português contemporâneo as formas *ocê(s)* e *o(s) senhor(es)/a(s) senhora(s)* são tão (ou mais) usadas como pronome pessoal de segunda pessoa quanto as formas *tu* e *vós*, além de que em certos registros do português brasileiro as formas *ele(s)/ela(s)* não são empregadas como oblíquas apenas em sintagma preposicional.

Avançemos. Leia agora o texto original de Marcial:

Cum uocer ad cēnam non iam uēnālis ut ante,
cūr mihi non eādem quae tibi cēna datur?
Ostrēa tū sūmis stagnō saturāta Lucrīnō,
sūgītur incīsō mitūlus ōre mihi;
sunt tibi bōlētī, fungōs egō sūmō suillōs;
rēs tibi cum rhombō est, at mihi cum sparūlō.
Aurēs immodīcis turtur tē clūnībus implet,
pōnītur in cauēā mortūa pīca mihi.
Cūr sine tē cēnō cum tēcum, Pontīce, cēnem?
Sportūla quod non est prōsit: edāmus idem.

E as sentenças correspondentes às que destaquei, igualmente na ordem não marcada:

- 1.b. **Tū** saturāta ostrēa Lucrīnō stagnō sūmis.
- 2.b. Immodīcis clūnībus aurēs turtur **tē** implet.
- 3.b. Cēna **tibi** datur.
- 4.b. Cūr sine tē cēnō cum **tēcum** cēnem?
- 5.b. **Egō** suillōs fungōs sūmō.
- 6.b. Eādem cēna **mihi** non datur.

Observe que os pronomes pessoais em latim também têm formas diferentes de acordo com a função sintática que desempenham na sentença: *tū, tē, tibi; egō, mihi* etc. Em 1, *tū* exerce a função de sujeito de *sūmis*; em 2, *tē*, a de objeto direto de *implet*; em 3, *tibi*, a de objeto indireto de *datur*; em 4, *tēcum*, a de adjunto adverbial de *cēnem*; em 5, *egō*, a de sujeito de *sūmō*; em 6, *mihi* a de objeto indireto de *datur*.

Na verdade, a distinção de formas dos pronomes pessoais em português (e nas demais línguas românicas) segundo a função sintática é a continuação de um fenômeno já presente na gramática latina. A diferença em latim é que se por um lado não se diferenciam formas tônicas e átonas, por outro lado não se opõem apenas um caso reto e um caso oblíquo, mas outros, seis ao todo, cada um com o seu próprio nome:

A ordem não marcada, também chamada ordem de base ou ordem direta, em português é SVO, ou seja, sujeito-verbo-objeto, por exemplo: Um asno^{Sujeito} coça^{Verbo} outro asno^{Objeto}. Em latim, essa ordem é SOV, ou seja, sujeito-objeto-verbo, por exemplo: Asīnus^{Sujeito} asīnum^{Objeto} fricat^{Verbo}. Quanto a essa sentença, é um ditado latino que se refere pejorativamente à relação de duas pessoas que se beneficiam mutuamente.

pronomes pessoais em latim							
número	pessoa	casos					
		nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo	vocativo
singular	1. ^a pessoa	egō	mē	mihi	mē	meī	tū
	2. ^a pessoa	tū	tē	tibi	tē	teī	
plural	1. ^a pessoa	nōs		nōbīs		nostrī	uōs
	2. ^a pessoa	uōs		uōbīs		uestri	

Perceba que as formas *eu* e *tu* em português vêm das formas *egō* e *tū* em latim; *me* e *te*, de *mē* e *tē*; *mim* e *ti*, de *mihi* e *tibi*. Mas você sentiu a falta da terceira pessoa? De pronome pessoal de terceira pessoa o

latim tem apenas a forma reflexiva: *sē* ou *sese* no acusativo e no ablativo, *sibi* no dativo e *suī* no genitivo. A falta de outras formas é compensada por vários elementos fóricos como *hic*, *iste*, *ille*, *is*, *īdem*, *ipse*, mas no momento interessa mais aprofundar o entendimento das funções dos casos latinos. Avancemos:

Caso nominativo: É o caso do sujeito. O sujeito é o argumento externo do verbo, o qual concorda com tal argumento. É expresso por um sintagma nominal comutável pelo pronome *ele* ou por uma sentença comutável por *isso*. O papel temático do sujeito é, em geral, /agente/. Por exemplo:

7.a. Quando **um amigo** pobre te der um presente, aceita-o com prazer e lembra-te de o enaltecer com firmeza. → Quando **ele** te der um presente...

Caso acusativo: É o caso do objeto direto. O objeto direto é um argumento interno do verbo, expresso por um sintagma nominal comutável pelo pronome *o* ou por uma sentença comutável por *isso*. O papel temático do objeto direto é, em geral, /paciente/. Por exemplo:

8.a. Quando buscares **um companheiro** ou **um amigo** fiel, não leves em conta a fortuna do homem, mas a vida que deve ser mirada. → Quando **os** buscares...

Caso dativo: É o caso do objeto indireto. O objeto indireto é um argumento interno do verbo, expresso por um sintagma preposicional nucleado por *a* ou *para* ou por uma sentença comutáveis pelo pronome *lhe*. O papel temático do objeto indireto é, em geral, /beneficiário/. Por exemplo:

9.a. Faze **a/para um amigo** o que queres para ti. → Faze-**lhe** o que...

Caso ablativo: É o caso do complemento oblíquo e do adjunto adverbial. O complemento oblíquo é um argumento interno do verbo, expresso por um sintagma preposicional cujo complementador é comutável pelos pronomes *ele* ou *isso*. Ainda que compartilhe a mesma regra de comutação, o adjunto adverbial não é predicado pelo verbo. Os papéis temáticos do complemento oblíquo e do adjunto adverbial são, em geral, /fonte/, /instrumento/, /lugar/, /comitativo/. Por exemplo:

10.a. Então Eneias dirige-se ao rei **com/por palavras amigas**. → Então Eneias dirige-se ao rei **com/por elas**...

Caso genitivo: É o caso de certos adjuntos adnominais e complementos nominais. São expressos por um sintagma preposicional nucleado por *de*. O adjunto adnominal e o complemento nominal não são argumentos do verbo, mas tomam por escopo um substantivo. Por exemplo:

11.a. A inveja **dos amigos** deve ser mais cuidada que as ciladas dos inimigos. → A inveja **deles**...

Caso vocativo: É o caso do vocativo, isto é, a interpelação ao interlocutor. Por exemplo:

12.a. Quem quer dar aos outros não deve dizer: “Quereis?”. Mas diga com firmeza: “**Doce amigo**, toma”.

Os exemplos 7 e 8 são traduções de dísticos de Catão. Os dísticos de Catão são quase 150 poemas de dois versos e conteúdo moralizante, compostos provavelmente por um tal Dionísio Catão no século II d.C., o qual foi confundido com Marco Pórcio Catão (c. 234-149 a.C.), um dos grandes escritores antigos da literatura latina. Foram muito utilizados durante a Idade Média e ainda durante a Idade Moderna no ensino do latim. O exemplo 12 também é tradução de dístico, mas este, de autoria anônima e de datação medieval.

Os exemplos 9 e 11 são traduções de sentenças de Publílio Siro, escravo de origem síria, depois liberto, que viveu no século I a.C. No seu tempo, ganhou pequena fama como autor de mimos, peças teatrais populares sobre costumes, mas da sua atividade literária nos chegou apenas uma coleção de cerca de setecentos

aforismos (*Sententiæ*), que, como os dísticos de Catão, também têm conteúdo moralizante e foram bastante usados com fins educativos.

O exemplo 10 é verso da *Eneida*, de Virgílio.

Leiamos, pois, as redações originais:

- 7.b. Exigŭum mŭnus cum dat tibi pauper **amĭcus**,
accipitō placidē, plēnē laudāre mementō.
- 8.b. Cum tibi uel socium uel fidum quaeris **amĭcum**,
non tibi fortuna est homĭnis sed uĭta petenda.
- 9.b. **Amĭcō** ea exhibētō quae uelĭs tibi.
- 10.b. Tum rēgem Aenēās dictĭs affātur **amĭcĭs**.
- 11.b. Mage cauenda **amĭcōrum** inuidĭa quam ĩnsidĭae hostĭum.
- 12.b. Quĭ dare uult alĭis non dēbet dĭcere: “Vultis?”.
Sed dĭcat plēnē: “Dulcis **amĭce**, tene”.

Observe que a palavra *amigo* tem apenas duas formas em português: *amigo* no singular e *amigos* no plural. Com efeito, a função de vocativo obedece mormente a elementos prosódicos: pausa e entoação. Já as funções de sujeito e objeto direto, dependem basicamente da posição do termo em relação ao verbo, respectivamente antes e depois dele:

- 7.a. O amigo pobre dá-te um presente pequeno.
- 8.a. Tu buscas um amigo fiel.

As demais funções — objeto indireto, complemento oblíquo ou adjunto adverbial e o adjunto adnominal ou complemento nominal correspondente ao caso genitivo — são determinadas mediante preposições:

- 9.a. Faze isto **a/para** um amigo.
- 10.a. Dirige-se **com/por** palavras amigas.
- 11.a. A inveja **dos** amigos.

Em latim, a exemplificação apresenta, porém, diversas formas da mesma palavra: *amĭcus*, *amĭcum*, *amĭcō*, *amĭcĭs*, *amĭcōrum*, *amĭce*. Portanto, a função sintática é estabelecida pela terminação do vocábulo. Confira como é a construção latina das sentenças de 25 a 29:

- 7.b. Pauper amĭcus exigŭum mŭnus tibi dat.
- 8.b. Tŭ fidum amĭcum quaeris.
- 9.b. Ea amĭcō exhibētō.
- 10.b. Amĭcĭs dictĭs affātur.
- 11.b. Amĭcōrum inuidĭa.

Esse mecanismo da gramática latina chama-se *declinação*. Ora, como vimos desde o início deste capítulo, a declinação não é nenhum fenômeno exótico, mas um mecanismo que continua presente na gramática do português e de outras línguas românicas: cada vez que dizemos *eu te amo*, declinamos o pronome pessoal de primeira pessoa no caso reto e o de segunda pessoa, no caso oblíquo. A diferença do latim é que a extensão desse mecanismo é mais ampla.

Perceba, ainda, que a extensão mais ampla da flexão casual em latim comporta mais liberdade de colocação para os constituintes da sentença que em português, especialmente em verso, onde, por mor da métrica, se ordenam os vocábulos segundo as quantidades das suas sílabas. O epigrama de Marcial que lemos antes contém alguns exemplos ilustrativos disso:

- 13.b. Sŭgĭtur^{Verbo} incĭsō^{Adjunto adnominal} mitŭlus^{Sujeito} ōre^{Adjunto adverbial} mihi^{Agente da passiva}.

Na sentença 13.b todos os constituintes estão colocados numa ordem bem marcada. Na não marcada ficaria *Mitŭlus mihi incĭsō ōre sŭgĭtur*. Com efeito, na colocação original, o sujeito, *mitŭlus*, é colocado entre os termos *incĭsō ōre*, que são adjunto adverbial do verbo *sŭgĭtur*! Em português, é impossível dizer **É chupado*

cortada um mexilhão com a boca por mim, mas em latim a ordem em que Marcial coloca esses termos nesse verso não acarreta nenhum prejuízo comunicativo, pois a terminação da palavra *mitŭlus*, no caso nominativo, assinala perfeitamente que ela é o sujeito do verbo *sūgĭtur*, o qual, de resto, concorda com ela; a terminação da palavra *incĭsō* também assinala que ela concorda com a palavra *ōre*, porque ambas estão no caso ablativo; o pronome pessoal, *mihi*, está flexionado no caso dativo, o que assinala que ele é o agente da passiva do verbo *sūgĭtur*, que está na voz passiva. Portanto: *um mexilhão (mitŭlus) é chupado (sūgĭtur) por mim (mihi) com a boca cortada (incĭsō ōre)*. Em suma: os mecanismos da declinação e o da concordância são importantíssimos para decodificar o texto latino.

Enfim, convém declarar que as definições dos casos latinos que dei acima são, evidentemente, simplificadoras, além de estarem eivadas de termos técnicos. Como acontece em qualquer língua usada por um povo, a gramática do latim estava sujeita à ação dos falantes, que é contingente, portanto o uso dos casos não se reduzia a um esquema fechado. Mas por enquanto essas definições, meio simplificadoras meio técnicas, servem bem ao escopo de começar a compreender a declinação latina.

EXERCÍCIO

Lembra-se do texto de Lívio sobre a lenda de Rômulo e Remo? Você vai usá-lo agora para fazer o seu primeiro exercício de gramática neste curso. Como é sempre bom começar pegando leve, trabalhemos primeiro com o texto em português. O exercício é simples: identifique as funções sintáticas dos termos coloridos no texto. Em seguida, reordene as sentenças de que se compõe o texto na ordem não marcada.

Cada cor (**vermelho-escuro**, **vermelho**, **laranja**, **verde**, **azul-claro**, **azul**, **roxo** e **lilás**) representa uma função sintática. Os verbos estão em negrito. Os demais termos são nexos (preposições e conjunções). Cada verbo corresponde a uma sentença. Na voz ativa, a ordem não marcada do português é *sujeito – verbo – objeto direto – objeto indireto* ou *complemento oblíquo*. Na passiva, não há objeto direto, mas agente da passiva. Além disso, se o verbo for de ligação, não tem objeto, mas predicativo.

Se você está enferrujado em análise sintática, eis uma ótima oportunidade para desenferrujar, pois este conteúdo não só é fundamental para o estudo do latim, mas também é importantíssimo para avançar pelo curso de Letras.

Mas, a meu parecer, **deveram-se ao fado a origem de tamanha cidade e o começo do maior poder após o poderio dos deuses**. **Tomada à força, a Vestal**, como **tivera um parto de gêmeos**, ou **cria assim** ou porque **um deus era um autor mais honroso da falta, declara Marte o pai da incerta cepa**. Mas nem **os deuses** nem **os homens poupam da crueldade real** ou **a ela** ou **a cepa**: **a sacerdotisa é dada amarrada à prisão; manda que os meninos sejam arremessados em água corrente**. **De certa maneira por um acaso vindo dos deuses, o Tibre, derramado sobre as margens em remansos suaves, de algum modo não podia chegar-se ao curso da corrente certa e dava esperança aos que levam as crianças de que podiam afogar-se na água mesmo que esmorecida**. Assim, como se **estivessem quites com o mandado do rei, abandonam os meninos no alagamento mais próximo, onde agora está a figueira Ruminal — contam que chamada Romular —**. **Havia então vastas solidões nesses lugares**. **O rumor sustenta que**, como **a água rasa deixara no seco a cuba boiante em que os meninos tinham sido abandonados, uma loba sedenta tomou o rumo dos montes que havia ao redor para o berro meninil, ofereceu tão dócil as tetas abaixadas às crianças que um maioral do rebanho real — contam que tinha o nome de Fáustulo — a terá achado lambendo com a língua os meninos, dados por ele à esposa Larência para ser educados junto às estrebarias**. **Há quem considere que Larência, de corpo devassado, era chamada loba entre os pastores, daí dado lugar à lenda e ao milagre**. Assim gerados e assim educados, tão logo **augmentou a idade, não ficam vadios nem nas estrebarias nem junto aos rebanhos**, mas **percorrem os bosques caçando**. **Ganho dá vigor para os corpos e para as almas, já não afrontam apenas feras, mas fazem assaltos a ladrões carregados de presa e dividem os roubos com os pastores, e crescendo de dia em dia a grei de jovens, celebram com eles jogos e coisas sérias**.

O TEMA NOMINAL

AQUECIMENTO

A cada geração, o conhecimento do homem, e, por conseguinte, o seu domínio sobre a natureza têm-se aprofundado mais. Especialmente nos nossos dias, as inovações tecnológicas desenvolvem-se constantemente. Mas esse conhecimento tem servido igualmente a todos os seres humanos? Tem servido para aperfeiçoar a relação do homem com a natureza? Redija uma breve reflexão respondendo a essas duas perguntas.

Leia o texto a seguir:

Verdadeiramente, a madeira aporta grandes usos para fazer navios, por cujas viagens são fornecidos de toda a parte todos os recursos para a vida. Cada uma das coisas mais bravias que a natureza gerou, só nós temos o comedimento delas, do mar e dos ventos, graças ao conhecimento das coisas da navegação, e desfrutamos e usamos das mais numerosas coisas do mar. Do mesmo jeito, está no homem todo o senhorio dos proveitos dos terrenos: nós desfrutamos dos campos, nós dos montes, nossas são as torrentes, nossos os lagos, nós plantamos os grãos, nós as árvores; nós damos fecundidade às terras pelas canalizações das águas, nós retemos, direcionamos e desviamos os rios; enfim, com as nossas mãos tentamos perfazer como que outra natureza na natureza das coisas.

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto é tradução de um trecho (o de número 152) do segundo livro ‘Sobre a natureza dos deuses’ (*Dē nātūrā deōrum*), de Cícero. Já sabemos que Marco Túlio Cícero, que nasceu em Arpino, no Lácio, em 106 a.C., foi um grande estadista romano — cônsul em 63 a.C., tendo sido assassinado em 43 a.C., precisamente pela sua atuação política contra o triúmviro Marco Antônio — e também o maior escritor em língua latina, ao menos em prosa.

O livro *Dē nātūrā deōrum* foi escrito em 45 a.C. e é um dos seus três tratados de cunho teológico, junto com o *Dē dīuīnātiōne* (‘Sobre a adivinhação’) e o *Dē fātō* (‘Sobre o destino’). Convém observar que estas e as obras filosóficas de Cícero foram compostas em momentos em que ele teve de se afastar da vida pública, de modo que o seu conjunto perfaz um projeto pessoal de verter a filosofia grega para o latim como forma de serviço ao Estado, por meio do qual os seus concidadãos se tornariam mais esclarecidos.

Ao contrário do que sugere o título, no *Dē nātūrā deōrum* Cícero não diz qual seja a natureza dos deuses. O escopo da obra está mais relacionado a problematizar a questão que respondê-la. Com efeito, a matéria é discutida na forma de diálogo, ao qual Cícero teria assistido quando jovem. Diferentes personagens desenvolvem longos monólogos sobre o assunto, cada uma da perspectiva de certa escola filosófica: Gaio Veleio, do ponto de vista epicurista na primeira metade do primeiro livro; critica-o Gaio Aurélio Cota do ponto de vista acadêmico na segunda metade do mesmo livro; Quinto Lucílio Balbo, do ponto de vista estoico no segundo livro; no terceiro, volta Cota para criticar agora a este. Dessa disposição das intervenções depreende-se que a posição do autor coincide com a de Cota. O trecho citado faz, pois, parte do monólogo de Balbo, numa passagem em que louva o homem enquanto criação dos deuses.

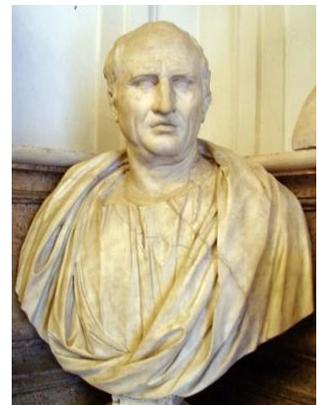


Figura 18 – Busto de Cícero.

GRAMÁTICA

Compreendido o texto, em que pode servir para seguir o estudo da declinação latina? Começemos por retirar dele todos os substantivos na forma não marcada, ou seja, no singular, categorizando-os segundo o fonema final da palavra:

substantivos segundo o fonema final		
Acabam em /a/	Acabam em /o/	Acabam em /e/ ou consoante
Água, coisa, madeira, natureza, terra, vida.	Campo, comedimento, conhecimento, lago, mão (pl. -ãos), navio, proveito, recurso, rio, senhorio, terreno, uso, vento.	Árvore, canalização (pl. -ões), fecundidade, homem, mar, monte, navegação (pl. -ões), parte, torrente, viagem.

Observe que em português os substantivos que acabam em /a/ são tendentemente femininos, os que acabam em /o/ são tendentemente masculinos e os que acabam em /e/ ou consoante são masculinos ou femininos, sem predominar um gênero sobre o outro.

Quanto aos artigos, adjetivos e pronomes, que ocupam os lugares de especificadores (antes do substantivo) e complementadores (depois dele) no sintagma nominal, concordam em gênero e número com o substantivo: *a madeira*, *grandes usos*, *cujas viagens*, *todas as partes*, *as coisas mais bravias* etc.

Leiamos agora o texto original:

[Māterīa] magnōs uērō ūsūs affert ad nāuigīa faciēda, quōrum cursībus suppeditantur omnēs undīque ad uītam cōpīae. Quāsque rēs uiolētissīmās nātūra genūit, eārum moderātīōnem nōs sōlī habēmus, maris atque uentōrum, propter nauticārum rērum scientīam, plūrīmisque maritīmīs rēbus fruīmur atque ūtīmur. Terrēnōrum item commodōrum omnis est in homīne dominātus: nōs campīs, nōs mōntībus fruīmur, nostrī sunt amnēs, nostrī lacūs, nōs frūgēs serīmus, nōs arbōrēs; nōs aquārum inductiōnībus terrīs fēcunditātem damus, nōs flūmīna arcēmus, dērigīmus, āuertīmus; nostrīs dēnīque manībus in rērum nātūrā quasi altēram nātūram effīcēre cōnāmur.

Passemos algumas orações à ordem não marcada:

- 1.b. Māterīa magnōs ūsūs ad nāuigīa faciēda uērō affert.
- 2.b. Omnēs cōpīae ad uītam nāuigīōrum cursībus undīque suppeditantur.
- 3.b. Plūrīmīs maritīmīs rēbus fruīmur atque ūtīmur.
- 4.b. Terrēnōrum commodōrum omnis dominātus in homīne est.
- 5.b. Amnēs atque lacūs nostrī sunt.
- 6.b. Nōs fēcunditātem terrīs aquārum inductiōnībus dāmus.

Em português:

- 1.a. A madeira aporta verdadeiramente grandes usos para fazer navios.
- 2.a. Todos os recursos para a vida são fornecidos de toda a parte pelas viagens dos navios.
- 3.a. Desfrutamos e usamos das mais numerosas coisas do mar.
- 4.a. Todo o senhorio dos proveitos dos terrenos está no homem.
- 5.a. As torrentes e os lagos são nossos.
- 6.a. Nós damos fecundidade às terras pelas canalizações das águas.

Observe que em 1.b as palavras *magnōs ūsūs* estão no caso acusativo (são o objeto direto do verbo *affert*), mas têm terminações ligeiramente diferentes; ligeiramente diferentes também são, em 4.b, as terminações das palavras *omnis dominātus*, que estão no nominativo (são o sujeito do verbo *est*), e *commodōrum terrēnōrum* em 4.b e *aquārum* em 6.b, que estão no genitivo (são respectivamente complementos nominais de *dominātus*, *commodōrum* e *inductiōnībus*).

Já em 2.b, as palavras *omnēs cōpiāe* estão no nominativo (são o sujeito do verbo *suppeditantur*), mas não têm terminações ligeiramente diferentes, mas inteiramente diferentes; o mesmo acontece em 3.b, em que as palavras *plūrimīs maritimīs rebus* estão no ablativo (são o complemento oblíquo dos verbos *fruimur* e *ūtīmur*): as duas primeiras compartilham a mesma terminação, mas a terceira tem outra bem diferente. Também em 5.b, em que as palavras *amnēs*, *lacūs* e *nostrī* estão no nominativo (as duas primeiras são o sujeito de *sunt* e a terceira, predicativo do sujeito).

Essa bagunça morfológica é aparente. Há ao menos duas maneiras de a ordenar. Uma é a da gramática tradicional ocidental, transmitida pelos próprios gramáticos latinos, que a tomaram dos gramáticos gregos. A outra é a da linguística moderna.

A primeira parte deste princípio: se a palavra *aqua* ‘água’ apresenta a declinação seguinte:

declinação da palavra <i>aqua</i>		
caso	número	
	singular	plural
nominativo	aqua	aquae
acusativo	aquam	aquās
dativo	aquae	aquīs
ablativo	aquā	aquīs
genitivo	aquae	aquārum
vocativo	aqua	aquae

Então a palavra *terra* ‘terra’, que tem a mesma terminação de *aqua*, deve ser declinada do mesmo modo: *terra*, *terram*, *terrae*... Igualmente, se a palavra *uentus* ‘vento’ apresenta a declinação seguinte:

declinação da palavra <i>uentus</i>		
caso	número	
	singular	plural
nominativo	uentus	uentī
acusativo	uentum	uentōs
dativo	uentō	uentīs
ablativo	uentō	uentīs
genitivo	uentī	uentōrum
vocativo	uente	uentī

Então a palavra *campus* ‘campo’, que tem a mesma terminação de *uentus*, deve ser declinada do mesmo modo: *campus*, *campum*, *campō*...

Por essa maneira de ordenar a morfologia (pro)nominal latina, chega-se a distinguir cinco paradigmas de declinação, chamados, precisamente, *primeira*, *segunda*, *terceira*, *quarta* e *quinta declinação*, as quais você pode contemplar a seguir, exemplificadas pelas palavras *uīta* ‘vida’, *amīcus* ‘amigo’, *hostis* ‘inimigo’, *lacus* ‘lago’ e *rēs* ‘coisa’:

as cinco declinações										
casos	declinações									
	1. ^a		2. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
	sing.	pl.	sing.	pl.	sing.	pl.	sing.	pl.	sing.	pl.
nom.	uīta	uītae	amīcus	amīcī	hostis	hostēs	lacus	lacūs	rēs	rēs
ac.	uītam	uītās	amīcum	amīcōs	hostem	hostēs	lacum	lacūs	rem	rēs
dat.	uītae	uītis	amīcō	amīcīs	hostī	hostībus	lacūī	lacībus	reī	rēbus
abl.	uītā	uītis	amīcō	amīcīs	hoste	hostībus	lacū	lacībus	rē	rēbus
gen.	uītae	uītārum	amīcī	amīcōrum	hostis	hostīum	lacūs	lacūum	reī	rērum
voc.	uīta	uītae	amīce	amīcī	hostis	hostēs	lacus	lacūs	rēs	rēs

Perceba que algumas terminações negritadas se repetem. De fato, uma só não se repete nunca: a do genitivo singular. Efetivamente, se você for buscar essas cinco palavras num dicionário latino, vai encontrá-las assim:

uīta, ae
amīcus, ī
hostis, is
lacus, ūs
rēs, eī

As letras após a vírgula são a terminação do genitivo singular, que assinala a declinação à qual a palavra pertence: *ae* à primeira, *ī* à segunda, *is* à terceira, *ūs* à quarta e *eī* à quinta.

Agora você pode entender melhor por que a declinação era, como ainda é em muitos casos, o pesadelo dos aprendizes de latim: as terminações sublinhadas — sessenta ao todo — deviam ser decoradas! Aprendendo uma declinação por vez, quando alcançavam a quinta, não lembravam mais a primeira. Contudo, por mais que a tradição mereça ser compreendida, o sofrimento de aprender o latim dessa maneira pode ser poupado.

O problema é que os gramáticos antigos não souberam decompor o vocábulo em constituintes mínimos, o que foi desenvolvido pelos linguistas modernos. Olhemos mais detidamente essas mesmas cinco palavras no caso acusativo, tanto no singular como no plural:

uītam, uītās
amīcum, amīcōs
hostem, hostēs
lacum, lacūs
rem, rēs

Desse conjunto, depreende-se que não há por que aprender que o acusativo acabava em *-am* e *-ās* na primeira declinação, *-um* e *-ōs* na segunda, *-em* e *-ēs* na terceira, *-um* e *-ūs* na quarta e *-em* e *-ēs* na quinta, porque as *desinências* — que é o termo técnico correspondente à palavra *terminação* — do acusativo são as mesmíssimas em todas as “declinações”: *-m* no singular e *-s* no plural. Neste caso, a vogal não faz parte da desinência do caso, mas é mero apoio que a liga à raiz da palavra, dado que sequências de fonemas como **uītm*, **amīcm* ou **hostm* são impossíveis na fonologia latina. Mesmo quando as terminações são bem diferentes, quando se desconsidera essa vogal, a variação se reduz:

uītae
amīcī
hostis
lacūs
reī

Como eu disse, a terminação do genitivo singular é tomada na tradição como aquela que distingue cada declinação, mas reparando bem, a desinência do genitivo singular tem apenas duas variações: *-ī* em *uītae* (escrito *-e*; lembre-se de que *ae* é um ditongo que se pronuncia /ai/), *amīcī* e *reī*; *-s* em *hostis* e *lacūs*. Em outras palavras, a gramática tradicional está equivocada quando entende que a desinência do genitivo singular é *-ae* na primeira declinação, *-ī* na segunda, *-is* na terceira, *-ūs* na quarta e *-eī* na quinta; ela é, na verdade, *-ī* ou *-s*. Consequentemente, as próprias construções teóricas denominadas *declinações* desmoronam: não há nem primeira, nem segunda, nem terceira, nem quarta, nem quinta declinação, mas sim um único mecanismo gramatical chamado *declinação*, que consiste na flexão conjunta de caso e número, sendo o caso a função sintática que o vocábulo desempenha na sentença.

Todavia, ainda que a vogal entre a raiz e a desinência número-casual não tenha nenhum valor gramatical, ela é útil, pois como demonstra o genitivo singular, as desinências podem apresentar variações — *alomorfas*, usando o devido termo técnico —, as quais são selecionadas por essa vogal. Ao conjunto da raiz com tal vogal dá-se o nome de *tema*, e à vogal, *vogal temática*. Em latim, há cinco vogais temáticas nominais, que

coincidem precisamente com as declinações tradicionais. Isto quer dizer que os gramáticos antigos perceberam o mecanismo do tema, mas não souberam explicá-lo. As cinco vogais temáticas são as seguintes:

Temas em *-a-*, como *uīta-*;
 temas em *-o-*, como *amīco-*;
 temas em *-i-*, como *hosti-*;
 temas em *-u-*, como *lacu-*;
 temas em *-e-*, como *re-*.

Também há palavras atemáticas, isto é, não apresentam vogal temática, como *arbor-* ‘árvore’, mas não formam uma classe à parte, e sim uma subclasse das palavras com tema em *-i-*.

No fim das contas, ainda que seja um construto abstrato, já que o vocábulo sempre se realiza declinado, o tema é um princípio mais simples e eficaz de declinar um nome ou pronome em latim do que um corte do genitivo singular que não corresponde efetivamente a nenhum constituinte funcional da língua.

A propósito, lembra-se de que as palavras em português acabam normalmente em /a/, /o/ e /e/ ou consoante? Pois é, isto é continuação dos temas latinos: na mudança do latim para as línguas românicas, os temas em *-u-* confundiram-se com aqueles em *-o-* (*lago* tem a mesma terminação de *amigo*), e os temas em *-e-*, com aqueles em *-a-* (*dia*, de *die-*, tem a mesma terminação de *vida*), de modo que os cinco temas originais se reduziram a três. Até as tradicionais “declinações” continuam, de algum modo, presentes em português!

EXERCÍCIO

Continuaremos a trabalhar com o texto de Lívio, mas agora em latim. Trata-se da mesma atividade: identificar as funções sintáticas dos termos coloridos no texto e reordenar as sentenças de que se compõe na ordem não marcada. Para facilitar a transição ao trabalho no texto latino, seguem as orações em português com os constituintes divididos em tabelas. Em cada uma, basta preencher a linha acima consultando o texto do exercício. Observe que, em alguns poucos casos, a função sintática não coincide numa língua e na outra, porque a construção diverge.

As funções que as cores representam são as mesmas da atividade anterior, de modo que se você a fez e corrigiu, essa resposta já tem. Quanto à ordem não marcada do latim, convém lembrar que é *sujeito – objeto direto – objeto indireto ou complemento oblíquo – verbo* na voz ativa. Como em português, não há objeto direto na passiva, mas agente da passiva, e verbo de ligação não tem objeto, mas predicativo. Também diferentemente do português, a ordem menos marcada dos adjuntos é antes do nome (adjunto adnominal ou complemento nominal) ou do verbo (adjunto adverbial).

Sed^{Mas} **dēbēbātūr**^{devia-se}, ut^{segundo} **opīnōr**^{opino}, **fātīs**^{aos fados} **tantae**^{de tamanha} **origō**^{a origem} **ūrbis**^{de cidade} **maximī**^{que}
 de maior **secundum**^{após} **deōrum**^{dos deuses} **opēs**^{o poderio} **imperīi**^{do poder} **principium**^{o começo}. **Vī**^À **compressa**^{tomada},
Vestālis^{a Vestal}, **cum**^{como} **gemīnum**^{gêmeo} **partum**^{parto} **ēdidisset**^{tivesse tido}, **seu**^{ou} **ita**^{assim} **rata**^{crida} **seu**^{ou} **quia**^{porque}
deus^{um deus} **auctor**^{um autor} **culpaē**^{da falta} **honestior**^{mais honesto} **erat**^{era}, **Martem**^{Marte} **incertae**^{de incerta} **stirpis**^{da cepa}
patrem^{pai} **nuncūpat**^{declara}. Sed^{Mas} **nec**^{nem} **dī**^{os deuses} **nec**^{nem} **homīnēs**^{os homens} **aut**^{ou} **ipsam**^{a ela mesma} **aut**^{ou} **stirpem**^a
 cepa **ā**^{de} **crūdēlitāte**^{a crueldade} **rēgiā**^{real} **uindīcant**^{poupam}: **sacerdōs**^{a sacerdotisa} **uincta**^{amarrada} **in**^a **custōdiām**^{a prisão} **da-**
tur^{é dada}, **puērōs**^{os meninos} **in**^{em} **prōfluentem**^{corrente} **aquam**^{água} **mitti**^{ser arremessados} **iubet**^{manda}. **Forte**^{Por um acaso}
quādam^{de certa maneira} **dīuīnītus**^{vindo dos deuses} **super**^{sobre} **rīpās**^{as margens} **Tibēris**^{o Tibre} **effūsus**^{derramado} **lēnībūs**^{em suaves}
stagnīs^{em remansos} **nec**^{não} **adiri**^{chegar-se} **usquam**^{de algum modo} **ad**^a **iūsti**^{de certa} **cursum**^{o curso} **potērat**^{podia} **amnis**^{da cor-}
 rente **et**^e **posse**^{poder} **quamuis**^{mesmo} **languidā**^{em esmorecida} **mergi**^{afogar-se} **aquā**^{na água} **infantēs**^{as crianças} **spem**^{esperança}
ferentibus^{aos que levam} **dabat**^{dava}. Ita^{Assim} **uelut**^{como} **dēfūcti**^{quites} **rēgis**^{do rei} **imperīō**^{com o mandado} **in**^{em} **proximā**^{mais}
 próximo **alluūe**^{o alagamento} **ubi**^{onde} **nunc**^{agora} **ficus**^{a figueira} **Rūminālis**^{Ruminal} **est**^{está} — **Rōmulārem**^{Romular} **uocātam**^{cha-}
 mada **ferunt**^{contam} — **puērōs**^{os meninos} **expōnunt**^{abandonam}. **Vastae**^{Vastas} **tum**^{então} **in**^{em} **his**^{estes} **locis**^{lugares} **sōlitūdīnēs-**
 solidões **erant**^{havia}. **Tenet**^{Sustenta} **fāma**^{o rumor} **cum**^{como} **fluitantem**^{boiante} **aluēum**^{a cuba}, **quō**^{em que} **expositi**^{abandonados}
erant^{tinham sido} **puēri**^{os meninos}, **tenūis**^{rasa} **in**^{em} **siccō**^{o seco} **aqua**^{a água} **dēstituisset**^{tivesse deixado}, **lupam**^{uma loba} **sitien-**
tem^{sedenta} **ex**^{de} **mōntibus**^{os montes} **qui**^{que} **circā**^{ao redor} **sunt**^{há} **ad**^{para} **puerilem**^{meninil} **uāgītum**^{o berro} **cursum**^{o rumo}

flexisse^{ter tomado}; eam^{ela} submissās^{abaixadas} infantibus^{às crianças} adēō^{tão} mitem^{dócil} praeuisse^{ter oferecido} mam-
 mās^{as tetas} ut^{que} linguā^{com a língua} lambentem^{lambendo} puērōs^{os meninos} magister^{um maior} rēgī^{de real} pecōris^{do rebanho}
 inuēnērīt^{terá achado} — Faustūlō^{de Fáustulo} fuisse^{ter tido} nōmen^{o nome} ferunt^{contam} — ab^{por} eō^{ele} ad^{junto a} stabūla^{as}
 estrebarias Lārentīae^{a Larência} uxōrī^{à esposa} ēdūcandōs^{para ser educados} datōs^{dados}. Sunt^{Há} qui^{aqueles que} Lārentīam^{Larência},
 uulgātō^{de devassado} corpōre^{de corpo}, lupam^{loba} inter^{entre} pastōrēs^{os pastores} uocātam^{chamada} putent^{considerem}; inde-
 donde locum^{o lugar} fābūlae^{à lenda} ac^e mirācūlō^{ao milagre} datum^{dado}. Ita^{Assim} genitī^{gerados} itaque^{e assim} ēdūcātī^{educados},
 cum primum^{tão logo} adolēuit^{aumentou} aetās^{a idade}, nec^{nem} in^{em} stabūlīs^{as estrebarias} nec^{nem} ad^{junto a} pecōra^{o rebanho}
 sēgnēs^{vadios}, uēnandō^{caçando} peragrāre^{percorrem} saltūs^{os bosques}. Hinc^{Daqui} rōbōre^{vigor} corporībus^{para os corpos}
 animīs^{que e para as almas} sūmptō^{ganho}, iam^{já} non^{não} ferās^{feras} tantum^{apenas} subsistēre^{afrontam}, sed^{mas} in^a latrōnēs-
 ladrões praedā^{de presa} onustōs^{carregados} impētūs^{assaltos} facere^{fazem} pastōribus^{que e com os pastores} raptā^{os roubos} dīui-
 dēre^{dividem}, et^e cum^{com} hīs^{estes}, crēscēte^{crescendo} in diēs^{de dia em dia} grege^{a grei} iuuenūm^{dos jovens}, sēria^{[coisas] sérias}
 ac^e iocōs^{jogos} celebrāre^{celebram}.

1.			ac			
	A origem	de tamanha cidade	e	o começo	do maior poder	após o poderio dos deuses

deveram-se	ao fado.

2.		[est]	.
	A Vestal	[foi] tomada	à força.

3.	Cum			,
	Como	a Vestal	tivera	um parto de gêmeos,

[ea]				.
[ela]	declara	Marte	o pai	da incerta cepa.

4.	[Ea]	[est]	.
	[Ela]	[foi] crida	assim.

5.				.
	Um deus	era	um autor mais honroso	da falta.

6.	Nec		nec		aut		aut		.	
	Nem	os deuses	nem	os homens	poupam	ou	a ela	ou	a cepa	da crueldade real.

7.				.
	A sacerdotisa	é dada	amarrada	à prisão.

8.	[Is]				.	
	[Ele]	manda	que	os meninos	sejam arremessados	em água corrente.

9.		[erat]		.
	O Tibre	[estava] derramado	sobre as margens	em remansos suaves.

10.	[Is]	nec	potērat			.	
	[Ele]	não	podia	achegar-se	ao curso	da corrente certa	de algum modo.

11.	[Is]				
	[Ele]	dava	esperança	aos que levam	as crianças

	[hōs]			.
de que	[estas]	podiam	afogar-se	na água mesmo que esmorecida.

12.	[Ei]			,
	[Eles]	abandonam	os meninos	no alagamento mais próximo,

ita uelut	[ipsi]			,	
como se	[eles]	estivessem	quites	com o mandado	do rei,

			.
onde	a figueira Ruminal	está	agora.

13.	[Qui]		/	[eam]	[esse]		.
	[Alguns]	contam	que	[ela]	[era] chamada	Romular.	
14.	Havia	vastas solidões	então	nesses lugares.			.
15.	Cum						.
	Como	a água rasa	deixara	no seco	a cuba boiante		.
	em que	os meninos	tinham sido abandonados,				.
	o rumor	sustenta	que	uma loba sedenta	tomou	o rumo	dos montes
	que	havia	ao redor	para o berro meninil.			.
16.	[Ea]		/	[eam]	adõ		.
	[Ele]	sustenta	que	[ela]	ofereceu	tão dócil	as tetas abaixadas às crianças
ut							.
que	um maioral	do rebanho real	a	terá achado	lambendo	com a língua	os meninos.
17.	[Qui]		/				.
	[Alguns]	contam	que	[ele]	tinha	o nome	de Fáustulo.
18.	[Ea]		/	[illôs]	[esse]		.
	[Ele]	sustenta	que	[eles]	[foram] dados	por ele	à esposa Larência
	para ser educados	junto às estrebarias.					.
19.	Há	quem	considere	que	Larência	de corpo devassado	
	[esse]						.
	era chamada	loba	entre os pastores.				.
20.	Lugar	[est]	ac				.
	[foi] dado	à lenda	e	ao milagre.			.
21.	[Ei]	[sunt]					.
	[Eles]	[foram] gerados	assim.				.
22.	[Ei]	[sunt]					.
	[Eles]	[foram] educados	assim.				.
23.	A idade	aumentou.					.
24.	[Ei]		nec		nec		.
	[Eles]	não ficam	vadios	nem	nas estrebarias	nem	junto aos rebanhos.
25.	[Ei]						.
	[Eles]	percorrem	os bosques	caçando.			.
26.	[Tendo sido] ganho	vigor	para os corpos	e para as almas	daí,		.
[ei]							.
	[eles]	já não	afrontam	apenas	feras.		.
27.	[Ei]						.
	[Eles]	fazem	assaltos	a ladrões carregados	de presa.		.
28.	[Ei]						.
	[Eles]	dividem	os roubos	com os pastores.			.

29.					
	[Estando] crescendo	a grei	de jovens	de dia em dia,	
	[ei]		ac		.
	[eles]	celebram	jogos	e coisas sérias	com estes.

Trabalhemos agora apenas no texto latino, começando por reordenar as orações de que se compõe na ordem não marcada dessa língua. O primeiro passo nesse sentido é mover o núcleo do predicado para a posição final. O segundo é pôr cada adjunto adnominal ou complemento nominal antes do nome que toma por escopo.

1.		orīgō	ac		principium	fātis	.	
2.	Vestālis	uī		[est].				
3.	Cum	[ea]	gemīnum partum		[ea]	Martem	patrem	
4.	[Ea]	ita		[est].				
5.	Deus		honestior auctor					
6.	Nec	dī	nec	homīnēs	aut	ipsam	aut stirpem	ā rēgīa crūdēlitāte
7.	Sacerdōs	uincta	in custōdiām					
8.	[Is]	puērōs	in prōfluentem aquam					
9.	Tibēris	super rīpās	lēnībus stagnīs			[erat].		
10.	[Is]	nec		ad cursum	usquam			
11.	[Is]	īfantēs	quamuīs languīdā aquā			spem	[hōs]	
12.	[Eī]	puērōs	in proximā alluīe					
ita uelut	[ipsi]		imperīō		ubī	Rūminālis ficus	nunc	
13.	[Quī]	[eam]	Rōmulārem		[esse]			
14.	Vastae sōlitūdīnēs	tum	in hīs locīs					
15.	Cum	tenūis aqua	fluitantem aluēum	in siccō		quō	puērī	
fāma	sitientem lupam	cursum	ex mōntībus	quī	circā		ad puerīlem uāgītum	
16.	[Ea]	[eam]	adēō	mītem	submissās mammās	īfantībus		
ut		magister	eam	puērōs	linguā			
17.	[Quī]	nōmen	Faustūlō					
18.	[Ea]	[illōs]	ab eō	Lārentīae uxōrī	ad stabūla		[esse]	
19.	Quī	Lārentīam	uulgātō corpōre	lupam	inter pastōrēs		[esse]	
20.	Locum	fābūlae	ac	mīrācūlō		[est].		
21.	[Eī]	ita		[sunt].				
22.	[Eī]	ita		[sunt].				
23.	Aetās							
24.	[Eī]	sēgnēs	nec	in stabūlīs	nec	ad pecōra.		
25.	[Eī]	saltūs	uēnandō					
26.	Corporībus	animisque	hinc	sūmptō rōbōre	[eī]	ferās	iam non tantum	
27.	[Eī]	impētūs		in onustōs latrōnēs				
28.	[Eī]	rapta	pastōribus					
29.	In diēs		crēscēte grege	[eī]	iocōs	ac	sēria cum hīs	

A DESINÊNCIA NÚMERO-CASUAL

Leia os textos a seguir:

- 1.a. O que um deus entenda não queiras esquadriñar por sortilégio; o que estabelecer para ti **ele** decide sem ti.
- 2.a. Faze com que vejas que a morte não deve ser temida por ti, porque se não é boa, **ela** é, todavia, o fim de todos os males.
- 3.a. Tirarás muitos proveitos, mas se, ao contrário, tiveres desdenhado **isso**, não terás descuidado de mim, o professor, mas de ti mesmo.

Esses textos são traduções de outros dísticos de Catão, respectivamente o 12.º do segundo livro, o 22.º do terceiro livro e o que está no prefácio desse mesmo livro.

Se eu lhe perguntar qual substantivo na língua portuguesa não é nem masculino nem feminino, você poderá responder que nenhum, pois em português todos os substantivos são ou masculinos ou femininos. Em alguns substantivos, o gênero equivale ao sexo do ser vivo ao qual se refere, como em *filho* e *filha*, mas na maioria dos substantivos, o gênero é tão arbitrário quanto o próprio signo, afinal o *livro* ou a *morte* não têm nada que demande os gêneros masculino e feminino.

Semelhantemente, você dirá que o pronome *ele*, grifado no texto 1.a, tem gênero masculino e que o pronome *ela*, grifado no texto 2.a, tem gênero feminino. Mas qual é o gênero do pronome *isso*, grifado no texto 3.a? Em latim, o pronome *uter* quer dizer ‘um dos dois’; a sua forma negativa é *neuter*, ou seja, ‘nenhum dos dois’. O gênero do pronome *isso* não é nenhum dos dois (masculino e feminino), mas sim neutro. E *isso* não é o único pronome neutro em português: juntam-se a ele os demais chamados demonstrativos *isto* e *aquilo* e *o* em sentenças como:

- 4.a. O que pôde ser dado pode ser tirado.

Que é outra sentença de Publílio Siro. Leia agora os quatro textos originais:

- 1.b. Quid deus intendat, nōlī perquirēre sorte;
quid statūat dē tē, sine tē dēlibērat **ille**.
- 2.b. Fac tibi prōpōnās mortem non esse timendam,
quae bona sī non est, fīnis tamen **illa** malōrum est.
- 3.b. Commōda multa ferēs, sīn autem sprēuēris **illud**,
non mē doctōrem sed tē neglēxēris ipse.
- 4.b. Auferri et **illud** quod dari potūit potest.

Você se lembra de que em latim não há pronomes pessoais de terceira pessoa? Os pronomes *ille*, *illa* e *illud* não são pessoais, mas fóricos (demonstrativos, na terminologia tradicional), equivalentes a *aquele*, *aquela* e *aquilo* em português, mas justamente por não haver pronomes pessoais de terceira pessoa é que algo tinha de ser usado no lugar deles: nesses textos usam-se esses fóricos, em outros textos aparecem outros. Seja como for, os pronomes pessoais *ele* e *ela* em português vêm justamente desses fóricos latinos, *ille* e *illa*. Em espanhol, a reminiscência do gênero neutro é ainda mais clara, pois nessa língua se mantêm as três continuações de *ille*, *illa* e *illud*: *él*, *ella* e *ello*; além de que o artigo masculino *el* é diferente do neutro *lo*. Leiamos as traduções desses quatro textos para o espanhol:

- 1.c. Lo que un dios entienda no quieras escudriñar por sortilegio; lo que establezca para ti **él** lo decide sin ti.
- 2.c. Haz que veas que la muerte no debe ser temida por ti, porque si no es buena, **ella** es, empero, el fin de todos los males.
- 3.c. Sacarás muchos provechos, pero si, en cambio, **lo** hayas desdeñado, no me habrás descuidado a mí, el profesor, sino a ti mismo.
- 4.c. Lo que pudo darse puede quitarse.

Como acontece à declinação, a extensão do gênero neutro é bem maior em latim do que nas línguas românicas. Com efeito, os nomes (substantivos e adjetivos) e pronomes (salvo os pessoais) podem ter gênero neutro. Mas o que isto tem a ver com a declinação, que é o assunto que nos ocupa? É que a declinação dos nomes e pronomes neutros apresenta particularidades, às quais cumpre atentar.

No capítulo anterior, expus um quadro com as sessenta terminações que o estudante de latim tem de decorar pelo método tradicional. A seguir, procurarei enxugá-lo podando o que não for necessário. A exemplificação será feita pelas palavras *aqua* ‘água’, *domīnus* ‘dono, senhor’, *hostis* ‘inimigo’, *dūx* ‘general’, *manus* ‘mão’ e *diēs* ‘dia’. As particularidades da declinação das palavras de gênero neutro serão exemplificadas pelas palavras *bellum* ‘guerra’, *mare* ‘mar’, *uēr* ‘primavera’ e *cornū* ‘chifre’. As especificidades da declinação de algumas palavras com tema em consoante serão exemplificadas pelas palavras *cōnsul* ‘cônsul’ e *soror* ‘irmã’. Os exemplos serão decompostos em *raiz·vogal temática·desinência número-casual*, separados por um ponto médio. Quando for usado o sinal >, é porque houve mudanças fonéticas do latim pré-literário (termo antes do sinal) para o latim literário (termo depois do sinal).

CASO NOMINATIVO

Singular:

A desinência mais estendida é -s: **domīn·ō·s > domīn·ŭ·s; hostī·s; dūc·s* (escrito *dūx*); *man·ŭ·s; di·ē·s*.

A desinência é -m nos neutros da 2.^a declinação: **bell·ō·m > bell·ŭ·m*.

A desinência é zero (ou seja, nada) na 1.^a declinação, nos neutros da 3.^a e 4.^a declinações e nalguns masculinos e femininos de tema em consoante: *aqu·ā*; **mar·ī > mar·ē*; *cōnsul, soror, uēr; corn·ū*.

Plural:

A desinência mais estendida é -s, a qual alonga a vogal temática: **hostī·s > host·ē·s; dūc·ē·s; man·ū·s; di·ē·s*.

A desinência é -ī na 1.^a (em que se escreve -e, por formar o ditongo -ae, pronunciado /ai/) e 2.^a declinações: **aqu·ā·ī > aqu·ae; *domīn·ō·ī > domīn·ī*.

A desinência é -a nos neutros: *bell·a; mar·ī·a; uēr·a; corn·ū·a*.

CASO ACUSATIVO

Singular:

A desinência é -m: *aqu·ā·m; *domīn·ō·m > domīn·ŭ·m; *hostī·m > host·ē·m; dūc·ē·m; man·ŭ·m; di·ē·m*.

Plural:

A desinência é -s, a qual alonga a vogal temática: *aqu·ā·s; domīn·ō·s; *hostī·s > host·ē·s; dūc·ē·s; man·ū·s; di·ē·s*.

Tanto no singular como no plural, é igual ao nominativo nos neutros.

CASO DATIVO

Singular:

A desinência é -ī: **aqu·ā·ī > aqu·ae; hostī·ī; dūcī·ī; man·ŭ·ī; di·ē·ī*.

A desinência é o alongamento da vogal temática na 2.^a declinação: *domīn·ō*.

Plural:

A desinência mais estendida é -bus: *hostī·bus; dūcī·bus; man·ŭ·bus > man·ī·bus; di·ē·bus*.

A desinência é -īs na 1.^a e 2.^a declinações: *aqu·īs; *domīn·ō·īs > domīn·īs*.

CASO ABLATIVO

Singular:

A desinência é o alongamento da vogal temática: *aqu·ā; domīn·ō; man·ū; di·ē*.

A desinência é -e na 3.^a declinação: *host·e; dūc·e*.

Plural: Igual ao dativo plural.

CASO GENITIVO

Singular:

A desinência mais estendida é *-ī*: **aquāī > aquae; domīī; diēī*.

A desinência é *-s* na 3.^a e 4.^a declinações: *hostī's; dūcī's; manū's*.

Plural:

A desinência mais estendida é *-rum*, a qual alonga a vogal temática: *aquārum; dominōrum; diērum*.

A desinência é *-um* na 3.^a e 4.^a declinações: *hostīum; dūcum; manūum*.

CASO VOCATIVO: Difere do nominativo tão somente na 2.^a declinação, na qual é marcado por uma alternância da vogal temática de *-o-* para *-e-*, se a raiz acaba em consoante, ou por um zero, se a raiz acabava em /i/: *domīe, fili* (raiz *fīlī-*, tema *fīlīo-* 'filho').

Essa exposição pode ser resumida nos quadros sinóticos a seguir:

desinências número-casuais no singular						
caso		declinações/temas				
		1. ^a	5. ^a	2. ^a	4. ^a	3. ^a
		-a-	-e-	-o-	-u-	-i- consoante
nominativo	masc./fem.	∅	-s			∅
	neutro	/		-m	∅	
acusativo	masc./fem.			-m		
dativo		-ī	-	-ī		
ablativo		-			-e	
genitivo		-ī		-s		
vocativo		∅	-e	∅		
desinências número-casuais no plural						
caso		declinações/temas				
		5. ^a	1. ^a	2. ^a	4. ^a	3. ^a
		-e-	-a-	-o-	-u-	-i- consoante
nominativo	masc./fem.	-s	-ī	-s	-ēs	
	neutro	/		-a		
acusativo	masc./fem.			-s		
dativo		-bus	-īs	-bus		
ablativo		-rum			-um	
genitivo		-rum			-um	
vocativo		igual ao nominativo				

Assim, o quadro de sessenta terminações reduz-se a cerca de vinte desinências número-casuais, incluídas as suas variações. É uma boa poda, não é?

EXERCÍCIO

Voltaremos ao texto de Cícero com um exercício semelhante ao do capítulo anterior. As cores são as mesmas e têm os mesmos valores. A diferença é que foram suprimidas as traduções dos substantivos, salvo aqueles nucleados por preposição. Complete, pois, a tradução e reordene as sentenças na ordem não marcada.

Abaixo do texto, segue um vocabulário em que os substantivos em questão se acham no nominativo singular, junto com a terminação do genitivo singular, que assinala a declinação a que pertence

(perspectiva tradicional) ou o seu tema (perspectiva linguística). Para fazer corretamente o exercício, é necessário atentar para a forma que cada vocábulo apresenta no texto. A concordância nominal também ajuda.

Māteria magnōs grandes uērō verdadeiramente ūsūs affert aporta ad para nāuigĭa faciēda fazer, quōrum dos quais cursibus suppeditantur são fornecidos omnēs todos undīque de toda a parte ad para uĭtam a vida cōpĭae. Quāsq̄e Cada rēs uiolentissimās mais bravias nātūra genūit gerou, eārum delas moderātiōnem nōs nós sōlīsós habēmus temos, maris atque uentōrum, propter graças a nauticārum de náuticas rērum scientĭam o conhecimento, plūrimisque e de mais numerosas maritimīs de marítimas rēbus fruimur desfrutamos atque ūtĭmur usamos. Terrēnōrum item do mesmo jeito commodōrum omnis todo est está in em homĭne o homem dominātus: nōs nós campīs, nōs nós mōntibus fruimur desfrutamos, nostrī nossas sunt são amnēs, nostrī nossos lacūs, nōs nós frūgēs serĭmus plantamos, nōs nós arbōrēs; nōs nós aquārum inductiōnibus terrīs fēcunditātem damus damos, nōs nós flūmĭna arcēmus retemos, dērigĭmus direcionamos, āuertĭmus desviamos; nostrīs com nossas dēñique enfim manibus in em rērum nātūrā a natureza quasi como que altēram outra nātūram effĭcēre perfazer cōnāmur tentamos.

amnis, is *torrente*

aqua, ae *água*

arbor, arbōris *árvore*

campus, ī *campo*

commōdum, ī *proveito*

cōpĭa, ae *recurso*

cursus, ūs *viagem*

dominātus, ūs *senhorio*

fēcunditās, ātis *fecundidade*

flūmen, flūmĭnis *rio*

frūx, frūgis *grão*

inductiō, ōnis *canalização*

lacus, ūs *lago*

manus, ūs *mão*

mare, is *mar*

māteria, ae *madeira*

moderātiō, ōnis *comedimento*

mōns, mōntis *monte*

nātūra, ae *natureza*

nāuigĭum, ī *navio*

rēs, eī *coisa*

terra, ae *terra*

terrēnum, ī *terreno*

uentus, ī *vento*

ūsus, ūs *uso*

A DECLINAÇÃO DOS ADJETIVOS

AQUECIMENTO

Pesquise sobre o *mōs maiōrum* e em seguida assista a um filme ambientado na Roma antiga. Escreva um texto contrastando a Roma do *mōs maiōrum* e a do filme. Uma dica: convide alguns colegas a assistir ao filme junto com você.

Leia o texto a seguir:

Às vezes prestar-se aos mercadejos é buscar cabedal, se não fosse tão perigoso, e do mesmo jeito usurar, se tão honesto. Os nossos antepassados assim cuidaram e como segue puseram nas leis: o ladrão fosse condenado ao dobro, o usureiro ao quádruplo. Daí se pode considerar quão pior cidadão considerassem o usureiro que o ladrão. E quando louvavam um homem bom, louvavam como segue: bom agricultor e bom lavrador; quem era louvado assim era considerado ser louvado da maneira mais alterosa. Mas o mercador considero atento e dedicado ao cabedal a ser buscado, porém, como disse acima, arriscado e desastroso. Em contrapartida, de agricultores são gerados os homens mais fortes e os soldados mais atentos, consegue-se o ganho mais justo e mais estável e o menos invejoso, e aqueles que se ocuparam a essa dedicação pensam menos mal.

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto opõe-se diametralmente ao que estudamos no capítulo anterior. Se aquele é pequena mostra do refinamento da literatura latina depois de longo aprendizado com a literatura grega, o autor deste passou à história de Roma como o defensor mais ferrenho da latinidade mais genuína. Trata-se de Marco Pórcio Catão, que nasceu em 234 a.C. em Túsculo, no Lácio, e morreu em 149 a.C. em Roma. Catão foi desses homens que sobressaem tanto aos demais que se tornam meio lendários. De origem plebeia, quando jovem lavrou a terra com as próprias mãos, como antigamente faziam até mesmo os patrícios. Serviu na Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.) e percorreu todo o *cursus honōrum*, tendo alcançado o consulado em 195 a.C. Em 184 a.C., coroou a sua carreira exercendo a censura. Como vimos na parte histórica, o censor tinha o dever não só de fazer o censo do povo, mas também vigiava os costumes, tarefa que Catão cumpriu com severidade incomum, sobretudo em face da influência helênica, que, aos seus olhos, desvirtuava a sociedade romana. Ele mesmo levou uma vida austera com conduta irrepreensível.

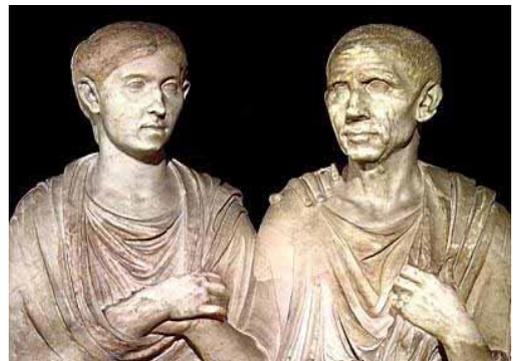


Figura 19 – Estátuas de Catão e da sua esposa Pórcia.

O texto citado é o prefácio do tratado *Dē agrī cultūrā* ‘Sobre o cultivo do campo’, a mais antiga obra em prosa da literatura latina que nos chegou inteira. Além dele, Catão compôs outras obras, como a enciclopédia *Ad Marcum filium* ‘A meu filho Marco’, que escreveu porque não queria entregar a educação de seu filho a mestres gregos, e o tratado *Orīgēnēs* ‘Origens’, sobre a história das cidades itálicas. Catão também foi orador notável. Segundo várias fontes antigas, depois de ter participado de uma embaixada a Cartago em 157 a.C. e visto a prosperidade dos arqui-inimigos dos romanos, acabava todas as suas orações no Senado — não importava de que tratassem — dizendo algo como “*Cētērum cēnsēō Carthāgīnem esse dēlendā*”, ou seja ‘De resto, penso que Cartago deve ser destruída’. Cartago foi efetivamente destruída em 146 a.C., dois anos após a morte do Censor. Contudo, dessas demais obras não remanesceram senão fragmentos.

O conteúdo do *Dē agrī culturā* é muito variado: abarca tudo que diz respeito à gestão de uma propriedade rural: desde o tratamento dos escravos até receitas de confeitaria. A exposição da matéria parece mesmo caótica: no meio de recomendações relativas ao cultivo da azeitona, o autor ensina como evitar que os figos caiam antes do tempo! E o livro é mesmo isto: todo feito de preceitos, de modo que as mudanças temáticas repentinas podem ser, na verdade, uma estratégia para amolecer um pouco a dureza do texto.

No primeiro capítulo, estudamos que a composição da classe dirigente de Roma mudou várias vezes até a queda do Império no Ocidente. No entanto, ao longo de toda a história de Roma, os membros dessa classe comungaram algo: a posse de grandes propriedades agrárias. Convém lembrar que Roma surgiu da união de aldeias de lavradores e pastores e, como um povo orgulhoso da sua história, os romanos mantinham, apesar de todas as mudanças por que passavam, a ideia de que o sustento tirado da terra era o mais honesto, o mais honrado e o mais seguro.

Além disso, os romanos sempre se apegaram a um pilar moral, por mais longe que fosse ficando da realidade social: o *mōs maiōrum*, ou seja, o ‘costume dos antepassados’, o fundamento mais antigo da cidadania romana, fonte do direito e contrapartida deste até a doutrina cristã o suplantaram como base ética.

Precisamente, com o texto citado, Catão almeja convencer — evocando a autoridade dos antepassados — o leitor da justiça dessa ética, pela qual se considerava o lavrador o melhor homem, o melhor cidadão e o melhor soldado. Perceba, entretanto, que o livro não se destinava a um proprietário que lavrava a sua terra, como fizera Catão quando jovem, mas àquele que, como ele mesmo então, se valia do trabalho escravo e que confiava em grande medida a gestão da propriedade a um capataz (*uīlicus*). Portanto, o homem bom de Catão não era qualquer lavrador, mas o oligarca romano.

GRAMÁTICA

E o que podemos aprender de gramática com o seu texto? Começemos por retirar dele os adjetivos: *atento, bom, dedicado, desastroso, estável, forte, honesto, invejoso, justo, perigoso, pior*. Como o adjetivo predica/classifica/localiza o substantivo, não adianta muito retirá-lo da companhia deste.

- 1.a. Prestar-se aos mercadejos é perigoso.
- 2.a. Usurar não é honesto.
- 3.a. Consideravam o usureiro pior cidadão que o ladrão.
- 4.a. Louvavam um homem bom.
- 5.a. Louvavam um homem bom como bom agricultor e bom lavrador.
- 6.a. Considero o mercador atento e dedicado, porém arriscado e desastroso.
- 7.a. Os homens mais fortes e os soldados mais atentos.
- 8.a. O ganho mais justo e mais estável e o menos invejoso.

Você se lembra de que observamos que os substantivos em português acabam geralmente em /a/, /o/ e /e/ ou consoante? E que os que acabam em /a/ são tendentemente femininos, em /o/ tendentemente

Em 458 a.C., eram cônsules Gaio Náucio Rútilo e Lúcio Minúcio Esquilino Augurino. Enquanto o primeiro lutava contra os sabinos, o segundo viu-se cercado pelos équos dentro do seu próprio acampamento. Quando a República corria um grave perigo, os romanos escolheram um ditador para restaurar a ordem, o qual dispunha de um mandato de seis meses para tal. Esse pareceu, pois, um momento em que era necessário entregar o comando da Cidade a alguém capaz de a salvar. O consenso de todos recaiu sobre Lúcio Quíncio Cincinato, que fora cônsul em 460 a.C. Alguns senadores dirigiram-se, então, à propriedade deste, além do Tibre, onde o acharam lavrando a terra com um arado nas mãos. Os senadores pediram-lhe que vestisse a toga para ouvi-los. Quando lhe foi trazida a toga, Cincinato enxugou o suor, vestiu-a e os senadores ofereceram-lhe a ditadura para vencer os équos. Cincinato aceitou o cargo, cumpriu o dever e celebrou o seu triunfo após apenas dezesseis dias. Depôs, então, a ditadura e retomou o arado. Assim, entrou para a história de Roma como um cidadão romano exemplar.

masculinos e em /e/ ou consoante masculinos ou femininos? Perceba agora que há igualmente adjetivos que apresentam uma forma masculina e outra forma feminina, como *atento*, e outros que têm a mesma forma independentemente do gênero, como *forte* ou *estável*.

Também como o substantivo, o adjetivo tem flexão de número, por exemplo em 7.a, mas, à diferença daquele, a predicação deste pode ser aumentada ou diminuída, como em 3.a, 7.a e 8.a, propriedade chamada *grau*. Em 7.a e em 8.a, o grau é expresso pelos advérbios *mais* e *menos*, mas em 3.a, por um termo diferente do adjetivo no grau zero: *pior*, que equivale a *mais mau*.

Examinemos agora como se dava tudo isso em latim. Eis o texto original:

Est interdum praestāre mercātūrīs rem quaerēre, nisi tam periculōsum sit, et item foenerārī, sī tam honestum. Maiōrēs nostrī sīc habuērunt et ita in lēgibus posīuērunt: fūrem duplī condemnārī, foenerātōrem quadrūplī. Quantō pēiōrem cīuem existimārint foenerātōrem quam fūrem, hinc licet existimāre. Et uīrum bonum quom laudābant, ita laudābant: bonum agricōlam bonumque colōnum; amplissīme laudārī existimābātur quī ita laudābātur. Mercātōrem autem strēnūm studiōsumque reī quaerendae existīmō, uērū, ut suprā dīxī, periculōsum et calamitōsum. At ex agricōlīs et uīrī fortissīmī et mīlītēs strēnuissīmī gīgnuntur, maximēque pius quaestus stabilissimusque cōsequitur minimēque inuidiōsus, minimēque male cogitantēs sunt quī in eō studīo occupātī sunt.

E as construções equivalentes às de 1.a a 8.a:

- 1.b. Praestāre mercātūrīs periculōsum est.
- 2.b. Foenerārī honestum non est.
- 3.b. Foenerātōrem pēiōrem cīuem quam fūrem existimābant.
- 4.b. Bonum uīrum laudābant.
- 5.b. Bonum uīrum bonum agricōlam bonumque colōnum laudābant.
- 6.b. Mercātōrem strēnūm studiōsumque existīmō, uērū periculōsum et calamitōsum.
- 7.b. Fortissīmī uīrī et strēnuissīmī mīlītēs.
- 8.b. Maximē pius stabilissimusque quaestus minimēque inuidiōsus.

Assim como em português o adjetivo tem os mesmos morfemas de gênero e número que os substantivos, em latim o adjetivo declina-se como os substantivos. Os adjetivos em português que apresentam uma forma masculina e outra feminina continuam os adjetivos latinos que têm três formas, portanto triformes: uma masculina, outra feminina e uma terceira neutra. A forma masculina declina-se exatamente como um substantivo masculino da 2.^a declinação, a feminina exatamente como um substantivo feminino da 1.^a declinação e a neutra exatamente como um substantivo neutro 2.^a declinação.

declinação dos adjetivos triformes						
casos	singular			plural		
	masculino	neutro	feminino	masculino	neutro	feminino
nominativo	bon·u·s	bon·u·m	bon·a	bon·ī	bon·a	bon·ae
acusativo	bon·u·m		bon·a·m	bon·ō·s		bon·ā·s
dativo	bon·ō		bon·ae	bon·ī·s		
ablativo	bon·ō		bon·ā	bon·ī·s		
genitivo	bon·ī		bon·ae	bon·ō·rum		bon·ā·rum
vocativo	bon·e	bon·u·m	bon·a	bon·ī	bon·a	bon·ae

Note, pois, que em 1.b e 2.b, os adjetivos *periculōsum* e *honestum* predicam os termos *praestāre* e *foenerārī*, que, como verbos no infinitivo, não são nem masculinos nem femininos, portanto neutros. Se o perigoso e o desonesto fossem o mercador e o usureiro, esses adjetivos teriam tomado as formas *periculōsus* e *honestus*, já que *mercātor* e *foenerātor* são substantivos masculinos. Igualmente, em 4.b, a palavra *uīrum* é o objeto direto do verbo *laudābant*, portanto declinado no caso acusativo, no qual também fica o adjetivo que

o predica: *bonum*. Se o homem bom fosse o sujeito, os termos teriam tomado a forma *bonus uīr*, e se fosse mulher, *bona mulġer*.

Quanto aos adjetivos em português que não apresentam formas diferentes segundo o gênero, continuam adjetivos latinos que têm uma forma comum ao masculino e feminino e outra forma neutra, portanto biformes, e adjetivos latinos que têm a mesma forma independentemente do gênero do substantivo predicado, portanto uniformes. Esses adjetivos latinos, como *fortis* ‘forte’ e *cogitāns* ‘pensante’, também presentes no texto, declinam-se como um substantivo da 3.^a declinação:

declinação dos adjetivos biformes				
casos	singular		plural	
	masculino/feminino	neutro	masculino/feminino	neutro
nominativo	fort·i·s	fort·e	fort·ē·s	fort·ĭ·a
acusativo	fort·e·m			
dativo	fort·ī		fort·ĭ·bus	
ablativo	fort·ī		fort·ĭ·bus	
genitivo	fort·i·s		fort·ĭ·um	

declinação dos adjetivos uniformes		
casos	singular	plural
	masculino/feminino/neutro	masculino/feminino/neutro
nominativo	cogitān·s	cogitant·ē·s
acusativo	cogitant·e·m	
dativo	cogitant·ī	
ablativo	cogitant·ī	
genitivo	cogitant·i·s	

Na gramática tradicional, os triformes são chamados adjetivos de *primeira classe* e os biformes e uniformes, adjetivos de *segunda classe*. Nos dicionários latinos, eles aparecem registrados da maneira seguinte:

bonus, a, um
 fortis, e
 cogitāns

As letras *a* e *um* depois da vírgula assinalam precisamente que esse adjetivo tem um feminino que se declina como um substantivo da 1.^a declinação e um neutro que se declina como um substantivo neutro da 2.^a declinação.

Não obstante, perceba, em 3.b, 7.b e 8.b, que em latim se usam mais flexões de grau que em português. Com efeito, em português aparece apenas a forma *pior* por *mais mau* em 3.a, equivalente a *pēiōrem*. Em contrapartida, em latim aparecem as formas *fortissimī*, *strēnuissimī* e *stabilissimus* onde em português a expressão do grau de superioridade se dá por meio de advérbio: *os mais fortes*, *os mais atentos* e *o mais estável*. O grau de inferioridade é expresso, porém, por um advérbio tanto em português como em latim: *o menos invejoso* e *minimē inuidiōsus*. Observe, ainda, que a superioridade em 3.b é expressa em relação a outro termo: *pēiōrem cūem quam ...*; *pior cidadão que ...*; em 7 e 8, a superioridade é absoluta, sem outro termo que se compare a ela: *fortissimī*, *strēnuissimī*, *stabilissimus*; *os mais fortes*, *os mais atentos*, *o mais estável*. Efetivamente, a flexão do grau de superioridade divide-se em duas categorias: o grau comparativo e o superlativo.

Para formar o comparativo, acrescenta-se à raiz do adjetivo o morfema *-ior-* (*-ius* aos neutros no nominativo e acusativo singulares), declinando-se como um adjetivo biforme:

declinação do adjetivo no grau comparativo de superioridade				
casos	singular		plural	
	masculino/feminino	neutro	masculino/feminino	neutro
nominativo	fort·iōr		fort·iōr·ē·s	fort·iōr·a
acusativo	fort·iōr·e·m			
dativo	fort·iōr·ī		fort·iōr·ī·bus	
ablativo	fort·iōr·e			
genitivo	fort·iōr·i·s		fort·iōr·um	

Para formar o superlativo, acrescenta-se à raiz do adjetivo o morfema *-issim-*, declinando-se como um adjetivo triforme:

declinação dos adjetivos no grau superlativo de superioridade						
casos	singular			plural		
	masculino	neutro	feminino	masculino	neutro	feminino
nominativo	fort·issim·u·s	fort·issim·u·m	fort·issim·a	fort·issim·ī	fort·issim·a	fort·issim·ae
acusativo	fort·issim·u·m		fort·issim·a·m	fort·issim·ō·s		fort·issim·ā·s
dativo	fort·issim·ō		fort·issim·ae	fort·issim·īs		
ablativo			fort·issim·ā			
genitivo	fort·issim·ī		fort·issim·ae	fort·issim·ō·rum		fort·issim·ā·rum
vocativo	fort·issim·e	fort·issim·u·m	fort·issim·a	fort·issim·ī	fort·issim·a	fort·issim·ae

No entanto, quando a raiz do adjetivo acaba em /i/, essa vogal toparia com a mesma dos morfemas *-ior-* e *-issim-*, de modo que nesse caso se empregam respectivamente os advérbios *magis* e *maximē*, como em 8.b: *magis pius, maximē pius*.

Por outro lado, é preciso esclarecer que o superlativo pode exprimir tanto superioridade absoluta, como na exemplificação, equivalente em português ao uso do advérbio *mais*, como também superioridade relativa, equivalente a *muito*. Assim, ‘homens muito fortes e soldados muito atentos’ é tradução igualmente aceitável de *uirī fortissimī et milītēs strenuissimī*.

Perceba também que o adjetivo *mau* em latim é *malus*, mas em 3.b o seu superlativo tem a forma *pēiōrem* (no caso acusativo). Com efeito, alguns comparativos e superlativos são um pouco ou muito diferentes das formas no grau zero. Alguns adjetivos não apresentam mesmo, ao menos no latim clássico, a forma no grau zero. Ei-los:

alguns comparativos e superlativos bastante divergentes do grau zero		
grau zero	comparativo	superlativo
bonus ‘bom’	melior ‘melhor’	optimus ‘o melhor’, ‘muito bom’
malus ‘mau’	pēior ‘pior’	pessimus ‘o pior’, ‘muito mau’
magnus ‘grande’	maior ‘maior’	maximus ‘o maior’, ‘muito grande’
paruus ‘pequeno’	minor ‘menor’	minimus ‘o menor’, ‘muito pequeno’
multī ‘muitos’	plūrēs ‘mais numerosos’	plūrīmī ‘os mais numerosos’, ‘muito numerosos’
senex ‘velho’	senior ‘mais velho’	senissimus ‘o mais velho’, ‘muito velho’
iuuēnis ‘jovem’	iunior ‘mais jovem’	iuenissimus ‘o mais jovem’, ‘muito jovem’

alguns comparativos e superlativos um pouco divergentes do grau zero		
grau zero	comparativo	superlativo
supērus ‘o que está acima’	superior ‘o que está mais acima’	summus ou suprēmus ‘o que está mais/muito acima’
īnfērus ‘o que está abaixo’	īnferior ‘o que está mais abaixo’	īmus ou īnfīmus ‘o que está mais/muito abaixo’
postērus ‘o que está atrás’	posterior ‘o que está mais atrás’	postūmus ou postrēmus ‘o que está mais/muito atrás’
extērus ‘o que está fora’	exterior ‘o que está mais para fora’	extrēmus ‘o que está mais/muito para fora’

*intĕrus 'o que está dentro'	interiōr 'o que está mais para dentro'	intĭmus 'o que está mais/muito para dentro'
*pri 'diante'	prior 'o que está mais adiante'	prĭmus 'o que está mais/muito adiante'
ulter 'o que está além'	ulteriōr 'o que está mais para lá'	ultĭmus 'o que está mais/muito além'
prope 'perto'	propiōr 'o que está mais perto'	proxĭmus 'o que está mais/muito perto'

Note, ainda, que em português se mantêm as formas *melhor*, *pior*, *maior* e *menor* como comparativos e superlativos dos adjetivos *bom*, *mau*, *grande* e *pequeno*. Igualmente, a maioria dos comparativos e superlativos contidos na segunda tabela passou à nossa língua, mas estão lexicalizados, ou seja, não são mais percebidos como comparativos e superlativos, mas como adjetivos no grau zero: *superior*, *sumo*, *supremo*; *inferior*, *ínfimo*; *posterior*, *póstumo*; *exterior*, *extremo*; *interior*, *íntimo*; *ulterior*, *último*; *próximo*.

Para acabar, você pode estar argumentando contra mim: “mas em português também há o morfema *-íssim-*”. É bem verdade que ‘homens fortíssimos e soldados atentíssimos’ é outra tradução possível de *uīrī fortissimī et milītēs strēnuissimī*, mas leve em conta que a adaptação do morfema *-íssim-* e formas como *ótimo*, *péssimo*, *máximo* e *mínimo* nas línguas românicas são latinismos, ou, em outras palavras, não são as formas genuínas herdadas do latim vulgar, mas empréstimos ao latim literário.

EXERCÍCIO

Lembra-se do epigrama de Marcial? A seguir você o encontra decomposto em sentenças, reordenadas na ordem não marcada. Além de completar a tradução, identifique a desinência número-casual dos termos não traduzidos e informe que caso e número indica cada uma.

- Cum^{Por}quanto non^{não} iam^{já} uēnālis ut^{como} ante^{antes} ad^{para} cēnam^a ceia uocer^{seja} chamado, cūr^{por} que eādē^{mesma} cēna quae^{que} tibi^{ti} mihi^{me} non^{não} datur^é dada?
- Tū^{tu} saturāta ostrĕa Lucrīnō stagnō sūmis^{tom}as.
- Mitūlus mihi^{por} mim incīsō ōre sūgītur^é chupado.
- Bōlētī tibi^{para} ti sunt^{há}.
- Egō^{eu} suillōs fungōs sūmō^{tom}o.
- Rēs tibi^{para} ti cum^{com} rhombō^{um} rodovalho est^{há}.
- Rēs mihi^{para} mim cum^{com} sparūlō^{uma} brema est^{há}.
- Immodīcīs clūnībus aurĕus turtur tē^{te} implet^{enche}.
- Mortūa pīca mihi^{para} mim in^{em} cauēā^{uma} gaiola pōnītur^é posta.
- Pontīce, cūr^{por} que sine^{sem} tē^{ti} cēnō^{ceio} cum^{quando} tēcum^{contigo} cēnem^{ceie}?
- Quod^{Que} sportūla non^{não} est^{há} prōsit^{seja} proveitoso.
- Idem^o mesmo edāmus^{com}amos.

aurĕus, a, um *dourado*

bōlētus, ī *boleto*

cēna, ae *ceia*

clūnis, is *anca*

fungus, ī *cogumelo*

incīsus, a, um *cortado*

immodīcus, a, um *desmesurado*

Lucrīnus, a, um *Lucrino*

mitŭlus, ī *mexilhão*
mortŭus, a, um *morto*
ōs, ōris *boca*
ostrĕum, ī *ostra*
pīca, ae *pega*
Pontīcus, ī *Pôntico*
rēs, eī *coisa*
saturātus, a, um *engordado*
sportŭla, ae *cestinha*
stagnum, ī *lago*
suīllus, a, um *suíno*
turtur, turtŭris *rola*
uĕnālis, e *venal; por um preço*

A DECLINAÇÃO DOS PRONOMES

AQUECIMENTO

“Estamos no ano 50 antes de Cristo. Toda a Gália foi ocupada pelos romanos... Toda? Não! Uma aldeia povoada por irredutíveis gauleses ainda resiste ao invasor. E a vida não é nada fácil para as guarnições de legionários romanos nos campos fortificados de Babaorum, Aquarium, Laudanum e Petibonum”. Essas palavras lhe são familiares? De onde você as conhece? Não as conhece? Então pesquise e descubra. Em seguida, escreva um resumo da sua pesquisa.

Leia o texto a seguir:

Toda a Gália está dividida em três partes, das quais uma habitam os belgas, a outra os aquitanos, a terceira aqueles que na língua deles mesmos se chamam celtas, na nossa gauleses. Todos estes diferem entre si pela língua, pelos costumes, pelas leis. O rio Garumna divide os gauleses dos aquitanos, o Mátrona e o Séquana dividem-nos dos belgas. Destes todos os belgas são os mais fortes, isto porque distam muito longe da cultura e da civilização da Província, e os mercados andam o menos amiúde a eles levando coisas que tendem a afrouxar os brios, e são os mais próximos aos germanos, que habitam além do Reno, com quem seguidamente travam guerra. Por esta razão os helvécios também avantajam os outros gauleses pela força, pois lutam combates quase cotidianos com os germanos, ou os afastam das suas fronteiras ou eles mesmos travam guerra nas fronteiras deles. A parte dessas que os gauleses ocupam, como se disse, começa do rio Ródano, é contida pelo rio Garumna, pelo Oceano, pelas fronteiras dos belgas, atinge, ainda, o rio Reno junto aos séquanos e helvécios, volta-se às regiões setentrionais. Os belgas levantam-se das fronteiras extremas da Gália, estendem-se até a parte mais baixa do rio Reno, miram para o setentrião e para o sol nascente. A Aquitânia estende-se do rio Garumna aos montes Pireneus e à parte do Oceano que está perto da Hispânia; mira para o pôr do sol e as regiões setentrionais.

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto é o começo dos *Commentārī dē Bellō Gallīcō* ‘Comentários sobre a Guerra da Gália’, de César. Creio que o que disse sobre Gaio Júlio César na parte histórica é bastante para compreender quão relevante foi esse homem no seu tempo e na história de Roma depois dele.

O *Dē Bellō Gallīcō*, como o título sugere, é um relato da conquista da Gália entre os anos 58 e 52 a.C., a qual o próprio César empreendeu. O primeiro livro trata da campanha contra os helvécios e vitória sobre o chefe germânico Ariovisto; o segundo da revolta dos gauleses e sujeição dos belgas; o terceiro, da conquista da costa e Aquitânia; o quarto, da vitória sobre os germanos que atravessaram o Reno e incursões na Germânia e Britânia; o quinto, do retorno à Britânia e novas revoltas na Gália; o sexto, de outra incursão na Germânia e derrota dos eburões; o sétimo, do combate à sublevação do chefe gaulês Vercingétorix, concluindo a conquista.

Convém lembrar que antes de assumir o governo das províncias gálicas que já se achavam sob o domínio romano (a Província que está referida no texto é a Gália



Figura 20 – *Vercingétorix lança as suas armas aos pés de Júlio César*, de Lionel Royer (1899).

Narbonense; efetivamente, a palavra *Prouincia* deu origem ao nome *Provença*), César já alcançara os cargos mais altos da República: o pontificado máximo em 60 a.C. e o consulado em 59 a.C. Como político, não precisava provar mais nada, mas faltavam-lhes os triunfos que eram demandados aos grandes cabeças da República romana. O *Dē Bellō Gallicō*, publicado em 51 a.C., cumpria precisamente o fim de enaltecer a carreira militar de César para alavancar as suas ambições monárquicas ou quase monárquicas. É um livro de história singular não só pelo seu propósito, mas também pela sua forma, pois César empregou um estilo em que se valorizava maximamente a singeleza, em contraposição à elaborada prosa de Cícero.

GRAMÁTICA

Para estudar o conteúdo de gramática, observe as palavras em negrito nas sentenças seguintes, colocadas na ordem não marcada:

- 1.a. Toda a Gália está dividida em três partes.
- 2.a. Os belgas habitam uma.
- 3.a. Toda a Gália é dividida em três partes, das quais os belgas habitam uma.
- 4.a. Os aquitanos habitam a outra.
- 5.a. Aqueles que se chamam celtas na língua deles mesmos, gauleses na nossa, habitam a terceira.
- 6.a. Todos estes diferem entre si pela língua, pelos costumes, pelas leis.
- 7.a. Os belgas são os mais próximos aos germanos, com quem travam seguidamente guerra.
- 8.a. Os helvécios afastam os germanos das suas fronteiras.
- 9.a. A parte dessas que os gauleses ocupam começa do rio Ródano.

Alguns desses termos, como *deles mesmos* em 5.a, *suas* em 8.a e *dessas* em 9.a, apontam para a enunciação, nos três casos à terceira pessoa, exprimindo também nos três uma relação de posse. Outros, como *uma* em 2.a, *das quais* em 3.a, *outra* em 4.a, *aqueles que*, *nossa* e *terceira* em 5.a, *estes* e *si* em 6.a e *com quem* em 7.a referem-se a conteúdos que aparecem antes ou depois no texto: *uma*, *das quais*, *outra* e *terceira* a partes; *nossa* a língua; *estes* a aquitanos, belgas e gauleses; *com quem* a os germanos. Uns terceiros, como *toda* e *três* em 1.a e *todos* em 6.a, quantificam o nome que predicam.

Os gramáticos tradicionais têm dado diferentes nomes a esses termos: *pronomes pessoais* (como *si*), *demonstrativos* (como *estes* e *aqueles*), *possessivos* (como *nossa* e *suas*), *indefinidos* (como *toda* e *outra*) e *relativos* (como *as quais* e *quem*) e *numerais* (como *três* e *terceira*). Seja como for, a propriedade de apontar para a enunciação — chamada *dêixis* — e a de referir a conteúdos anteriores ou posteriores — chamada *foricidade* (*anáfora* se o referente está antes, *catáfora* se está depois e *exáfora* se está no contexto) aproximam-nos respectivamente aos adjetivos e substantivos, pelo que é natural carregarem os mesmos traços morfológicos destes: flexões de gênero e número.

Como se dão essas coisas em latim? Leiamos o original de César:

Gallia est omnis diuisa in partes tres, quarum unam incolunt Belgae, aliam Aquitani, tertiam qui ipsorum lingua Celtae, nostra Galli appellantur. Hi omnes lingua, institutis, legibus inter se differunt. Gallis ab Aquitanis Garumna flumen, a Belgis Matrona et Sequana diuidit. Horum omnium fortissimi sunt Belgae, propterea quod a cultu atque humanitate provinciae longissime absunt, minimeque ad eos mercatores saepe commeant atque ea quae ad effeminandos animos pertinent important, proximique sunt Germanis, qui trans Rhenum incolunt, quibuscum continenter bellum gerunt. Qua de causa Heluetii quoque reliquos Gallis uirtute praecedunt, quod ferre cotidianis proeliis cum Germanis contendunt, cum aut suis finibus eos prohibent aut ipsi in eorum finibus bellum gerunt. Eorum una pars quam Gallis obtinere dictum est, initium capit a flumine Rhodano, continetur Garumna flumine, Oceano, finibus Belgarum, attingit etiam ab Sequanis et

Heluētīis flūmen Rhēnum, uergit ad septentriōnēs. Belgae ab extrēmīs Gallīae finibus oriuntur, pertīnent ad īnferiōrem partem flūmīnis Rhēnī, spectant in septentriōnem et orientem sōlem. Aquītāniā ā Garumnā flūmīne ad Pŷrēnaeōs mōntēs et eam partem Ōceāni quae est ad Hispāniām pertinet; spectat inter oc-cāsum sōlis et septentriōnēs.

E agora destaquemos as sentenças correspondentes àquelas de 1 a 9, também na ordem não marcada:

- 1.b. Omnis Gallīa in trēs partēs dīuīsa est.
- 2.b. Belgae ūnam incōlunt.
- 3.b. Omnis Gallīa in trēs partēs dīuīsa est, quārum Belgae ūnam incōlunt.
- 4.b. Aquītāni alīam incōlunt.
- 5.b. Quī Celtae ipsōrum linguā, Gallī nostrā, appellantur tertīam incōlunt.
- 6.b. Omnēs hī linguā, īnstitūtīs, lēgibus inter sē diffērunt.
- 7.b. Belgae proximī Germānis sunt, quibuscum bellum continenter gerunt.
- 8.b. Heluētī Germānōs finibus suis prohibent.
- 9.b. Eōrum pars quam Gallōs obtinēre initium ā Rhodānō flūmīne capit.

Em latim, acontecem os mesmos fenômenos: *ipsōrum* em 5.b, *suis* em 8.b e *eōrum* em 9.b apontam para a enunciação, exprimindo relação de um possuído — *linguā, finibus e pars* — e de um possuidor — *quī, Heluētī, partēs trēs* —; *ūnam* em 2.b, *quārum* em 3.b, *alīam* em 4.b, *quī, nostrā e tertīam* em 5.b, *hī e sē* em 6.b, *quibuscum* em 7.b, *quam* em 9.b referem-se a termos anteriores ou posteriores: *ūnam, quārum, alīam e tertīam* a *partēs*; *quī* a *Celtae*; *nostrā* a *linguā*; *hī e sē* a *Aquītāni, Belgae e Gallī*; *quibuscum* a *Germānis*; *quam* a *pars*; *omnis e trēs* em 1.b e *omnēs* em 6.b quantificam *Gallīa, partēs e hī*.

Não obstante, cumpre lembrar que o nome latino tem, além das flexões de gênero e número, a de caso, de modo que os pronomes e quantificadores também a têm. Com efeito, vê-se que *omnis* em 1.b, quantificador de *Gallīa*, o sujeito do verbo *est*, leva o morfema *-s* do nominativo singular; o indefinido *ūnam*, o objeto direto de *incōlunt*, o morfema *-m* do acusativo singular; o relativo *quārum*, o morfema *-rum* do genitivo plural.

A primeira lição sobre a declinação foi começada por considerações acerca da flexão de caso nos pronomes pessoais — a única classe de palavras em que ela se mantém em português —. Graças ao percurso palmilhado até agora, é possível voltar e, ao lado de formas ímpares, como *egō* e *mē* ou *tū* e *tē*, reconhecer ao menos um morfema comum com a declinação nominal, o do genitivo singular: *-ī* em *meī, tuī, nostrī e uestrī*, como em *aquae, domīni e diēi*. Da mesma maneira, a declinação dos demais pronomes apresenta formas comuns e incomuns em relação à declinação do nome.

PRONOMES POSSESSIVOS

Os possessivos — *meus* ‘meu’, *tuus* ‘teu’, *noster* ‘nosso’, *uester* ‘vosso’ e *suus* ‘seu’ — declinam-se exatamente como um adjetivo triforme. Portanto, não há nada de novo para quem já aprendeu as desinências dos casos nos substantivos da 1.^a e 2.^a declinações:

declinação dos pronomes possessivos no singular							
pessoa	número	gênero	caso				
			nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo
1. ^a pessoa	singular	masculino	meus	meum	meō		meī
		neutro	meum				
		feminino	mea	meam	meae	meā	meae
2. ^a pessoa		masculino	tuus	tuum	tuō		tuī
		neutro	tuum				
		feminino	tua	tuam	tuae	tuā	tuae

1.ª pessoa	plural	masculino	noster	nostrum	nostrō		nostrī
		neutro	nostrum				
		feminino	nostra	nostram	nostrae	nostrā	nostrae
2.ª pessoa		masculino	uester	uestrum	uestrō		uestrī
		neutro	uestrum				
		feminino	uestra	uestram	uestrae	uestrā	uestrae
3.ª pessoa	comum	masculino	suus	suum	suō		suī
		neutro	suum				
		feminino	sua	suam	suae	suā	suae

declinação dos pronomes possessivos no plural

pessoa	número	gênero	caso				
			nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo
1.ª pessoa	singular	masculino	meī	meōs	meīs		meōrum
		neutro	mea				meārum
		feminino	meae	meās			
2.ª pessoa		masculino	tuī	tuōs	tuīs		tuōrum
		neutro	tua				tuārum
		feminino	tuae	tuās			
1.ª pessoa	plural	masculino	nostrī	nostrōs	nostrīs		nostrōrum
		neutro	nostra				nostrārum
		feminino	nostrae	nostrās			
2.ª pessoa		masculino	uestrī	uestrōs	uestrīs		uestrōrum
		neutro	uestra				uestrārum
		feminino	uestrae	uestrās			
3.ª pessoa	comum	masculino	suī	suōs	suīs		suōrum
		neutro	sua				suārum
		feminino	suae	suās			

A única forma do vocativo que difere do nominativo é a da 1.ª pessoa do singular masculino: *mī*. É a única forma que deve ser aprendida à parte

OS PRONOMES DEMONSTRATIVOS

Os demonstrativos — *hic* ‘este’, *iste* ‘esse’ e *ille* ‘aquele’ — combinam uma declinação com formas bastante particulares e outras que são as próprias dos adjetivos triformes:

declinação dos pronomes demonstrativos *hic*, *iste* e *ille*

pessoa	número	gênero	caso				
			nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo
1.ª pessoa	singular	masculino	hic	hunc	huic	hōc	huius
		neutro	hoc				
		feminino	haec	hanc			
2.ª pessoa		masculino	iste	istum	istī	istō	istīus
		neutro	istud				
		feminino	ista	istam			
3.ª pessoa	masculino	ille	illum	illī	illō	illīus	
	neutro	illud					
	feminino	illa	illam				
1.ª pessoa	plural	masculino	hī	hōs	hīs		hōrum
		neutro	haec				hārum
		feminino	hae	hās			
2.ª pessoa		masculino	istī	istōs	istīs		istōrum
		neutro	ista				istārum
		feminino	istae	istās			

3. ^a pessoa	masculino	illī	illōs	illīs	illōrum
	neutro	illa			illārum
	feminino	illae	illās		

Veja que as únicas formas que devem ser aprendidas à parte são:

- as do singular de *hic*;
- o nominativo e acusativo plurais neutros *haec*;
- os nominativos singulares *iste* e *istud*, *ille* e *illud*;
- os acusativos singulares neutros *istud* e *illud*;
- os dativos singulares *istī* e *illī*
- e os genitivos singulares *istius* e *illius*, comuns aos três gêneros.

Além desses três demonstrativos, que estão ligados às três pessoas do discurso (*isto* é o que está perto de *mim*; *isso*, de *ti*; *aquilo*, de *dele*), há em latim outros três: *is*, que tem uma indicação contextual, próxima à do artigo e do pronome pessoal de 3.^a pessoa em português, amiúde traduzido por eles mesmos; *idem*, que significa ‘o mesmo (já dito)’, e *ipse*, de significado próximo: ‘ele mesmo (e não outro)’. A sentença seguinte contém exemplos de *is* e *ipse*:

10.b. Heluētī cum Germānīs ferē cotīdiānīs proelīis contendunt, cum aut eōs finībus suīs prohībent aut ipsī bellum in finībus eōrum gerunt.

Em português:

10.a. Os helvécios lutam combates quase cotidianos com os germanos, ou os afastam das suas fronteiras ou eles mesmos travam guerra nas fronteiras deles.

Perceba que *eōs*, o objeto direto do verbo *prohībent* (portanto, no acusativo), é traduzido pelo pronome pessoal da 3.^a pessoa, *os* [afastam], assim como *eōrum*, complemento nominal de *finībus* (portanto, no genitivo), traduzido por [as fronteiras] deles. Note também que *ipsī* retoma *Heluētī* excluindo *cum Germānīs*, isto é, ‘eles mesmos, os próprios helvécios, e não os germanos, travam guerra nas fronteiras deles’. Há, ainda, distinção entre *finībus suīs*, em que o possessivo remete ao sujeito da sentença, ou seja, ‘as fronteiras dos helvécios’, e *in finībus eōrum*, em que o demonstrativo no genitivo remete a outro termo da sentença, ou seja, ‘as fronteiras dos germanos’, o que procurei manter na tradução como *das suas fronteiras* e *nas fronteiras deles*.

Quanto à declinação, *is* e *ipse* apresentam paradigmas semelhantes:

declinação dos pronomes demonstrativos <i>is</i> e <i>ipse</i>						
número	gênero	caso				
		nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo
singular	masculino	is	eum	eī	eō	eius
	neutro	id			eā	
	feminino	ea	eam			
	masculino	ipse	ipsū	ipsō	ipsius	
	neutro	ipsum				
	feminino	ipsa				ipsam
plural	masculino	eī, ii ou ī	eōs	eīs, iis ou īs	eōrum	
	neutro	ea				eārum
	feminino	eae	eās			
	masculino	ipsī	ipsōs	ipsīs	ipsōrum	
	neutro	ipsa				
	feminino	ipsae	ipsās			ipsārum

Veja que esses dois demonstrativos comungam o dativo e genitivo singulares comuns aos três gêneros respectivamente em *-ī* e *-ius*. *Id* tem o mesmo *-d* de *istud* e *illud*.

O pronome *īdem* declina-se exatamente como *is*, ficando invariável o elemento *-dem*: *īdem, eādem, idem; eundem, eandem, idem* etc. A única exceção é o próprio nominativo singular masculino, que tem a forma *īdem*.

O PRONOME RELATIVO

O relativo — *quī* ‘que, o qual, quem, cujo’ — apresenta a mesma semelhança de declinação que têm configurado os demonstrativos:

declinação do pronome relativo <i>quī</i>						
número	gênero	caso				
		nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo
singular	masculino	<i>quī</i>	<i>quem</i>	<i>cuī</i>	<i>quō</i>	<i>cuius</i>
	neutro	<i>quod</i>			<i>quā</i>	
	feminino	<i>quae</i>	<i>quam</i>			
plural	masculino	<i>quī</i>	<i>quōs</i>	<i>quibus</i>		<i>quōrum</i>
	neutro	<i>quae</i>				
	feminino	<i>quae</i>	<i>quās</i>			<i>quārum</i>

Mais uma vez, comparecem o *-d* neutro no nominativo e acusativo singulares, um dativo e genitivo singulares comuns em *-ī* e *-ius*, mas, ao contrário dos demonstrativos, a desinência do dativo e ablativo plurais é aquela dos substantivos das 3.^a, 4.^a e 5.^a declinações: *-bus*.

O PRONOME INTERROGATIVO

O interrogativo — *quis?* ‘quê? qual? quem?’ — é exatamente igual ao relativo. Difere dele apenas pelo fato de o masculino e feminino terem forma comum no singular e pelas formas do nominativo singular: *quis, quid*.

OS PRONOMES INDEFINIDOS

O relativo-interrogativo dá lugar a vários pronomes indefinidos. Ele mesmo pode servir de indefinido com o significado de ‘algum, algo, alguém (suposto)’. Derivados são:

- alīquī* ou *alīquis* ‘algum, algo, alguém (posto)’;
- quicumque* ‘qualquer, qualquer um’;
- quīdam* ‘certo, um certo’;
- quisquam* ‘algum, algo, alguém’ (em sentenças dubitativas, negativas e interrogativas);
- quisque* ‘cada, cada um’;
- quisquis* ‘o que quer que seja, quem quer que seja’.

Todos se declinam como *quī/quis* na parte que contém esse pronome, ficando invariável o resto, como acontece a *īdem*.

Outros indefinidos, como:

- alīus* ‘outro (de mais de dois)’;
- alter* ‘outro (de dois)’;
- ūllus* ‘algum, algo, alguém’ (em sentenças condicionais, negativas e interrogativas);
- uter* ‘um dos dois’;
- nūllus* ‘nenhum, nada, ninguém’;
- neuter* ‘nenhum dos dois’;

apresentam as mesmas particularidades de declinação que já devem estar aprendidas: o dativo e genitivo singulares comuns aos três gêneros respectivamente em *-ī* e *-īus*: *aliī* e *aliūs*, *alterī* e *alterīus*, *ūllī* e *ūllīus*, *utrī* e *utrīus*, *nūllī* e *nūllīus*, *neutrī* e *neutrīus*.

O indefinido *nēmō* ‘ninguém’ tem apenas o nominativo, que é esse mesmo, o acusativo *nēmīnem* e o dativo *nēmīnī*. Igualmente, *nihil* ‘nada’ tem apenas o nominativo e acusativo, ambos nessa mesma forma. Nos demais casos, usa-se *nūllus*.

EXERCÍCIO

O texto a seguir é o segundo parágrafo do *Dē Bellō Gallīcō*. O exercício é o mesmo anterior, mas à diferença daquele, esse texto não aparece neste livro, de modo que, além de completar as traduções suprimidas nas sentenças reordenadas na ordem não marcada, você também deve reuni-las e traduzir o texto de modo que fique coeso e coerente em português.

Apud Heluētīōs longē nōbilissīmus fuit et dītissīmus Orgētōrix. Is Marcō Messālā et Marcō Pupīō Pīsōne cōsulībus rēgnī cupiditāte inductus coniūrātiōnem nōbilitātis fēcit et cīuitātī persuāsīt ut dē finībus suīs cum omnībus cōpīis exīrent: perfacīle esse, cum uirtūte omnībus praestārent, tōtīus Gallīae imperiō potīrī. Id hōc faciīus iīs persuāsīt, quod^{porque} undīque locī nātūrā Heluētīi continentur: ūnā ex parte flūmīne Rhēnō lātissīmō atque altissīmō, quī agrum Heluētīum ā Germānīs dīuīdit; altērā ex parte mōnte Iūrā altissīmō, quī est inter Sēquānōs et Heluētīōs; tertīā lacū Lemannō et flūmīne Rhodānō, quī prouīncīam nostram ab Heluētīis dīuīdit. Hīs rēbus fiēbat ut et minus lātē uagārentur et minus facīle finītīmīs bellum īferre possent; quā ex parte homīnēs bellandī cupīdī magnō dolōre afficiēbantur. Prō multitūdīne autem^{mas} homīnum et prō glōriā bellī atque fortitūdīnis angustōs sē finēs habēre arbitrābantur, quī in longitūdīnem mīlīa passūum CCXL, in lātītūdīnem CLXXX patēbant.

1. Orgētōrix longē^{de longe} nōbilissīmus et dītissīmus apud^{entre} Heluētīōs^{os helvécios} fuit^{foi}.
2. Marcō^{Marco} Messālā^{Messala} et^e Marcō^{Marco} Pupīō^{Púpio} Pīsōne^{Pisão} cōsulībus^{cônsules [sendo]}.
3. Is rēgnī cupiditāte inductus^{levado} nōbilitātis coniūrātiōnem fēcit^{fez}.
4. Vt^A dē^{de} finībus^{as fronteiras} suīs^{suas} cum^{com} omnībus^{todos} cōpīis^{os recursos} exīrent^{saíssem} cīuitātī persuāsīt^{persuadiu}.
5. Cum^{Como} omnībus uirtūte praestārent^{avantajassem}, tōtīus Gallīae imperiō potīrī^{apossar-se} perfacīle esse^{ser} [persuāsīt^{persuadiu}].
6. Id hōc iīs faciīus^{mais facilmente} persuāsīt^{persuadiu}.
7. Heluētīi locī nātūrā undīque^{por todas as partes} continentur^{são contidos}.
8. Lātissīmō atque^e altissīmō Rhēnō flūmīne ex^{de} ūnā^{uma} parte^{parte} [continentur^{são contidos}], quī Heluētīum agrum ā^{de} Germānīs^{os germanos} dīuīdit^{divide}.
9. Altissīmō Iūrā mōnte ex^{de} altērā^{outra} parte^{parte} [continentur^{são contidos}], quī^{que} inter^{entre} Sēquānōs^{os séquanos} et^e Heluētīōs^{os helvécios} est^{está}.
10. Lemannō lacū et^e Rhodānō flūmīne tertīā^{pela terceira} [continentur^{são contidos}], quī^{que} prouīncīam nostram ab^{de} Heluētīis^{os helvécios} dīuīdit^{divide}.
11. Vt et^{que} minus^{menos} lātē^{largamente} uagārentur^{se espalhassem} et^e bellum finītīmīs minus^{menos} facīle^{facilmente} īferre^{levar} possent^{pudessem} hīs rēbus fiēbat^{seguia-se}.
12. Bellandī^{De guerrear} cupīdī homīnēs magnō dolōre ex^{de} quā^{essa} parte^{parte} afficiēbantur^{eram acometidos}.
13. Sē^{Eles} angustōs finēs prō^{por} homīnum multitūdīne^{a multidão} et^e prō^{por} bellī atque^e fortitūdīnis glōriā^{a glória} habēre^{ter} arbitrābantur^{estimavam}, quī^{que} passūum ducentī^{duzentos} quadrāgintā^{e quarenta} mīlīa^{mil} in^{em} longitūdīnem^{comprimento}, centum^{cento} octōgintā^{e oitenta} in^{em} lātītūdīnem^{largura} patēbant^{abriam-se}.

ager, agrī *campo*
 altus, a, um *alto; fundo*
 angustus, a, um *curto*
 bellum, ī *guerra*
 cīuitās, ātis *cidadania*
 coniūrātiō, ōnis *conjuração*
 cupidītās, ātis *cobiça*
 cupidus, a, um *cobiçoso*
 dīs, dītis *rico*
 dolor, dolōris *dor*
 finītīmus, ī *vizinho*
 flūmen, flūmīnis *rio*
 fortitūdō, fortitūdīnis *fortaleza*
 Gallīa, ae *Gália*
 Heluētīus, a, um *helvécio*
 Heluētīus, ī *helvécio*
 hic, haec, hoc *este, esta, isto*
 homō, homīnis *homem*
 imperīum, ī *poder*
 is, ea, id *ele, ela, isso*
 Iūrā, ae *Jura*
 lacus, ūs *lago*
 lātus, a, um *largo*
 Lemannus, ī *Lemano*
 locus, ī *lugar*
 magnus, a, um *grande*
 mōns, mōntis *monte*
 nātūra, ae *natureza*
 nōbīlis, e *nobre*
 nōbilitās, ātis *nobreza*
 noster, nostra, nostrum *nosso, nossa*
 omnīs, e *todo*
 Orgētōrix, Orgētōrigis *Orgétorix*
 passus, ūs *passo*
 perfacīlis, e *muito fácil*
 prouincīa, ae *província*
 quī, quae, quod *que*
 rēgnum, ī *reino*
 rēs, eī *coisa*
 Rhēnus, ī *Reno*
 Rhodānus, ī *Ródano*
 tōtus, a, um *todo*
 uirtūs, ūtis *força*

OS NUMERAIS

AQUECIMENTO

Infelizmente, no Brasil volta e meia somos acometidos por um sentimento de impunidade, ou seja, sentimos que a Justiça não cumpre o dever de ser justa. Sabe por que isso acontece? Porque ‘é preciso provar; não basta dizer’ (“*probāre oportet, non sufficit dicere*”), mas mesmo quando se aduzem provas, ‘na dúvida, o juiz deve absolver antes que condenar’ (“*absoluere debet iudex potius in dubiō quam condemnare*”), a não ser que o réu confesse o crime, já que ‘a confissão é prova melhor que todas as outras’ (“*cōfessio est probatio omnibus melior*”). Mas mesmo sendo réu confesso, o criminoso pode acabar beneficiado, porque ‘a confissão espontânea diminui o delito e a pena’ (“*cōfessio spontanea minuit delictum et poenam*”). As expressões citadas são máximas do direito romano.

Leia o texto a seguir:

O mesmo escreve que como me eram devidos dez, se o escravo dado em penhor for roubado, se eu tiver conseguido dez pela ação de furto, não me compete uma ação de furto se for roubado de novo, posto que cessou o meu interesse, por já ter conseguido uma vez. Isto assim se for roubado sem culpa minha, pois se por culpa minha, dado que há interesse pelo fato de que estou sujeito à ação de penhor, poderei ajuizar uma ação. Pois se a culpa é ausente, vê-se sem dúvida que a ação compete ao dono, a qual não compete ao credor, sentença que também aprova Pompônio no livro décimo a Sabino.

Os mesmos dizem que se dois escravos forem roubados ao mesmo tempo, compete ao credor a ação de furto a nome de um e do outro, mas não no todo, e sim pela parte que, dividido o que lhe é devido em cada um, é do seu interesse; mas roubados os dois separadamente, se conseguir a totalidade a nome de um, não conseguirá nada do outro.

A OBRA E O TEMPO

Um dos legados mais perenes da civilização romana é o direito. O direito romano teve origem nos costumes (*morēs*) nos tempos mais antigos da Cidade e o primeiro código de leis foram as chamadas *Leis das Doze Tábuas* (*Duodēcim Tabulārum Lēgēs*), que remontam aos anos de 451 e 450 a.C. Os romanos não produziram uma obra com a mesma oficialidade até meados do século V d.C., quando Teodósio II, imperador no Oriente, promulgou um código em que se coligiam constituições imperiais desde o governo de Constantino. O *Código Teodosiano*, como é chamado, entrou em vigor em 438 no Oriente e no ano seguinte no Ocidente.

Já após a queda do Império no Ocidente, Alarico II, rei dos visigodos, fez compilar o direito romano a partir do Código Teodosiano e outras fontes, compilação conhecida como *Breviário de Alarico*, promulgada em 506. Algo semelhante foi empreendido durante o reinado de Justiniano (527-565), imperador bizantino. Algo semelhante mas, na verdade, muito maior.

Voltando à península Ibérica, o rei Recesvinto revogou o Breviário de Alarico trocando-o por um código mais abrangente, o qual foi promulgado em 654 e transmitido sob diversos títulos. A forma castelhana de um desses títulos — *Fuero Juzgo*, de *Forum Iudicum* — nomeou a tradução que o rei Fernando III de Castela mandou lavrar em 1241. O seu sucessor, Afonso X o Sábio, promoveu, entre 1256 e 1265, a composição de duas grandes obras jurídicas: o *Fuero Real* e as *Siete Partidas*, estas com grande influência do direito romano justinianeu. Ambas eram usadas como direito subsidiário em Portugal, embora, à medida que a

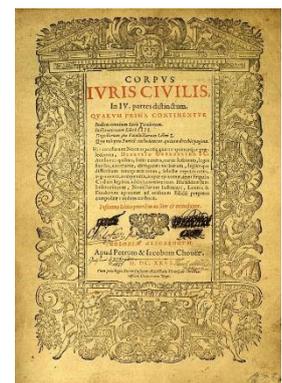


Figura 21 – *Corpus Iuris Civilis* (1512).

universidade portuguesa foi consolidando-se, foi-se preferindo o estudo direto do *corpus* justinianeu ou por meio de glosas e comentários. A própria difusão do direito romano justinianeu dera-se a partir da Universidade de Bolonha, na Itália, no século XII.

Com efeito, em Portugal, além do Código Visigótico, eram fontes do direito as leis gerais que os reis promulgavam e o costume. Tal variedade demandou, então, a compilação de um código próprio, o qual foi acabado em 1446, no reinado de Dom Afonso V, daí chamado *Ordenações Afonsinas*, as quais foram revistas e refundidas durante o reinado de Dom Manuel I. A versão publicada em 1521 é conhecida, justamente, como *Ordenações Manuelinas*. Enfim, levou-se a cabo outra reforma no reinado de Filipe I (II de Castela), a qual saiu em 1603, quando já reinava Filipe II (III de Castela), daí chamadas *Ordenações Filipinas*. O direito romano justinianeu permaneceu como fonte subsidiária desde as Ordenações Afonsinas.

No Brasil, as Ordenações Filipinas vigoraram até 1916, quando se promulgou o nosso primeiro Código Civil, que continuou fiel à tradição jurídica portuguesa, embora tenha recebido influências dos códigos civis francês de 1804 e alemão de 1896, alicerçados, à sua vez, em grande medida sobre o direito romano justinianeu.

Em outras palavras, seja através da lenta evolução do direito romano vulgar misturado aos direitos germânico e canônico até as Ordenações Filipinas, seja através do uso subsidiário do direito romano justinianeu, também através das influências dos códigos civis francês e alemão sobre o nosso de 1916, o direito brasileiro é fundamentalmente romano!

O texto citado são dois parágrafos do título II do livro XLVII do Digesto, que é a segunda parte do *Corpus Iuris Civilis* ‘Corpo de Direito Civil’, como é conhecida a grande obra jurídica de Justiniano desde o século XVI. A primeira parte é o *Cōdex Iūstiniānus* ‘Código Justiniano’, composto de doze livros nos quais se compilaram constituições imperiais desde o governo de Adriano. O Digesto ou Pandectas compõe-se de cinquenta livros, nos quais se coligiram opiniões de jurisconsultos desde os tempos da República. Seguem-se-lhe as *Īnstitūtiōnēs* ‘Instituições’, quatro livros que conformam um manual para a aprendizagem do direito.



Figura 22 – Ordenações Filipinas.

GRAMÁTICA

Leiamos o texto original:

Īdem scrībit, sī, cum mihi decem dēbērentur, seruus pignōrī datus subtractus sit, sī actiōne furtī cōsecūtus fuērō decem, non competēre mihi furtī actiōnem, sī itērum subripiātur, quia dēsīit mea interesse, cum semel sim cōsecūtus. Hoc ita, sī sine culpā meā subripiātur: nam sī culpā meā, quia intērest eō quod tenēor pigneraticīā actiōne, agēre potērō. Quod sī culpa abest, sine dubiō domīnō competēre actiō uidētur, quae crēditōrī non compētīt. Quam sententiā Pompōniūs quoque librō decīmō ad Sabīnum probat.

Īdem dīcunt, et sī duo seruī subreptī sint simul, competēre utriusque nōmīne furtī actiōnem crēditōrī, sed non in tōtum, sed prō quā parte, in singūlōs diuīsō eō quod eī dēbētur, eius intērest: sēparātīm autem duōbus subreptīs, sī ūnīus nōmīne sōlīdum cōsecūtus sit, alteriūs nihil cōsequētur.

Observe as sentenças seguintes:

- 1.b. Cum semel cōsecūtus sim, interesse mea dēsīit.
- 2.b. Pompōniūs quam sententiā ad Sabīnum decīmō librō quoque probat.
- 3.b. Sī duo seruī simul subreptī sint, ĩdem furtī actiōnem crēditōrī utriusque nōmīne competēre dīcunt, sed non in tōtum, sed prō quā parte eius intērest, eō quod eī in singūlōs dēbētur diuīsō.
- 4.b. Duōbus autem sēparātīm subreptīs, sī sōlīdum ūnīus nōmīne cōsecūtus sit, nihil alteriūs cōsequētur.

Em português:

- 1.a. Por já ter conseguido uma vez, o meu interesse cessou.
- 2.a. Pompônio aprova também essa sentença no livro décimo a Sabino.
- 3.a. Se dois servos forem roubados ao mesmo tempo, a ação de furto compete ao credor a nome de um e do outro, mas não no todo, e sim pela parte que é do seu interesse, dividido em cada um o que lhe é devido.
- 4.a. Mas roubados separadamente os dois, se conseguir a totalidade a nome de um, não conseguirá nada do outro.

Perceba que em latim não há somente palavras que quantificam com precisão outras, como *duo* em 3.b, e que assinalam o lugar de algo numa série, como *decimō* em 2.b, palavras que temos igualmente em português, as quais têm os nomes técnicos de *numerais cardinais* e *numerais ordinais* e respondem respectivamente às perguntas *Quot?* ‘Quantos?’ e *Quotus?* ‘Qual?’. Mas há também palavras que assinalam como algo se agrupa com outras coisas, como *singŭlōs*, em 3.b, e quantas vezes acontece um processo, como *semel*, em 1.b, as quais têm os nomes técnicos de *numerais distributivos* e *numerais adverbiais* e respondem respectivamente às perguntas *Quotēni?* ‘Quantos para cada?’ e *Quotiēs?* ou *Quotiēs?* ‘Quantas vezes?’.

Eis o rol dos numerais em latim:

numerais					
algarismo arábico	algarismo romano	cardinais	ordinais	distributivos	adverbiais
1	I	ŭnus	prĭmus	singŭlĭ	semel
2	II	duo	secundus	bĭnĭ	bis
3	III	trēs	tertĭus	ternĭ	ter
4	IIII ou IV	quattuor	quārtus	quaternĭ	quater
5	V	quĭnque	quĭntus	quĭnĭ	quĭnquiēs
6	VI	sex	sextus	sĕnĭ	sexiēs
7	VII	septem	septĭmus	septĕnĭ	septiēs
8	VIII	octō	octāuus	octōnĭ	octiēs
9	VIII ou IX	nouem	nōnus	nouĕnĭ	nouiēs
10	X	decem	decĭmus	dĕnĭ	deciēs
11	XI	ŭndĕcim	ŭndecĭmus	ŭndĕnĭ	ŭndeciēs
12	XII	duodĕcim	duodecĭmus	duodĕnĭ	duodeciēs
13	XIII	tredĕcim	tertĭus decĭmus	ternĭ dĕnĭ	terdeciēs
14	XIIII ou XIV	quattuordĕcim	quārtus decĭmus	quaternĭ dĕnĭ	quaterdeciēs
15	XV	quĭndĕcim	quĭntus decĭmus	quĭnĭ dĕnĭ	quĭndeciēs
16	XVI	sĕdĕcim	sextus decĭmus	sĕnĭ dĕnĭ	sexiēsdeciēs
17	XVII	septendĕcim	septĭmus decĭmus	septĕnĭ dĕnĭ	septiēsdeciēs
18	XVIII	duodĕuĭgintĭ	duodĕuĭcĕsĭmus	duodĕuĭcĕnĭ	duodĕuĭciēs
19	XVIII ou XIX	undĕuĭgintĭ	undĕuĭcĕsĭmus	undĕuĭcĕnĭ	undĕuĭciēs
20	XX	uĭgintĭ	uĭcĕsĭmus	uĭcĕnĭ	uĭciēs
30	XXX	trĭgintā	trĭcĕsĭmus	trĭcĕnĭ	trĭciēs
40	XXXX ou XL	quadrāgintā	quadrāgĕsĭmus	quadrāgĕnĭ	quadrāgiēs
50	L	quĭnquāgintā	quĭnquāgĕsĭmus	quĭnquāgĕnĭ	quĭnquāgiēs
60	LX	sexāgintā	sexāgĕsĭmus	sexāgĕnĭ	sexāgiēs
70	LXX	septuāgintā	septuāgĕsĭmus	septuāgĕnĭ	septuāgiēs
80	LXXX	octōgintā	octōgĕsĭmus	octōgĕnĭ	octōgiēs
90	LXXXX ou XC	nōnāgintā	nōnāgĕsĭmus	nōnāgĕnĭ	nōnāgiēs
100	C	centum	centĕsĭmus	centĕnĭ	centiēs
200	CC	ducentĭ	ducentĕsĭmus	ducentĭ	ducentiēs
300	CCC	trecentĭ	trecentĕsĭmus	trecentĭ	trecentiēs
400	CCCC ou CD	quadringentĭ	quadringentĕsĭmus	quadringĕnĭ	quadringentiēs

500	D	quīngentī	quīngentēsīmus	quīngēnī	quīngentiēs
600	DC	sescentī	sescentēsīmus	sexcēnī	sexcentiēs
700	DCC	septingentī	septingentēsīmus	septingēnī	septingentiēs
800	DCCC	octingentī	octingentēsīmus	octingēnī	octingentiēs
900	DCCCC ou CM	nōngentī	nōngentēsīmus	nōngēnī	nōngentiēs
1.000	M	mīlle	mīllēsīmus	singŭla mīlia	mīllīēs
2.000	MM	duo mīlia	bis mīllēsīmus	bīna mīlia	bis mīllīēs

Veja que o sistema numérico romano é decimal. Os nomes dos números de 1 a 10 são os primitivos e os dos demais são derivados, com uma particularidade em relação ao português: a antepenúltima e a penúltima unidades são expressas por diminuição, por exemplo *duodēuīgintī* ‘dezoito’, *ūndēuīgintī* ‘dezenove’; *duodētrīgintā* ‘vinte e oito’, *ūndētrīgintā* ‘vinte e nove’.

É possível identificar alguns morfemas nos derivados dos números:

Nos cardinais,

a dezena é expressa por *-gint-* (*uīgintī*, *trīgintā*, *quadrāgintā*...)

e a centena, por *-cent-* (*ducentī*, *trecentī*, *sescentī*), ou *-gent-* após consoante nasal (*quadrīngentī*, *quīngentī*, *septīngentī*...);

os ordinais,

por *-t-* (*quārtus*, *quīntus*, *sextus*),

-o- (*septīmus*, *octāuus*, *nōnus*, *decīmus*)

ou *-ēsīm-* (*uicēsīmus*, *trīcēsīmus*, *quadrāgēsīmus*...);

os distributivos, por *-(ē)n-* (*bīnī*, *trīnī*, *uīcēnī*, *trīcēnī*...);

os adverbiais por *-iēs* (*quīnquīēs*, *sexīēs*, *septīēs*...).

Enfim, observe na sentença 4.b que os números *duōbus* e *ūnīus* têm terminações características da declinação. Efetivamente, *duōbus* está no ablativo (desinência *-bus* da 3.^a, 4.^a e 5.^a declinações) e *ūnīus*, no genitivo (desinência *-ius* dos demonstrativos e indefinidos). Dos cardinais até *ducentī*, apenas *ūnus*, *duo* e *trēs* declinam-se:

declinação do numeral <i>ūnus</i>					
gênero	caso				
	nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo
masculino	ūnus	ūnum	ūnī	ūnō	ūnīus
neutro	ūnum			ūnā	
feminino	ūna	ūnam			
declinação do numeral <i>duo</i>					
gênero	caso				
	nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo
masculino	duo	duōs	duōbus	duābus	duōrum
neutro	duo				
feminino	duae	duās			
declinação do numeral <i>trēs</i>					
gênero	caso				
	nominativo	acusativo	dativo	ablativo	genitivo
masculino	trēs		tribus		trium
feminino					
neutro	tria				

Perceba que *ūnus* se declina como um indefinido no singular, *duo* meio como um nome da 2.^a declinação meio como um da 3.^a e *trēs* como um da 3.^a.

Os numerais cardinais de *ducentī* a *nōngentī*, bem como os distributivos, declinam-se como adjetivos triformes no plural. Os ordinais também se declinam como adjetivos triformes, mas apresentam as formas tanto do singular como do plural.

Enfim, quanto à função sintática, os numerais cardinais, ordinais e distributivos desempenham as funções do nome, como se fossem pronomes demonstrativos ou indefinidos. Os adverbiais, como o nome *sugere*, funcionam como adjunto adverbial, embora haja dois sufixos que formam nomes correspondentes a eles: *-pl-*, declinado como um adjetivo triforme, e *-plīc-*, declinado como um adjetivo uniforme, por exemplo *simplus*, *duplus*, *triplus* etc., que significam ‘que tem uma vez a medida de’, ‘que tem duas vezes a medida de’, ‘que tem três vezes a medida de’, e *simplex*, *duplex*, *triplex* etc., que significam ‘que tem uma parte’, ‘que tem duas partes’, ‘que tem três partes’.

APROFUNDANDO A REFLEXÃO

Como os romanos ordenavam o tempo? Pesquise sobre como expressaram as horas do dia, os dias da semana, os dias do mês e os meses do ano ao longo da sua história.

RESUMO DO ESTUDO DA DECLINAÇÃO

Como vimos desde o início do estudo da declinação, ela não é nenhum fenômeno exótico, mas um mecanismo que continua presente na gramática do português e de outras línguas românicas: cada vez que dizemos *eu te amo*, declinamos o pronome pessoal de 1.^a pessoa no caso reto e o de 2.^a pessoa, no caso oblíquo. A diferença do latim é que a extensão desse mecanismo é mais ampla. Enquanto em português conservam-se apenas dois casos (reto e oblíquo) nos pronomes pessoais, em latim há seis (nominativo, acusativo, dativo, ablativo, genitivo e vocativo), presentes nos substantivos, adjetivos e pronomes.

Como acontece em toda língua usada por um povo, os valores dos casos latinos estavam grandemente sujeitos à contingência do uso. Não obstante, é possível discernir a função fundamental de cada um. Relembremo-las:

- o nominativo é o caso do sujeito;
- o acusativo, o do objeto direto;
- o dativo, o do objeto indireto;
- o ablativo, o do complemento oblíquo ou do adjunto adverbial;
- o genitivo, o de certos adjuntos adnominais e complementos nominais;
- o vocativo, o da interpelação ao interlocutor.

Cada um era expresso por certo morfema, que pode apresentar variações e ser compartilhado por outro(s) caso(s). Essas variações são selecionadas pela vogal temática do substantivo. Há cinco vogais temáticas: *-a-* (1.^a declinação), *-o-* (2.^a declinação), *-i-* (3.^a declinação), *-u-* (4.^a declinação) e *-e-* (5.^a declinação), além de uma subclasse de substantivo atemáticos, semelhantes e misturados com os substantivos de tema em *-i-*.

A declinação dos adjetivos funciona exatamente como a dos substantivos. Os adjetivos podem ser triformes, biformes ou uniformes. Os primeiros têm uma forma masculina, outra feminina e uma terceira neutra e declinam-se respectivamente como um substantivo masculino da 2.^a declinação, como um da 1.^a e como um neutro da 2.^a. Os segundos têm uma forma comum masculina e feminina e outra neutra e declinam-se como um substantivo da 3.^a declinação. Os terceiros têm uma forma comum aos três gêneros e declinam-se como um substantivo com tema em consoante. A única particularidade do adjetivo é a flexão de grau, mais especificamente nos graus comparativo e superlativo de superioridade.

Quanto à declinação dos pronomes, as formas dos pessoais são bem diferentes dos morfemas casuais nominais, de modo que é preciso aprendê-las à parte. Já os possessivos, declinam-se exatamente como um adjetivo triforme, enquanto os demonstrativos têm pequenas particularidades em alguns casos, particularidades que crescem um pouco ao passarmos aos relativos.

Convém lembrar que a declinação, que é um mecanismo morfológico, repercute sensivelmente na sintaxe. O fato de a função sintática da palavra estar marcada na sua própria forma proporciona uma liberdade considerável de colocação dos constituintes na sentença. Talvez mais que a declinação em si, essa ordem bem mais livre seja o que há de mais difícil na aprendizagem do latim, daí ser imprescindível não só compreender o funcionamento da declinação, mas também prestar atenção ao mecanismo da concordância.

INTRODUÇÃO À CONJUGAÇÃO

Acabei o resumo do capítulo anterior falando da necessidade de o aprendiz de latim atentar para o mecanismo da concordância, porque os constituintes da sentença latina podem ser colocados numa ordem bem diferente das possibilidades com as quais estamos acostumados em português. Assim, tendo compreendido o mecanismo da declinação, você já sabe que o sujeito de um verbo é flexionado normalmente no caso nominativo, mas, além disso, o verbo costuma concordar em número e pessoa com o seu sujeito. Na verdade, o verbo não só aponta para o seu sujeito por meio da concordância, mas também para os seus argumentos por meio da regência, isto é, se demanda um objeto direto (nome ou pronome no caso acusativo), objeto indireto (nome ou pronome no dativo) ou complemento oblíquo (nome ou pronome no ablativo).

O conteúdo do presente capítulo é, precisamente, o verbo latino, e o seu escopo é compreender como ele se estrutura e como funciona. Trata-se de matéria relativamente mais singela para o aprendiz lusófono, porque enquanto a declinação é um mecanismo residual na gramática do português, o verbo português guarda muitos elementos do verbo latino, de modo que o estudo deste causa menos estranheza. Não obstante, continuaremos a empregar o método de partirmos do que já sabemos — a nossa língua —, e daí transitar para a língua latina.

AQUECIMENTO

Quase toda a literatura latina é, de algum modo, uma imitação da literatura grega. Mais que isso, imitar é verdadeiramente um preceito do fazer literário entre os gregos e romanos antigos. Não obstante, imitar não era nenhum demérito, pois o seu entendimento da imitação era diferente do que temos hoje. Pesquise, pois, sobre o conceito de imitação na literatura greco-latina e escreva um resumo sobre essa pesquisa. As seguintes palavras-chave podem ajudá-lo: *imitātiō* ('imitação'), *aemulātiō* ('emulação') e *ingenium* ('engenho').

Leia o texto a seguir:

[...]

Calidoro — Dize-me, peço por Hércules, verdadeiramente o que te pergunto: não tens tu à venda a minha amiga Fenício?

Balião — Por Pólux, certamente não a tenho, pois já a vendi há algum tempo.

Cal. — Como?

Bal. — Sem enfeites, com todas as entranhas.

Cal. — Vendeste tu a minha amiga?

Bal. — Com certeza, por vinte minas.

Cal. — Por vinte minas?

Bal. — Ou, se queres, quatro vezes cinco minas, a um soldado macedônio, e já tenho quinze minas.

Cal. — O que eu ouço de ti?

Bal. — Que a tua amiga se fez prata.

Cal. — Por que ousaste fazer isso?

Bal. — Deu-me vontade, foi minha.

Cal. — Ô, Pséudolo, ei, traze uma espada.

Pséudolo — Qual é a necessidade para espada?

Cal. — Para que eu mate este e a mim.

Pséud. — Por que não matas tu antes a ti? Pois a este logo terá matado a fome.

Cal. — O que dizes, mais perjuro dos homens? Não juraste que não te dispunhas a vendê-la a ninguém, a não ser a mim?



Figura 23 – Teatro de Emérita Augusta, província da Lusitânia, hoje Mérida, Espanha.

- Bal. — Confesso-o.
 Cal. — Com palavras juradas, naturalmente.
 Bal. — Costuradas também, certamente.
 Cal. — Perjuraste, trapaceiro.
 Bal. — Mas guardei a prata dentro da bolsa. Eu, trapaceiro, agora posso abastecer a minha casa de prata; tu, que és justo, que nasceste de tamanha linhagem, não tens dinheiro.
 Cal. — Pséudolo, fica de lado e carrega-o de xingamentos.
 Pséud. — Ah, não correrei tão depressa ao pretor para me alforriar!
 Cal. — Lança muitas coisas más.
 Pséud. — Agora eu te difamarei com as minhas palavras, desavergonhado.
 Bal. — Assim seja.
 Cal. — Trapaceiro.
 Bal. — Dizes a verdade.
 Pséud. — Vigarista.
 Bal. — Por que não?
 Cal. — Violador de túmulos.
 Bal. — Certamente.
 Pséud. — Patife.
 Bal. — Muito bom trabalho.
 Cal. — Espertalhão.
 Bal. — São minhas essas coisas.
 Pséud. — Parricida.
 Bal. — Continua tu.
 Cal. — Sacrílego.
 Bal. — Confesso-o.
 Pséud. — Perjuro.
 Bal. — Prevedes coisas velhas.
 Cal. — Fora da lei.
 Bal. — Sem dúvida.
 Pséud. — Perdição dos jovens.
 Bal. — Muito vigorosamente.
 Cal. — Ladrão.
 Bal. — Bravo!
 Pséud. — Fujão.
 Bal. — Viva!
 Cal. — Charlatão.
 Bal. — Muito claramente.
 Pséud. — Pilantra.
 Cal. — Impuro.
 Pséud. — Rufião.
 Cal. — Estrume.
 Bal. — Ótimos cantores.
 Cal. — Açoitaste teu pai e tua mãe.
 Bal. — E também os matei para não lhes dar de comer. Acaso errei?
 Pséud. — Lançamos palavras numa vasilha furada, embromamos trabalho.
 Bal. — Porventura ainda quereis dizer outra coisa?
 Cal. — Há algo que te envergonhe?



Figura 24 – Mosaico figurando as máscaras que representam a tragédia e a comédia (século II d.C.).

Bal. — Não tu de vir ser um amador desprevenido como uma noz vazia? Mas apesar das muitas palavras más que me dissestes, se o soldado não me tiver trazido hoje as cinco minas que deve, porquanto este dia foi combinado como acerto para essa prata, se não o trouxer, acho que eu posso fazer o meu ofício.
[...]

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto faz parte da comédia *Pseudōlus*, de Plauto, a qual foi encenada pela primeira vez em 191 a.C. O filólogo italiano Giacomo Devoto, na sua *Storia della lingua di Roma* (1940), chama *idade de Cícero* ao tempo em que floresceu a literatura latina clássica e *idade de Plauto* ao tempo anterior. Tito Máccio Plauto é, efetivamente, o maior escritor da literatura latina antiga.

Cabe lembrar que a própria literatura latina começou com uma comédia. Os próprios historiadores romanos dataram as primeiras manifestações teatrais em Roma dos anos de 365 e 364 a.C., quando se importaram uns *lūdī scaenīcī* ‘jogos cênicos’ da Etrúria para rogar a *pāx deōrum* ‘paz dos deuses’, em razão de uma peste que assolava a Cidade. Esses jogos teriam evolvido para a *satūra*, que misturava música, dança e canto, mas foi em 240 a.C. que se encenou a primeira *fābūla*, ou seja, peça teatral com argumento, obviamente de gosto grego, e que foi, precisamente, uma comédia de Lívio Andronico.

Da vida de Plauto, muito pouco se sabe. Talvez tenha nascido na Úmbria, provavelmente em 254 a.C., e parece ter morrido com setenta anos, ou seja, em 184 a.C. Certo é que a obra de Plauto logrou tal sucesso que logo se difundiram dezenas de comédias espúrias. Já Varrão (116-27 a.C.), o grande polígrafo da latinidade, procurou discernir quais desses textos eram genuínos, daí estabelecendo um cânone de vinte e uma peças: *Amphitrūō* ‘Anfitrião’, *Asināriā* ‘A comédia dos asnos’, *Aululāriā* ‘A comédia da panelinha’, *Bacchidēs* ‘As báquides’, *Capitūi* ‘Os prisioneiros’, *Casīna* ‘Cásina’, *Cistellāriā* ‘A comédia da cestinha’, *Curculiō* ‘O gorgulho’, *Epidīcus* ‘Epídico’, *Menaechmī* ‘Os Menecmos’, *Mercātor* ‘O mercador’, *Milēs glōriōsus* ‘O soldado fanfarrão’, *Mostellāriā* ‘A comédia do fantasma’, *Persa* ‘O persa’, *Poenūlus* ‘O cartaginesinho’, *Pseudōlus* ‘Pséudolo’, *Rudēns* ‘A amarra’, *Stichus* ‘Estico’, *Trinummus* ‘As três moedas’, *Truculentus* ‘Truculento’, *Vidulāriā* ‘A comédia da mala’. Todas essas obras são comédias do tipo *palliāta*, isto é, de personagens e cenário gregos (a comédia de personagens e cenário romanos era a *togāta*; um e o outro termos referem-se à vestimenta: o *pallium* grego e a *toga* romana), e chegaram-nos em estado aceitável de conservação.

Quanto a *Pseudōlus*, é considerado uma das melhores comédias de Plauto, senão a melhor. O argumento da peça não contém nada de muito diferente do que se criava em outras obras do gênero: um moço anseia o amor de uma prostituta, mas topa com a oposição do pai e o embaraço de um rufião; os dois são ajudados, então, por um jovem escravo, que burla o rufião com a sua esperteza. O brilho de Plauto não está no quê, mas no como, na maneira como desenvolve o argumento.

Embora o trecho citado sirva bem ao estudo do conteúdo gramatical deste capítulo, talvez não deixe ver tão bem a verve cômica do autor. Para você ter uma ideia dela, a peça começa com um diálogo entre Pséudolo, o escravo astuto que dá título à obra, e Calidoro, o rapaz apaixonado, que lhe mostra uma carta de Fenício, a escrava meretriz. Contrapondo-se às falas de Calidoro, que são muito chorosas, quando Pséudolo pega a carta diz que as letras querem ter crias, porque uma trepa na outra (“*quaerunt littērae hae sibi libērōs: / aliā aliā scandit*”), ao que Calidoro responde perguntando-lhe por que fala impiedosamente de letras lindas, riscadas em tabuinhas lindas com uma mão linda (“*Cūr inclēmenter dīcis lepīdīs littērīs / lepīdīs tabellīs lepidā cōnscriptīs manū?*”), ao que Pséudolo retruca se por caso galinhas têm mãos (“*An, obsēcrō hercle, habent quās gallīnae manūs?*”). O texto inteiro está cheio de chistes como esse, que se ainda são engraçados depois de tantos séculos, deviam divertir muitíssimo a plateia de então.

A carta de Fenício informara a Calidoro que o seu dono, Balião, a tinha vendido a um soldado macedônio por vinte minas (a mina era uma moeda de prata, equivalente a cem dracmas), das quais faltavam cinco para fechar o negócio. Um servo do soldado, reconhecível por portar uma carta com o selo dele, traria a quantia restante e levaria a moça. Calidoro e Pséudolo vão, então, falar com Balião, que em meio a muitas queixas, ameaças e maus tratos, encarregava a sua escravaria dos preparativos para celebrar o seu aniversário, mas como Calidoro já não podia pagar o preço de ficar com Fenício, Balião não quer falar com ele. É nessa

cena que ocorre a conversa citada acima, após a qual Pséudolo promete desfazer o revés. Pensando, então, em como o faria, encontra Simão, seu dono e pai de Calidoro, a quem não só confessa o caso do filho, mas com quem aposta o mesmo valor de vinte minas.

Pséudolo acha o meio de levar o seu intento a cabo quando topa com o servo do soldado, de nome Hárpax, diante da casa de Balião. Finge ser escravo deste e, com tal embuste, convence Hárpax a entregar-lhe a carta selada para fechar o negócio sob a promessa de ir chamá-lo na hospedaria para pagar as cinco minas quando Balião voltasse para casa. Quando Pséudolo encontra Calidoro com um amigo, pede-lhes que arrandassem uma pessoa esperta que não fosse conhecida na cidade, petrechos de soldado e as cinco minas, que são emprestadas a Calidoro pelo seu amigo.

Arranjado o sujeito, Pséudolo concerta com ele o arдил. Ele vai à casa de Balião, a quem consegue enganar passando-se por Hárpax: leva Fenício e entrega-a a Calidoro. Balião vangloria-se para Simão e chega a apostar com ele vinte minas que Pséudolo não o burlaria. Enquanto isso, Hárpax, cansado de esperar, vem à casa de Balião, mas tanto este como Simão o tomam como um impostor a serviço de Pséudolo. Depois de se dar conta de que fora mesmo tapeado, o rufião teve de devolver as quinze minas do soldado e pagar as vinte que apostara com Simão. A peça acaba quando Pséudolo volta bêbado para casa após festejar o seu sucesso e recebe as vinte minas que lhe devia Simão.

GRAMÁTICA

Avançemos agora para o conteúdo gramatical. Começemos por retirar do texto todos os verbos conjugados, ordenados pelo tempo em que estão:

Presente do indicativo	Futuro imperfeito do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	Futuro perfeito do indicativo
confesso, ouço, peço, pergunto, posso, tenho; dizes, és, matas, queres, tens; deve, é; embromamos, lançamos; prevedes, quereis; são	correrei, difamarei	errei, guardei, matei, vendi; açoitaste, juraste, nasceste, ousaste, perjuraste, vendeste; deu, foi, tornou-se; dissestes	terá matado
Presente do subjuntivo	Futuro imperfeito do subjuntivo	Futuro perfeito do subjuntivo	Imperativo afirmativo
envergonhe, mate	trouzer	tiver trazido	carrega, continua, dize, fica, lança, traze

Veja nas formas contidas no quadro do presente do indicativo que para o sujeito de cada pessoa do discurso acrescenta-se uma terminação diferente ao verbo:

- o (*confesso, ouço, peço, pergunto, posso*) se da 1.^a pessoa do singular;
- s (*dizes, és, matas, queres, tens*) se da 2.^a pessoa do singular;
- zero (*deve, é*) se da 3.^a pessoa do singular;
- mos (*embromamos, lançamos*) se da 1.^a pessoa do plural;
- des ou -is (*prevedes, quereis*) se da 2.^a pessoa do plural;
- um ditongo nasal (*são*) se da 3.^a pessoa do plural.

Essas terminações exprimem, pois, a pessoa (primeira, segunda ou terceira) e o número (singular ou plural) do sujeito, daí o seu nome técnico: *desinências número-pessoais*.

No entanto, quando se troca no significado do verbo o processo inacabado pelo acabado, usam-se outras desinências número-pessoais:

- i (*errei, guardei, matei, vendi*) se na 1.^a pessoa do singular;
- ste (*acoitaste, juraste, nasceste, ousaste, perjuraste, vendeste*) se na 2.^a pessoa do singular;
- u (*deu, tornou, mas foi, com -i*) na 3.^a pessoa do singular;

-*stes* (*dissestes*) na 2.^a pessoa do plural.

Em outros casos, a diferença entre o processo inacabado e o acabado é estabelecida por outra construção: o verbo *ter* conjugado e o particípio do verbo que se quiser: confronte *correrei* e *difamarei*, processos inacabados, e *terá matado*, acabado, assim como *trouxei*, inacabado, e *tiver trazido*, acabado. A diferença entre o processo inacabado e o acabado tem o nome técnico de *aspecto*.

Além da pessoa, número e aspecto, formas como *dizes* e *dissestes* opõem-se por o processo que exprime a primeira acontecer no mesmo tempo da enunciação, enquanto a segunda exprime um processo num tempo anterior ao da enunciação, que pode ser também posterior, como *correrei* e *difamarei*. Essa outra distinção chama-se *tempo* e não se confunde com o aspecto: nem todo processo inacabado é presente ou futuro nem todo acabado é passado. Basta atentar para a forma *terá matado*, cujo aspecto é acabado, mas o tempo é futuro.

Agora observe esta passagem da conversa:

Calidoro — Ô, Pséudolo, ei, **traze** uma espada.

Pséudolo — Qual é a necessidade de espada?

Calidoro — Para que eu **mate** este e a mim.

Pséudolo — Por que não **matas** tu antes a ti? Pois a este logo terá matado a fome.

Perceba que o falante não faz a mesma avaliação do que se diz nas sentenças nucleadas pelos verbos em negrito. Na primeira, nucleada por *traze*, avalia-o como necessário, tanto que se trata de uma ordem. Na segunda, nucleada por *mate*, avalia-a como irreal, possível, tanto que se trata de um desejo. Na terceira, nucleada por *matas*, avalia-a como real, tanto que se trata de uma asserção. O nome técnico desse fenômeno é *modo*.

Veja, enfim, em formas como *correrei* e *difamarei*, que o elemento que exprime o tempo e modo são os mesmos: *-re-* assinala ao mesmo tempo que o verbo está no futuro e no indicativo, daí chamar-se *desinência modo-temporal*.

Para acabar, é bastante frequente que a desinência número-pessoal ou a modo-temporal não possam agregar-se diretamente à raiz do verbo, por exemplo: **dizs* ou **lançmos* não seriam vocábulos fonologicamente possíveis na língua portuguesa. Para evitar esse problema, insere-se, então, uma vogal nesse espaço: *dizes*, *lançamos*. Três vogais são usadas com esse escopo: *-a-*, *-e-* e *-i-*, as quais sofrem, à sua vez, algumas variações.

Como estudamos nos capítulos dedicados à declinação, os gramáticos antigos não sabiam fazer uma análise em constituintes mínimos como a que acabamos de desenhar, mas tomavam uma palavra como modelo para flexionar outras do mesmo tipo. Assim, do mesmo modo que a vogal que se põe entre a raiz e a desinência número-casual dos nomes serviu de critério para criar cinco grupos denominados *declinações*, a vogal que se põe entre a raiz e a desinência número-pessoal ou modo-temporal dos verbos serviu de critério para criar as *conjugações*. Nos verbos, o conjunto da raiz mais essa vogal tem o nome de *tema* e à própria vogal chama-se *vogal temática*. Como se sabe, em português há três conjugações: a primeira é a dos verbos com tema em *-a-*, como *pergunta-*; a segunda é a daqueles com tema em *-e-*, como *dize-*; a terceira é a daqueles com tema em *-i-*, como *ouvi-*.

Entendidas estas coisas, vamos agora ao latim. Eis o original de Plauto:

Calidōrus — Dīc mihi, obsĕcrō hercle, uērum sēriō hoc quod tē rogō.

Non habēs uēnālem amīcam tū meam Phoenīcium?

Ballīō — Non edēpol habēō profectō, nam iam prīdem uendīdī.

Cal. — Quō modō? Bal. — Sine ōrnāmentis, cum intestinīs omnībus.

Cal. — Meam tū amīcam uendidistī? Bal. — Valdē, uīgintī minīs.

Cal. — Vīgintī minīs? Bal. — Vtrum uīs, uel quater quīnīs minīs, mīlītī Macedonīō, et iam quīndĕcim habēō minās.

Cal. — Quid egō ex tē audīō? Bal. — Amīcam tuam esse factam argentĕam.

Cal. — Cūr id ausu's facĕre? Bal. — Libūit, mea fuit. Cal. — Eho, Pseudōle,

ei, gladiūm affer. Pseudōlus — Quid opus gladiō? Cal. — Quī hunc occīdam atque mē.

Pseud. — Quīn tū tēd occīdis potius? Nam hunc famēs iam occīdērit.
 Cal. — Quid ais, quantum terra [...] tegit homīnum periūrissūme?
 Iūrāuistīn tē illam nūllī uenditūrum nisi mihi?
 Bal. — Fatēor. Cal. — Nempe conceptīs uerbīs? Bal. — Etīam cōnsūtīs quoque.
 Cal. — Periūrāuistī, sceleste. Bal. — At argentum intrō condīdī.
 Egō scelestus nunc argentum promēre possum domō:
 tū quī pius, istoc es genēre gnātus, nummum non habēs.
 Cal. — Pseudōle, assiste altrim secus atque onēra hunc maledictīs. Pseud. — Licet.
 Numquam ad praetōrem aequē cursim curram, ut ēmittar manū.
 Cal. — Ingēre mala multa. Pseud. — Iam egō tē diffēram dictīs meis.
 Impudīce. Bal. — Itast. Cal. — Sceleste. Bal. — Dīcis uēra. Pseud. — Verbērō.
 Bal. — Quīppīnī? Cal. — Bustirāpe. Bal. — Certō. Pseud. — Furcīfer. Bal. — Factum optūme.
 Cal. — Sociofraude. Bal. — Sunt mea istaec. Pseud. — Parricīda. Bal. — Perge tū.
 Cal. — Sacrilēge. Bal. — Fatēor. Pseud. — Periūre. Bal. — Vetēra uāticināmīnī.
 Cal. — Lēgirūpa. Bal. — Valīdē. Pseud. — Permittēs adulēscantum. Bal. — Acerrūme.
 Cal. — Fūr. Bal. — Babae. Pseud. — Fugitīue. Bal. — Bombax. Cal. — Fraus popūlī.
 [Bal. — Plānissūme.
 Pseud. — Fraudulente. Cal. — Impūre. Pseud. — Lēnō. Cal. — Caenum.
 [Bal. — Cantōrēs probōs.
 Cal. — Verberāuistī patrem atque mātrem. Bal. — Atque occīdī quoque,
 potius quam cibum praehibērem: num peccāuī quīppīam?
 Ps. — In pertūsum ingerīmus dicta dōlīum, opēram lūdīmus.
 Bal. — Numquid aliūd etīam uoltis dīcere? Cal. — Ecquid tē pudet?
 Bal. Tēn, amātōrem esse inuentum inānem quasi cassam nucem?
 Vērum quamquam multa malaque dicta dīxistis mihi,
 nisi mihi hodiē attulērit mīles quīnque quās dēbet minās,
 sīcut haec est praestitūta summa eī argentō diēs,
 sī id non affert, posse opīnor facēre mē officiūm meum.

A disposição do texto original é diferente porque está escrito em versos, e um mesmo verso podia estar composto de falas de personagens diferentes.

Repitamos o método de análise que aplicamos acima:

Presente do indicativo	Futuro imperfeito do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	Futuro perfeito do indicativo	Pretérito imperfeito do subjuntivo	Presente do imperativo
audiō, habēō, obsēcrō, possum, rogo; dīcis, es, habēs, occīdis, uīs; affert, dēbet, est, licet, pudet; ingerīmus, lūdīmus; uoltis; sunt	curram, diffēram	condīdī, occīdī, peccāuī, uendīdī; iūrāuistī, periūrāuistī, uendidistī, uerberāuistī; fuit, libūit; dīxistis	attulērit, occīdērit	praehibērem	affer, assiste, dīc, ingēre, onēra, perge

Todos os fenômenos que observamos anteriormente em português são continuações dos mesmos elementos que apresenta o verbo latino, com a vantagem para o estudante deste de que do latim para o português houve mudanças fonéticas que introduziram variações na morfologia verbal.

Veja, pois, na coluna do presente do indicativo como as pessoas junto com o número se distinguem:

- a 1.^a pessoa do singular por *-ō* ou *-m* (*audīō, habēō, obsēcrō, possum*);
- a 2.^a pessoa do singular por *-s* (*dīcis, es, habēs, occīdis, uīs*);
- a 3.^a pessoa do singular por *-t* (*affert, dēbet, est, licet, pudet*);
- a 1.^a pessoa do plural por *-mus* (*ingerīmus, lūdīmus*);
- a 2.^a pessoa do plural por *-tis* (*uoltis*);
- a 3.^a pessoa do plural por *-nt* (*sunt*).

Para ficar ainda mais claro, ponhamos essas desinências em um quadro:

desinências número-pessoais		
pessoa	número	
	singular	plural
1. ^a	-ō ou -m	-mus
2. ^a	-s	-tis
3. ^a	-t	-nt

Para traduzir um texto em latim, esses morfemas são os primeiros que o tradutor deve procurar, pois assinalarão o sujeito do verbo e, decodificado o verbo, que argumentos esse verbo seleciona.

Os aspectos acabado e inacabado que distinguimos no verbo português são igualmente herança do verbo latino. Infelizmente, assim como o ensino tradicional do latim se emperrou na decoração das declinações, o ensino tradicional do português fez o mesmo em relação à conjugação: o aprendiz decora a conjugação sem entender como funciona esse mecanismo. Ora, os nossos tempos verbais recebem os nomes de *perfeito* e *imperfecto* não porque sejam bons e maus... mas porque exprimem respectivamente um processo acabado ou inacabado. Na gramática tradicional latina, o aspecto acabado é denominado, precisamente, *perfectum* e o inacabado, *imfectum*. Na linguística moderna diz-se *perfectivo* e *imperfectivo*.

Diferentemente do que veio ocorrer em português, em latim a expressão do aspecto é sempre marcada morfológicamente, ainda que por meios um tanto diferentes a depender de cada verbo. No texto citado aparecem quatro dos mais comuns: pela desinência *-ui-*, em que o *-u-* às vezes, quando se prende à vogal temática, é consoante (*peccāuī* /pe'k:a:wi:/, *iūrāuistī* /ju:ra:'wisti:/, *uerberāuistī* /werbera:'wisti:/), e às vezes, quando se prende diretamente à raiz, é vogal (*libūit* /'li.bu.it/, *fuit* /fu.it/); pela desinência *-si-* (*dīcistis*, escrito *dīxistis*); pela reduplicação de uma consoante da raiz (*condīdī*, *uendīdī*); por um zero (*occīdī*). Explanemos melhor isto numa enumeração:

Desinência *-ui-*:

-u- consoante: *amāuī* 'amei' (*amō* 'amo'), *dēlēuī* 'destruí' (*dēlēō* 'destruo'), *audiuī* 'ouvi' (*audīō* 'ouço');

-u- vogal: *uetūī* 'vedei' (*uetō* 'vedo'), *docūī* 'ensinei' (*docēō* 'ensino'), *colūī* 'cultivei' (*colō* 'cultivo'), *aperūī* 'abri' (*aperīō* 'abro').

Desinência *-si-*: **augṣī* > *aucsī*, escrito *auxī* 'aumentei' (*augēō* 'aumento'), *carpsī* 'colhi' (*carpō* 'colho'), **sentsī* > *sēnsī* 'senti' (*sentīō* 'sinto').

Reduplicação da primeira consoante da raiz: *momordī* 'mordi' (*mordēō* 'mordo'), *cucurrī* 'corri' (*currō* 'corro').

Alternância da vogal da raiz: *lāuī* 'lavei' (*lāuō* 'lavo'), *uīdī* 'vi' (*uīdēō* 'vejo'), *ēgī* 'agi' (*agō* 'ajo'), *uēnī* 'vim' (*uēnīō* 'venho').

Reduplicação e alternância: *stetī* 'estive' (*stō* 'estou'), *cecīdī* 'matei' (*caedō* 'mato').

Zero: *feruī* 'fervi' (*feruēō* 'fervo'), *uertī* 'verti' (*uertō* 'verto').

Além disso, algumas desinências número-pessoais no *perfectum* são diferentes daquelas no *imfectum*, como, de resto, acontece em português. Na coluna do pretérito perfeito do indicativo aparecem quatro: *-ī* na 1.^a pessoa do singular (*condīdī*, *occīdī*, *peccāuī*, *uendīdī*); *-stī* na 2.^a pessoa do singular (*iūrāuistī*, *periūrāuistī*, *uendidistī*, *uerberāuistī*), *-t* na 3.^a pessoa do singular (*libūit*, *fuit*); *-stis* na 2.^a pessoa do plural (*dīxistis*).

desinências número-pessoais no pretérito perfeito do indicativo		
pessoa	número	
	singular	plural
1. ^a	-ī	-mus
2. ^a	-stī	-stis
3. ^a	-t	-runt

Quanto aos temas, em latim há quatro. Em termos tradicionais, isso equivale a dizer que em latim há quatro conjugações: a 1.^a é a dos temas em *-a-*, como *ama-* ‘amar’; a 2.^a, em *-e-*, como *dēle-* ‘destruir’; a 3.^a, em consoante, como *col-* ‘cultivar’; a 4.^a, a dos temas em *-i-*, como *audi-* ‘ouvir’.

temas verbais ou “conjugações”				
tema	-a-	-e-	consoante	-i-
exemplo	ama-	dēle-	col-	audi-

Existe um número pequeno de casos em que os verbos com tema em consoante não podem ligar-se diretamente às desinências, de modo que nesses casos se interpõe uma vogal para tornar possível essa ligação, geralmente um /i/ breve, mas também /e/, breve ou longo: **cols* > *colis*, **colbās* > *colēbās*, **colrēs* > *colērēs*.

Além disso, a desinência número-pessoal *-ō* sempre assimila a vogal temática *-a-* e a vogal da desinência número-pessoal a que se prende: **amāō* > *amō*, **amābīō* > *amābō*, e a vogal /i/ muda normalmente para /u/ antes da desinência número-pessoal *-nt*: **colint* > *colunt*, **audint* > *audiunt*.

Entre o tema e a desinência número-pessoal, quando o verbo está no *īnfectum*, e a desinência aspectual e a número-pessoal, quando no *perfectum*, põe-se a desinência que exprime conjuntamente o tempo e modo, ou, em outras palavras, a desinência modo-temporal.

Como ainda ocorre em português, o verbo pode exprimir um processo anterior ao ato de fala, ou pretérito, como em *dixistis*; simultâneo, ou presente, como em *dicis*; posterior, ou futuro, como em *curram*.

Com relação ao modo, o português não faz também senão manter as distinções que há em latim: avaliação real, ou modo indicativo, como em *Quin tū tēd occīdis potius?*; irreal, ou subjuntivo, como em *Quī hunc occīdam atque mē*; necessária, ou imperativo, como em *Eho, Pseudōle, ei, gladīum affer*.

Em resumo, o verbo latino — assim como o português — é construído pela adição de morfemas que expressam as categorias que carrega: aspecto, modo, tempo, número e pessoa. Pode-se ilustrar isto pelas fórmulas seguintes:

Verbo no *īnfectum*: raiz + vogal temática + desinência modo-temporal + desinência número-pessoal;

verbo no *perfectum*: raiz + (vogal temática) + desinência aspectual + desinência modo-temporal + desinência número-pessoal.

Se o aprendiz fosse ensinado a compreender esse mecanismo, entenderia que o nome de cada tempo verbal aponta três dessas categorias: quando se diz que um verbo está, por exemplo, no pretérito perfeito do indicativo, informa-se em que aspecto (perfectivo), modo (indicativo) e tempo (pretérito) está. Não se trata de um rótulo vazio.

EXERCÍCIO

Como no primeiro exercício sobre a declinação, no texto a seguir, que é o epigrama 99 de Marcial traduzido para o português, cada cor tem o valor, neste caso tempos verbais (na verdade, tempo, aspecto e modo). Identifique cada um e diga também quais são o número e a pessoa de cada forma conjugada. Observe, ainda, que a maioria dos verbos é de transitivos, portanto identifique, ademais, o sujeito e o(s) argumento(s) (objeto direto e indireto ou complemento oblíquo).

Ainda há pouco não **tinhas** dois milhões inteiros, mas **eras** tão pródigo e liberal e tão lauto, Caleno, que todos os amigos te **desejavam** dez milhões. **Ouviu** um deus os nossos votos e preces e dentro, **acho**, de sete calendas quatro mortes te **deram** isto. Porém tu assim, como se os dez milhões não **tivessem sido deixados**, mas **roubados** por ti, **acabaste**, miserável, em tal penúria que os banquetes mais suntuosos, que **preparas** uma vez em todo o ano, **arranjas** com uma mesquinha de moeda negra, e os teus sete velhos companheiros **custamos-te** meia libra de chumbo. O que **rogamos** digno desses méritos? **Desejamos-te** cem milhões, Caleno. Se isto **acontecer**, **perecerás** de fome.

AS DESINÊNCIAS VERBAIS

AQUECIMENTO

Para fazer esta tarefa, você necessitará a colaboração de duas outras pessoas, podem ser parentes, amigos ou colegas. Você e uma dessas duas pessoas descreverão sucintamente a outra pessoa, tanto física como psicologicamente. Transcreva, então, as duas descrições e redija um texto respondendo às perguntas seguintes:

- a) Que semelhanças e diferenças há entre a sua descrição e a do seu colaborador?
- b) Por que aconteceram diferenças, se as descrições tratam da mesma pessoa?

Leia o texto a seguir:

Os conspiradores cercaram aquele que estava sentado com a desculpa de uma saudação, e logo Cimbro Tílio, que se encarregara das primeiras partes, achegou-se mais perto como se se dispusesse a pedir algo, mas dispensando-o e adiando-o com um gesto a outro momento, agarrou a sua toga por ambos os ombros, depois grita: “Isso certamente é uma violência!”. O outro dos Cascas fere pouco abaixo do outro lado da garganta. César varou o braço arrebatado de Casca com o estilo e tentou escapar, mas foi retido por outra ferida; como percebeu que era atingido por punhais estreitos de todas as partes, encobriu a cabeça com a toga, ao mesmo tempo desceu com a mão esquerda a prega até a parte mais baixa das pernas, para que caísse mais honradamente e também com a parte mais baixa do corpo coberta. Assim, foi furado por vinte e três pancadas, sem ruído, solto um gemido apenas ao primeiro golpe, e no entanto alguns contaram que quando Marco Bruto se precipitava, disse: “*Kai sý téknon?*”. Tendo fugido todos espantados, jazeu por algum tempo, até que posto dentro de uma liteira, com o braço pendente, três escravinhos devolveram-no à casa. E como achava o médico Antíscio, em tantas feridas não se descobriu nenhuma letal, a não ser a que recebera pela segunda vez no peito.

Fora vontade dos conjurados arrastar o corpo do morto até o Tibre, confiscar os seus bens, rescindir os seus atos, mas desistiram por medo do cônsul Marco Antônio e do mestre da cavalaria Lépido.

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto faz parte da obra *Dē uītā Caesārum* ‘Sobre a vida dos césaes’, de Suetônio. Nascido provavelmente na província da África em 70 d.C., Gaio Suetônio Tranquilo é um grande autor da idade de prata e o seu maior biógrafo, apesar de ter sido polígrafo, isto é, um erudito que estudou e escreveu sobre muitos e vários assuntos: sobre história natural, relações de parentesco, vestimentas, jogos e costumes romanos, jogos gregos, xingamentos, cortesãs ilustres e reis. Infelizmente, além do *Dē uītā Caesārum*, que remanesceu quase íntegro, chegou-nos apenas o *Dē uīrīs illūstrībus* ‘Sobre homens ilustres’, que também é uma coletânea de biografias, estas de letrados, da qual possuímos somente a parte dedicada aos gramáticos e rétores.

Pouco se sabe sobre a vida de Suetônio. A sua família pertencia à ordem equestre e fez uma boa carreira pública na corte do imperador Adriano sob a proteção do prefeito do pretório Septício Claro: foi o primeiro diretor do arquivo imperial, logo das bibliotecas imperiais e depois da correspondência do imperador em língua latina.

O *Dē uītā Caesārum*, mais conhecido como *As vidas dos doze césaes*, contém as biografias de César e dos onze imperadores que reinaram depois dele: Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Oto,

Vitélcio, Vespasiano, Tito e Domiciano. Em cada biografia, Suetônio procurou cumprir um esquema em que trata seguidamente das origens familiares, do nascimento, da carreira política e militar, dos presságios sobre a ascensão ao poder, do feitio, dos prodígios que prenunciaram a morte, da morte, do testamento e das homenagens póstumas. Note que o poder é o eixo da biografia.

À diferença do historiador, que põe a atenção sobre os feitos e façanhas dos grandes líderes e generais, Suetônio buscou ressaltar o homem: a sua compleição, virtudes e vícios, hábitos, vida privada. Daí o gosto de Suetônio pela anedota, muito bem ilustrado no texto citado pela informação acerca das últimas palavras de César: é o único testemunho que nos chegou de que o ditador disse — em grego — “*kai sý, té-knon?*”, isto é, ‘até tu, criança?’, frase que incorporamos na nossa cultura sob a forma *Até tu, Brúto?* Marco Júnio Bruto era filho de Servília, amante de César, daí o carinho deste por aquele.



Figura 25 – O assassinato de César, de Karl von Piloty. (1865).

Em Suetônio há, portanto, um esforço por obter a informação inédita, quase como um jornalista de hoje, e assim como um texto jornalístico contemporâneo contém muitos dados sobre o nosso cotidiano, a obra de Suetônio é fonte preciosa para conhecer vários aspectos da vida na Roma do primeiro século do Império. Ele pintou um verdadeiro retrato de cada imperador, habilmente o retrato que quer que nós vejamos.

GRAMÁTICA

Quanto ao conteúdo gramatical, o texto está cheio de verbos que são bons exemplos do mecanismo que procuramos destrinçar no capítulo anterior:

- 1.a. *ferre* = *fer-* (raiz) + *-e-* (vogal temática) + \emptyset (desinência modo-temporal: presente do indicativo) + \emptyset (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular);
- 2.a. *achava* = *ach-* (raiz) + *-a-* (vogal temática) + *-va-* (desinência modo-temporal: pretérito perfeito do indicativo) + \emptyset (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular);
- 3.a. *varou* = *var-* (raiz) + *-o-* (variação da vogal temática *-a-*) + *-u* (desinência número-pessoal distintiva do pretérito perfeito do indicativo: 3.^a pessoa do singular);
- 4.a. *desceu* = *desc-* (raiz) + *-e-* (vogal temática) + *-u* (desinência número-pessoal distintiva do pretérito perfeito do indicativo: 3.^a pessoa do singular);
- 5.a. *contaram* = *cont-* (raiz) + *-a-* (vogal temática) + *-ram* (desinência número-pessoal distintiva do pretérito perfeito do indicativo: 3.^a pessoa do plural)
- 6.a. *recebera* = *receb-* (raiz) + *-e-* (vogal temática) + *-ra-* (desinência modo-temporal: pretérito mais-que-perfeito do indicativo) + \emptyset (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular)
- 7.a. *caísse* = *ca-* (raiz) + *-i-* (vogal temática) + *-sse-* (desinência modo-temporal: pretérito imperfeito do subjuntivo) + \emptyset (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular)

Vejamos isso em latim, começando por ler o texto original:

Assidentem cōspirātī specīe officīi circumstetērunt, ilicōque Cimber Tillīus, quī primās partēs suscēpērat, quasi alīquid rogātūrus propīus accessit renuentique et gestum in alīud tempus differentī ab utrōque umērō togam apprehendit: deinde clāmantem: “Ista quidem uīs est!”. Alter ē Cascīs āuersum uulnērat paulum infrā iugūlum. Caesar Cascae brachiūm arrēptum graphīō trāiēcit cōnātusque prōsilīre alīō uulnēre tardātus est; utque animaduērtit undīque sē strictīs pūgiōnībus petī, togā caput obuolūit, simul sinistrā manū sinum ad īma crūra dēdūxit, quō honestīus cadēret etiā inferiorē corpōris parte uēlātā. Atque ita tribus et uīgintī plagis cōnfossus est unō modō ad prīmum ictum gemītū sine uōce ēdītō, etsī trādidērunt

quidam Marcō Brūtō irruentī dīxisse: “*Kai sỳ téknon?*”. Exanīmīs diffugientībus cunctīs aliquamdīū iacūit, dōnec lectīcae impositum, dēpendente brachiō, trēs seruūlī domum rettulērunt. Nec in tot uulnerībus, ut Antistīus medicus existimābat, lētāle ūllum repertum est, nisi quod secundō locō in pectōre accēpērat.

Fuērat anīmus conīūrātis corpus occīsī in Tibērim trahēre, bona pūblicāre, acta rescindēre, sed metū Marcī Antōnī cōnsūlis et magistrī equitum Lepīdī dēstitērunt.

Eis os mesmos verbos:

- 1.b. *uulnērāt* = *uulner-* (raiz) + *-a-* (vogal temática) + \emptyset (desinência modo-temporal: presente do indicativo) + *-t* (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular);
- 2.b. *existimābat* = *existim-* (raiz) + *-a-* (vogal temática) + *-ba-* (desinência modo-temporal: pretérito imperfeito do indicativo) + *-t* (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular);
- 3.b. *trāiēcīt* = *trāiēc-* (raiz) + alternância da vogal da raiz (desinência aspectual: perfectivo) = *trāiēc-* + *-i-* (vogal de ligação) + \emptyset (desinência modo-temporal: pretérito perfeito do indicativo) + *-t* (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular);
- 4.b. *dēdūxit* = *dēdūc-* (raiz) + *-s-* (desinência aspectual: perfectivo) + *-i-* (vogal de ligação) + \emptyset (desinência modo-temporal: pretérito perfeito do indicativo) + *-t* (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular);
- 5.b. *trādidērunt* = *trād-* (raiz) + reduplicação da consoante da raiz (desinência aspectual: perfectivo) = *trādid-* + *-ē-* (vogal de ligação) + \emptyset (desinência modo-temporal: pretérito perfeito do indicativo) + *-runt* (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do plural);
- 6.b. *accēpērat* = *accip-* (raiz) + alternância da vogal da raiz (desinência aspectual: perfectivo) = *accēp-* + *-e-* (vogal de ligação) + *-ra-* (desinência modo-temporal: pretérito mais-que-perfeito do indicativo) + *-t* (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular);
- 7.b. *cadēret* = *cad-* (raiz) + *-e-* (vogal de ligação) + *-re-* (desinência modo-temporal: pretérito imperfeito do subjuntivo) + *-t* (desinência número-pessoal: 3.^a pessoa do singular).

Compreendido o mecanismo da conjugação, tracemos agora o rol dos tempos verbais em latim, expondo um a um com as suas desinências.

Primeiro os tempos imperfeitos, ou do *infectum*, isto é, que exprimem um processo inacabado:

MODO INDICATIVO

Presente: A sua desinência é zero. Equivale em português à forma *amo*.

presente do indicativo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ō	dēl·ē·ō	col·ō	aud·ī·ō
	2. ^a	am·ā·s	dēl·ē·s	col·i·s	aud·i·s
	3. ^a	am·a·t	dēl·e·t	col·i·t	aud·i·t
plural	1. ^a	am·ā·mus	dēl·ē·mus	col·ī·mus	aud·ī·mus
	2. ^a	am·ā·tis	dēl·ē·tis	col·ī·tis	aud·ī·tis
	3. ^a	am·a·nt	dēl·e·nt	col·u·nt	aud·iu·nt

Pretérito: A sua desinência é *-ba-*. Equivale à forma *amava*.

pretérito imperfeito do indicativo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ā·ba·m	dēl·ē·ba·m	col·ē·ba·m	aud·iē·ba·m
	2. ^a	am·ā·bā·s	dēl·ē·bā·s	col·ē·bā·s	aud·iē·bā·s
	3. ^a	am·ā·ba·t	dēl·ē·ba·t	col·ē·ba·t	aud·iē·ba·t

plural	1. ^a	am·ā·bā·mus	dēl·ē·bā·mus	col·ē·bā·mus	aud·iē·bā·mus
	2. ^a	am·ā·bā·tis	dēl·ē·bā·tis	col·ē·bā·tis	aud·iē·bā·tis
	3. ^a	am·ā·ba·nt	dēl·ē·ba·nt	col·ē·ba·nt	aud·iē·ba·nt

Futuro: A sua desinência é *-bi-* na 1.^a e 2.^a conjugações e *-e-* (*-a-* na 1.^a pessoa do singular) na 3.^a e 4.^a. Equivale à forma *amarei*.

futuro imperfeito do indicativo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ā·b·ō	dēl·ē·b·ō	col·a·m	aud·ī·a·m
	2. ^a	am·ā·bi·s	dēl·ē·bi·s	col·ē·s	aud·ī·ē·s
	3. ^a	am·ā·bi·t	dēl·ē·bi·t	col·e·t	aud·ī·ē·t
plural	1. ^a	am·ā·bī·mus	dēl·ē·bī·mus	col·ē·mus	aud·iē·mus
	2. ^a	am·ā·bī·tis	dēl·ē·bī·tis	col·ē·tis	aud·iē·tis
	3. ^a	am·ā·bu·nt	dēl·ē·bu·nt	col·e·nt	aud·ī·ē·nt

MODO SUBJUNTIVO

Presente: A sua desinência é *-e-* na 1.^a conjugação e *-a-* nas demais. Equivale à forma *ame*.

presente do subjuntivo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·e·m	dēl·ē·a·m	col·a·m	aud·ī·a·m
	2. ^a	am·ē·s	dēl·ē·ā·s	col·ā·s	aud·ī·ā·s
	3. ^a	am·e·t	dēl·ē·a·t	col·a·t	aud·ī·a·t
plural	1. ^a	am·ē·mus	dēl·e·ā·mus	col·ā·mus	aud·i·ā·mus
	2. ^a	am·ē·tis	dēl·e·ā·tis	col·ā·tis	aud·i·ā·tis
	3. ^a	am·e·nt	dēl·ē·a·nt	col·a·nt	aud·ī·a·nt

Pretérito: A sua desinência é *-re-*. Equivale à forma *amasse*.

pretérito imperfeito do subjuntivo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ā·re·m	dēl·ē·re·m	col·ē·re·m	aud·ī·re·m
	2. ^a	am·ā·rē·s	dēl·ē·rē·s	col·ē·rē·s	aud·ī·rē·s
	3. ^a	am·ā·re·t	dēl·ē·re·t	col·ē·re·t	aud·ī·re·t
plural	1. ^a	am·ā·rē·mus	dēl·ē·rē·mus	col·e·rē·mus	aud·ī·rē·mus
	2. ^a	am·ā·rē·tis	dēl·ē·rē·tis	col·e·rē·tis	aud·ī·rē·tis
	3. ^a	am·ā·re·nt	dēl·ē·re·nt	col·ē·re·nt	aud·ī·re·nt

MODO IMPERATIVO

Presente: Este tempo conjuga-se apenas nas 2.^{as} pessoas. A sua desinência é zero, mas se distingue do presente do indicativo porque as desinências número-pessoais são diferentes: zero no singular e *-te* no plural. Equivale à forma *ama*.

presente do imperativo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	2. ^a	am·a	dēl·ē	col·e	aud·ī
plural	2. ^a	am·ā·te	dēl·ē·te	col·ī·te	aud·ī·te

Futuro: Este tempo conjuga-se nas 2.^{as} e 3.^{as} pessoas. A sua desinência também é zero, mas se distingue igualmente dos presentes do indicativo e subjuntivo porque as desinências

número-pessoais são diferentes: *-tō* no singular, tanto na 2.^a como 3.^a pessoa; *-tōte* na 2.^a pessoa do plural e *-nto* na 3.^a pessoa do plural. Não há equivalência direta em português; trata-se de uma ordem a ser cumprida no tempo posterior à enunciação.

presente do imperativo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	2. ^a	am·ā·tō	dēl·ē·tō	col·ī·tō	aud·ī·tō
	3. ^a	am·ā·tō	dēl·ē·tō	col·ī·tō	aud·ī·tō
plural	2. ^a	am·ā·tōte	dēl·ē·tōte	col·i·tōte	aud·ī·tōte
	3. ^a	am·a·ntō	dēl·e·ntō	col·u·ntō	aud·iu·ntō

Agora os tempos perfeitos, ou do *perfectum*, isto é, que exprimem processo acabado. Cabe lembrar que nesses tempos se acrescenta a desinência aspectual, que é bastante variável. Nesta exemplificação, os quatro verbos têm a forma *-ui-* dessa desinência. Atenção: eventualmente, pode-se elidir essa desinência, de modo que uma forma como *audīuit* ‘ouviu’ fica *audīt*, com acentuação oxítona.

MODO INDICATIVO

Pretérito: A sua desinência é zero, mas quase nunca se confunde com o presente do indicativo, por conta da desinência aspectual, e em algumas pessoas pela desinência número-pessoal ser diferente. Equivale à forma *amei*.

pretérito perfeito do indicativo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ā·u·ī	dēl·ē·u·ī	col·ū·ī	aud·ī·u·ī
	2. ^a	am·ā·ui·stī	dēl·ē·ui·stī	col·ui·stī	aud·ī·ui·stī
	3. ^a	am·ā·ui·t	dēl·ē·ui·t	col·ūi·t	aud·ī·ui·t
plural	1. ^a	am·ā·uī·mus	dēl·ē·uī·mus	col·uī·mus	aud·ī·uī·mus
	2. ^a	am·ā·ui·stis	dēl·ē·ui·stis	col·ui·stis	aud·ī·uī·tis
	3. ^a	am·ā·uē·runt	dēl·ē·uē·runt	col·uē·runt	aud·ī·uē·runt

Pretérito mais-que-perfeito: A sua desinência é *-ra-*. Equivale às formas *amara* ou *tinha amado*.

pretérito mais-que-perfeito do indicativo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ā·uē·ra·m	dēl·ē·uē·ra·m	col·uē·ra·m	aud·ī·uē·ra·m
	2. ^a	am·ā·uē·rā·s	dēl·ē·uē·rā·s	col·uē·rā·s	aud·ī·uē·rā·s
	3. ^a	am·ā·uē·ra·t	dēl·ē·uē·ra·t	col·uē·ra·t	aud·ī·uē·ra·t
plural	1. ^a	am·ā·ue·rā·mus	dēl·ē·ue·rā·mus	col·ue·rā·mus	aud·ī·ue·rā·mus
	2. ^a	am·ā·ue·rā·tis	dēl·ē·ue·rā·tis	col·ue·rā·tis	aud·ī·ue·rā·tis
	3. ^a	am·ā·uē·ra·nt	dēl·ē·uē·ra·nt	col·uē·ra·nt	aud·ī·uē·ra·nt

Futuro: A sua desinência é *-ri-*. Equivale à forma *terei amado*.

futuro perfeito do indicativo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ā·uē·r·ō	dēl·ē·uē·r·ō	col·uē·r·ō	aud·ī·uē·r·ō
	2. ^a	am·ā·uē·ri·s	dēl·ē·uē·ri·s	col·uē·ri·s	aud·ī·uē·ri·s
	3. ^a	am·ā·uē·ri·t	dēl·ē·uē·ri·t	col·uē·ri·t	aud·ī·uē·ri·t
plural	1. ^a	am·ā·ue·rī·mus	dēl·ē·ue·rī·mus	col·ue·rī·mus	aud·ī·ue·rī·mus
	2. ^a	am·ā·ue·rī·tis	dēl·ē·ue·rī·tis	col·ue·rī·tis	aud·ī·ue·rī·tis
	3. ^a	am·ā·uē·ri·nt	dēl·ē·uē·ri·nt	col·uē·ri·nt	aud·ī·uē·ri·nt

MODO SUBJUNTIVO

Pretérito: A sua desinência é *-ri-*. Difere do futuro perfeito do subjuntivo apenas na 1.^a pessoa do singular, cuja desinência é *-m*. Equivale à forma *tenha amado*.

pretérito perfeito do subjuntivo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ā·uē·ri·m	dēl·ē·uē·ri·m	col·uē·ri·m	aud·ī·uē·ri·m
	2. ^a	am·ā·uē·ri·s	dēl·ē·uē·ri·s	col·uē·ri·s	aud·ī·uē·ri·s
	3. ^a	am·ā·uē·ri·t	dēl·ē·uē·ri·t	col·uē·ri·t	aud·ī·uē·ri·t
plural	1. ^a	am·ā·ue·rī·mus	dēl·ē·ue·rī·mus	col·ue·rī·mus	aud·ī·ue·rī·mus
	2. ^a	am·ā·ue·rī·tis	dēl·ē·ue·rī·tis	col·ue·rī·tis	aud·ī·ue·rī·tis
	3. ^a	am·ā·uē·ri·nt	dēl·ē·uē·ri·nt	col·uē·ri·nt	aud·ī·uē·ri·nt

Pretérito mais-que-perfeito: A sua desinência é *-sse-*. Equivale à forma *tivesse amado*.

pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo					
número	pessoa	conjugação			
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
singular	1. ^a	am·ā·ui·sse·m	dēl·ē·ui·sse·m	col·ui·sse·m	aud·ī·ui·sse·m
	2. ^a	am·ā·ui·ssē·s	dēl·ē·ui·ssē·s	col·ui·ssē·s	aud·ī·ui·ssē·s
	3. ^a	am·ā·ui·sse·t	dēl·ē·ui·sse·t	col·ui·sse·t	aud·ī·ui·sse·t
plural	1. ^a	am·ā·ui·ssē·mus	dēl·ē·ui·ssē·mus	col·ui·ssē·mus	aud·ī·ui·ssē·mus
	2. ^a	am·ā·ui·ssē·tis	dēl·ē·ui·ssē·tis	col·ui·ssē·tis	aud·ī·ui·ssē·tis
	3. ^a	am·ā·ui·sse·nt	dēl·ē·ui·sse·nt	col·ui·sse·nt	aud·ī·ui·sse·nt

Tudo isso pode ser resumido num pequeno quadro como o que segue:

tempos imperfeitos				
tempo	conjugação			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
presente do indicativo	zero			
pretérito imperfeito do indicativo	-ba-			
futuro imperfeito do indicativo	-bi-		-e-	
presente do subjuntivo	-e-	-a-		
pretérito imperfeito do subjuntivo	-re-			
presente do imperativo	zero com desinências número-pessoais próprias			
futuro do imperativo	zero com desinências número-pessoais próprias			

tempos perfeitos				
tempo	conjugação			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
pretérito perfeito do indicativo	zero com desinências número-pessoais próprias			
pretérito mais-que-perfeito do indicativo	-ra-			
futuro perfeito do indicativo	-ri-			
pretérito perfeito do subjuntivo	-ri-			
pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo	-sse-			

EXERCÍCIO

Continuemos a trabalhar com o epigrama 99 de Marcial, agora em latim. Parte da resposta você já tem, porque as cores têm os mesmos valores do exercício anterior, mas perceba que no original há mais tempos verbais do que na tradução, por isso, além de identificar todos (tempo, aspecto e modo) e o número

e a pessoa de cada forma conjugada, compare tudo com a tradução, inclusive os argumentos. Para tanto, você pode desenhar uma tabela e comparar lado a lado ou em pares de linhas.

Non^{Não} plēnum^{inteiro} modō^{ainda há pouco} uīciēs^{dois milhões} habēbās^{tinhas},
 sed^{mas} tam^{tão} prōdīgus^{pródigo} atque^e liberālis^{liberal}
 et^e tam^{tão} lautus^{lauto} erās^{eras}, Calēne^{Caleno}, ut^{que} omnēs^{todos}
 optārent^{desejassem} tibi^{te} centiēs^{dez milhões} amīci^{os amigos}.
 Audī^{Ouviu} uōta^{os votos} deus^{um deus} precēs^{que} nostrās^{nossas}
 atque^e intrā^{dentro de}, putō^{acho}, septīmās^{sétimas} Kalendās^{calendas}
 mortēs^{mortes} hoc^{isto} tibi^{te} quattuor^{quatro} dedērunt^{deram}.
 At^{Mas} tū^{tu} sic^{assim} quasī^{como se} non^{não} fōret^{tivesse sido} relictum^{deixado},
 sed^e sim^{sim} raptum^{roubado} tibi^{por ti} centiēs^{os dez milhões}, abisti^{foste}
 in^{para} tantam^{tão} miser^{miserável} ēsuritiōnem^{penúria},
 ut^{que} conuīuīa^{os banquetes} sumptuōsiōra^{mais suntuosos},
 tōtō^{todo} quae^{que} semel^{uma vez} appārās^{preparas} in^{em} annō^{o ano},
 nigrae^{de negra} sordibus^{com uma mesquinharia} explīcēs^{arranjes} monētae^{de moeda},
 et^e septem^{sete} uetērēs^{velhos} tui^{teus} sodālēs^{os companheiros}
 cōnstēmus^{custemos} tibi^{te} plumbēā^{de chumbo} sēlibrā^{meia libra}.
 Quid^{O que} dignum^{digno} meritīs^{de méritos} precēmur^{roguemos} istīs^{desses}?
 Optāmus^{Desejamos} tibi^{te} milīēs^{cem milhões}, Calēne^{Caleno}.
 Hoc^{Isto} si^{se} contigērit^{terá acontecido}, fame^{de fome} perībīs^{perecerás}.

AUOZPASSUA

AQUECIMENTO

Observe as imagens abaixo:



Figura 29 – Pártenão, Atenas (432 a.C.).



Figura 28 – Panteão, Roma (125 d.C.).



Figura 27 – Basílica de São Pedro, Vaticano (1626).



Figura 26 – Capitólio dos Estados Unidos, Washington (1800).

Perceba que transcorreu um longo tempo entre a edificação de um prédio e outro, mas há uma semelhança inegável entre todos, que se deve entender como uma permanência da estética do mais antigo. Pesquise, pois, sobre os traços, estilos e tipos de edificação mais relevantes da arquitetura romana.

Leia o texto a seguir:

Numa vasta e nobre cidade dos gregos, em Éfeso, uma lei antiga, é dito pelos antepassados, foi constituída com uma condição dura, mas não com direito injusto, pois quando um arquiteto recebe uma obra pública para cuidar, propõe com quanto gasto ela se fará. Entregue a estimação, os seus bens são empenhados ao magistrado até que a obra esteja acabada. Quando a despesa responde perfeitamente ao dito, é distinguido com decretos e honras. Igualmente se se deve ajuntar não mais que um quarto à estimação: empresta-se do dinheiro público e não é sujeitado a pena alguma. Quando é consumida verdadeiramente mais que a quarta parte na obra, o dinheiro para acabá-la é cobrado dos seus bens.

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto faz parte da obra *Dē architectūrā* 'Sobre a arquitetura', de Vitruvius. Do autor não se sabe sequer o *cognōmen*, mas apenas que foi um arquiteto que trabalhou na edificação de prédios públicos, em obras hidráulicas e de artilharia no fim do governo de César e no começo do de Augusto. Quanto à obra, escrita entre os anos de 35 e 25 a.C., é um tratado enciclopédico de dez livros que abrangem mais que ensinamentos sobre a arte de edificar, mecânica e hidráulica, como o próprio trecho citado demonstra, o qual é o começo do prefácio do décimo livro.

Com efeito, o *Dē architectūrā* é uma obra relevante da literatura técnica em latim por duas razões: primeiro, por ser o único tratado antigo sobre essa matéria que chegou até nós; segundo, porque numa sociedade que dava valor secundário ao labor do artífice, Vitruvius procurou compor uma obra que não se reduzisse a preceitos sobre técnicas, mas que dignificasse o seu ofício.

GRAMÁTICA

Passemos ao conteúdo gramatical. Observe as sentenças seguintes:

- 1.a. Uma lei antiga foi constituída com uma condição dura.
- 2.a. Isto é dito pelos antepassados.

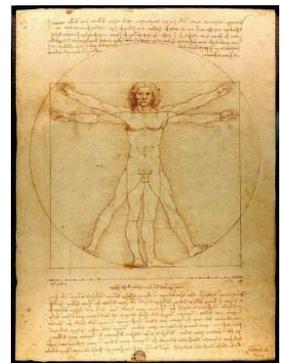


Figura 30 – O homem vitruviano, de Leonardo da Vinci (1485-90), que se fundamentou na descrição das proporções do corpo humano segundo Vitruvius.

- 3.a. Os bens do arquiteto são empenhados ao magistrado.
- 4.a. O arquiteto é distinguido com decretos e honras.
- 5.a. Emprresta-se o dinheiro para acabar a obra do dinheiro público.
- 6.a. O dinheiro para acabar a obra é cobrado dos bens do arquiteto.

Essas sentenças contêm ao menos três fatos curiosos. Primeiro, do ponto de vista da forma, os verbos não apresentam formas simples, mas compostas — que têm o nome técnico de *perífrase* — pelo verbo *ser* conjugado com as categorias verbais (aspecto, modo, tempo, número e pessoa) e o particípio do verbo cujo processo se quer exprimir, o qual concorda em gênero e número com o sujeito. Excetua-se o verbo da sentença 5.a, que está conjugado acompanhado do pronome reflexivo. Segundo, do ponto de vista do sentido, os sujeitos são, na verdade, os objetos diretos, o que se comprova trocando a perífrase pela forma simples:

- 7.a. Constituiu uma lei antiga.
- 8.a. Os antepassados dizem isto.
- 9.a. Empenha os bens do arquiteto.
- 10.a. Distingue o arquiteto.
- 11.a. Emprresta o dinheiro.
- 12.a. Cobra o dinheiro.

Constata-se, assim, que, apesar do reflexivo, na sentença 5.a não se quer dizer que o dinheiro emprresta a si mesmo, tanto que essa sentença foi transformada em 11.a sem nenhuma diferença em relação às demais. Terceiro, o sujeito em 8.a., o único explícito, é em 2.a um sintagma preposicional nucleado pela preposição *por*.

Com efeito, à propriedade de transformar o objeto direto em sujeito chama-se *voz*. Quando um verbo sofre essa transformação, diz-se que está na voz passiva. Se não se opera tal transformação, então está na voz ativa. Os termos *ativo* e *passivo* referem, precisamente, aos papéis semânticos fundamentais do sujeito e do objeto direto, respectivamente /agente/ e /paciente/. Que um verbo está na voz passiva quer dizer exatamente que o paciente tomou o lugar do agente, daí o sujeito semântico — expresso por um sintagma preposicional nucleado pela preposição *por* — receber o nome técnico de *agente da passiva: pelos antepassados* é o agente da passiva de *é dito* em 2.

Leia agora o texto original de Vitruvius:

Nōbīlī Graecōrum et amplā cīuitāte Ephēsī lēx uetusta dīcitur ā maiōrībus dūrā condiōne sed iūre esse non inīquō cōstitūta. Nam architectus cum pūblicum opus cūrāndum recīpit, pollicētur quantō sumptū id sit fūtūrum. Trādītā aestimātiōne magistrātūī bona eius obligantur, dōnec opus sit perfectum. Absolutō autem, cum ad dictum impēnsa respondit, dēcrētīs et honōrībus ōrnātur. Item sī non ampliūs quam quārta ad aestimātiōnem est adicienda, dē pūblicō praestātur, neque ūllā poenā tenētur. Cum uērō ampliūs quam quarta in opēre cōnsūmītur, ex eius bonīs ad perficiendum pecūnīa exigītur.

E observe as sentenças equivalentes àquelas de 1.a a 6.a:

- 1.b. Vetusta lēx dūrā condiōne cōstitūta est.
- 2.b. Hoc ā maiōrībus dīcitur.
- 3.b. Architectī bona magistrātūī obligantur.
- 4.b. Architectus dēcrētīs et honōrībus ōrnātur.
- 5.b. Pecūnīa ad opus perficiendum dē pūblicō praestātur.
- 6.b. Pecūnīa ad opus perficiendum ex architectī bonīs exigītur.

E as equivalentes às de 7.a a 12.a:

- 7.b. Vetustam lēgem cōstitūit.
- 8.b. Maiōrēs hoc dīcunt.

- 9.b. Architectī bona oblīgat.
 10.b. Architectum ōrnat.
 11.b. Pecūniām praestat.
 12.b. Pecūniām exīgit.

Perceba que há uma diferença notável entre as sentenças de 1.b a 6.b, em latim, e as de 1.a a 6.a, em português, tanto umas como as outras na voz passiva. Vimos que em português se constroem com uma perífrase — verbo *ser* conjugado e particípio do verbo que se quer empregar — ou com o reflexivo, mas em latim também se usam formas conjugadas, como as da voz ativa. Não obstante, pelo estudo que já fizemos, sabemos que a desinência da 3.^a pessoa do singular é *-t* e a da 3.^a do plural é *-nt*, porém as desinências que aparecem nos verbos de 2.b a 6.b são *-tur* pela 3.^a do singular e *-ntur* pela 3.^a do plural, daí podendo concluir-se que em latim há desinências número-pessoais próprias para exprimir a voz passiva. Efetivamente, a desinência fundamental da voz passiva em latim é *-r*, mas como a consoante /r/ não pode ligar-se facilmente às desinências número-pessoais — **-sr*, **-tr*, **-musr*, **-ntr* — acaba acomodando-se como pode: em *-ō* como *-or*, em *-s* como *-ris*, em *-t* como *-tur*, em *-mus* como *-mur* e em *-nt* como *-ntur*. A desinência da 2.^a pessoa do plural é bem diferente: *-mīnī*.

desinências número-pessoais na voz passiva		
pessoa	número	
	singular	plural
1. ^a	-or	-mur
2. ^a	-ris ou -re	-mīnī
3. ^a	-tur	-ntur

Contudo, o verbo da sentença 1.b deixa ver que a construção perifrástica não é novidade que tenha aparecido na mudança do latim para o português, mas já está presente em latim. Perceba que o que diferencia o verbo em 1.b dos outros nas demais sentenças são o aspecto e tempo: em 1.b o verbo está no pretérito perfeito do indicativo e, nos demais exemplos, no presente do indicativo. O aspecto é mesmo a categoria do verbo que seleciona a escolha de se construir a voz passiva pela conjugação, com desinências número-pessoais próprias, ou perifrásticamente, com o verbo *esse* ‘ser’ conjugado e o particípio passado do verbo que se quer, concordando em gênero, número e caso com o sujeito: os tempos do *īnfectum*, ou imperfeitos, escolhem a primeira opção; os do *perfectum*, ou perfeitos, escolhem a segunda. No entanto, não se conjuga o verbo *esse* no tempo que se quer exprimir, mas num tempo anterior a ele: se for pretérito, *esse* ficará no presente; se mais-que-perfeito, no imperfeito.

Em resumo, para conjugar um verbo num tempo do *īnfectum* na voz passiva, basta usar as desinências número-pessoais apropriadas. Num tempo do *perfectum*, usa-se a perífrase *esse* mais o particípio passado do processo que se quer exprimir, concordando ambas as formas verbais com o sujeito, como acontece em português. Restringirei a exemplificação a seguir à 3.^a pessoa do singular da 1.^a conjugação.

voz passiva nos tempos imperfeitos	
presente do indicativo	am·ā·tur ‘é amado’
pretérito imperfeito do indicativo	am·ā·bā·tur ‘era amado’
futuro imperfeito do indicativo	am·ā·bī·tur ‘serei amado’
presente do subjuntivo	am·ē·tur ‘seja amado’
pretérito imperfeito do subjuntivo	am·ā·rē·tur ‘fosse amado’
presente do imperativo	am·ā·re ‘ama’
futuro do imperativo	am·ā·tor ‘serás amado (ordem)’

voz passiva nos tempos perfeitos	
pretérito perfeito do indicativo	amātus est ‘fui amado’
pretérito mais-que-perfeito do indicativo	amātus erat ‘fora amado’
futuro perfeito do indicativo	amātus erit ‘terei sido amado’
pretérito perfeito do subjuntivo	amātus sit ‘tenha sido amado’
pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo	amātus esset ‘tivesse sido amado’

Independentemente da construção, o agente da passiva é expresso pelo caso ablativo, quando humano preposicionado por *ab/ā*, como em 2: *ā maiōribus* ‘pelos antepassados’.

Enfim, observe essa sentença:

7.b. Architectus quantō sumptū id fūtūrum sit pollicētur.

Em português:

7.a. O arquiteto propõe com quanto gasto ela se fará.

Perceba que o verbo *pollicētur* está na voz passiva, já que leva a desinência número-pessoal *-tur*, mas a tradução para o português mostra que na perspectiva do sentido o verbo está na voz ativa. Isso não é um caso isolado, mas há todo um grupo de verbos latinos que apresentam essa mistura: forma passiva e sentido ativo. São os chamados *verbos depoentes*. E como fica a voz passiva desses verbos? É fácil: não têm!

Para acabar, é bom aproveitar este estudo sobre a voz passiva para expor a conjugação do verbo *esse*, um dos poucos verbos irregulares em latim, mesmo assim bem mais regular que o verbo *ser* em português:

tempos imperfeitos								
número	pessoa	indicativo			subjuntivo		imperativo	
		presente	pretérito	futuro	presente	pretérito	presente	futuro
singular	1. ^a	su·m	er·a·m	er·ō	si·m	es·se·m	/	/
	2. ^a	e·s	er·ā·s	er·i·s	sī·s	es·sē·s	es	es·tō
	3. ^a	es·t	er·a·t	er·i·t	si·t	es·se·t	/	es·tō
plural	1. ^a	su·mus	er·ā·mus	er·i·mus	sī·mus	es·sē·mus	/	/
	2. ^a	es·tis	er·ā·tis	er·i·tis	sī·tis	es·sē·tis	es·te	es·tōte
	3. ^a	su·nt	er·a·nt	er·u·nt	si·nt	es·se·nt	/	su·ntō

tempos perfeitos						
número	pessoa	indicativo			subjuntivo	
		pretérito	mais-que-perfeito	futuro	pretérito	mais-que-perfeito
singular	1. ^a	fu·ī	fu·ē·ra·m	fu·ē·r·ō	fu·ē·ri·m	fu·i·sse·m
	2. ^a	fu·i·stī	fu·ē·rā·s	fu·ē·ri·s	fu·ē·ri·s	fu·i·ssē·s
	3. ^a	fu·i·t	fu·ē·ra·t	fu·ē·ri·t	fu·ē·ri·t	fu·i·sse·t
plural	1. ^a	fu·i·mus	fu·e·rā·mus	fu·e·rī·mus	fu·e·rī·mus	fu·i·ssē·mus
	2. ^a	fu·i·stis	fu·e·rā·tis	fu·e·rī·tis	fu·e·rī·tis	fu·i·ssē·tis
	3. ^a	fu·ē·runt	fu·ē·ra·nt	fu·ē·ru·nt	fu·ē·ru·nt	fu·i·sse·nt

A irregularidade desse verbo é fundamentalmente o fato de a sua raiz no *īnfectum* ser *s-* e no *perfectum*, *fu-*. A raiz *s-* sofreu algumas mudanças à medida que foi acomodando-se à fonologia do latim literário: **sm* > *sum*, **smus* > *sumus*, **snt* > *sunt*; **ss* > *es*, **st* > *est*, **stis* > *estis*; **sbam*, **sbō* > **esbam*, **esbō* > **esam*, **esō* > *eram*, *erō*; **ssem* > *essem*.

EXERCÍCIO

As sentenças seguintes foram retiradas do texto do *Corpus Iūris Ciuilis* que estudamos no capítulo sobre os numerais. Estão reordenadas na ordem não marcada e aquelas que no original não têm sujeito ou agente da passiva explícito estão preenchidas com os pronomes *is* ‘ele’ e *aliquis* ou *quis* ‘alguém’. Isso o primeiro conjunto, de 1.a a 4.a. O segundo, de 1.b a 4.b, são as mesmas, mas a voz de alguns verbos foi trocada, de passiva para ativa e vice-versa. Complete-as com os termos suprimidos, atentando para as alterações sintáticas acarretadas pela troca de voz. As indicações sobre a declinação de cada termo seguem abaixo do segundo conjunto de sentenças. Além disso, há um verbo depoente: identifique-o.

1.a. Cum^{Como} decem^{dez} aurē^{āureos} mihⁱme ab eō^{por ele} dēbērentur^{fossem devidos}, sī^{se} seruus^{o escravo} pignōrī^{tem penhor} datus^{dado} ab aliquō^{por alguém} subtractus^{roubado} sīt^{tenha sido}, sī^{se} decem^{dez} aurēōs^{áureos} furtī^{de furto} actiōne^{pela ação}

cōsecūtus fuērō^{terei conseguido}, sī^{se} seruus^{o escravo} ab aliqūo^{por alguém} itērum^{de novo} subripiātur^{seja roubado}, idem^{o mesmo} furti^{de furto} actiōnem^{a ação} mihi^{me} non^{não} competēre^{competir} scribit^{escreve}.

2.a. Sī^{se} seruus^{o escravo} ab aliqūo^{alguém} culpā^{por culpa} meā^{por minha} subripiātur^{seja roubado}, agēre^{agir} potērō^{poderei}, quia^{porque} intērest^{interessa} eō^{pelo} quod^{que} pignerāticīa^{por de penhor} actiōne^{pela ação} tenēor^{sou sujeito}.

3.a. Pompōnius^{Pompônio} quam^{essa} sententiā^{sentença} ad^a Sabīnum^{Sabino} decīmō^{em décimo} librō^{no livro} quoque^{também} probat^{aprova}.

4.a. Sī^{se} duo^{dois} serui^{escravos} ab aliqūo^{alguém} simul^{ao mesmo tempo} subrepti^{roubados} sint^{tenham sido}, idem^{os mesmos} furti^{de furto} actiōnem^{a ação} crēditōri^{ao credor} utriusque^{de um e do outro} nōmīne^{a nome} competēre^{competir} dīcunt^{dizem}, sed non^{não} in^{em} tōtum^{o todo}, sed^{mas} prō^{por} quā^{aquela} parte^{parte} eius^{dele} intērest^{interessa}, eō^o quod^{que} ei^{he} ab eō^{por ele} in^{em} singūlōs^{cada um} dēbētur^{é devido} dīuisō^{dividido}.

1.b. Cum^{Como} _____ decem^{dez} _____ mihi^{me} dēbēret^{devesse}, sī^{se} quis^{alguém} _____ pignōri^{em} penhor _____ subtraxērit^{tenha roubado}, sī^{se} decem^{dez} aurēos^{áureos} furti^{de furto} actiōne^{pela ação} cōsecūtus fuērō^{terei conseguido}, sī^{se} quis^{alguém} _____ itērum^{de novo} subripiat^{roube}, idem^{o mesmo} furti^{de furto} actiōnem^{a ação} mihi^{me} non^{não} competēre^{competir} scribit^{escreve}.

2.b. Sī^{se} quis^{alguém} _____ culpā^{por culpa} meā^{por minha} subripiat^{roube}, agēre^{agir} potērō^{poderei}, quia^{porque} intērest^{interessa} eō^{pelo} quod^{que} _____ mē^{me} tenet^{sujeita}.

3.b. _____ ad^a Sabīnum^{Sabino} decīmō^{em décimo} librō^{no livro} quoque^{também} probātur^{é aprovada}.

4.b. Sī^{se} quis^{alguém} _____ simul^{ao mesmo tempo} subripuērit^{tenha roubado}, idem^{os mesmos} furti^{de furto} actiōnem^{a ação} crēditōri^{ao credor} utriusque^{de um e do outro} nōmīne^{a nome} competēre^{competir} dīcunt^{dizem}, sed non^{não} in^{em} tōtum^{o todo}, sed^{mas} prō^{por} quā^{aquela} parte^{parte} eius^{dele} intērest^{interessa}, eō^o quod^{que} _____ ei^{he} in^{em} singūlōs^{cada um} dēbet^{deve} dīuisō^{dividido}.

actiō, ōnis

aurēus, ī

dātus, a, um

duo, duae

is, ea, id

pignerāticīus, a, um

Pompōnius, ī

quis, quae, quod

sententiā, ae

seruus, ī

AS FORMAS UERBAIS IMPESSOAIS

AQUECIMENTO

Procure ler o comecinho da *Ilíada* ou da *Odisseia*, de Homero, ou da *Eneida*, de Virgílio, ou ainda d’*Os Lusíadas*, de Luís de Camões, ou mesmo de *Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão. É possível compreender esses textos sem o conhecimento do contexto histórico-geográfico em que agem as personagens? Em seguida, procure ler um poema lírico. Pode ser aquele de que você sempre gostou, ou aquele que chamar a sua atenção nessa busca, não importa em que língua esteja. E agora? O poema lírico demanda o mesmo nível de conhecimento do contexto histórico-geográfico que o poema épico? Por quê?

Leia o texto a seguir:

Se há algum prazer para o homem que lembra os bons feitos mais antigos, quando considera que é justo, e que não violou a confiança sagrada, e que não abusou de um deus com alguma aliança para enganar os homens com a sua vontade, restam, Catulo, muitas alegrias preparadas para ti deste amor ingrato. Pois qualquer coisa que os homens podem ou fazer ou dizer bem a alguém, estas coisas foram ditas e feitas por ti, embora todas pereceram confiadas a um coração ingrato. Por que razão agora te torturas mais? Por que não fortaleces o ânimo e daí reduces a ti, e com os deuses contrariados deixas de ser coitado? É difícil abandonar de repente um longo amor, mas faça o que podes: esta é a única salvação, isto debes acabar de vencer, isto faça, ou se possível ou se não possível. Ó deuses, se apiedar-se é de vós, ou se alguma vez já levastes um último auxílio a alguém na sua morte, olhai para mim, coitado, e, se levei uma vida piamente, arrancai-me esta peste e perdição, que como uma fraqueza que se esgueira nas juntas mais fundas me tirou as alegrias de todo o peito. Já não busco aquilo, que ela estime a mim, ou, o que não é possível, que queira ser decente: desejo estar bem por mim mesmo e abandonar esta doença nojenta. Ó deuses, pela minha justeza devolvei-me isto.

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto é o poema de número 76 do *Liber* ‘Livro’ de Catulo. Gaio Valério Catulo é mais um desses autores latinos de quem pouco se sabe. Nasceu provavelmente em 84 a.C. em Verona, na Gália Cisalpina, foi jovem para Roma e morreu em 54 a.C. De família abastada, compôs vários poemas, dentre os quais o citado, sobre o seu amor por Clódia, umas das irmãs do tribuno Públio Clódio, a quem chamava Lésbia, em homenagem à grande poetisa grega Safo (viveu entre os séculos VII e VI a.C.), natural da ilha de Lesbos, no mar Egeu.

Catulo participou de um círculo literário cujos membros Cícero qualificou depreciativamente *neōteroi*, ou seja, ‘[poetas] mais novos’ ou ‘modernos’, que comungavam a dedicação à literatura como um *otium* ‘lazer’ e encaravam a poesia como *nūgae* ‘frivolidades’, o que não implica em não terem levado a sério o fazer literário; antes o contrário: zelavam muito pela perfeição formal. Mas por que Cícero os referiu pejorativamente? Porque o gênero de poesia que gozava de prestígio então era aquele que estivesse a serviço do Estado, como a épica. Cabe lembrar que o próprio Cícero se preocupou com justificar o cultivo da filosofia por si como um trabalho de utilidade pública. Em



Figura 31 – *Catulo a Lésbia*, de Lawrence Alma-Tadema (1865).

contrapartida, os neotéricos desinteressaram-se da poesia grave, por terem preferido, precisamente, versar sobre “frivolidades”. Em tudo isso foram seguidores do poeta helenístico Calímaco, que viveu na primeira metade do século III a.C.

O *Liber* de Catulo — quase tudo que remanesce da poesia neotérica e o mais antigo livro de poesia pessoal da literatura latina que chegou até nós — contém 116 composições, que, da forma como a obra nos foi transmitida, estão ordenadas em três partes. A primeira compreende sessenta poemas, conhecidos como polimétricos, devido à variedade de metros que apresentam. A segunda, quatro poemas longos em metro elegíaco. A terceira, 44 epigramas. Embora a tradução do poema 76 que você leu acima esteja em prosa, o texto original é um epigrama, portanto em versos, chamados dísticos elegíacos.

A obra de Catulo deixa ver um poeta que era perfeitamente consciente de que a literatura é recriação da realidade, com a qual não tem de coincidir com exatidão, mas tampouco distar a ponto de a experiência ficar irreconhecível. Com efeito, no poema citado há um jogo muito engenhoso entre *eu* e *tu*: até “Ó deuses, se apiedar-se é de vós...” manifesta-se a voz de um eu que é diferente da pessoa de Catulo, cuja voz aparece daí em diante. Em outras palavras, o poema não é um espelhamento da desventura em que está inspirado, mas recriação.

Na verdade, esse jogo de vozes leva ao plano da expressão a perturbação do poeta, que ama uma mulher que não merece mais ser amada por ele. De fato, o poeta da primeira parte do livro é um jovem arrebatado pelo deleite do amor, o que está bem ilustrado pelo famosíssimo poema 5, que começa assim: ‘Vivamos, minha Lésbia, e amemos, e os rumores dos velhos severos estimemos todos em um vintém!’ (“*Viuāmus, mea Lesbīa, atque amēmus, / rūmōrēsque senum seuēriōrum / omnēs ūnīus aestimēmus assis!*”). Já o poeta da terceira parte é um homem mais comedido que, amargando a decepção, se apega mais aos valores tradicionais, como no poema citado: a *fidēs* ‘confiança’, a *piētās* ‘justeza’, embora o destemperado que o atravessa contrarie o valor da *grauitās* ‘temperança’. Seja como for, contradições não são raras na poesia de Catulo, que procurou criar um sentido de amor tão fora do padrão que ele mesmo parece não ter acabado de entendê-lo.

GRAMÁTICA

Observe agora as sentenças seguintes:

- 1.a. O homem não abusou de um deus com alguma aliança para **enganar** os homens.
- 2.a. Muitas alegrias **preparadas** para ti restam.
- 3.a. Todas pereceram **confiadas** a um coração ingrato.
- 4.a. Por que tu não deixas de **ser** coitado?
- 5.a. **Abandonar** de repente um longo amor é difícil.
- 6.a. Desejo **estar** bem por mim mesmo.

As palavras em negrito funcionam como nomes: *enganar*, em 1.a, é o complementador do sintagma preposicional nucleado por *para*, posição própria do substantivo, e o sintagma é adjunto adverbial do verbo *abusou*, assim como *ser* em 4.a, em que o sintagma preposicional funciona como complemento oblíquo de *deixas*; *preparadas*, em 2.a, é adjunto adnominal, função própria do adjetivo; *estar*, em 6.a, é o objeto direto do verbo *desejo*, função também própria do substantivo; *confiadas*, em 5.a, é predicativo do sujeito, outra função que pode desempenhar o adjetivo; *abandonar*, em 5.a, é o sujeito do verbo *é*, função igualmente própria do substantivo.

Não obstante, essas palavras também são verbos. Selecionam argumentos da mesma maneira que um verbo conjugado, tanto que cada uma pode ser substituída por uma oração com o verbo correspondente conjugado:

- 7.a. O homem não abusou de um deus com alguma aliança para que enganasse os homens.
- 8.a. Muitas alegrias que foram preparadas para ti restam.
- 9.a. Todas pereceram porque foram confiadas a um coração ingrato.
- 10.a. Por que tu não deixas o fato de que és coitado?

- 11.a. Que alguém abandone de repente um longo amor é difícil.
 12.a. Desejo que eu esteja bem por mim mesmo.

O substantivo verbal, expresso pelo morfema *-r*, tem o nome de *infinitivo*. O adjetivo verbal, expresso pelo morfema *-d-*, tem o nome de *particípio*. Há também um advérbio verbal, não exemplificado no texto citado, o qual é expresso pelo morfema *-ndo* e tem o nome de *gerúndio*.

Enfim, observe a sentença seguinte:

- 13.a. Qualquer coisa que os homens podem ou fazer ou dizer bem a alguém foi feita e dita por ti.

Note que os infinitivos *fazer* e *dizer* e os participios *feita* e *dita* não são percebidos como tais nessa sentença. Efetivamente, não podem ser trocados por verbos conjugados:

- 14.a. *Qualquer coisa que os homens podem que fazem ou que dizem bem a alguém foi que foi feita e que foi dita por ti.

Isto acontece porque o infinitivo e participio estão gramaticalizados aí, ou, trocando em miúdos, passaram a fazer parte de uma construção gramatical: o infinitivo, de uma perífrase com o verbo *poder*, que aproxima o modo indicativo ao subjuntivo; o participio, de uma perífrase com o verbo *ser*, que exprime a voz passiva.

Vejam agora como se dão essas coisas em latim. Apreciemos a elegia de Catulo:

Sīqua recordantī benefacta priōra uoluptās
 est hominī, cum sē cogitat esse pium,
 nec sanctam uiolasse fidem, nec foedēre nūllō
 diuum ad fallendōs nūmīne abūsum hominēs,
 multa parāta manent in longā aetāte, Catulle,
 ex hoc ingrātō gaudīa amōre tibi.
 Nam quaecumque hominēs bene cuiquam aut dīcēre possunt
 aut facēre, haec ā tē dictaque factaque sunt.
 Omnia quae ingrātae periērunt crēdīta mentī.
 Quāre iam tē cūr amplius excrucīēs?
 Quīn tū animō offirmās atque istinc tēque redūcis,
 et dīs inuītīs dēsīnis esse miser?
 Difficīle est longum subītō dēpōnēre amōrem,
 difficīle est, uērum hoc qua lubet effcīās:
 ūna salūs haec est. Hoc est tibi peruincendum,
 hoc faciās, sīue id non pote sīue pote.
 O dī, sī uestrum est miserērī, aut sī quibus umquam
 extrēmam iam ipsā in morte tulistis opem,
 mē misērūm aspīcite et, sī ūitam pūrīter ēgī,
 ēripīte hanc pestem pernīciemque mihi,
 quae mihi subrēpēns īmōs ut torpor in artūs
 expūlit ex omnī pectōre laetitīās.
 Non iam illud quaerō, contrā mē ut dīlīgat illa,
 aut, quod non potis est, esse pudīca uelit:
 ipse ualēre optō et taetrum hunc dēpōnēre morbum.
 O dī, reddīte mī hoc prō pietāte meā.

O décimo terceiro verso, “*difficīle est longum subītō dēpōnēre amōrem*” (‘é difícil abandonar de repente um longo amor’) tornou-se um verdadeiro aforismo. Leiamos as sentenças correspondentes às de 1.a a 6.a:

- 1.b. Homō dīuum nūllō foedēre ad fallendōs homīnēs non abūsum.
- 2.b. Multa gaudīa parāta tibi manent.
- 3.b. Omnīa ingrātae mentī crēdīta periērunt.
- 4.b. Quīn tū miser esse dēsīnis?
- 5.b. Longum amōrem subītō dēpōnēre difficīlem est.
- 6.b. Ipse ualēre optō.

Para começar, perceba, em 1.b, que até a sentença em português nucleada por um verbo conjugado, *abusou*, em latim está reduzida ao particípio passado: *abūsum*. É que em latim é mais comum reduzir uma sentença às formas impessoais do verbo:

- 7.b. Qua uoluptās priōra benefacta recordantī homīnī est.
- 8.b. Homō sē piūm esse cogītat.
- 9.b. Homō sē sanctam fidem non uiolasse cogītat.
- 10.b. Hoc tibi peruincendum est.
- 11.b. In īmōs artūs subrēpēns pestis laetitīas mihi ex omnī pectōre expūlit.

Na minha tradução para o português:

- 7.a. Há algum prazer para o homem que lembra os bons feitos mais antigos.
- 8.a. O homem considera que é justo.
- 9.a. O homem considera que não violou a confiança sagrada.
- 10.a. Deves acabar de vencer isto.
- 11.a. Uma peste que se esgueira pelas juntas mais baixas tira-me as alegrias de todo o peito.

Depois, veja que se, por um lado, as formas *parāta* (2.b), *crēdīta* (3.b), *dēpōnēre* (5.b) e *ualēre* (6.b), com os seus morfemas *-t-* e *-re*, se assemelham ao particípio e ao infinitivo em português, por outro lado, as formas *ad fallendōs* (1.b) e *[tibi] peruincendum [est]* (10.b), traduzidas como *para enganar* (1.a) e *deves acabar de vencer* (10.a), lembram mais o gerúndio em português que o infinitivo empregado na tradução, embora apresentem terminações ligeiramente diferentes; além disso, as formas *recordantī*, em 7.b, e *subrēpēns*, em 11.b, não parecem associar-se a nenhuma forma impessoal do verbo em português. Isto quer dizer que não só se usam mais tais formas em latim, mas também que nessa língua as há em maior número. Façamos a sua enumeração:

INFINITIVO: É um substantivo verbal nos casos nominativo e acusativo. Como funciona como substantivo neutro, as suas desinências são as mesmas em ambos os casos.

Presente: A sua desinência é *-re* na voz ativa e *-rī* (*-ī* nos verbos da 3.^a conjugação) na voz passiva. Em português, equivale respectivamente às formas *amar* e *ser amado*.

infinitivo presente				
voz	conjugação			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
ativa	am·ā·re	dēl·ē·re	col·ē·re	aud·ī·re
passiva	am·ā·rī	dēl·ē·rī	col·ī	aud·ī·rī

Passado: A sua desinência é *-sse* na voz ativa. Tem aspecto perfectivo, portanto se acrescenta também a desinência aspectual. Na voz passiva, como acontece aos tempos do *perfectum*, usa-se a perífrase *particípio passado + esse*. Em português, equivale respectivamente às formas *ter amado* e *ter sido amado*.

infinitivo passado				
voz	conjugação			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
ativa	am·ā·ui·sse	dēl·ē·ui·sse	col·ui·sse	aud·ī·ui·sse
passiva	amātum esse	dēlētum esse	cultum esse	auditum esse

O infinitivo presente do verbo *ser* é *esse* e o passado, *fuisse*.

GERÚNDIO: A sua desinência é *-nd-*.

Ativo: É a contraparte do infinitivo na declinação, ou seja, o infinitivo é um substantivo verbal no nominativo ou acusativo e o gerúndio é um substantivo verbal nos demais casos, como se fosse um substantivo da 2.^a declinação. Examinemo-lo mais detidamente com exemplificação tirada das sentenças de Publílio Siro e um dístico de Marcial:

Acusativo: Como o infinitivo é usado como objeto direto, o gerúndio no acusativo sobra nessa função, de modo que toma a de adjunto adverbial, normalmente encabeçado pela preposição *ad*, exprimindo fim:

- 12.b. Ad paenitendum propĕrat citō quī iūdīcat.
12.a. Quem julga depressa se apressa a se arrepender.

Dativo: O seu uso é raríssimo. Tem a função de adjunto adverbial correspondente ao objeto indireto de um verbo conjugado:

- 13.b. Prīma tibi dabītur uentrī lactūca mouendō
ūtilis, et porrīs fila resēcta suīs.
13.a. Ser-te-á dado primeiro uma alface boa para avivar o ventre, depois fios de porco cortados com alhos-porós.

Ablativo: Funciona como adjunto adverbial. O gerúndio em português — que não é mais que um advérbio verbal — continua, precisamente, o gerúndio latino no caso ablativo:

- 14.b. Audendō uirtūs crēscit tardandō timor.
14.a. A coragem cresce ousando e o temor, adiando.

Genitivo: É um adjunto adnominal ou complemento nominal como qualquer nome declinado no genitivo:

- 15.b. Cauendī nūlla est dimittenda occāsīō.
15.a. Não deve ser dispensada nenhuma oportunidade de tomar cuidado.

gerúndio				
caso	conjugação			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
acusativo	am·a·nd·u·m	dēl·e·nd·u·m	col·e·nd·u·m	aud·ie·nd·u·m
dativo	am·a·nd·ō	dēl·e·nd·ō	col·e·nd·ō	aud·ie·nd·ō
ablativo				
genitivo	am·a·nd·ī	dēl·e·nd·ī	col·e·nd·ī	aud·ie·nd·ī

Passivo: Também chamado *gerundivo*. Equivale a um adjetivo, e, de fato, declina-se exatamente como um adjetivo triforme: *am·a·nd·u·s*, *am·a·nd·a*, *am·a·nd·u·m*. É acompanhado amiúde do verbo *esse*. Apresenta um matiz de significado que o aproxima ao modo imperativo, de modo que costuma ser traduzido para o português pela perífrase *deve(m) + voz passiva*. As sentenças 10 e 15 contêm exemplo dele:

- 10.b. Hoc tibi peruincendum est.
10.a. Deves acabar de vencer isto.
15.b. Cauendī nūlla est dimittenda occāsīō.
15.a. Não deve ser dispensada nenhuma oportunidade de tomar cuidado.

PARTICÍPIO: É um adjetivo verbal.

Presente: A sua desinência é *-nt-*. Declina-se como um adjetivo uniforme: *am̄ān's*, *am̄ant'i's*. Equivale em português a uma construção com o pronome relativo e o verbo no presente:

7.b. Qua uoluptās priōra benefacta recordantī homīnī est.

11.b. In īmōs artūs subrēpēns pestis laetitīas mihi ex omnī pectōre expūlit.

Em português:

7.a. Há algum prazer para o homem que lembra os bons feitos mais antigos.

11.a. Uma peste que se esgueira pelas juntas mais baixas tirou-me as alegrias de todo o peito.

Passado: A sua desinência é *-t-*. Declina-se como um adjetivo triforme: *am̄āt'u's*, *am̄āt'a*, *am̄āt'u'm*. O particípio em português é continuador seu:

2.b. Multa gaudīa parāta tibi manent.

2.a. Muitas alegrias preparadas para ti restam.

3.b. Omnīa ingrātae mentī crēdīta periērunt.

3.a. Todas pereceram confiadas a um coração ingrato.

Futuro: A sua desinência é *-tūr-*. Declina-se como um adjetivo triforme: *am̄ātūr'u's*, *am̄ātūr'a*, *am̄ātūr'u'm*. Equivale em português a uma construção com o pronome relativo e o verbo no futuro. Uma sentença que, segundo Suetônio no *De uītā Caesārum*, os gladiadores endereçavam ao imperador antes de começar a lutar é bom exemplo desse particípio:

16.b. Hauē, Imperātor, moritūrī tē salūdant!

16.a. Ave, Imperador, aqueles que morrerão te saúdam!

A própria palavra *fūtūrum*, donde *futuro*, é o particípio futuro do verbo *esse*, ou seja, 'o que será'.

SUPINO: É um substantivo verbal bem pouco usado. A sua desinência é a mesma do particípio passado, *-t-*, mas apresenta dois casos como um substantivo da 4.^a declinação: um acusativo *-tum* e um ablativo *-tū*.

O primeiro equivale ao gerúndio no acusativo, ou seja, tem a função de adjunto adnominal que exprime fim (equivalente em português ao uso da preposição *para* mais o infinitivo):

17.b. Nunc hinc parasītum in Cāriam mīsī meum
petītum argentum ā meō sodālī mūtūum.

17.a. Agora enviei daqui o parasita à Cária para pedir prata emprestada ao meu companheiro.

O segundo equivale ao gerúndio no genitivo, ou seja, tem a função de complemento nominal (equivalente em português ao uso da preposição *de* mais o infinitivo):

18.b. Heus tū, sī uolēs uerbum hoc cogitāre,
simul flāre sorbereque haud factū faciēst.

18.a. Ei tu, se quiseres pensar nesta palavra, soprar e sorver ao mesmo tempo não é fácil de fazer.

Ambos os exemplos foram tirados de Plauto, do *Curculiō* e da *Mostellāria*.

Observe-se, enfim, que, assim como ocorre à desinência do *perfectum*, há verbos em que a desinência do particípio passado e do supino se liga à vogal temática e outros em que ela se liga diretamente à raiz, o que pode ter desencadeado certa mudança fonética do latim pré-literário para o literário, já que neste nem todo som pode combinar-se com a consoante /t/. Além disso, também como o *perfectum*, a desinência do particípio passado e do supino apresenta igualmente a variante -s-. Exemplos: *sectum* ‘cortado’ (*secō* ‘corto’), *lautum* ‘lavado’ (*lauō* ‘lavo’), *doctum* ‘ensinado’ (*docēō* ‘ensino’), *tentum* ‘sustentado’ (*tenēō* ‘sustento’), **scribtom* > *scriptum* ‘escrito’ (*scribō* ‘escrevo’), *factum* ‘feito’ (*faciō* ‘faço’), *apertum* ‘aberto’ (*aperiō* ‘abro’); **uidsom* > *uisum* ‘visto’ (*uidēō* ‘vejo’), **mordsom* > *morsum* ‘mordido’ (*mordēō* ‘mordo’), **metsom* > *messum* ‘colhido’ (*metō* ‘colho’), **currsom* > *cursum* ‘corrido’ (*currō* ‘corro’), **sentsom* > *sensum* ‘sentido’ (*sentīō* ‘sinto’). Perceba que um ou outro caso permanece em português, seja como particípio irregular seja como substantivo ou adjetivo: *lauto*, *douto*, *tento*, *escrito*, *feito* e *fato*, *aberto*, *curso*, *senso*.

Apesar de o gerundivo e o particípio presente não continuarem em português, o léxico da nossa língua está recheado de vocábulos que ou são empréstimos a gerundivos e particípios presentes latinos, como *venerando* (< *uenerandus* ‘que deve ser venerado’), *dividendo* (< *diuidendus* ‘que deve ser dividido’), *horrendo* (< *horrendus* ‘que deve ser muito temido’), *puendo* (< *puendus* ‘de que se deve ter vergonha’), *reverendo* (*reuerendus* ‘que deve ser reverenciado’) e *adolescente* (< *adolēscēns* ‘que cresce’; o particípio passado é, precisamente, *adultus* ‘crescido’, daí *adulto*), *ciente* (< *sciēns* ‘que sabe’), *diligente* (< *diligēns* ‘que cuida’), *recipiente* (< *recipiēns* ‘que recebe’), *saliente* (< *saliēns* ‘que salta’), ou são criações novas com os sufixos -nd- e -nt-, como *doutorando* (“que há de ser doutorado”), *educando* (“que há de ser educado”), *formando* (“que há de ser formado”), *graduando* (“que há de ser graduado”), *orientando* (“que há de ser orientado”) e *absorvente* (“que absorve”), *adoçante* (“que adoça”), *alvejante* (“que alveja”), *amante* (“que ama”), *assaltante* (“que assalta”), *crente* (“que crê”), *diferente* (“que difere”), *falante* (“que fala”), *ouvinte* (“que ouve”), *seguinte* (“que segue”). Você pode, então, estar -se perguntando: não se pode dizer que em português haja, pelo menos, particípio presente, já que o sufixo -nt- é tão produtivo? Efetivamente, a sentença 11.b poderia também ter sido traduzida como ‘Uma peste rastejante nas juntas mais baixas tirou-me as alegrias de todo o peito’, mas dizer em português algo como *‘Há algum prazer para o homem lembrante os bons feitos mais antigos’ parece ser agramatical, o que implica em rejeitar haver particípio presente na nossa língua. Por mais produtivo que seja, -nt- não é desinência gramatical, mas sufixo derivativo.

Por último, assim como a terminação do genitivo singular serve de convenção para se saber a declinação de um substantivo em dicionários, os verbos costumam aparecer assim: *amō*, *ārē*, *āuī*, *ātum*, onde o primeiro elemento é a 1.ª pessoa do presente do indicativo, que em latim é o nome do verbo (diz, portanto, “o verbo *amō*”), o segundo é a terminação do infinitivo presente, que assinala a conjugação, o terceiro é a terminação da 1.ª pessoa do pretérito perfeito do indicativo, que assinala como se conjuga o verbo no *perfectum*, e a quarta é o supino acusativo, que assinala como se forma o particípio passado.

EXERCÍCIO

Voltamos ao texto de Vitruvius. Abaixo dele seguem as sentenças de que se compõe na ordem não marcada. Foram suprimidos todos os argumentos verbais. Complete-os.

Nōbīlī^{Em nobre} Graecōrum^{dos gregos} et^e amplā^{em vasta} cīuitāte^{em uma cidade} Ephēsī^{em Éfeso} lēx^{uma lei} uetusta^{antiga} dīcitur^{é dito} ā^{por} maiōrībus^{os antepassados} dūrā^{com dura} condiōne^{com uma condição} sed^{mas} iūre^{com um direito} esse^{ter sido} non^{não} inīquō^{com injusto} cōstitūta^{constituída}. Nam^{Pois} architectus^{o arquiteto} cum^{quando} pūblicum^{pública} opus^{uma obra} cūrāndum^{para cuidar} recipit^{recebe}, pollicētur^{propõe} quantō^{com quanto} sumptū^{com gasto} id^{ela} sit fūtūrum^{se fará}. Trādītā^{Entregue} aestimātiōne^{a estimacão} magistrātū^{ao magistrado} bona^{os bens} eius^{dele} obligantur^{são empenhados}, dōnec^{até que} opus^{a obra} sit^{seja} perfectum^{acabada}. Absolutō^{Perfeitamente} autem^{mas}, cum^{quando} ad^a dictum^{o dito} impēnsa^{a despesa} respon- dit^{responde}, dēcrētīs^{com decretos} et^e honōrībus^{com honras} ōrnātur^{é distinguido}. Item^{Igualmente} sī^{se} non^{não} ampliū^{mais} quam^{que} quārta^{a quarta [parte]} ad^a aestimātiōnem^{a estimacão} est adicienda^{deve ser ajuntada}, dē^{de} pūblicō^{o [dinheiro] público} praestātur^{é emprestado}, neque^e nō^{não} ūllā^{alguma} poenā^{a pena} tenētur^{é sujeitado}. Cum^{Quando} uērō^{verdadeiramente}

amplius^{mais} quam^{que} quarta^{a quarta [parte]} in^{em} opĕre^{a obra} cōnsūmĭtur^{é consumido}, ex^{de} eius^{dele} bonīs^{os bens} ad perficiendum^{para acabar} pecūniā^{o dinheiro} exigĭtur^{é cobrado}.

1. _____ sed non _____
_____ et _____ Ephēsī cōstitūta esse _____
_____ dīcĭtur.
2. _____ sit pollicĕtur, cum
_____ cūrandum recĭpit.
3. _____ trādītā, _____ obligantur dōnec
_____ sit.
4. _____ et _____ ōrnātur, cum _____ ad dictum absolūtō respon-
dit.
5. Item, sī non amplius quam _____ ad aestimātiōnem adicienda est.
6. Dē pūblicō praestātur neque _____ tenĕtur.
7. _____ ad perficiendum ex bonīs _____ exigĭtur, cum amplius quam _____ in
opĕre uērō cōnsūmĭtur.

RESUMO DO ESTUDO DO VERBO

Aspecto, modo, tempo, pessoa, número e voz, são categorias próprias que o verbo latino possui e que continua a ter o verbo português, expressas em ambas as línguas por desinências (modo-temporais e número-pessoais) que se ligam ao tema, isto é, o conjunto da raiz verbal mais uma vogal temática. Na morfologia verbal da nossa língua, continuam a distinguir-se dois aspectos (perfeito e imperfeito), três tempos (pretérito, presente e futuro), três pessoas (primeira, segunda e terceira) e dois números (singular e plural). Talvez o que mais estranhe o aprendiz lusófono do latim seja o fato de a voz passiva nos tempos imperfeitos ser expressa por flexão, e não por uma perífrase, como ocorre universalmente em português. Na verdade, a oposição entre flexão em latim e perífrase em português acontece também nalguns tempos: futuro perfeito do indicativo, pretérito perfeito do subjuntivo, pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo e opcionalmente o pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

O sistema verbal latino surpreende, ainda, o aprendiz lusófono por apresentar formas flexionadas que deixaram de existir em português. Com efeito, além de haver um futuro do imperativo, as formas impessoais, que têm uma só forma em português, possuem outras flexões: o infinitivo pode ser pretérito ou presente, o particípio pode ser pretérito, passado ou futuro, o gerúndio declina-se, além de haver uma forma impessoal chamada supino.

OS VOCÁBULOS INFLEXIONÁVEIS

Neste capítulo alcançamos o fim da nossa caminhada pela gramática latina. A estas alturas não há mais nem declinação nem conjugação, pois resta apenas estudar três classes de vocábulos que nem se declinam nem se conjugam: o advérbio, a preposição e a conjunção, sendo estas duas agrupáveis numa superclasse à qual poderíamos chamar *nexos*.

O nosso objetivo no presente capítulo é aparentemente contraditório, porque é ao mesmo tempo modesto e arrojado. É modesto porque não trata de nenhum mecanismo gramatical complexo, mas se destina muito mais a você conhecer os advérbios e nexos latinos. É arrojado porque aqui está a culminância de uma aprendizagem pela qual já se acumularam os conhecimentos fundamentais de um estudo introdutório à língua latina. Estamos, pois, prestes a executar o *grand finale*!

AQUECIMENTO

“Quem desdenha quer comprar”. Quem nunca disse ou escutou esse ditado? Sabe de onde veio? Não? Pesquise!

Leia o texto a seguir:

A vaca, a cabrita, a ovelha e o leão

Nunca é fiel a aliança com o poderoso. Esta fábula atesta o meu intuito. A vaca, a cabrita e a ovelha sofredora de injúria foram aliadas com o leão nos bosques. Como estes tinham pegado um cervo de vasto corpo, feitas as partes, assim falou o leão: “Eu tomo a primeira, pois me chamo leão; a segunda concederei a mim, porque sou forte; seguir-me-á, então, a terceira, porque valho mais; se alguém tiver tocado a quarta, será acometido pelo mal”. Assim, a desonestidade sozinha levou toda a presa.

O HOMEM E O TEMPO

Esse texto é a quinta fábula do primeiro livro de Fedro. Fedro nasceu na Trácia no fim da segunda década do século I d.C. e jovemzinho foi levado cativo para Roma, onde fez parte da escravaria de Augusto. Quando começou a dedicar-se à literatura, já reinava Tibério e era liberto. Escreveu cinco livros de fábulas, das quais nos chegaram 101 autênticas, e deveu viver até meados do século.

Fedro é um poeta de segunda grandeza e compôs uma obra modesta. Não chegou nem mesmo a desfrutar do sucesso que merecia durante a sua vida e as gerações seguintes. Mesmo assim, o seu legado à literatura latina é, simplesmente, ímpar.

Partindo da obra de Esopo, fabulista grego que viveu no século VI a.C., Fedro foi o primeiro autor antigo que escreveu fábulas em verso. Isso quer dizer que requeria uma dignidade para o gênero que até então não possuía. Não que almejasse alçar a fábula aos gêneros literários mais prestigiosos, tanto que usou o verso senário, tido como menos elevado, mas as suas fábulas podiam ser lidas como poemas independentes.

Também foi o primeiro que, a partir da sua própria posição desfavorável, percebeu que a literatura pode ser meio de burlar as barreiras sociais e fazer-se ouvir. A fábula citada é um bom exemplo disso: por trás da divertida historietta de uma vaca, uma cabrita e uma ovelha que saem com um leão a



Figura 32 – “*Nondum mātūra est; nōlō acerbam sūmēre*” (‘Ainda não está madura; não quero pegá-la azeda’).

caçar soa uma voz que se levanta contra a opressão. Não que Fedro fosse revolucionário; seria um juízo tremendamente anacrônico. O seu texto não deixa ver nenhum fito de mudança social; antes, preza a esperteza como meio de lograr o opressor. A própria literatura de Fedro é toda astúcia!

Isso os próprios leitores contemporâneos entenderam, tanto que Lúcio Élio Sejano, prefeito do Pretório, sentindo-se retratado e ofendido, perseguiu Fedro, que desde então dependeu de libertos ricos para viver. O próprio Fedro diria depois, prefaciando o seu terceiro livro, que não admoestava essa ou aquela pessoa, mas os costumes das pessoas.

É certo que a mordacidade que late em Fedro o aproxima da sátira, mas a escolha da fábula lhe deu uma leveza que deleita o leitor moderno mais que os textos satíricos mais cáusticos. Por outro lado, é preciso reconhecer que a brevidade própria do gênero comprometeu o realismo e por vezes mesmo a verossimilhança: vacas, cabritas e ovelhas não caçam...

GRAMÁTICA

Vamos ao conteúdo gramatical. Observe as sentenças seguintes:

- 1.a. A aliança com o poderoso nunca é fiel.
- 2.a. A vaca, a cabrita e a ovelha sofredora de injúria foram aliadas com o leão nos bosques.
- 3.a. Como estes tinham pegado um cervo de vasto corpo, falou assim o leão.
- 4.a. Eu tomo a primeira, pois me chamo leão.
- 5.a. Concedereis a segunda a mim, porque sou forte.
- 6.a. A terceira seguir-me-á então.
- 7.a. Se alguém tiver tocado a quarta, será acometido pelo mal.
- 8.a. Assim, a desonestidade sozinha levou toda a presa.

Palavras como *com* em 1.a e 2.a, *em* (na forma *n*´) em 2.a, *como* em 3.a, *pois* em 4.a, *porque* em 6.a, *se* em 7.a, desempenham a função de ligar uns termos a outros:

- 1.a. A aliança ←com→ o poderoso nunca é fiel.
- 2.a. A vaca, a cabrita e a ovelha sofredora de injúria foram aliadas ←com→ o leão ←n→os bosques.
- 3.a. Falou assim o leão ←como→ estes tinham pegado um cervo de vasto corpo.
- 4.a. Eu tomo a primeira ←pois→ me chamo leão.
- 5.a. Concedereis a segunda a mim ←porque→ sou forte.
- 6.a. Será acometido pelo mal ←se→ alguém tiver tocado a quarta.

Veja que em 1.a e 2.a o nexos liga sintagmas, respectivamente *a aliança* e *o poderoso*, *aliadas* e *o leão*, *aliadas com o leão* e *os bosques*, mas em 3.a, 4.a, 5.a e 6.a, liga sentenças, alguma com mudanças desencadeadas pelo próprio nexos: *falou assim o leão* e *estes tinham pegado um cervo de vasto corpo*, *eu tomo a primeira* e *chamo-me leão*, *concedereis a segunda a mim* e *sou forte*, *será acometido pelo mal* e *quem tiver tocado a quarta*. O nexos que liga vocábulos e sintagmas tem o nome de *preposição* e o que liga não só vocábulos e sintagmas, mas também sentenças, o de *conjunção*. Cada um tem o seu próprio significado: *com*, companhia; *em*, situação; *como*, causa; *pois* e *porque*, explicação; *se*, condição.

As outras palavras, *nunca* em 1.a, *assim* em 3.a e 8.a, *então* em 6.a, funcionam como adjuntos adverbiais. Na verdade, *assim* em 8.a toma por escopo toda a sentença, de modo que é mais apropriado chamar-lhe adjunto adverbial. Seja como for, já sabemos que os adjuntos não são argumentos do verbo, tanto que podem ser suprimidos sem haver prejuízo sintático:

- 9.a. A aliança com o poderoso é fiel.
- 10.a. Como estes tinham pegado um cervo de vasto corpo, falou o leão.
- 11.a. A terceira seguir-me-á.
- 12.a. A desonestidade sozinha levou toda a presa.

Diferente seria retirar um termo como *toda a presa* em 8.a, objeto direto do verbo *levou*:

13.a. *A desonestidade sozinha levou.

Levou o quê?

A supressão do adjunto adverbial ou adsentencial não acarreta prejuízo sintático, mas é claro que comporta uma mudança semântica, pois desse ponto de vista a sua função é, precisamente, predicar, verificar ou situar o seu escopo, que comumente é um verbo, mas também pode ser um adjetivo ou uma sentença. As palavras que exercem precipuamente essa função são chamadas *advérbios*.

Independentemente da função que têm, os advérbios, as preposições e as conjunções comungam algo: não possuem aquelas categorias — gênero, número, caso, aspecto, modo, tempo, pessoa — que são expressas em outras classes mediante flexões. Apenas alguns advérbios compartilham a categoria do grau com o adjetivo.

Vamos, então, ao latim. Eis o texto original de Fedro:

Vacca et capella, ouis et leō

Numquam est fidēlis cum potente sociētās.

Testātur haec fābella prōpositum meum.

Vacca et capella et patiēns ouis iniūrīae
sociī fuēre cum leōne in saltibus.

Hī cum cēpissent ceruum uastī corpōris,
sīc est locūtus partibus factis leō:

“Egō prīmam tollō nōmīnor quonīam leō;
secundam, quia sum fortis, tribuētis mihi;
tum, quia plūs ualēō, mē sequētur tertīa;
malō afficiētur sī quis quārtam tetigērit”.

Sīc tōtam praedam sōla improbitās abstūlit.

A segunda sentença do sétimo verso, “*nōmīnor quonīam leō*” (‘pois me chamo leão’), tornou-se um aforismo, o qual denuncia o abuso de poder mais descarado.

Eis as sentenças correspondentes às de 1.a a 8.a:

1.b. Cum potente sociētās fidēlis numquam est.

2.b. Vacca et capella et iniūrīae patiēns ouis cum leōne sociī in saltibus fuēre.

3.b. Cum hī uastī corpōris ceruum cēpissent, leō sīc locūtus est.

4.b. Egō prīmam tollō, quonīam leō nōmīnor.

5.b. Secundam mihi tribuētis, quia fortis sum.

6.b. Tertīa mihi tum sequētur.

7.b. Sī quis quartam tetigērit, malō afficiētur.

8.b. Sōla improbitās tōtam praedam sīc abstūlit.

Nos capítulos dedicados à declinação, aprendemos que os casos dativo, ablativo e genitivo correspondem geralmente a sintagmas preposicionais em português, nucleados respectivamente pelas preposições *a* ou *para*, *com*, *por* ou *em* e *de*. Em outras palavras, onde em português nos valem de preposições, o falante do latim servia-se de flexões. Não obstante, as palavras *cum* em 1.b e 2.b e *in* em 2.b mostram que em latim também se usam preposições. Em línguas em que há mais de uma dezena de casos, como o basco (doze casos), o finlandês (quinze casos), o húngaro (dezoito casos) ou o quíchua (dezenove casos), mal se precisa de preposições ou posposições, mas em latim, com os seus seis casos, elas são necessárias para exprimir muitas relações, como companhia, por *cum*, em 1.b e 2.b, e situação, por *in*, em 2.b.

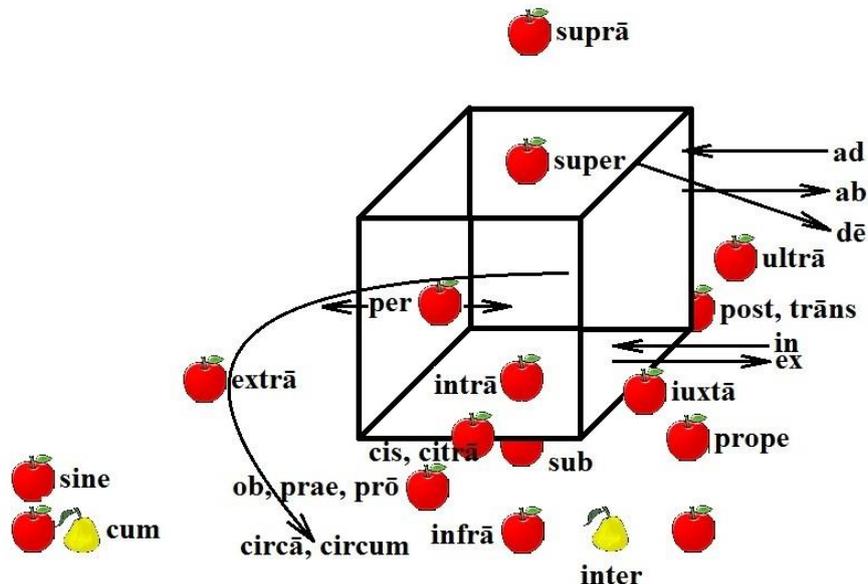
É claro que mesmo usando preposição, o nome que ela toma por escopo tem de estar declinado em algum caso, já que não há forma não casual. Atente para as palavras *potente*, *leōne* e *saltibus*: estão no ablativo. Com efeito, algumas preposições latinas ligam-se ao nome no acusativo, outras no ablativo e umas terceiras em ambos os casos com significados diferentes em cada um. Façamos, pois, a enumeração das preposições latinas com o seu significado básico:

Preposições primitivas (herdadas do protoindo-europeu): *ā/ab/abs* ‘a partir de’, *ad* ‘a, para’, *cum* ‘com’, *dē* ‘do alto de’, *ē/ex* ‘de dentro de’, *in* ‘em’, *inter* ‘entre’, *ob/obs* ‘diante de’, *per* ‘por’, *prae* ‘pela frente de’, *prō* ‘na frente de, a favor de’, *sine* ‘sem’, *sub* ‘sob’, *super* ‘sobre’.

Preposições derivadas (geralmente de adjetivos, alguns dos quais não estão atestados no latim literário): *ante* ‘diante de, antes de’, *apud* ‘junto a’, *circā/circum* ‘ao redor de’, *cis* ‘aquém de’, *citrā* ‘aquém de’, *contrā* ‘contra’, *cōram* ‘na presença de’, *ergā* ‘para com’, *extrā* ‘fora de’, *īnfrā* ‘abaixo de’, *intrā* ‘dentro de’, *iuxtā* ‘ao lado de’, *penēs* ‘na posse de’, *post* ‘de trás de, depois de’, *praeter* ‘em frente de’, *prope* ‘perto de’, *propter* ‘perto de’, *secundum* ‘depois de’, *subter* ‘debaixo de’, *suprā* ‘acima de, para cima de’, *trāns* ‘além de’, *tenus* ‘até’, *ultrā* ‘além de’.

As preposições *ā/ab/abs*, *cum*, *dē*, *ē/ex*, *prae*, *prō*, *sine* e *tenus* selecionam o ablativo. As demais preposições selecionam o acusativo. As preposições *in*, *sub* e *super* selecionam ambos os casos, sendo que com o acusativo significam respectivamente ‘para dentro de’, ‘para baixo’ e ‘a respeito de’.

PREPOSIÇÕES LATINAS



As preposições latinas também são usadas como prefixos, concedendo a palavra à qual se prendem o seu significado. Você deve ter notado isso não porque já saiba latim, mas porque sabe português, língua em que isso continua a ocorrer.

Com efeito, as preposições derivadas ainda são bem perceptíveis como constituintes lexicais: *antever* (“ver algo antes de acontecer”), *circunscrever* (“escrever um círculo ao redor de algo”), *Cisjordânia* (“aquém do rio Jordão”), *contradizer* (“dizer algo contra alguém”), *extraconjugal* (“fora da relação dos cônjuges”), *infraestrutura* (“estrutura abaixo de outra”), *intraocular* (“dentro do olho”), *justapor* (“pôr algo junto de outra coisa”), *pós-graduação* (“graduação depois de outra”), *supracitado* (“citado acima daqui”), *transbordar* (“derrear algo além das bordas”), *ultrapassar* (“passar algo além de outra coisa”). Também algumas primitivas: *internacional* (“entre nações”), *percorrer* (“correr por algum lugar”), *prematureo* (“maduro antes do tempo”), *supervisão* (“visão em cima de algo”).

As preposições primitivas são menos reconhecíveis. A raiz verbal *iac-* (que pode alternar para *iec-*) ‘lançar’ é especialmente produtiva com eles. Por mudanças do latim vulgar para o português, essa raiz deu apenas duas palavras à nossa língua: *dēiectāre* ‘lançar de cima a baixo’ deu *deitar* e *subiectus* ‘lançado para baixo de algo’ deu *sujeito*. As demais palavras são empréstimos ao latim literário: *abjeto*, originariamente “lançado a partir de algo”; *adjetivo*, orig.^{te} “lançado para algo”; *conjectura*, orig.^{te} “lançamento de uma coisa com outra”; *dejetto*, orig.^{te} “lançado de cima a baixo”; *ejetar*, orig.^{te} “lançar algo de dentro para fora”; *injetar*, orig.^{te} “lançar

algo para dentro de outra coisa”; *objeto*, orig.^{te} “lançado diante de algo”; *projeto* orig.^{te} “lançado na frente de algo”.

Não é à toa que várias preposições latinas têm origem em adjetivos: essas duas classes e mais a dos advérbios têm uma relação um tanto “promíscua”. Os adjetivos deram origem a boa parte das preposições, a maioria das preposições pode funcionar como advérbios (também em português) e alguns advérbios derivam de adjetivos. Como? Simplesmente declinando o adjetivo no ablativo singular (exemplos tirados de Publílio Siro):

- 9.b. Obsequium nuptae citō fit odiūm pēlicis.
 9.a. O recato da casada torna-se rapidamente o ódio da manceba.
 10.b. Quemcumque quaerit calamitās facile inuēnit.
 10.a. A desgraça acha facilmente todo aquele que ela busca.

Os advérbios *citō* e *facile* são as formas do ablativo singular dos adjetivos *citus* ‘rápido’ e *facilis* ‘fácil’. Perceba que o advérbio *cedo* é o continuador de *citō*.

Também se pode acrescentar a desinência *-ē* à raiz de um adjetivo triforme ou *-ter* ao tema de um adjetivo bifforme ou uniforme, como nas sentenças seguintes (igualmente de Publílio Siro):

- 11.b. Perdidisse honestē māllem quam accēpisse turpīter.
 11.a. Quisese eu antes ter perdido honestamente que ter ganhado torpemente.
 12.b. Nusquam meliūs morimur hominēs quam ubī libenter uiximus.
 12.a. Em nenhum lugar é melhor que os homens morramos do que onde vivemos prazerosamente.

Os advérbios *honestē*, *turpīter* e *libenter* derivam dos adjetivos *honestus*, *turpis* e *libēns*.

Perceba, ainda, que *meliūs* em 12.b também é advérbio, mais precisamente o comparativo do advérbio *bene*. Como disse antes, a única flexão que possuem alguns advérbios, justamente os que derivam de adjetivos, é a de grau: *meliūs* é o comparativo de *bene* ‘bem’, assim como *melior* é o de *bonus* ‘bom’. Igualmente, *pēius* é o comparativo de *male* ‘mal’, como *pēior* é o de *malus* ‘mau’. Tanto *melior* e *pēior* como *meliūs* e *pēius* correspondem a formas únicas em português: *melhor* e *pior*.

Para formar o superlativo, basta seguir a regra de derivação dos advérbios a partir de adjetivos triformes: de *optimus* ‘muito bom’, *optimē* ‘muito bem’; de *pessimus* ‘muito mau’, *pessimē* ‘muito mal’.

Esclarecido o mecanismo de derivação de alguns advérbios a partir de adjetivos, tracemos o rol dos principais membros dessa classe com o significado básico de cada um:

DE MODO

Respondem à pergunta *quōmōdō?* ‘como?’: *etiā* e *quoque* ‘também’, *ferē*, *prope* e *paene* ‘quase’, *ita* e *sic* ‘assim’, *modō* e *solum* ‘apenas’, *frustrā* e *nēquiquam* ‘em vão’, *quasi* ‘como se’, *sponte* ‘à vontade’ etc.

DE QUANTIDADE

Respondem à pergunta *quantum?* ‘quanto?’:
parum ou *paulum* ‘pouco’, *satis* ‘bastante’, *multum* ‘muito’, *nimis* ‘demais’;
minus ‘menos’, *magis* ‘mais’;
tantum ‘tanto’, *quantum* ‘quanto’.

DE LUGAR

Derivados de pronomes demonstrativos e relativos: respondem às perguntas *ubī?* ‘onde?’, *unde?* ‘de onde?’, *quō?* ‘aonde?’ e *quā?* ‘por onde?’.

Vbī?: *hīc* ‘aqui’, *istīc* ‘aí’, *illīc* ‘ali’, *ibī* ‘aí’, *ibīdem* ‘aí mesmo’, *alībī* ‘em outro lugar’, *alicūbī* ‘em algum lugar’, *ubīque* ‘em toda parte’ etc.

Vnde?: hinc ‘daqui’, *istinc* ‘daí’, *illinc* ‘dali’, *inde* ‘daí’ *indīdem* ‘daí mesmo’, *aliunde* ‘de outro lugar’, *alicunde* ‘de algum lugar’, *undīque* ‘de todas as partes’ etc.

Quō?: hūc ‘para cá’, *istūc* ‘para aí’, *illūc* ‘para lá’, *eō* ‘para aí’, *eōdem* ‘para aí mesmo’, *alīō* ‘para outro lugar’, *alīquō* ‘para algum lugar’ etc.

Quā?: hāc ‘por aqui’, *istāc* ‘por aí’, *illāc* ‘por ali’, *eā* ‘por aí’, *eādem* ‘por aí mesmo’, *alīā* ‘por outro lugar’ etc.

Derivados de vocábulos de outras classes: *dextrā* ‘à direita’, *laeuā* ou *sinistrā* ‘à esquerda’; *intus* ‘dentro’, *forīs* ‘fora’; *intrō* ‘para dentro’, *forās* ‘para fora’; *prope* ‘perto’, *procul* ‘longe’; *retrō* ‘para trás’.

DE TEMPO

Respondem à pergunta *quandō?* ‘quando?’:

ōlim ou *quondam* ‘outrora’, *dūdum* ou *prīdem* ‘há muito’, *nūper* ‘há pouco’, *iam* ‘já, agora’, *nunc* ‘agora’, *dein* ou *deinde* ‘em seguida’, *mox* ‘logo’, *aliquandō* ‘algum dia’;

numquam ‘nunca’, *quondam* ‘uma vez’, *umquam* ‘algumas vezes’, *interdum* ‘às vezes’, *saepe* ‘amiúde’, *cotīdīē*, *cotīdīē* ou *quotīdīē* ‘todo dia’, *quotannīs* ‘todos os anos’, *semper* ‘sempre’;

antēā ‘antes’, *intērim* ou *interēā* ‘enquanto isso’, *simul* ‘ao mesmo tempo’, *postēā* ‘depois’;

nondum ‘ainda não’, *adhūc* ‘ainda’, *tum* ou *tunc* ‘então’, *illicō* ou *ilīcō* ‘logo’, *stātīm* ‘imediatamente’, *dēmum*, *denīque* ou *tandem* ‘enfim’;

herī ‘ontem’, *hodīē* ‘hoje’, *crās* ‘amanhã’;

prīdīē ‘na véspera’, *postrīdīē* ‘no outro dia’;

diū ‘de dia’, *noctū* ‘de noite’;

māne ‘de manhã’, *uespĕre* ou *uespĕri* ‘de tarde’, *nocte* ‘de noite’;

OUTROS INTERROGATIVOS

Cūr? ou *quāre?* ‘por quê?’, *quīn?* ‘por que não?’.

Marcadores interrogativos:

Quando não se sabe que resposta esperar: *-ne*.

Quando se espera uma resposta afirmativa: *nonne*.

Quando se espera uma resposta negativa: *num*.

DE AFIRMAÇÃO, DÚVIDA E NEGAÇÃO

Afirmação: *equīdem* ou *quīdem* ‘com certeza’, *etīam* ou *ita* ‘sim’.

Dúvida: *fortasse*, *forsan* ou *forsītan* ‘talvez’, *forte* ‘por acaso’.

Negação: *hau*, *haud* ou *haut*, *nē* ou *non* ‘não’.

Para acabar, tratemos das conjunções. Observe as sentenças seguintes:

4.b. Egō prīmam tollō, **quonīam** leō nōmīnor.

4.a. Eu tomo a primeira, **pois** me chamo leão.

5.b. Secundam mihi tribuētis, **quia** fortis sum.

5.a. Concedereis a segunda a mim, **porque** sou forte.

Perceba que as sentenças sublinhadas, graças aos termos em negrito — que são conjunções — desempenham a função de adjunto adverbial do verbo da outra sentença. Agora observe esse dístico de Catão:

- 13.b. Quod iūstum est petītō uel quod uideātur honestum,
nam stultum est petēre quod possit iūre negārī.
13.a. Pede o que é justo **ou** o que se veja honesto,
pois é tolo pedir o que possa ser negado pelo direito.

Que função sintática exerce a oração sublinhada com relação a *quod iūstum est*/o que é justo? Nenhuma, pois estão em pé de igualdade, de modo que a preposição *uel/ou* estabelece apenas uma relação de alternância entre uma e a outra. Cada uma, isto sim, funciona como o objeto direto do verbo *petītō/pede*. Observe, enfim, a última sentença de Publílio Siro:

- 12.b. Nusquam melīus morīmur homīnēs quam ubī libenter uīxīmus.
12.a. Em nenhum lugar é melhor que os homens morramos do que onde vivemos prazerosamente.

Que função sintática tem a oração sublinhada com relação à outra? Nenhuma, mas também não está tão livre como a sublinhada em 21, pois se suprimida, fica faltando o termo da comparação que pede o advérbio *melīus/melhor*: **Nusquam melīus morīmur homīnēs* *'Em nenhum lugar é melhor que os homens morramos'. Onde é melhor os homens morreremos?

Quando a conjunção liga sentenças mantendo a independência sintática de cada uma, diz-se que é *coordenativa*. Quando se encaixa em outra, assumindo certa função sintática como se fosse termo dela, diz-se que a conjunção é *subordinativa*. Quando uma sentença é dependente mesmo sem fazer parte de outra, diz-se que a conjunção é *correlativa*. Os respectivos mecanismos têm os nomes de *coordenação*, *subordinação* e *correlação*.

Vejamos, pois, quais eram as principais conjunções latinas:

COORDENATIVAS

Aditivas: *ac, atque, et e -que* 'e', *nec e neque* 'nem, e não'.

Adversativas: *ast, at, autem, sed, tamen* 'mas, porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto'.

Alternativas: *aut, -ue e uel* 'ou', *seu* ou *sīue* 'ou se'.

Causais: *enim e etēnim, ergō, igitur, itāque, nam e namque* 'logo, pois, portanto, por conseguinte, de fato, com efeito, efetivamente'.

SUBORDINATIVAS

Condicionais: *nī, nisi* 'se não', *sī* 'se', *sīn* 'mas se'.

Concessivas: *etsi, quamquam, quamuis, licet* 'embora, ainda que, se bem que'.

Causais: *cum* 'como', *quia, quod, quonīam* 'porque, já que, dado que, posto que, visto que'.

Finais: *nē* 'para que não', *quō, ut* ou *utī* 'para que'.

Temporais: *cum* 'quando', *dōnec, dum* 'enquanto', *ut* ou *utī* 'logo que'.

Integrantes: *quīn, quod, ut* ou *utī* 'que', *nē* 'que, que não'.

CORRELATIVAS

Quasi 'como se', *quam* 'do que', *sīcut* 'assim como', *ut* ou *utī* 'como'.

EXERCÍCIO

Enfim, alcançamos o momento de você olhar o texto latino e enxergar nele todos os elementos que o compõem. O texto seguinte é outra fábula de Fedro. Traduza-o de modo que fique coeso e coerente em português. Para ajudá-lo, abaixo dele você encontra um vocabulário conforme as convenções que já aprendemos.

Lupus et agnus

Ad rīuum eundem lupus et agnus uēñerant
 sitī compulsī. Superiōr stābat lupus,
 longēque īferiōr agnus. Tunc fauce imprōbā
 latrō incitātus iurgīi causam intūlit;
 “Cūr” inquit “turbulentam fēcistī mihi
 aquam bibentī?” Lānīger contrā timēns:
 “Quī possum, quaesō, facēre quod querēris, lupe?
 Ā tē dēcurrit ad meōs haustūs liquor”.
 Repulsus ille uēritātis uīrībus:
 “Ante hōs sex mēnsēs male” ait “dīxistī mihi”.
 Respondit agnus: “Equīdem nātus non eram”.
 “Pater, hercle, tuus” ille inquit “male dīxit mihi”;
 atque ita corrēptum lacērat iniūstā nece.
 Haec propter illōs scrīpta est homīnēs fābūla
 quī fictīs causīs innocentēs opprīmunt.

ā de

ad a, para

agnus, ī cordeiro

āiō, aiēre dixer

ante atrás

aqua, ae água

atque e

bibēns, bibentis que bebe

causa, ae desculpa, razão

compulsus, a, um forçado

contrā em oposição

corrēptus, a, um roubado

cūr por quê

dēcurrō, ěre, dēcurrī, dēcursum correr

dīcō, ěre, dīxī, dictum dixer

egō, mē, mihi, meī eu, me, mim, de mim

equīdem certamente

et e

fābūla, ae fábula

faciō, ěre, fēcī, factum fazer

faux, faucis garganta

fictus, a, um fingido

haustus, ūs gole

hercle por Hércules

hic, haec, hoc este, esta, isto

homō, homīnis homem

īdem, eādem, idem mesmo

ille, illa, illud aquele, aquela, aquilo

imprōbus, a, um perverso

incitātus, a, um incitado

īferiōr, ĩus mais abaixo

īnfērō, īferre, intūlī, illātum arranjar

iniūstus, a, um injusto

innocēns, innocentis inocente

inquam, inquī dixer

ita assim

iurgīum, ī arenga

lacērō, āre, āuī, ātum rasgar

lānīger, lānigērī lāzudo

latrō, ōnis ladrão

liquor, liquōris líquido

longē longe

lupus, ī lobo

male mal

mēnsis, is mēs

meus, a, um meu

nāscor, nāscī, nātus sum nascer

nex, necis morte

non não

opprīmō, ěre, oppressī, oppressum oprimir

pater, patris pai

possum, posse, potūi poder

propter para

quaesō por favor

-que e

queror, querī, questus sum querelar

quī como

quī, quae, quod que, o que

repulsus, a, um afastado

respondēō, ěre, respondi, respōnsum responder

rīuus, ī *rio*
 scrībō, ěre, scrīpsī, scrīptum *escrever*
 sex *seis*
 sitis, is *sede*
 stō, āre, stetī, ātum *estar*
 superior, ĩus *mais acima*
 timēns, timentis *temoroso*

tū, tē, tibi, tuī *tu, te, ti, de ti*
 tunc *então*
 turbulentus, a, um *turvo*
 tuus, a, um *teu*
 uenīō, ĩre, uēnī, uentum *vir*
 uēritās, ueritātis *verdade*
 uīrēs, uīriūm *força*

RESUMO DO ESTUDO DOS VOCÁBULOS INFLEXIONÁVEIS

Perceba que este capítulo, diferentemente dos demais, não foi partido em seções. Mas, dado que estudamos nele três classes diferentes de vocábulos, não se poderia tê-lo ordenado em três partes? Sim, mas o fato é que essas classes — o advérbio, a preposição e a conjunção — estão consideravelmente imiscuídas. O que define certos termos como advérbio ou preposição, ou outros como preposição ou conjunção? O uso. Convém lembrar que o advérbio, como o nome mesmo sugere, desempenha a função de adjunto adverbial, às vezes também de adjunto adnominal; a preposição liga vocábulos ou sentenças e conjunção liga exclusivamente sentenças.

EPÍLOÇO

No momento mais distante a que as ciências históricas são capazes de remontar, o latim era a língua de lavradores e pastores que viviam em aldeias espalhadas por uma pequena planície entre uma serra, um rio e o mar: o Lácio. Hoje, é a língua de 13,5% da população mundial e é a oficial ou cooficial de 62 estados soberanos, pois se transformou, na verdade, em várias línguas, algumas das quais foram padronizadas, estatizadas e nacionalizadas: o espanhol, português, francês, italiano, romeno, catalão e romanche, pela ordem do número de falantes. Ademais, três delas — o espanhol, português e francês — foram expandidas pelos seus povos às colônias ultramarinas. Ao mesmo tempo, nunca se deixou de usar a norma literária do latim, mesmo em países onde nunca foi língua nativa.

A chave dessas singularidades é uma das cidades que surgiram das aldeias latinas: Roma. E a chave da hegemonia romana é o seu legado mais transcendente: o direito. Concertando alianças com o seu próprio povo, o poderio romano logo bastou para desafiar outros, os quais não só subjugou, mas também integrou por meio do direito, de tal modo que a memória da violência acabou cedendo ao anseio de se obter os benefícios da plena cidadania, o que, ao fim e ao cabo, atraiu muitos povos tanto para a identidade romana como para a língua latina. Mais que isso: os romanos souberam aprender com os povos que conquistavam, e dessa aprendizagem, sobressaem a apropriação de costumes políticos e religiosos dos etruscos e o conhecimento do mundo além da vida agrícola e pastoril por intermédio dos gregos.

Efetivamente, o encontro do senso prático romano com o senso estético helênico é o embrião da civilização ocidental. A conversão à fé cristã aprofundou o binômio *ocidente latino* × *oriente grego*. Assim, quando o Império caiu na parte ocidental, a Igreja salvaguardou a latinidade, expandindo-a à medida que povos além dos antigos *līmītēs* recebiam as águas do batismo. O Grande Cisma de 1054 consolidou a adscrição dos católicos ao latim como a língua dos letrados e dos ortodoxos à tradição bizantina.

Portanto, é o próprio latim que define o Ocidente: de Portugal à Polônia e da Sicília à Escandinávia, foi a língua notarial até o século IX, a língua literária até o XI, a língua oficial até o XIII, a língua escolar, universitária e diplomática até o XVIII, a língua litúrgica (para os católicos romanos) até 1963. Na verdade, essas datas referem à extensão do vernáculo na França, onde teve princípio, pois na Europa oriental católica o uso do latim alcançou os meados do século XIX.

Em suma, o latim é a língua clássica do Ocidente. Os aforismos, as divisas, a nomenclatura científica são como uma afloração, se comparados à enorme produção escrita nessa língua, repleta de conhecimentos e saberes fundantes do que nós somos, das nossas relações sociais e da nossa concepção do mundo. Espero que estes prolegômenos tenham servido à percepção de tal grandeza.

BIBLIOGRAFIA

- AGNOLON, Alexandre. Poesia e agudeza: Algumas considerações acerca do epigrama entre os antigos. *In: Encontro Memorial do ICHS-UFOP, II, Mariana. Anais...* Mariana: ICHS/UFOP, 2009.
- AGUIAR, Miguel. *História de Roma: Breve percurso pelos momentos decisivos para a afirmação da civilização romana*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- ALFÖDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- ALFONSI, Luigi. La latinidad en la formación de Europa. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 215, p. 251-258, 1977.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina: curso único e completo*. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ALMENDRA, Maria Ana; FIGUEIREDO, José Nunes de. *Compêndio de gramática latina*. Porto: Porto, 2003.
- ANTIQUERA, Moisés. *Moderatio tuendae libertatis: moderação, exempla e poder na história de Tito Lívio (livro III)*. 2008. 177 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bibliotheca Augustana*. Disponível em: <http://www.hs-augsburg.de/~harsch/augustana.html> Acesso em: out.-dez. 2012.
- BRUNO, Haroldo. Equívocos nos estudos latinos. *Classica*, Belo Horizonte, v. 5/6, supl. 1, p. 156-170, 1992.
- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Rômulo e Remo: Escritos e ritos. *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 87-116, 2001.
- CAETANO, Marcelo. *História do direito português*. Lisboa: Ernesto Fernandes, Aníbal Rêgo, 1941.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEFET-RN — CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto pedagógico da licenciatura em Espanhol*. Natal: CEFET-RN, 2005.
- CODOÑER, Carmen (ed.). *Historia de la literatura latina*. 2. ed. Madrid: Cátedra, 2007.
- CORVO SÁNCHEZ, María José. Gramáticos y gramáticas humanistas en el contexto internacional. *In: RIO-TORTO, Graça Maria; FIGUEIREDO, Olívia Maria; SILVA, Fátima (coord.). Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 685-694.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- DEVOTO, Giacomo. *Storia della lingua di Roma*. Bologna: Licinio Cappelli, 1940.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.
- _____. *Introdução à didática do latim*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- _____. *Gramática da língua latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1995.
- _____. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte: Garnier, 2003.

FERNANDES, Thaís. *A tradução e o ensino de latim*. 2010. 228 p. Dissertação (Mestrado em Tradução) - Programa de Pós-Graduação em Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Alguns problemas teóricos da tradução de línguas antigas: Reflexões acerca das dificuldades do tradutor do latim. *Scientia Traductionis*, n. 10, p. 80-89, 2011.

FIORIN, José Luiz. Letras clássicas no 2.º grau: competência textual e intertextual. *In: Congresso Nacional de Estudos Clássicos*, 2, 1989, São Paulo. *Atas...* São Paulo: FFLCH/USP, 1991, p. 514-519.

FORTES, Fábio da Silva. A “língua” e os textos: gramática e tradição no ensino de latim. *Instrumento*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 63-70, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette, 1934.

GRANDAZZI, Alexandre. *As origens de Roma*. São Paulo: UNESP, 2010.

GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. *Mitologia clássica: mitos, deuses e heróis*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

IFRN — INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto pedagógico do curso superior de licenciatura em Espanhol — modalidade presencial*. Natal: IFRN, 2012.

IFRN — INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto pedagógico do curso superior de licenciatura em Letras — Espanhol na modalidade presencial*. Natal: IFRN, 2014.

LEITE, Francisco de Freitas. *O latim em cartas do Cariri cearense: final do século XIX e início do século XX*. 2009. 150 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LEITE, Leni Ribeiro. *O patronato em Marcial*. 2003. 83 p. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LIMA, Alceu Dias. *Uma estranha língua? Questões de linguagem e de método*. São Paulo: Unesp, 1995.

_____. Possíveis correspondências expressivas entre latim e português: Reflexões na área da tradução. *Itinerários*, Araraquara, número especial, p. 13-22, 2003.

_____. O enunciado latino e a iniciação científica. *Calíope*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 13-22, 2006.

LIMA, Sidney Calheiros de. Cícero e a obra filosófica em latim como *munus rei publicae*. *Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte, n. 5, p. 92-110, 2010.

LÍVIO, Tito. *História de Roma: Livro I — A monarquia*. Tradução de Mônica Costa Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

LONGO, Giovanna. Da fala à língua: Proposta de encaminhamento para o estudo do enunciado latino. *In: Semana de Estudos Clássicos*, XXIII, 2008, Araraquara. *Anais...* Araraquara: FCL/UNESP, 2008, p. 150-157.

_____. *Ensino de latim: problemas lingüísticos e uso de dicionário*. 2006. 105 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

MARANHÃO, Samantha de Moura. Reflexões sobre o ensino de língua latina em cursos superiores de letras modernas. *Instrumento*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 27-36, 2009.

- MARTINS, Paulo. *Literatura latina*. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.
- MIOTTI, Charlene Martins. *O ensino do latim nas universidades públicas do estado de São Paulo e o método inglês* Reading Latin: um estudo de caso. 2006. 145 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. Universidades estaduais paulistas: o latim na berlinda. *In: Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*, 6, 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CELSUL, 2004.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. O século XVI e sua problemática lingüística. *Soletas*, São Gonçalo, ano V, n. 10, p. 62-68, 2005.
- NORBERG, Dag. *Manual prático de latim medieval: breve história do latim medieval*. Rio de Janeiro: CiFE-FiL, 2007.
- NOVILLO LÓPEZ, Miguel Ángel. *Breve historia de Roma*. Madrid: Nowtilus, 2012.
- NÚÑEZ GONZÁLEZ, Juan María. Ciceronianismo y latín renacentista. *Revista de Filología Clásica*, Valladolid, n. 5, p. 229-258, 1991.
- OLIVEIRA, Alzir. Considerações sobre a prática didática das línguas clássicas. *In: Congresso Nacional de Estudos Clássicos*, 4, 2001, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: UFOP, 2001.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia de. Percorrendo os caminhos do direito civil brasileiro. *Mosaico*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 134-149, 2011.
- PASTOR, Bárbara. *Breve historia de la antigua Roma: Monarquía y República*. Madrid: Nowtilus, 2008.
- _____. *Breve historia de la antigua Roma: Imperio*. Madrid: Nowtilus, 2008.
- PERIS, Ernesto Martín (dir.). *Diccionario de términos clave de ELE*. Madrid: SGEL, 2008.
- PINTO, Neiva Ferreira; BRANDÃO, Jacyntho Lins (org.). *Cultura clássica em debate: Estudos de Arqueologia, História, Filosofia, Literatura e Linguística greco-romana*. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- POUSADA, Estevan Lo Ré. *Preservação da tradição jurídica luso-brasileira: Teixeira de Freitas e a Introdução à Consolidação das Leis Civis*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PRADO, João Batista Toledo. Latim, moinhos e cavaleiros andantes. *Classica*, Belo Horizonte, v. 5/6, supl. 1, p. 150-156, 1992.
- RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Per saecula saeculorum: considerações sobre o cristianismo e o latim*. *In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 14, 2010, Rio de Janeiro. *Cadernos...* Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2010, n. 4, t. 4, p. 3333-3346.
- ROBINS, Robert Henry. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- SILVA, Paulo Roberto Souza da. *A figura de César, autor e personagem, nos Commentarii de Bello Gallico*. 2006. 178 p. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SOARES, Willy Paredes. *Abordagem retórico-filosófica in De natura deorum, Liber primus de Cícero*. 2008. 131 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOBRAL, Aldo Eustáquio Assir. *Suetônio revelado: O texto narrativo biográfico e a cultura política em “As vidas dos doze césores”*. 2007. 115 p. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

The Latin Library. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/>. Acesso em: out.-dez. 2012.

TEIXEIRA, Francisco Diniz. O ensino de latim no 3.º grau: a manutenção da tradição ou a alienação do educando. *Antiguidade Clássica*, n. 4, semestre II, p. 80-93, 2009.

TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TREVIZAM, Matheus. *Linguagem e interpretação na literatura agrária latina*. 2006. 526 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TUFFANI, Eduardo. *Repertório brasileiro de língua e literatura latina*. Cotia: 2006.

VENDEMIATTI, Leandro Abel. Sobre a natureza dos deuses de *Cícero*. 2003. 148 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FONTES DAS FIGURAS

- Figura 1 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capitoline she-wolf Musei Capitolini_MC1181.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capitoline_she-wolf_Musei_Capitolini_MC1181.jpg)
- Figura 2 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independence of Brazil 1888.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independence_of_Brazil_1888.jpg)
- Figura 3 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bust of Gaius Iulius Caesar in Naples.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bust_of_Gaius_Iulius_Caesar_in_Naples.jpg)
- Figura 4 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vincenzo Camuccini - La morte di Cesare.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vincenzo_Camuccini_-_La_morte_di_Cesare.jpg)
- Figura 5 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The Death of Cleopatra arthur.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Death_of_Cleopatra_arthur.jpg)
- Figura 6 - <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Statue-Augustus.jpg>
- Figura 7 - <https://commons.wikimedia.org/wiki/Colosseum#/media/File:Colosseum-exterior-2007.JPG>
- Figura 8 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Head Constantine Musei Capitolini_MC1072.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Head_Constantine_Musei_Capitolini_MC1072.jpg)
- Figura 9 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-L%27on_G%27r%27me - The Christian Martyrs%27 Last Prayer - Walters_37113.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-L%27on_G%27r%27me_-_The_Christian_Martyrs%27_Last_Prayer_-_Walters_37113.jpg)
- Figura 10 - <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charlemagne-by-Durer.jpg>
- Figura 11 - <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/1/18/LoveInTruth.jpg>
- Figura 12 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coat of arms of Andorra.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coat_of_arms_of_Andorra.svg)
- Figura 13 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bras%27o UFC 2010_2011.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bras%27o_UFC_2010_2011.jpg)
- Figura 14 - https://www.flickr.com/photos/prof_richard/6350471300
- Figura 15 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dipylon Inscription.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dipylon_Inscription.JPG)
- Figura 16 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lapis niger stele.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lapis_niger_stele.JPG)
- Figura 17 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sale bread MAN Napoli Inv9071_n2.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sale_bread_MAN_Napoli_Inv9071_n2.jpg)
- Figura 18 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/Marcus Tullius Cicero#/media/File:Cicero - Musei Capitolini.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/Marcus_Tullius_Cicero#/media/File:Cicero_-_Musei_Capitolini.JPG)
- Figura 19 - <https://br.pinterest.com/pin/146578162852808382/?lp=true>
- Figura 20 - <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Siege-alesia-vercingetorix-jules-cesar.jpg>
- Figura 21 - [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/01/Corpus Iuris Civilis_%281626%29.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/01/Corpus_Iuris_Civilis_%281626%29.jpg)
- Figura 22 - [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f8/C%27digo Filipino_%28Ordena%27es Filipinas%29.JPG](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f8/C%27digo_Filipino_%28Ordena%27es_Filipinas%29.JPG)
- Figura 23 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Merida Roman Theatre1.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Merida_Roman_Theatre1.jpg)
- Figura 24 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tragic comic masks - roman mosaic.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tragic_comic_masks_-_roman_mosaic.jpg)
- Figura 25 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl Theodor von Piloty Murder of Caesar_1865.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Theodor_von_Piloty_Murder_of_Caesar_1865.jpg)
- Figura 26 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/Parthenon#/media/File:2006_01_21_Ath%27nes Parth%27non.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/Parthenon#/media/File:2006_01_21_Ath%27nes_Parth%27non.JPG)
- Figura 27 - https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/90/Pantheon_rome_2005may.jpg
- Figura 28 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:0 Basilique Saint-Pierre - Rome \(2\).JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:0_Basilique_Saint-Pierre_-_Rome_(2).JPG)
- Figura 29 - [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9f/US Capitol east side.JPG](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9f/US_Capitol_east_side.JPG)
- Figura 30 - [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/22/Da Vinci Vitruve Luc Viatour.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/22/Da_Vinci_Vitruve_Luc_Viatour.jpg)
- Figura 31 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Catullus at Lesbia%27s by Sir Laurence Alma Tadema.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Catullus_at_Lesbia%27s_by_Sir_Laurence_Alma_Tadema.jpg)
- Figura 32 - [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The Fox and the Grapes.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Fox_and_the_Grapes.jpg)

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.





Miguel Afonso Linhares é mestre em Linguística Aplicada pela UECE. Professor da Rede Federal desde 2008, primeiro no IFRR e atualmente no IFRN, não se considera latinista, mas romanista, pois o estudo das línguas românicas sempre o fez olhar o latim como a língua de um povo, cuja aprendizagem pode contribuir com uma educação linguística e crítica.

ESTES PROLEGÔMENOS SÃO DEDICADOS À APRENDIZAGEM DO LATIM EM NÍVEL BÁSICO, CONCEBIDO AQUI COMO A LÍNGUA DE UM POVO, DO POVO ROMANO.

CADA CAPÍTULO FOI ELABORADO DE FORMA BASTANTE SEMELHANTE. PARA COMEÇAR, HÁ UMA ATIVIDADE DE AQUECIMENTO, CONSISTENTE NUMA REFLEXÃO SOBRE UM TEMA ABORDADO NO TEXTO LATINO SOBRE O QUAL O CAPÍTULO É ALICERÇADO.

ESSE TEXTO É APRESENTADO PRIMEIRAMENTE EM TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS. SEGUEM-SE-LHE CONSIDERAÇÕES ACERCA DO AUTOR, DA OBRA E DO TEXTO CITADO, APÓS AS QUAIS É DESENVOLVIDA A REFLEXÃO GRAMATICAL, PRIMEIRO COM BASE NO TEXTO EM PORTUGUÊS E DEPOIS COM BASE NO ORIGINAL LATINO. COM EFEITO, O CONTRASTE ENTRE O PASSADO E O PRESENTE NO CAMPO DA HISTÓRIA E ENTRE O LATIM E O PORTUGUÊS NO CAMPO DA GRAMÁTICA É A COLUNA VERTEBRAL DESTES PROLEGÔMENOS. DEPOIS, O CAPÍTULO É FINALIZADO POR UM EXERCÍCIO, QUE CONSISTE EM PERCEBER OS MECANISMOS GRAMATICAIS ESTUDADOS ATÉ ENTÃO EM OUTRO TEXTO LATINO.

ISBN: 978-85-94137-67-8



9 788594 137678

